



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
FACULDADE DE HISTÓRIA (FH)
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA (PROFHIS)**

CARLOS HENRIQUE DE FREITAS GOMES

**O ENSINO DE HISTÓRIA E A HISTORICIDADE DOS CURSOS DE
FORMAÇÃO DO SINDICATO DOS PROFESSORES NO DISTRITO
FEDERAL (SINPRO-DF)**

GOIÂNIA 2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Carlos Henrique de Freitas Gomes

3. Título do trabalho

O Ensino de História e a Historicidade dos Cursos de Formação do Sinpro-DF

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);
 - b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.
- O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Sergio Duarte Da Silva**, **Usuário Externo**, em 12/03/2025, às 14:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique De Freitas Gomes**, **Discente**, em 12/03/2025, às 16:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5228388** e o código CRC **7547985A**.

Referência: Processo nº 23070.012484/2025-78

SEI nº 5228388

CARLOS HENRIQUE DE FREITAS GOMES

**O ENSINO DE HISTÓRIA E A HISTORICIDADE DOS
CURSOS DE FORMAÇÃO DO SINDICATO DOS
PROFESSORES NO DISTRITO FEDERAL (SINPRO-DF)**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Ensino de História, da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Área de concentração: Ensino de História.
Linha de pesquisa: Culturas, Fronteiras e Identidades.

Orientador: Professor Dr. Luiz Sérgio Duarte da Silva

CARLOS HENRIQUE DE FREITAS GOMES

**O ENSINO DE HISTÓRIA E A HISTORICIDADE DOS
CURSOS DE FORMAÇÃO DO SINDICATO DOS
PROFESSORES NO DISTRITO FEDERAL (SINPRO-DF)**

Dissertação de mestrado apresentado ao
Mestrado Profissional em Ensino de
História – PROFHISTÓRIA/UFG, na Linha
de Pesquisa Culturas, Fronteiras e
Identidades.

Orientador: Professor Dr. Luiz Sérgio
Duarte da Silva

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Sérgio Duarte da Silva (Orientador).
Universidade Federal de Goiás (UFG)

Prof. ^a Dr^a Sônia Maria de Magalhães (Examinadora Interna)
Universidade Estadual de Goiás (UFG)

Prof. Dr^a. Heloísa Selma Fernandes Capel (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Goiás (UFG)

Prof. Dr^a. Kátia Couto (Examinadora Externa)
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Gomes, Carlos Henrique de Freitas

O Ensino de História e a historicidade dos cursos de formação sindical do Sindicato dos Professores no Distrito Federal (SINPRO DF) [manuscrito] / Carlos Henrique de Freitas Gomes. - 2025.

CCI, 201 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Sérgio Duarte da Silva.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH), Programa de Pós-graduação em Ensino de História, Goiânia, 2025.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.

Inclui siglas, fotografias, abreviaturas, símbolos, lista de figuras.

1. Trabalho. 2. Movimentos Sociais. 3. SINPRO-DF. 4. Greve. 5. Direitos Humanos. I. da Silva, Luiz Sérgio Duarte, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº **014/2025** da sessão de Defesa da **Tese** de **CARLOS HENRIQUE DE FREITAS GOMES**, que confere o título de **Mestrado(a) Profissional em Ensino de História (ProfHistória/UFG)**, na área de concentração em **Culturas, Fronteiras e Identidades**.

Ao/s **dez dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco**, a partir da(s) **14h00min**, na **Sala de Defesas do PPGH** (Prédio das Humanidades I), realizou-se a sessão pública de **Defesa de Dissertação** intitulada **“O Ensino de História e a Historicidade dos Cursos de Formação do Sinpro-DF”**. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Orientador(a), Professor(a) Doutor(a) **Luiz Sérgio Duarte da Silva (ProfHistória/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor(a) Doutor(a) **Sônia Maria de Magalhães (ProfHistória/UFG)**, membro titular interno; Professor(a) Doutor(a) **Heloísa Selma Fernandes Capel (ProfHistória/UFG)**, membro titular interno; Professor(a) Doutor(a) **Kátia Cilene do Couto (UFAM)**, membro titular externo. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta, a fim de concluir o Julgamento da **Dissertação**, tendo sido(a) o(a) candidato(a) **aprovado(a)** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo(a) Professor(a) Doutor(a) **Luiz Sérgio Duarte da Silva**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) **dez dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Sergio Duarte Da Silva**, **Usuário Externo**, em 12/03/2025, às 14:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Heloisa Selma Fernandes Capel**, **Professora do Magistério Superior**, em 12/03/2025, às 16:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Breno Mendes**, **Coordenador de Pós-Graduação**, em 12/03/2025, às 16:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sonia Maria De Magalhaes**, **Professora do Magistério Superior**, em 12/03/2025, às 18:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5213335** e o código CRC **74BB0220**.

Referência: Processo nº 23070.012484/2025-78

SEI nº 5213335

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, Maria Aparecida de Freitas Gomes (In Memoriam) e João Darí Gomes (In Memoriam), que, mesmo sem saber, induziram-me no mundo da história quando mantiveram na prateleira de casa algumas coleções de livros de enciclopédias tais como: Nosso Mundo Maravilhoso e Curso de Estudos Sociais, que me instigaram a saber o que era História. E também os agradeço por terem dado o suporte financeiro e emocional, na medida de suas possibilidades, para que eu conseguisse terminar os estudos, dado que nem eu tinha muita fé em minha pessoa.

Agradeço também a minha avó Odete Pinto de Freitas (In Memoriam) que, durante a faculdade de História, ajudou-me em muitos momentos para que eu pudesse comer e continuar na faculdade de História, também a Dona Euri de Castro que foi decisiva, pois, quando eu precisei, emprestou-me o dinheiro a fim de que eu pudesse fazer meus exames admissionais com o intuito de que eu assumisse como professor da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, sem essas duas mulheres eu não estaria aqui onde estou hoje.

Agradeço também ao meu orientador, o Professor Dr. Luiz Sérgio Duarte da Silva, pela sua dedicação e pelos bons conselhos, sempre me orientando de forma clara e objetiva, o que certamente tornou a realização desta Dissertação muito mais fácil.

Agradeço aos meus amigos que participaram da realização deste trabalho, professores Tulio Felipe Villafañe, Orlando Bianco Gomes, Cláudio Jarbas Pereira Rocha, Robson André da Silva, Levi Alves Porto, Hamilton Caiana, Vanilce Diniz e Carlos Alberto Marcellos que foram revisores e colaboradores desta dissertação.

Em especial, aos meus amigos da Universidade Federal de Goiás, Diogo Lacerda, Allan Domingos e Edcarlos Alvino que cruzavam o planalto central de carro semanalmente para termos aulas presenciais no ProfHistória e aos demais amigos do curso que estudaram comigo.

Enfim, algumas pessoas importantes que, durante minha infância e juventude, foram fundamentais para que eu seguisse minha rotina de estudos, pois sempre tinham uma palavra de incentivo nem sempre suave, mas necessária, em especial, Maria de Fátima de Oliveira Rocha, João Gramosa Rocha, Naíde Brasilina Gomes Ribeiro, Valmino Santana Ribeiro, Graziela Jacynto Lara, Mosart Gomes Ribeiro, Carlos Henrique de Moraes Cristianini, Fernanda Aparecida Roque Garcia, Evandro Pereira Daniel, Salvelina dos Santos, Bruno Alves Damiani, Paullo Marco de Souza Rocha, Denise Alessandra de

Medeiros, André Luiz Gerônimo Fonseca, Tatiane Francisca da Silva, Valéria Marques Batista e Tânia de Sousa Lima . E, não menos importante, aos colegas de serviço que me ajudaram de forma capital para que eu pudesse estudar no mestrado sem ter que abrir mão do emprego nas escolas Centro Educacional 01 do Riacho Fundo II, do Distrito Federal, e Escola Municipal Maria Pereira Braga, do bairro do Parque Nova Friburgo, Cidade Ocidental, Estado de Goiás.

*E eu jovem achava que caminhava sozinho.
Dedico este trabalho as pessoas que de
alguma forma me ajudaram a chegar aqui
onde estou.*

RESUMO

Esta dissertação examina a historicidade dos cursos de formação do Sindicato dos Professores no Distrito Federal (SINPRO-DF), contextualizando-os no desenvolvimento do movimento sindical. A importância para o Ensino de História é trazer para os professores a relevância da estrutura sindical como uma forma de entendimento das estruturas político-salarias de busca e garantias de direitos para a categoria, além de constituir um fator identitário de coesão. Para tanto, o presente estudo analisa a evolução das relações trabalhistas, desde o Paleolítico até a contemporaneidade, focando na formação e atuação dos sindicatos como importantes atores sociais. O objetivo principal é compreender o papel dos cursos de formação do SINPRO-DF na construção da identidade e na mobilização da categoria docente. Utilizando metodologia qualitativa, a pesquisa baseou-se em análise documental-bibliográfica, incluindo materiais do jornal o Correio Braziliense e materiais do próprio sindicato, como o periódico Quadro Negro, com destaque para a cobertura da greve de 2012. A análise da greve de 2012 revelou a importância da formação sindical na organização e condução de movimentos reivindicatórios, mesmo em contextos ideologicamente próximos. Os cursos de formação sindical, estruturados em parceria com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), desempenham função estratégica na preparação de lideranças e na conscientização dos professores sobre direitos trabalhistas e lutas coletivas. Na parte propositiva, foi apresentada uma história em quadrinhos com o objetivo de apresentar conceitos ligados ao Trabalho, Movimentos Sociais e Formação e História do SINPRO-DF, com o objetivo de trazer ao conhecimento das Carreiras Magistério e Orientação Educacional do Distrito Federal conceitos básicos para compreensão de sua própria história sindical.

Conclui-se que os cursos de formação do SINPRO-DF são instrumentos fundamentais para a manutenção da força política do sindicato e para a contínua defesa dos interesses da categoria docente, em um cenário de transformações nas relações de trabalho e desafios ao movimento sindical.

Palabras chave: Trabalho. Movimentos Sociais. SINPRO-DF. Greve. Direitos Humanos. História em Quadrinhos

ABSTRACT

This dissertation examines the historicity of the training courses of the Teachers' Union of the Federal District (SINPRO-DF), contextualizing them in the development of the union movement. The importance for History Teaching is to bring to teachers the relevance of the union structure as a way of understanding the political-salary structures of search and guarantee of rights for the category, in addition to constituting an identity factor of cohesion. To this end, the present study analyzes the evolution of labor relations, from the Paleolithic to the present day, focusing on the formation and performance of unions as important social actors. The main objective is to understand the role of SINPRO-DF training courses in the construction of identity and mobilization of the teaching category. Using qualitative methodology, the research was based on documentary and bibliographical analysis, including material from the newspaper *Correio Braziliense* and the union's own material, such as the periodical *Quadro Negro*, with emphasis on coverage of the 2012 strike. The analysis of the 2012 strike revealed the importance of union training in organizing and leading protest movements, even in ideologically similar contexts. The union training courses, structured in partnership with the Central Única dos Trabalhadores (CUT), play a strategic role in preparing leaders and raising awareness among teachers about labor rights and collective struggles. In the proposal section, a comic strip was presented with the objective of presenting concepts related to Work, Social Movements and Training and History of SINPRO-DF, with the aim of bringing to the attention of the Teaching and Educational Guidance Careers of the Federal District basic concepts for understanding their own union history.

It is concluded that SINPRO-DF training courses are fundamental instruments for maintaining the political strength of the union and for the continuous defense of the interests of the teaching category, in a scenario of transformations in labor relations and challenges to the union movement.

Keywords: Work. Social Movements. SINPRO-DF. Strike. Human Rights, Comics.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Escola Júlia Kubitschek.....	63
Figura 2 – Escola Júlia Kubitschek 2.....	64
Figura 3 – Badernaço contra o Pacote Econômico de 1986.....	66
Figura 4 – Congresso Nacional tomado por populares.....	66

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Greves Realizadas-Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF).	65
Quadro 2 – Fatos e atuações relevantes da APEMB, APDF, APPDF e SINPRO-DF no período de (1960-2015).....	67
Quadro 3 – 27º Turma do Curso de Formação Sindical do Sinpro-DF	85
Quadro 4 – 11º Curso de Formação Sindical do Sinpro-DF.....	86

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ABC Região Industrial do Estado de São Paulo Composta por Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul

APEMB Associação dos Professores do Ensino Médio de Brasília

APDF Associação de Professores do Distrito Federal

APPDF Associação Profissional dos Professores do Distrito Federal

ARENA Aliança Renovadora Nacional

CEDAC Centro de Educação Popular

CEDOC-SINPRO-DF Centro de Documentação do Sinpro-DF

CEDOC-CORREIO BRAZILIENSE Centro de Documentação do Correio Braziliense

CEF Centro de Ensino Fundamental

CFDT Confederação Francesa Democrática do Trabalho

CGG Comando Geral de Greve

CGT Comando Geral dos Trabalhadores

CGT Confederação Geral dos Trabalhadores

CISL Confederação Internacional de Sindicatos Livres

CLT Consolidação das Leis do Trabalho

CNTE Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

CNTI Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria

CTPP Comissão Tripartite Paritária Permanente

CUT Central Única dos Trabalhadores

CSN Confédération des syndicats nationaux

CONCLAP Conferência Nacional das Classes Produtoras

CONCLAT Conferência Nacional da Classe Trabalhadora

CONCUT Congresso Nacional da CUT

DGB Bildungswerk Confederação dos Sindicatos Alemães

DIAP	Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
ENAFOR	Encontro Nacional de Formação
FCDC	Fundo Constitucional do Distrito Federal
FEDF	Fundação Educacional do Distrito Federal
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FHC	Fernando Henrique Cardoso
GAPED	Gratificação de Atividade Pedagógica
GDF	Governo do Distrito Federal
GE-1	Grupo Escolar 1
GIC	Gratificação de Incentivo a Carreira
GSE	Gratificação de Suporte Educacional
GRC	Gratificação de Regência de Classe
GT	Gratificação de Titulação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LGBTQIA+.	Sigla que se refere aos gêneros, identidades e orientações sexuais que compõem lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexuais, assexuais, pansexuais.
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MNPT	Movimento Nacional Popular Trabalhista
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MUT	Movimento de Unificação dos Trabalhadores
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista

PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNF	Política Nacional de Formação
PT	Partido dos Trabalhadores
PUA	Pacto Unidade e Ação
SEAP	Secretaria de Estado de Administração Pública do Distrito Federal
SEDF	Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
SINPRO-DF	Sindicato dos Professores no Distrito Federal
SNI	Serviço Nacional de Informações
SNPSDF	Secretaria Nacional de Política Social da CUT
TIDEM	Gratificação de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva ao Magistério
TJDFT	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
USI	União Sindical Independente

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
1 TRABALHO E MOVIMENTOS SOCIAIS.....	25
1.1 Considerações metodológicas.....	25
1.2 Historicização do trabalho no mundo ocidental	29
2 MOVIMENTOS SOCIAIS E DIREITOS SOCIAIS	38
2.1 Historicidade dos direitos humanos.....	38
2.2 As gerações de direitos humanos.....	40
2.3 O que são movimentos sociais.....	45
3 SINDICALISMO	49
3.1 O sindicalismo e sua origem no mundo.....	50
3.2 O surgimento dos movimentos sindicais no Brasil	53
3.3 Surgimento da nova capital, o contexto do trabalho e seus conflitos.....	62
3.4 Primeiros movimentos sindicais da nova capital.....	63
3.5 Criação e trajetória do SINPRO-DF	64
3.6 A estrutura de formação da CUT e o curso do SINPRO-DF.....	69
3.7 A rede de formação da central única dos trabalhadores – CUT	74
3.8 O plano nacional de formação	76
3.9 Os primeiros cursos de formação do SINPRO-DF.....	79
3.10 Estruturação dos cursos	83
3.11 Greve e atuação do sindicato	87
3.12 Estudo do movimento grevista de 2012	89
4 O ENSINO DE HISTÓRIA E A HISTORICIDADE DOS CURSOS DE FORMAÇÃO SINDICAL DO SINPRO-DF (QUADRINHOS).....	99
4.1 A historicidade dos cursos de formação do SINPRO-DF em quadrinhos.....	101
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS OU PEQUENOS REPAROS.....	178
REFERÊNCIAS.....	181
ANEXOS A – Correio Braziliense caderno Cidades 12/03/2012 p. 22	186
ANEXO B – Correio Braziliense caderno Cidades 13/03/2012 p. 26.....	187
ANEXO C – Correio Braziliense caderno Cidades 14/03/2012 p. 28.....	188
ANEXO D – Correio Braziliense caderno Cidades 24/04/2012 p. 22.....	189
ANEXO E – Correio Braziliense caderno Cidades 28/04/2012 p. 31	190
ANEXO F – Correio Braziliense caderno Cidades 01/05/2012 p. 23	191
ANEXO G – Correio Braziliense caderno Cidades 03/05/2012 p. 28	192
ANEXO H – Nota Fiscal uso de imagens Jornal Correio Braziliense	193
ANEXO I – Certificado Curso Básico de Formação do SINPRO-DF	194
ANEXO J – Informativo Quadro Negro n° 173 Junho de 2012 (Capa)	195
ANEXO K – Informativo Quadro Negro n° 173 Junho de 2012 p. 6	196
ANEXO L – Informativo Quadro Negro n° 173 Junho de 2012 p. 12.....	197
ANEXO M – Informativo Quadro Negro n° 173 Junho de 2012 p. 13.....	198
ANEXO N – Informativo Quadro Negro n° 173 Junho de 2012 p. 14.....	199

ANEXO O – Informativo Quadro Negro n° 173 Junho de 2012 p. 15	200
ANEXO P – Certificado Curso Avançado de Formação Avançada do SINPRO-DF ...	201

INTRODUÇÃO

Primeiramente gostaria de destacar a relevância do mestrado profissional em História, PROFHISTÓRIA, pois foi de fundamental importância para uma atualização substancial dos professores de história que estão em sala de aula a muitos anos assim é meu caso. A importância do PROFHISTÓRIA também reside em manter um diálogo entre os professores em sala de aula e o que se produz dentro das universidades o que me permitiu ter novos olhares sobre os temas abordados no cotidiano de sala de aula.

A escolha pelo tema o Ensino de História e a historicidade dos cursos de formação do Sindicato dos Professores do Distrito Federal- SINPRO-DF, se deu por uma valiosa sugestão do professor orientador Luiz Sérgio Duarte da Silva em contatos preliminares para a definição do tema a ser desenvolvido no Profhistória.

Neste contato, acabou sendo pensado e dialogado, sobre a estrutura sindical dos professores no Distrito Federal e o tema surgiu naturalmente logo de início. Para o desenvolvimento do tema, o que contou decisivamente foi a experiência prévia do mestrando, que é professor da rede pública do Distrito Federal desde julho de 2005. As leituras de autores como Edward M. Burns, Eric Hobsbawn, Maria da Glória Gohn, Leôncio Rodrigues, Max Weber, Norberto Bobbio, Karl Marx dentre outros serviram de base para a elaboração do trabalho.

Cabe dizer que até aquele momento apesar de apoiar e participar de maneira informal das mobilizações do SINPRO-DF o estudante permaneceu por 12 anos afastado do sindicato por motivos particulares. Mas para poder estudar os assuntos relevantes dessa associação como a historicidade dos seus cursos de formação, o mestrando teve que primeiramente se reintegrar ao sindicato, podendo assim, compreender melhor a dinâmica e o funcionamento do sindicato dos professores no Distrito Federal.

Em princípio buscou-se os arquivos do SINPRO-DF, o Centro de Documentação (CEDOC) não obtendo êxito no levantamento de dados para a construção historiográfica do referido tema. Com isso, a alternativa foi construir a dissertação de forma referencial com o objetivo de servir de base para outras que provavelmente virão.

Uma importante contribuição foi dada pelo professor Antônio Carlos Andrade de Souza (Toninho), que escreveu uma dissertação de mestrado sobre a Formação sindical do SINPRO-DF com a CUT: processo histórico de construção de uma hegemonia (2019), que deu um importante direcionamento na confecção do trabalho.

A metodologia de construção da presente dissertação se deu por uma pesquisa

bibliográfica-documental qualitativa onde foram utilizados além dos livros, consultas a sites consagrados (CUT, Universidade de Brasília, Universidade Federal de Goiás, SINPRO-DF, dentre outros) , materiais dos cursos de formação sindical do SINPRO-DF, participação da 27ª edição do curso básico de formação sindical e da 11ª Edição do curso avançado de formação sindical, matérias do jornal o *Correio Braziliense* e o periódico *Quadro Negro* do SINPRO dando ênfase ao movimento grevista de 2012.

Assim, como observador participante o estudante pode entender um pouco da dinâmica da base teórica que norteia o pensamento das pessoas que estão na direção sindical e como se dá a transmissão dos conhecimentos dentro do contexto sindical.

Optou-se por construir uma narrativa que seja bem didática, ou seja, tanto a parte escrita da dissertação como o produto que consiste em uma história em quadrinhos, que conta desde o surgimento do trabalho no período Paleolítico até os dias atuais, servem principalmente para os integrantes da carreira magistério tomem conhecimento de conceitos e temas que lhes são importantes.

Os objetivos gerais desta dissertação perpassam por apresentar o surgimento do trabalho e dos primeiros movimentos sociais, contextualizar e historicizar a trajetória do SINPRO-DF como movimento social, investigar a historicidade nos cursos de formação do SINPRO-DF e compreender a utilização e articulação do conceito de história nos cursos de formação sindical e seus significados

Buscou-se construir um modelo explicativo e sistematizar os acontecimentos para que, esta narrativa possa mostrar o olhar daqueles que fizeram e fazem parte do contexto de vivência dentro do sindicato, ou seja, apesar de se falar sobre os professores ou movimentos sindicais, o que se percebe é que a construção de narrativas ou imagens sociais são muitas vezes não representam aquilo que a categoria vive ou experiência.

Para que estes objetivos fossem alcançados foi feita a divisão do trabalho da seguinte maneira: Trabalho e Movimentos Sociais, Movimentos Sociais e Direitos Sociais e por último um capítulo voltado para o Sindicalismo.

O pano de fundo desta dissertação se apresenta no primeiro capítulo, o surgimento do trabalho e seu desenvolvimento que serviu de base para demonstrar como se deu o desenvolvimento das relações trabalhistas e como o fenômeno do sindicato enquanto movimento social surge no contexto inglês junto com a Primeira Revolução Industrial.

Em um mundo capitalista globalizado os reflexos do surgimento dos sindicatos, na condição de movimento social são importantes para os trabalhadores de maneira geral, e por isso se viu a necessidade de construir a dissertação neste caminho.

Os movimentos sociais e direitos sociais foram abordados dentro de uma ótica que atrela o surgimento do sindicato enquanto movimento social ao surgimento e evolução dos direitos sociais principalmente dando uma atenção especial ao contexto feminino. Sabendo que a categoria do magistério é majoritariamente composta por mulheres, logo sendo necessária a contextualização da evolução dos direitos humanos para esta importante parcela da humanidade.

No capítulo terceiro trata-se da historicidade do sindicato inicialmente a nível mundial e se aproximando ao contexto nacional e distrital desde os primórdios do surgimento de Brasília seguindo para a estruturação dos primeiros sindicatos que representavam os professores na década de 60 no século passado, sua extinção durante boa parte do Regime Militar (1964-1985) brasileiro e seu ressurgimento no final da década 70 enquanto movimento social e sua consolidação e desafios durante os anos 80, até a atualidade.

Também para que se possa entender a historicidade dos cursos de formação sindical do SINPRO-DF, foi feita uma trajetória do surgimento, estruturação e funcionamento destes, dando ênfase a participação da CUT como afiançadora pedagógica de um contexto nacional que se firmou principalmente a partir do ano de 2004 com a realização do primeiro curso de formação sindical do SINPRO-DF e seus desdobramentos como a criação de outra etapa que é o curso avançado de formação sindical que passou a funcionar a partir do ano de 2008.

Dentro deste capítulo foi feito um estudo de caso sobre a greve dos professores da rede pública do Distrito Federal que ocorreu em 2012 e como este movimento teve reflexos na forma de mobilização, organização e postura de negociação e enfrentamento frente ao Governo do Distrito Federal (GDF).

No capítulo quatro apresenta-se uma história em quadrinhos voltada principalmente para o público dos professores da rede pública do Distrito Federal para que possam compreender a historicidade não só dos cursos de formação do SINPRO-DF perpassando pelos capítulos anteriores abordados no presente trabalho para que sirva de base como facilitador do conhecimento abordado na dissertação desenvolvida além de dar bases ao público dos professores a conceitos ligados ao surgimento do trabalho, movimentos sociais, direitos humanos e sindicalismo.

Após 2004 o Curso de Formação Sindical se tornou uma das ferramentas de manutenção da coesão da categoria e de manutenção da luta dos direitos trabalhistas, o que se refletiu na minoração das taxas de esvaziamento sindical frente a outras categorias do serviço público ou privado nacional.

Enfim, o ensino de História e a historicidade dos cursos de formação sindical do

SINPRO-DF são importantes para a investigação acadêmica, pois demonstram como a categoria do magistério se vê, e como busca alternativas para conseguir se mobilizar e se construir identitariamente, além de ser protagonista de sua própria narrativa.

1 TRABALHO E MOVIMENTOS SOCIAIS

1.1 Considerações metodológicas

O conceito e a utilização do termo história pode ser definido de várias formas. Coloquialmente referimo-nos ao termo para expressar um acontecimento passado (que pode ou não ter-se finalizado) e aqueles que já foram finalizados. Poder-se-ia também caracterizar o estudo dos acontecimentos passados, organizados na forma de uma disciplina acadêmica que estuda os acontecimentos passados (KOSELLECK et al., 2013).

Assim a História, enquanto campo de estudo acadêmico, é uma disciplina que utiliza métodos de investigação próprios. Caberia a esta disciplina analisar, de forma sistemática, os acontecimentos passados e buscar evidências que legitimem ou suportem a construção de modelos explicativos.

Por história, também poder-se-ia definir o registro de acontecimentos ou narrativas do passado. Eles podem ser derivados de fontes primárias (documentos, artefatos, relatos de testemunhas oculares) ou fontes secundárias (livros e outros artefatos de registros da memória).

Ela também representa uma continuidade que liga o passado ao presente e ao futuro. O presente é moldado pelos acontecimentos do passado que, por sua vez, moldam o futuro. Muitas vezes, também, registra uma forma de marcar o tempo ou evocar acontecimentos já finalizados. Nesse sentido, por exemplo, nossos avós são um grande acervo de histórias memoráveis a que a História apenas aprendeu a recorrer recentemente a partir das narrativas biográficas e histórias de vida.

Ao profissional do ensino de História, por mais evidente que possa soar, cabe o papel de debruçar-se sobre o passado. Dito isto, este “debruçar-se” é um verbo no qual cabem diversas abordagens, entre escolas de pensamento, correntes metodológicas e, até mesmo, óticas de construção de mundo.

Ser historiador ou exercer o ofício do ensino da disciplina, em um país periférico, já traz consigo uma série de consequências e até premissas. A História que chega até nós, como área do conhecimento e como disciplina acadêmica, é, sobretudo, uma construção eurocêntrica. “Escovar a história a contrapelo”, sem “nenhuma identificação com o vencedor”, não é uma tarefa trivial.

Estudar o percurso que deságua nas conquistas e dissabores do Sindicato dos Professores no Distrito Federal (SINPRO-DF) até a atualidade passa por examinar a História que se decidiu que deveria passar à posteridade em temas como o trabalho, os movimentos

sociais, o sindicalismo e o sindicalismo no Brasil, cartesianamente, até que se chegue a história do Sindicato dos Professores do Distrito Federal.

Perceber o caminho é uma forma de se conhecer o método; afinal, como diz Gil, “pode-se definir método como caminho para se chegar a determinado fim” (GIL, 2008, p. 8). Debruçar-se, pois, sobre a história do SINPRO-DF é percorrer um caminho de vários conceitos já trilhados, tantas dessas vezes por “vencedores”.

Cabe ao historiador lançar luz sobre esse caminho, produzindo material que permita ao leitor identificar o trajeto sem se perder; e dar, ele, historiador, um passo a mais, adicionando sua contribuição.

Nesse aspecto, cabe destacar a dimensão profissional desse programa de mestrado, voltado, assim, aos professores. Essa comunhão de papéis - historiador e professor - não é mero detalhe, no que tange ao tema sindicato dos professores, dado que o professor, muitas vezes, participou das lutas de seu sindicato, no caso o SINPRO-DF, na condição de assistido por tal entidade.

Gil (2008) nos lembra que “com relação às ciências sociais, pode-se mesmo dizer que dispõe de grande variedade de métodos”. A abordagem dessa pesquisa ainda oferece particularidades como a da diversidade de papéis, do historiador, do professor, do sindicalizado.

Evocando a antropofagia que pautou o ideário da Semana de Arte Moderna de 1922, é plausível imaginar que seja possível se apossar das estruturas que têm construído a História enquanto disciplina, das metodologias, e fazer uso dessa mesma História distanciando-se da “identificação com o vencedor” e buscando um prisma distinto, regurgitado e escovado a contrapelo.

O contraponto a uma identificação com o vencedor seria uma identificação com o vencido, tomando mais uma vez a máxima de Walter Benjamin. Para além da estrutura histórica que consolida um grupo de países, ainda que com alguma dinâmica, em condição privilegiada em relação aos outros, é possível trazer essa dicotomia vencedor/vencido para a história dos sindicatos. E, por muitas vezes, o sindicato atuou na condição de vencedor, historicamente, de um ponto de vista de conquistas sociais.

São avanços conquistados com muito custo, mas que são também inegáveis, considerando as melhorias nas condições de trabalho desde a eclosão da Revolução Industrial até os dias de hoje. Mudanças recentes na configuração do mundo laboral e na dança das ideologias do cenário contemporâneo, contudo, empurram o movimento sindical para a defensiva, a flertar com a condição de vencido.

Pensar uma meta é, também, para além do termo, pensar para além do trabalho, além

da História, pensar um além-sindicalismo. Ter como meta traçar a rota que trouxe o SINPRO-DF aos dias de hoje é um debruçar-se sobre o próprio significado do sindicalismo enquanto movimento social, enquanto ação humana.

A ação, inclusive, pode ser vista por um prisma weberiano, na medida em que a ideia básica da Sociologia de Weber é a da ação, em que, segundo a famosa definição, está incluído todo o comportamento humano à medida que o ator lhe atribui significado subjetivo

§ 2. A ação social, como toda ação, pode ser determinada: 1) de modo racional referente a fins: por expectativas quanto ao comportamento de objetos do mundo exterior e de outras pessoas, utilizando essas expectativas como "condições" ou "meios" para alcançar fins próprios, ponderados e perseguidos racionalmente, como sucesso; (WEBER, 2012, p. 15)".

O trabalho, encarado enquanto ação subjetiva humana, figura enquanto fio condutor de um dado percurso da história humana. Os movimentos sociais e, dentro destes, o sindicalismo, podem ser encarados, por vez, sob a faceta da ação.

A luta de classes, contudo, permanece como elemento central no que tange à construção histórica do sindicalismo, enquanto proposta de intervenção social e enquanto palco de surgimento desse tipo de associação. Enxergar os trabalhadores enquanto grupo a se fazer representado perpassa uma perspectiva de mundo, e uma visão de História. Entrelaçam-se a história dos sindicatos e a história dos trabalhadores, enquanto luta de classes e enquanto vislumbre da condição de trabalhador e das condições de trabalho.

Para além de uma ação subjetiva, o trabalho é também uma ação coletiva, uma ação de classe, e o sindicato se coloca exatamente como órgão de classe, que se arquiteta a partir desse prisma e se fundamenta em uma busca por direitos sociais. Cabe, inclusive, ao sindicato trabalhar essa intersecção entre a subjetividade do trabalhador enquanto indivíduo e a condição de coletividade do trabalhador enquanto classe social. Transitar de Weber a Marx não é tarefa trivial.

A atuação do SINPRO-DF, ao longo de seu percurso histórico, desdobra em ações grevistas, em campanhas salariais, em busca por protagonismo da categoria dos professores do Distrito Federal, é construída também internamente, em dinâmicas eleitorais e mesmo na formação que promove em relação a seus quadros e a quem almeja adentrar esse meio.

O SINPRO-DF, é importante destacar, possui uma visão institucional acerca da própria história, e do trajeto histórico do sindicalismo que permite seu surgimento enquanto entidade representativa. Empreende, pois, o Sindicato dos Professores do Distrito Federal uma meta-história sindical, centrada em sua ótica, e é objetivo, também, da presente pesquisa lançar luz sobre a percepção do SINPRO-DF do sindicalismo, em contraste com outras percepções históricas do mesmo fenômeno, enquanto ação.

Busca-se, então, analisar os impactos do curso de formação empreendido pelo SINPRO-DF, enquanto ação institucional e enquanto relação com o cenário atual, como estratégia de manutenção de seu modelo.

Para tanto, os documentos utilizados nesta pesquisa são oriundos do acervo próprio do SINPRO-DF, localizado na sede do sindicato, situada no Setor de Indústrias Gráficas (SIG), na capital federal, jornais *Correio Braziliense* e *Quadro Negro*.

A pesquisa documental se caracteriza pela análise de materiais que ainda não receberam tratamento analítico ou de documentos históricos que possam fornecer informações a partir de novas perspectivas de investigação. Ela pode utilizar documentos dos mais variados tipos como fonte de informação. “A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados se não com base em dados bibliográficos” (GIL, 2008, p. 45).

A pesquisa documental é frequentemente utilizada em áreas como educação e história, por meio de diversos tipos de documentos como diários, prontuários, relatórios, cartas, etc. No campo da história, são utilizados documentos históricos, iconográficos, de patrimônio material e imaterial, por exemplo.

A pesquisa documental apresenta semelhanças com a pesquisa bibliográfica, mas na pesquisa bibliográfica as fontes são sobretudo de material impresso e estão inscritas em documentos de um acervo, na pesquisa documental; as fontes são mais diversificadas (GIL, 2008).

O corpo desta investigação é composto, em sua maioria, por documentos textuais de arquivo, livros didáticos, jornais e artigos digitais. A construção do presente tema se deu por causa da escassez de registros sobre o presente tema, logo vi a necessidade em fazer uma dissertação nesse sentido.

Os documentos trazem credibilidade e representatividade à pesquisa, segundo a confiabilidade da fonte e o rigor metodológico que, sob o prisma do profissional de história, podem ser bem interpretadas e analisadas para a construção da presente temática.

A análise propriamente dita consiste na interpretação coerente dos documentos, considerando a temática e perguntas da pesquisa. O processo de análise documental envolve a avaliação de elementos como o contexto, os autores, a autenticidade, a natureza do texto e os conceitos-chave (CECHINEL et al., 2016).

1.2 Historicização do trabalho no mundo ocidental

Para que possamos compreender as nuances da historicidade dos cursos de formação

sindical do Sindicato dos Professores no Distrito Federal-SINPRO-DF, faz-se necessário realizar estudo histórico de como se desenvolveram as relações trabalhistas partindo de uma ótica da Pré-História até a contemporaneidade de maneira geral.

Assim, busca-se apresentar como se deu a estruturação do pensamento sobre as relações desenvolvidas no contexto trabalhista e suas consequências no campo social, ou seja, como se deu o desenvolvimento da mentalidade dos trabalhadores até o desenvolvimentos dos primeiros movimentos sindicais.

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana. (MARX, 2013, 167)

Logo, ao se debater e conceituar o que se entende como trabalho e seus desdobramentos dentro das relações sociais, podemos nos lançar à compreensão do fenômeno do surgimento dos movimentos sindicais tais como conhecemos hoje.

Pode-se dizer que o trabalho existe desde a Pré-História (2 milhões a.C. a.C.-3500 a.C.) e surgiu a partir do momento em que o homem utilizou instrumentos para sua sobrevivência e proteção visando alcançar, por meio de suas capacidades físicas e mentais, suas necessidades.

A cultura Paleolítica superior era acentuadamente mais avançada do que a anterior. Não só os instrumentos e utensílios eram mais bem-feitos, como também apresentavam maior variedade. Já não se fabricavam apenas com lascas de pedra ou, ocasionalmente, uma haste de osso; outros materiais, sobretudo chifre de rena e marfim eram utilizados com abundância. Como exemplos de instrumentos mais complexos podem-se apontar o anzol, o arpão, o lança-dardos bem no fim do período o arco e flecha. O uso de roupas é indicado pelo fato de os homens do Paleolítico superior terem inventado a agulha (feita de osso). Não sabiam tecer panos, mas peles de animais costuradas umas às outras, mostraram ser um sucedâneo satisfatório (BURNS, 1968, p. 8).

O trabalho se aperfeiçoou ao longo do tempo, conforme se dava o domínio da técnica sobre o meio natural. Já no período Neolítico, que se iniciou por volta de 10.000 a.C., ocorreu a sedentarização humana, decorrente do desenvolvimento de atividades como a agricultura, pecuária e pesca, o que possibilitou ao homem transformar cada vez mais o ambiente natural, para que se desenvolvesse uma produção direcionada ao atendimento das necessidades das nascentes sociedades do final do período Neolítico, já por volta de 3500 a.C., e do início da chamada Idade Antiga (3500 a.C - 476 d.C).

Em muitos sentidos, a Nova História da Pedra foi a mais importante na história do mundo até então. O nível de progresso material atingiu novas culminâncias. As populações neolíticas exerciam melhor controle sobre seu meio ambiente que

qualquer de suas predecessoras. Tinham menos probabilidade de perecer devido a uma mudança das condições climáticas ou porque viesse a escassear parte de seus recursos alimentares. Essa vantagem decisiva resultou, sobretudo, do desenvolvimento da agricultura e da domesticação de animais. Enquanto todas as populações que viveram anteriormente eram coletoras, as populações neolíticas *produziam* alimentos. O cultivo da terra e a manutenção de rebanhos e manadas proporcionaram-lhes fontes muito mais seguras de alimentos e, em certas épocas, até lhes garantiam um excedente. O desenvolvimento da agricultura, uma das mais importantes dentre todas as transições da história humana, criou condições para uma vida sedentária e possibilitou o aumento da população. Foram esses os elementos de uma grandiosa revolução social e econômica cuja importância seria impossível exagerar (BURNS, 1968, p. 11).

Durante o período da Idade Antiga, destacaram-se duas formas de se enxergar o mundo do trabalho. Primeiramente, o modo de produção asiático, que se desenvolveu principalmente no Egito Antigo (3200 a.C a 30 a.C), e se caracterizava pela existência de uma deificação do seu chefe político e religioso, o Faraó. Tal sociedade, em regra, funcionava de maneira servil, não havendo propriedades privadas, tal como conhecemos hoje, e existindo, inclusive, presença de mão de obra escrava.

Durante a maior parte da história do Egito a população estava dividida em cinco classes: a família real; os sacerdotes; os nobres; a classe média dos escribas, mercadores, artífices e agricultores abastados; e os camponeses, que constituíam o grosso da população. Durante o império foi acrescentada uma sexta classe - a dos soldados profissionais, que se situavam imediatamente abaixo dos nobres. Nesse período foram também capturados milhares de escravos, os quais, durante certo tempo, formaram uma sétima classe. Desprezados por todos, eram forçados a trabalhar nas pedreiras do governo e nas terras pertencentes ao templo. Aos poucos, no entanto, permitiu-se-lhes, o alistamento no exército e até no serviço pessoal do faraó. Deixaram de constituir uma classe separada. A posição relativa das várias classes na sociedade mudava de tempos em tempos. No Antigo Reino, os nobres e os sacerdotes tinham a supremacia entre todos os súditos do faraó. Durante o Médio Reino, chegou a vez da classe dos plebeus. Mercadores, artífices e agricultores ganharam concessões do governo. É especialmente digno de nota o papel preponderante que mercadores e industriais desempenharam nesse período. A fundação do Império, acompanhada, como foi, pela ampliação das funções administrativas, deu origem à ascendência de uma nova nobreza, formada principalmente por burocratas. Os sacerdotes também ganharam mais poder, com o crescimento da magia e do ritualismo (BURNS, 1968, p. 33).

O outro modo de produção que se destacou na Idade Antiga foi o das sociedades da Grécia Antiga e Roma, caracterizado por um regime calcado no trabalho escravo. Havia propriedade privada nessas sociedades e cabe dizer que o trabalho era visto com desprezo e reservado aos escravos, sobretudo os que envolviam esforço físico.

Aos cidadãos das Cidades-Estado gregas, cabia dedicar-se ao ócio criativo, afastando-se dos trabalhos manuais e dedicando-se às artes e à política

Uma das marcas do povo grego antigo é a importância dada ao ócio, englobadas nesse conceito várias atividades que dele dependiam, tais como os esportes, a apreciação das artes e a filosofia. As cidades-estado gregas, já no século VIII a.C., possuíam um complexo e consolidado sistema de educação de suas crianças e jovens, o qual mudava em procedimento, ou mesmo em finalidade, de uma cidade para outra, mas que

mantinha uma característica fundamental: a preparação do indivíduo para o aprimoramento físico e humanístico (SOUZA, R., 2014, p. 17).

A própria origem da palavra trabalho vem do latim *tripalium*, que era um instrumento de tortura utilizado pelos romanos contra escravos e homens livres que se recusavam a pagar impostos. Os romanos viam o trabalho de maneira muito semelhante à dos gregos e com a transição da Idade Antiga para a Idade Média, no século V d.C., essa mentalidade permaneceu na estrutura social europeia.

na Grécia da Antiguidade o trabalho braçal era considerado como um fardo que não cabia aos homens livres, ao passo que o ócio contemplativo era reverenciado e essencial à vida do cidadão grego. Já em Roma, percebe-se uma interseção de algumas características culturais, notadamente, no que se refere à relação do cidadão com o ócio, condição valorada em detrimento do trabalho braçal, reservado a escravos, lavradores livres e artesãos, em sua maior parte (SOUZA, R., 2014, p. 43).

A Idade Média (476 d.C-1453 d.C.) representou uma drástica mudança no que tange às estruturas de organização laboral no mundo europeu, refletido em uma perda de complexidade das camadas da sociedade. Até a revolução agrícola, que começaria por volta de 1050 e se desenrolou até por volta do ano 1250, a situação era ainda mais significativamente precária.

O trabalhador agrícola, o “homem de enxada”, sustentou materialmente a civilização europeia, mercê de sua labuta, mais que qualquer outra pessoa até a industrialização dos tempos modernos. No entanto, por incrível que possa parecer, até 1050 mais ou menos ele raramente dispunha sequer de uma enxada. Os inventários de instrumentos agrícolas no período carolíngio mostram que, mesmo nas propriedades rurais mais abastadas, os instrumentos de metal eram raríssimos e que até mesmo os instrumentos de madeira eram tão poucos que decerto muitos trabalhadores tinham de lutar contra a natureza usando literalmente as mãos. Entre aproximadamente 1050 e 1250, tudo isso mudou. Ocorreu nesses dois séculos uma revolução agrícola que alterou de todo a natureza e aumentou muitíssimo a produção nos campos da Europa ocidental (BURNS, 1968, p. 238).

A servidão como modelo de trabalho começou a se esgotar a partir do século XIII, abrindo margem para uma nova dinâmica produtiva e dando início à ideia de um mercado livre, que se concretizaria em função de um excedente de produção.

Por todos esses meios, a servidão chegou ao fim na maior parte da Europa durante o século XIII. O processo, no entanto, ocorreu mais depressa ou mais devagar em diferentes áreas – retardou-se um pouco na Inglaterra e raramente foi tão completo que os ex-servos não ficaram a dever algum resquício de serviços e tributos a poderosos senhores locais. Na França, esses resquícios sobreviveram, como irritantes indignidades, até a Revolução Francesa em 1789. Os servos libertados muitas vezes continuavam a trabalhar comunalmente, mas agora havia camponeses livres, que produziam mais para o mercado livre do que para sua própria subsistência (BURNS, 1968, p. 246).

O Renascimento Comercial e Cultural (Séculos XIII ao XVI) configurou uma

mudança mais sistemática, com o advento da burguesia e com a estruturação do mercantilismo. Isso foi gradualmente mudando as estruturas econômicas, sociais e políticas existentes na Europa Ocidental, revitalizando o comércio e reintroduzindo a prática de utilização da moeda.

Essa revivescência do comércio trouxe a necessidade de novos sistemas de pagamento e de novas técnicas de comércio. Um de seus resultados mais importantes foi que a Europa ocidental voltou a uma economia monetária, depois de aproximadamente quatro séculos durante os quais a moeda cunhada não foi praticamente empregada como meio de troca. A herdade tradicional tinha sido quase auto-suficiente e os poucos artigos que ela não produzia podiam ser facilmente obtidos através de escambo. Todavia, com o crescimento dos mercados as moedas metálicas tornaram-se indispensáveis. A princípio essas moedas representavam valores ínfimos, mas com o crescimento do comércio de luxo no Ocidente os valores cresceram rapidamente; no século XIII, estados italianos como Florença e Veneza emitiram moedas de ouro (BURNS, 1968, p. 248).

A Idade Média, já em seu final na chamada Baixa Idade Média, entre os séculos XI ao XV, também foi palco para o surgimento de um tipo de organização econômico-social que se estruturou em torno da ideia de profissão. As Corporações de Ofício, ou Guildas de Ofício, vistas como uma reunião de pessoas e interesses em torno da profissão, podem já ser encaradas, em alguma medida, como um movimento que lança as bases para um proto-sindicalismo, ainda que centrado em torno de figuras quase patronais.

Da mesma forma, as guildas de ofícios regulavam os negócios dos artífices. Em geral, seus únicos membros plenos, com direito a voto, eram os chamados artífices-mestres, exímios em seus ofícios e que possuíam suas próprias lojas. Assim, se quisermos comparar essas guildas com os sindicatos modernos, melhor será dizer que eram sindicatos patronais. Como membros de segunda-classe, as guildas de ofícios tinham os aprendizes, que haviam aprendido seus ofícios, mas que ainda trabalhavam para os mestres. (A palavra “jornaleiro”, no sentido aqui empregado, vem de “jornal”, derivado do latim *diurnale*, “diário”, isto é, salário pago por um dia de trabalho.) As condições de aprendizado eram cuidadosamente regulamentadas: se um aprendiz desejasse tornar-se mestre tinha muitas vezes de produzir uma “obra-prima”, a ser julgada pelos mestres da guilda. Tal como as guildas de mercadores, as de ofício procuravam preservar os monopólios e limitar a competição. Assim, estabeleciam a uniformidade de preços e salários, proibiam os serões e elaboravam minuciosos regulamentos com relação aos métodos de produção e à qualidade dos materiais. Além de suas funções econômicas, os dois tipos de guildas cumpriam importantes funções sociais. Com frequência serviam como associações religiosas, sociedades caritativas e clubes sociais. Assim, em algumas cidades, chegaram perto de se tornarem governos em miniatura (BURNS, 1968, p. 251).

A Reforma Protestante de 1517, iniciada por Martinho Lutero¹, foi consequência do

¹ Martinho Lutero (em alemão: Martin Luther; Eisleben, 10 de novembro de 1483 – Eisleben, 18 de fevereiro de 1546) foi um monge agostiniano e professor de teologia germânico que tornou-se uma das figuras centrais da Reforma Protestante. Levantou-se veementemente contra diversos dogmas do catolicismo romano, contestando sobretudo a doutrina de que o perdão de Deus poderia ser adquirido pelo comércio das indulgências. Essa discordância inicial resultou na publicação de suas famosas 95 Teses em 1517, em um contexto de conflito aberto contra o vendedor de indulgências, Johann Tetzel. Sua recusa em retratar-se de seus escritos, a pedido do Papa Leão X em 1520 e do imperador Carlos V na Dieta de Worms em 1521, resultou em sua excomunhão da Igreja Romana e em sua condenação como um fora-da-lei pelo imperador do Sacro Império Romano Germânico.

Renascimento Cultural e efervescência cultural desta época, o que implicou também na estrutura religiosa, política e de visão de mundo.

Outro importante reformista foi João Calvino² (1509-1564), que modificou a percepção de castigo e sofrimento associadas à atividade laboral durante as Idades Antiga e Média ao propor uma predestinação da salvação associada à prosperidade e ao trabalho duro como sinais da trajetória dos eleitos para o reino dos céus. Essa ótica foi fundamental para a legitimação da expansão capitalista, sobretudo nos países protestantes europeus, tal como o sociólogo Max Weber demonstrou em seu livro *Ética Protestante e o Espírito Capitalista*.

Fundamental também para a transformação acerca da visão de trabalho, a Reforma Protestante ressignificou a percepção da relação entre as pessoas e o trabalho, a partir da Europa e em direção a parte do chamado Novo Mundo, ao estabelecer um contexto metafísico que implicaria uma valorização do trabalho e do esforço, em consonância com a ideia calvinista de salvação.

Em nenhum lugar fora da civilização ocidental se desenvolveu esse tipo de capitalismo. Max Weber se perguntou em que medida uma atitude particular em relação ao trabalho, determinada por crenças religiosas, teria constituído o fato diferencial, presente no Ocidente e inexistente em outras regiões, capaz de explicar o rumo singular da história do Ocidente (ARON, 1999, p. 479).

Esta situação pode ser descrita na Inglaterra, que é o exemplo clássico onde houve a superação do mercantilismo devido a uma série de fatores tais como: meios naturais favoráveis (como carvão mineral), burguesia consolidada, monarquia parlamentar e uma *Ética Protestante* estabelecida.

A percepção de trabalho dentro da mentalidade calvinista foi de fundamental importância dentro do contexto social e político da Inglaterra durante os séculos que sucederam a Reforma Protestante. Após a reforma inglesa feita por Henrique VIII³, as ideias sobre o trabalho passaram de uma visão de castigo divino para a de um ascetismo, pois o calvinista

²João Calvino (Noyon, 10 de julho de 1509 – Genebra, 27 de maio de 1564) foi um teólogo, líder religioso e escritor cristão francês. Considerado como um dos principais líderes da Reforma Protestante, em particular na França, as ideias de Calvino tiveram uma grande influência não apenas sobre a teologia cristã, mas também sobre a vida social, a política e até mesmo o sistema econômico de diversos países, sendo amplamente consideradas como tendo possuído um forte impacto na formação do mundo moderno. O sistema teológico bíblico que ele criou é geralmente conhecido como calvinismo, ainda que o próprio Calvino tivesse repudiado veementemente o uso de tal nome para descrevê-lo. Esta variante do protestantismo viria a ser bem-sucedida em países como a Suíça (país de origem), Países Baixos, África do Sul (entre os africanos), Inglaterra, Escócia e Estados Unidos.

³Henrique VIII (28 de junho de 1491 – 28 de janeiro de 1547) foi Rei da Inglaterra e da Irlanda de 1509 até sua morte em 1547, mais conhecido por seus seis casamentos e por seus esforços para anular seu primeiro casamento (com Catarina de Aragão). O seu desacordo com o Papa Clemente VII sobre tal anulação levou Henrique a iniciar a Reforma Inglesa, separando a Igreja da Inglaterra da autoridade papal. As suas lutas contra Roma conduziram à recusa da autoridade papal da igreja inglesa, à dissolução dos mosteiros e à sua autoproclamação como Chefe Supremo da Igreja de Inglaterra.

deveria estar dentro de um contexto de prosperidade que incentivava o acúmulo inconsciente de capital e a valorização do trabalho como proximidade de Deus e da salvação.

Com isso, além desta situação acima descrita, cabe dizer que a burguesia inglesa, após a Revolução Inglesa⁴ de 1642, teve um ambiente favorável para o desenvolvimento de instituições liberais. E, enquanto a busca por estabilidade era uma constante na parte continental da Europa, diante do crescimento das ideias liberais e do Iluminismo, que faziam contraste com monarquias absolutistas, a Inglaterra desfrutava desse contexto favorável para consolidar seus avanços frente a seus vizinhos e concorrentes. Nem a perda das 13 colônias da América do Norte em 1776 trouxe impacto que não pudesse ser absorvido sem que fosse afetado o dinamismo de sua economia.

Em si mesma, a dissidência colonial ou provinciana não foi fatal. As velhas e estabelecidas monarquias podiam sobreviver à perda de uma província ou duas, e a principal vítima da autonomia das colônias, a Grã-Bretanha, não sofria das fraquezas dos velhos regimes e portanto continuou tão estável e dinâmica como sempre, apesar da revolução americana. Eram poucas as regiões onde as condições puramente domésticas eram suficientes para uma maior transferência do poder. O que tornou a situação explosiva foi a rivalidade internacional (HOBSBAWM, 1991, p. 24).

A soma da chamada Ética Protestante, com o apoio da burguesia inglesa ao novo contexto econômico e social, permitiu que os ingleses alterassem as relações de trabalho, chegando ao estágio da chamada Revolução Industrial já em meados do século XVIII. Tal contexto se pautava pela presença de recursos naturais importantes tais como: o ferro, o carvão mineral e o desenvolvimento tecnológico representado pelo tear automático e pelos motores a vapor.

O algodão, ainda que proveniente de fora da Inglaterra, teve papel central no desenvolvimento da indústria têxtil, e está no sucesso inglês no estabelecimento de sua Revolução Industrial.

O algodão, portanto, fornecia possibilidades suficientemente astronômicas para tentar convencer os empresários privados a se lançarem na aventura da revolução industrial e também uma expansão suficientemente rápida para torná-la uma exigência. Felizmente ele também fornecia as outras condições que a tornaram possível. Os novos inventos que o revolucionaram — a máquina de fiar, o tear movido a água, a fiadeira automática e, um pouco mais tarde, o tear a motor — eram suficientemente simples e baratos e se pagavam quase que imediatamente em termos de maior produção. Podiam ser instalados, se necessário peça por peça, por homens que começavam com algumas libras emprestadas, já que os homens que controlavam as maiores fatias da riqueza do século XVIII não estavam muito inclinados a investir grandes somas na indústria. A expansão da indústria podia ser facilmente financiada

⁴Revolução Inglesa (ou Revoluções Inglesas) foi o resultado de movimentos políticos e sociais que ocorreram entre os anos de 1640 e 1688 na Inglaterra. Resultou no fim do absolutismo nesse país e na implantação de uma monarquia parlamentar, regime no qual o rei está submetido ao parlamento.

através dos lucros correntes, pois a combinação de suas vastas conquistas de mercado com uma constante inflação dos preços produzia lucros fantásticos. “Não foram os 5 ou 10%”, diria mais tarde um político inglês, com justiça, “mas as centenas ou os milhares por cento que fizeram as fortunas de Lancashire” (HOBSBAWM, 1991, p. 32).

As mudanças nas relações de trabalho já se fizeram sentir no chamado processo de cercamento, que, aos poucos, foi deslocando a mão de obra do meio rural para as cidades inglesas, o que permitiu o surgimento de um excedente de mão de obra para as primeiras indústrias, que foi denominado proletariado⁵.

Mas as condições adequadas estavam visivelmente presentes na Grã-Bretanha, onde mais de um século se passara desde que o primeiro rei tinha sido formalmente julgado e executado pelo povo e desde que o lucro privado e o desenvolvimento econômico tinham sido aceitos como os supremos objetivos da política governamental. A solução britânica do problema agrário, singularmente revolucionária, já tinha sido encontrada na prática. Uma relativa quantidade de proprietários com espírito comercial já quase monopolizava a terra, que era cultivada por arrendatários empregando camponeses sem terra ou pequenos agricultores. Um bocado de resquícios, verdadeiras relíquias da antiga economia coletiva do interior, ainda estava para ser removido pelos Decretos das Cercas (Enclosure Acts) e as transações particulares, mas quase praticamente não se podia falar de um “campesinato britânico” da mesma maneira que um campesinato russo, alemão ou francês. As atividades agrícolas já estavam predominantemente dirigidas para o mercado; as manufaturas de há muito tinham-se disseminado por um interior não feudal. A agricultura já estava preparada para levar a termo suas três funções fundamentais numa era de industrialização: aumentar a produção e a produtividade de modo a alimentar uma população não agrícola em rápido crescimento; fornecer um grande e crescente excedente de recrutatas em potencial para as cidades e as indústrias; e fornecer um mecanismo para o acúmulo de capital a ser usado nos setores mais modernos da economia. (Duas outras funções eram provavelmente menos importantes na Grã-Bretanha: a criação de um mercado suficientemente grande entre a população agrícola — normalmente a grande massa do povo — e o fornecimento de um excedente de exportação que contribuísse para garantir as importações de capital.) (HOBSBAWM, 1991, p. 29).

As relações trabalhistas desenvolvidas neste período se caracterizaram pela perda da autonomia do operário, que se tornou proletário, pois só dispunha, na maioria das vezes, de sua mão de obra para vender e não mais tinha a sua disposição os meios de produção para que pudesse estabelecer uma fábrica ou se manter de forma autônoma, dentro do contexto industrial inglês.

Os ingleses conseguiram se tornar a primeira nação industrializada do mundo e com isso trouxeram consigo para outras partes do mundo várias das ideias liberais que estavam sendo gestadas no período que chamamos de Iluminismo⁶ (séculos XVII-XVIII) e também do chamado Liberalismo político e econômico.

Liberalismo e Iluminismo se entrecruzam sob diversos prismas, nas críticas que fazem

⁵ Proletariado é um conceito usado para definir a classe oposta à classe capitalista. O proletário consiste daquele que não tem nenhum meio de vida exceto sua força de trabalho (suas aptidões), que ele vende para sobreviver.

⁶ Iluminismo foi um movimento filosófico e intelectual que aconteceu entre os séculos XVII e XVIII na Europa, em especial, na França. Os pensadores iluministas defendiam as liberdades individuais e o uso da razão para validar o conhecimento.

em relação às práticas da igreja, derivadas ainda de um mundo medieval e que se manifestavam, por exemplo, na negação de uma ciência que emergia à luz de uma nova concepção de método. O liberalismo, contudo, elege a figura do indivíduo como centro de sua visão de mundo, enquanto o iluminismo busca libertar a humanidade como um todo de seu cativeiro de “trevas”.

O Liberalismo se fez presente no campo político, criticando o Estado absolutista europeu de forma geral, pois filósofos como John Locke (1632-1704) buscaram sedimentar uma série de garantias de direitos, sobretudo ligados à propriedade, que resultavam na limitação do poder real, em um contexto ainda de absolutismo. O filósofo e pensador Montesquieu (1689-1755) buscou teorizar um modelo de Estado que se pautasse por uma estrutura que dificultasse o abuso do poder, que seria dividido em três esferas: executivo, legislativo e judiciária. É importante, assim, salientar também a importância da França, enquanto campo de florescimento do pensamento liberal, para além da Inglaterra, local de surgimento dessa corrente.

Embora o Iluminismo dominasse muito de sua inspiração da obra de ingleses, e ainda que fosse um fenômeno da Europa em geral, alcançou o apogeu de sua glória na França, onde suas ideias foram expressas nas obras de um grupo que dava a si próprio o nome de *philosophes*. É indubitável que o principal expoente e propagandista do Iluminismo foi François Marie Arouet, que usava o pseudônimo de Voltaire e que simbolizava o Iluminismo como Lutero simbolizava a Reforma ou Michelangelo a Renascença italiana (BURNS, 1968, p. 461).

Já no campo econômico, o Liberalismo foi importante para a ascendente classe econômica ligada à burguesia industrial para que legitimasse práticas como a acumulação financeira e a diminuição do Estado na economia, sobretudo por meio dos pensamentos de autores David Ricardo (1772-1823) e Adam Smith (1723-1790), dando condições para que houvesse uma estruturação, inicialmente dentro do Estado inglês, de condições necessárias para a formação de uma burguesia e de um proletariado.

O pensamento liberal econômico se fez representar por meio da metáfora da “mão invisível”, que representa o mecanismo que rege a dinâmica social de preços, por meio da lei da oferta e da demanda. Tal pensamento é a estruturação de uma ótica religiosa de não-intervencionismo divino em sua obra, validando assim uma lógica de meritocracia, calcada em um modelo de acumulação.

“...numa sociedade de mercado (uma sociedade comercial, como era chamada na época de Smith), a melhor maneira de assegurar o máximo bem-estar para todos é deixar os indivíduos interagirem com base no seu interesse. A benevolência não garante pão para todos nos termos indicados no parágrafo anterior, seria portanto uma prefiguração dos teoremas da economia do bem-estar e a afirmação de que mercados competitivos garantem uma eficiência estática. Além disso, essa leitura da “mão invisível” tem sido associada à noção de *laissez-faire*, uma vez que só se os indivíduos forem deixados livres para negociar com base no seu próprio interesse e evitar distorcer as suas escolhas com objetivos políticos de “bem público”, ou seja, deixar

a lei da oferta e da procura funcionar, é assegurado o máximo bem-estar econômico.” (GUIDI, 2021, p. 38).

A chamada Primeira Revolução Industrial (1760-1850) impôs uma realidade nova ao proletariado inglês, que foi obrigado a se organizar nos primeiros movimentos sociais, visando a um enfrentamento desta realidade na qual novas relações trabalhistas e de produção foram impostas a esse grupo social.

Os movimentos sociais, durante os séculos subsequentes, serão uma constante que se fará representar pelos sindicatos e cooperativas e influenciará até mesmo na construção de constituições, como as do México de 1917 e da República de Weimar de 1919, que consagram os direitos trabalhistas como direitos fundamentais.

2 MOVIMENTOS SOCIAIS E DIREITOS SOCIAIS

A caracterização de movimento social não é uma estrutura engessada, como nos alerta Gohn, variando no tempo e no espaço. A construção do conceito, no campo das ciências sociais, em geral, sucede a ocorrência e a percepção de acontecimentos no mundo, fora da realidade acadêmica. Para além disso, uma vez proposto, um conceito está sujeito a ressignificações. A ação social, enquanto ação coletiva, antecede, pois, o advento de seu conceito, desdobrando-se ao longo de séculos.

Na atualidade, os movimentos sociais são distintos tanto daqueles que levaram à sua emergência na cena pública do século XIX e nas primeiras décadas do século XX (movimento operário e movimentos revolucionários desde a Revolução Francesa) como dos movimentos que emergiram nos Estados Unidos nos anos de 1960 (direitos civis, feminismo, contra a Guerra do Vietnã, estudantil, etc.). Na América Latina, especialmente no Brasil, os atuais movimentos sociais são distintos dos movimentos que ocorreram na fase do regime político populista, assim como são diferentes também dos movimentos do final da década de 1970 e parte dos anos de 1980 (movimentos pastorais, grupos políticos de oposição ao regime militar etc.), embora muitos dos atuais movimentos sejam herdeiros dos anos de 1980 (GOHN, 2014, p. 11).

A luta por Direitos Humanos se insere nesse contexto de variações do conceito, de cenários que se entrelaçam em torno da ação social e da conquista de direitos. O sindicalismo também figura como parte dessa construção, como tema destacado da segunda geração de Direitos Humanos, levando-se em consideração a classificação de Karel Vasak.

2.1 Historicidade dos direitos humanos

Há mais de uma abordagem possível para se pensar os Direitos Humanos enquanto construção histórica e social. Lynn Hunt, por exemplo, em “A Invenção dos Direitos Humanos”, escolhe destacar como marcos a Revolução Americana de 1776 e a Revolução Francesa de 1789, dado que, na visão da autora, a proposição de tais direitos deve possuir algumas características.

Os direitos humanos requerem três qualidades encadeadas: devem ser *naturais* (inerentes nos seres humanos), *iguais* (os mesmos para todo mundo) e *universais* (aplicáveis por toda parte). Para que os direitos sejam direitos *humanos*, todos os humanos em todas as regiões do mundo devem possuí-los igualmente, é apenas por causa de seu status como seres humanos (HUNT, 2007, p. 19).

Somente por meio dessas revoluções, na visão de Hunt, teriam se congregado essas três qualidades concomitantemente, mesmo que os Estados Unidos mantivessem o modelo escravocrata e as mulheres passassem ao largo de tais declarações, como evidencia o próprio

título da declaração que vem da França por conta dos acontecimentos de 1789, Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

Mas, se as mulheres devem ser excluídas, sem voz, da participação dos direitos naturais da humanidade, prove antes, para afastar a acusação de injustiça e inconsistência, que elas são desprovidas de razão; de outro modo, essa falha em sua NOVA CONSTITUIÇÃO sempre mostrará que o homem deve de alguma forma agir como um tirano, e a tirania, quando mostra sua face despidorada em qualquer parte da sociedade, sempre solapa a moralidade (WOLLSTONECRAFT, 2020, p. 24).

E isso não passou despercebido, tendo sido objeto de contestação, inclusive, por Mary Wollstonecraft em 1792, em sua obra “Reivindicação dos Direitos da Mulher”, que dialogava com a declaração francesa de 1789 e buscava construir uma argumentação racional em torno do usufruto por parte das mulheres desses direitos que se buscavam universais. É interessante notar o emprego da expressão “direitos naturais” por parte de Wollstonecraft, uma vez que a própria Hunt discorre sobre a possibilidade de intercalar o termo com “direitos humanos”, nesse percurso de consolidação de significados.

Uma breve incursão na história dos termos ajudará a fixar o momento do surgimento dos direitos humanos. As pessoas do século XVIII não usavam frequentemente a expressão "direitos humanos" e, quando o faziam, em geral queriam dizer algo diferente do significado que hoje lhe atribuímos. Antes de 1789, Jefferson, por exemplo, falava com muita frequência de "direitos naturais". Começou a usar o termo "direitos do homem" somente depois de 1789. Quando empregava "direitos humanos", queria dizer algo mais passivo e menos político do que os direitos naturais ou os direitos do homem (HUNT, 2007, p. 20).

Seja qual for o termo utilizado, fato é que não era necessária muita busca para perceber que a universalidade proposta por esse paradigma de se pensar direitos não era tão universal assim, dado que não incluía, certamente, mulheres e escravos, por exemplo, e a escolha por elencar duas das grandes revoluções atlânticas, nos Estados Unidos e na França, mas esquecer da Revolução de São Domingos ou Haitiana de 1791, já é uma escolha que tem significado em relação à noção de então de direitos e na construção de hoje do panorama de direitos humanos. No que tange à condição da mulher, a própria Hunt discorre sobre o assunto.

Embora consideremos naturais as ideias de autonomia e igualdade, junto com os direitos humanos, elas só ganharam influência no século XVIII. O filósofo moral contemporâneo J. B. Schneewind investigou o que ele chama de "a invenção da autonomia". "A nova perspectiva que surgiu no fim do século XVIII", afirma ele, "centrava-se na crença de que todos os indivíduos normais são igualmente capazes de viver juntos numa moralidade de autocontrole." Por trás desses "indivíduos normais" existe uma longa história de luta. No século XVIII (e de fato até o presente) não se imaginavam todas as "pessoas" como igualmente capazes de autonomia moral. Duas qualidades relacionadas, mas distintas estavam implicadas: a capacidade de raciocinar e a independência de decidir por si mesmo. Ambas tinham de estar presentes para que um indivíduo fosse moralmente autônomo. Às crianças e aos insanos faltava a necessária capacidade de raciocinar, mas eles poderiam algum dia ganhar ou recuperar

essa capacidade. Assim como as crianças, os escravos, os criados, os sem propriedade e as mulheres não tinham a independência de status requerida para serem plenamente autônomos. As crianças, os criados, os sem propriedade e talvez até os escravos poderiam um dia tornar-se autônomos, crescendo, abandonando o serviço, adquirindo uma propriedade ou comprando a sua liberdade. Apenas as mulheres não pareciam ter nenhuma dessas opções: eram definidas como inerentemente dependentes de seus pais ou maridos. Se os proponentes dos direitos humanos naturais, iguais e universais excluía automaticamente algumas categorias de pessoas do exercício desses direitos, era primariamente porque viam essas pessoas como menos do que plenamente capazes de autonomia moral (HUNT, 2007, p. 26).

A luta para que a universalidade proposta nessa concepção de humanidade e de Direitos Humanos, a que faz referência Hunt se torne algo além de um ideal é uma luta constante, composta por avanços e recuos. As mulheres, nesse sentido, parecem trilhar um caminho ainda mais árduo que o dos homens, lutando para assegurar direitos usufruídos pelos homens antes delas, como foi o caso do voto, por exemplo.

Tal análise é importante, pois além de se debruçar sobre a universalização dos direitos humanos, apresenta uma visão ligada, sobretudo, às mulheres, que compõem historicamente a maioria da categoria do magistério.

2.2 As gerações de direitos humanos

Em 1979, Karel Vasak, jurista tcheco-francês, em aula inaugural para o Instituto Internacional de Direitos Humanos de Estrasburgo, trouxe, pela primeira vez, a ideia de conceber os Direitos Humanos sob uma perspectiva de gerações, em uma clara referência ao lema da Revolução Francesa. André de Carvalho Ramos discorre sobre essa inspiração.

Cada geração foi associada, na Conferência proferida por Vasak, a um dos componentes do dístico da Revolução Francesa: “liberté, égalité et fraternité” (liberdade, igualdade e fraternidade). Assim, a primeira geração seria composta por direitos referentes à “liberdade”; a segunda geração retrataria os direitos que apontam para a “igualdade”; finalmente, a terceira geração seria composta por direitos atinentes à solidariedade social (“fraternidade”) (RAMOS, 2014, p 89).

Tal divisão se tornou bastante difundida, desde então, provavelmente em função do caráter didático com que se apresenta, e foi complementada por diversos autores e de diversas formas, incluindo novas gerações de direitos humanos, por exemplo, mas tornando canônicas as três gerações que fazem alusão ao ideário revolucionário francês.

A primeira geração de direitos evoca os primórdios da era moderna e os Estados absolutistas que a compuseram, cenário no qual o soberano gozava de poderes imensos e poucas barreiras dentro do próprio Estado a sua atuação. O poder real era justificado por explicações de cunho religioso, e só encontrava barreiras externas, na disputa com os outros Estados modernos que também se formavam.

A primeira geração engloba os chamados direitos de liberdade, que são direitos às prestações negativas, nas quais o Estado deve proteger a esfera de autonomia do indivíduo. São denominados também “direitos de defesa”, pois protegem o indivíduo contra intervenções indevidas do Estado, possuindo caráter de distribuição de competências (limitação) entre o Estado e o ser humano (RAMOS, 2014, p. 90).

Essa primeira geração também é chamada de geração negativa, uma vez que almeja, enquanto pretensão de construção de direitos, limitar o poder do Estado, enquanto categoria que se identifica com o governo e, mais especificamente, é representado por um monarca absolutista.

O Iluminismo, ou Ilustração, foi uma vertente da oposição aos regimes absolutistas europeus, enquanto corrente filosófica que se opunha não apenas às trevas representadas pelo domínio da Igreja Católica Romana durante a chamada era medieval, como também se opunha à tirania dos reis absolutistas, que veio com a concentração do poder nas mãos de um monarca. Há, além desse ponto, um deslocamento de perspectiva em relação à era medieval, do teocentrismo em direção ao antropocentrismo, que acarreta mudança de prisma em relação à razão por trás do status quo, do âmbito divino para o das ações humanas.

Em primeiro lugar, temos a valorização do homem como sujeito da história. Outrora submetido à ação da Providência divina ou aos caprichos do destino e da natureza, o homem passa a ser visto como possuidor de autonomia e capacidade para interferir no mundo e formatar sua própria realidade. Tudo o que diz respeito à vida em sociedade – inclusive o que pode ser apontado como negativo – é fruto da ação do próprio homem. A desigualdade, por exemplo, não é mais encarada simplesmente como um dado da natureza, mas como resultado de relações humanas historicamente constituídas (TOSI, 2004, p. 58).

São também conhecidos por direitos civis ou políticos, estes de primeira geração, e giram em torno do indivíduo, que se contrapunha ao Estado, e transitam em torno dos ideais do Liberalismo, além do já mencionado Iluminismo.

A segunda geração, proposta na concepção de Karel Vasak, é a que versa sobre direitos sociais e coletivos, em contraste com a primeira, centrada no indivíduo. São os direitos de igualdade, na alusão ao lema da Revolução Francesa de 1789.

A segunda geração de direitos humanos representa a modificação do papel do Estado, exigindo-lhe um vigoroso papel ativo, além do mero fiscal das regras jurídicas. Esse papel ativo, embora indispensável para proteger os direitos de primeira geração, era visto anteriormente com desconfiança, por ser considerado uma ameaça aos direitos do indivíduo. Contudo, sob a influência das doutrinas socialistas, constatou-se que a inserção formal de liberdade e igualdade em declarações de direitos não garantiam a sua efetiva concretização, o que gerou movimentos sociais de reivindicação de um papel ativo do Estado para assegurar uma condição material mínima de sobrevivência (RAMOS, 2014, p. 90).

O deslocamento de foco para essa etapa, relacionada à construção dos Direitos Humanos, do indivíduo em direção ao coletivo, não é mero acaso, e reflete as transformações

promovidas por revoluções como a industrial, a americana, a francesa e a haitiana. Transformações tão drásticas que ensejaram, inclusive, a mudança da modernidade em direção à contemporaneidade.

Hunt já havia alardeado a importância das revoluções Francesa e Americana para a construção do percurso dos direitos humanos. Hobsbawm, sendo mais amplo e mirando a transformação da Europa, aponta uma dupla revolução diversa nesse caso, a industrial, principiada na Inglaterra, e a Revolução Francesa, como uma “cratera gêmea” de um vulcão regional bem maior.

Mas não seria exagerado considerarmos esta dupla revolução — a francesa, bem mais política, e a industrial (inglesa) — não tanto como uma coisa que pertença à história dos dois países que foram seus principais suportes e símbolos, mas sim como a cratera gêmea de um vulcão regional bem maior. O fato de que as erupções simultâneas ocorreram na França e na Inglaterra, e de que suas características diferem tão pouco, não é nem acidental nem sem importância. Mas do ponto de vista do historiador, digamos, do ano 3.000, assim como do ponto de vista do observador chinês ou africano, é mais relevante notar que elas ocorreram em algum ponto do noroeste europeu e em seus prolongamentos de além-mar, e que não poderiam sob hipótese alguma ter ocorrido naquela época em qualquer outra parte do mundo. É igualmente relevante notar que elas são, neste período, quase inconcebíveis sob qualquer outra forma que não a do triunfo do capitalismo liberal burguês (HOBBSAWM, 1991, p. 8).

Nessa transformação tão evidente do mundo, que justifica a passagem de uma era a outra, o papel do Estado também se modifica. Se a busca na primeira geração era em torno de uma atuação negativa do papel do Estado, de uma limitação dos poderes estatais em prol das liberdades individuais, na segunda geração, o que se busca é uma atuação positiva do papel do Estado, transformado, já, ou em transformação, em casos como o francês ou o americano, em um ente que deveria atuar positivamente, provendo serviços que iam para além da segurança de um Estado hobbesiano. Serviços como educação, inclusive.

Uma terceira geração de Direitos Humanos estaria relacionada a direitos difusos, que não buscam atingir a um grupo em particular, mas a toda a comunidade e até mesmo a humanidade como um todo. São os direitos de solidariedade, e responderam por direitos como paz, desenvolvimento, meio ambiente equilibrado, etc.

Já os direitos de terceira geração são aqueles de titularidade da comunidade, como o direito ao desenvolvimento, direito à paz, direito à autodeterminação e, em especial, o direito ao meio ambiente equilibrado. São chamados de direitos de solidariedade. São oriundos da constatação da vinculação do homem ao planeta Terra, com recursos finitos, divisão absolutamente desigual de riquezas em verdadeiros círculos viciosos de miséria e ameaças cada vez mais concretas à sobrevivência da espécie humana (RAMOS, 2014, p. 91).

O contexto de surgimento dessa terceira geração de direitos, seguindo o paradigma de Karel Vasak, seria o período que se sucede ao término da Segunda Guerra Mundial (1939-

1945), em um cenário em que a humanidade buscava reavaliar seus valores e rumos, depois de um conflito que resultou na morte de milhões de pessoas e no Holocausto de judeus, além da ascensão de regimes totalitários que se espalharam a partir da Europa em direção a diversos pontos do globo.

Acerca do caráter amplo e de difícil caracterização dessa terceira geração, Bobbio destaca a dificuldade de defini-la com precisão, por se tratarem, esses direitos, de “uma categoria, para dizer a verdade, ainda excessivamente heterogênea e vaga, o que nos impede de compreender do que efetivamente se trata.” (BOBBIO, 2004, p. 6).

Apesar dessa heterogeneidade destacada por Bobbio, há um marco bastante claro em relação a essa geração que é a Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada no âmbito da Organização das Nações Unidas em 1948 e que viria a ecoar a declaração que ocorreu por conta da Revolução Francesa de 1789, mas agora buscando a universalidade de forma mais clara. Aliás, essa é uma das importantes declarações destacadas por Hunt, ao lado da francesa e da americana, no cenário de suas respectivas revoluções.

Por quase dois séculos, apesar da controvérsia provocada pela Revolução Francesa, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão encarnou a promessa de direitos humanos universais. Em 1948, quando as Nações Unidas adotaram a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o artigo já dizia: "Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos". Em 1789, o artigo 12 da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão já havia proclamado: "Os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos". Embora as modificações na linguagem fossem significativas, o eco entre os dois documentos é inequívoco (HUNT, 2007, p. 15).

Apesar da menção feita por Hunt em relação à linguagem e ao eco entre a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 e a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, é preciso destacar que essa diferença significa a inclusão de mulheres, por exemplo, e foi conseguida mediante muito esforço, já a partir da carta de São Francisco, por meio de nomes como o da brasileira Bertha Lutz. Tais esforços provocaram resultados também na carta de 1948. A importância da atuação de Lutz fica bastante evidente no texto de Vasconcellos e Oliveira (2022).

Conceber os direitos das mulheres de forma explícita na Carta da ONU foi foco de debate entre as representantes feministas e houve oposição sobre o tema. De acordo com Elise Dietrichson e Fatima Sator apud ONU Brasil (2016), para a diplomata norte-americana e a assessora britânica não havia necessidade de explicitar o termo direito das mulheres, uma vez que, a igualdade já estava estabelecida. Bertha, com o apoio de representantes do Uruguai, México, República Dominicana e Austrália defendiam que na Carta da ONU a menção ao direito das mulheres deveria ser clara, ou seja, utilizando-se uma linguagem explícita. Bertha Lutz (Brasil), Wu Yi-fang (China), Minerva Bernardino (República Dominicana) e Virginia Gildersleeve (EUA) são as mulheres que assinam a Carta da ONU, mas como deriva-se da oposição acima,

a defesa e liderança pela igualdade de gênero foi representada por Bertha Lutz e Minerva Bernardino, duas mulheres latino-americanas (VASCONCELLOS; OLIVEIRA, 2022, p. 20).

Para além das três gerações propostas por Vasak, como alerta Ramos, hoje há mais de uma proposta no sentido de ampliar esse leque e aconchegar novas perspectivas de direitos, que se adequem ao mundo atual e ao avanço das tecnologias. Direitos relacionados ao mundo digital ou às informações genéticas são exemplos de novas discussões acerca da afirmação de direitos a respeito dos quais se discute e sua colocação nesse modelo geracional.

Posteriormente, no final do século XX, há aqueles, como Paulo Bonavides, que defendem o nascimento da quarta geração de direitos humanos, resultante da globalização dos direitos humanos, correspondendo aos direitos de participação democrática (democracia direta), direito ao pluralismo, bioética e limites à manipulação genética, fundados na defesa da dignidade da pessoa humana contra intervenções abusivas de particulares ou do Estado. Bonavides agrega ainda uma quinta geração, que seria composta pelo direito à paz em toda a humanidade (anteriormente classificado por Vasak como sendo de terceira geração). Parte da doutrina crítica a criação de novas gerações (qual seria o limite?), apontando falhas na diferenciação entre as novas gerações e as anteriores, além da dificuldade em se precisar o conteúdo e efetividade dos “novos” direitos (RAMOS, 2021, p. 91).

Fato é que ainda é uma discussão em andamento, na medida em que a realidade social se transforma e traz a necessidade de revisitar paradigmas, como o de Vasak, para que possam ser discutidos à luz de novos acontecimentos e exigências diversas.

A globalização também traz desafios, enquanto fator que aproxima os países e torna as diferenças culturais mais evidentes, sobretudo quando o domínio do Ocidente se torna menos patente e emergem novas potências. Discutir Direitos Humanos na China não é a mesma coisa que discuti-los no Brasil, por exemplo.

Para que possamos compreender melhor o que são movimentos sociais cabe utilizar o conceito de Maria da Glória Gohn, que também dá um marco histórico sobre a temática dos movimentos sociais, que surgiram como objeto de estudo junto com o nascimento da própria sociologia.

Na França, ao final do século XIX devem-se citar H. Taine foi primeiro a discutir o comportamento das massas, dando-lhe um tratamento psicológico baseado em instintos selvagens da natureza humana – com isto ele fez uma descrição pitoresca das revoltas revolucionárias (GOHN, 2008, p. 29).

Para tanto, cabe ressaltar a singularidade de H. Taine sobre o estudo do comportamento das massas sob um viés psicológico, dando início aos estudos sobre movimentos sociais e suas várias vertentes que se constituíram ao longo dos séculos XX e XXI.

2.3 O que são movimentos sociais

Considerada essa seara que permeia a amplitude dos movimentos sociais, algo que sobra a quaisquer recortes que possam ser feitos é a dimensão de coletividade inerente aos movimentos sociais. Linguisticamente, a própria construção do termo remete à noção de sociedade e alude à ideia de movimentação, de algum tipo de transformação no tecido social, sobretudo mediante lutas sociais.

Um movimento social é sempre expressão de uma ação coletiva e decorre de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural. Usualmente ele tem os seguintes elementos constituintes: bases, lideranças e assessorias – que se organizam em articuladores e articulações e formam redes de mobilizações –; práticas comunicativas diversas que vão da oralidade direta aos modernos recursos tecnológicos; projetos ou visões de mundo que dão suporte a suas demandas; e culturas próprias nas formas como sustentam e encaminham suas reivindicações (GOHN, 2014, p. 14).

A já mencionada ação social atua como denominador comum aos diversos autores e visões acerca de movimentos sociais, como o materialismo histórico, a fenomenologia, o interacionismo, as ciências da linguagem e da cognição, as teorias da comunicação, etc. (GOHN, 2014, p. 19).

Gohn buscou constituir um histórico da utilização do termo “movimento social”, em busca de estabelecer um vínculo entre esse termo e a concepção de “ação social” abordada por diversos autores. Nessa direção, a autora traz a informação de que “Lorenz von Stein foi um dos pioneiros a utilizar o termo “movimento social”, em 1842, ao postular a necessidade de uma ciência da sociedade para o estudo do socialismo emergente na França, dando-lhe o sentido de uma luta contra dada situação.” (GOHN, 2014, p. 20).

O primeiro autor a utilizar o termo foi o sociólogo alemão Lorenz von Stein na sua História do movimento social francês de 1789 ao presente, publicada em alemão em 1850. Ele utilizava a categoria para definir um movimento que ia da sociedade para o Estado, criado em função das desigualdades econômicas da sociedade industrial (MATTOS, 2012, p. 98).

Segundo a abordagem de Taine (1887), devemos oferecer um tratamento psicológico ao comportamento das massas, propondo uma analogia com os instintos selvagens da natureza humana. Depois de Taine, Tarde (1898) e Le Bon (1895) trabalham o tema de comportamento das massas sob um prisma psicológico, assim como Ortega y Gasset (1926) (GOHN, 2014, p. 20).

Gohn propõe organizar as principais correntes teóricas a respeito dos movimentos sociais a partir de três vertentes: a institucional/organizacional-comportamentalista, a culturalista-identitária e a histórico-estrutural.

A perspectiva voltada ao campo psicológico, dentro da vertente institucional/organizacional-comportamentalista, será um dos campos de análise a que se voltarão vertentes do estudo dos movimentos sociais, destacadamente o behaviorismo, a partir dos Estados Unidos.

Na segunda metade do século, a teoria dos movimentos sociais consolidou-se como um campo de discussão específico dentro da disciplina sociológica (Gohn, 1997). As teorias sociológicas behavioristas nos Estados Unidos ou as teorias das sociedades de massa na Europa continuaram abordando os movimentos sociais basicamente como resultante de uma carência ou falta, ou ainda como reação irracional à modernização, com ênfase para aspectos de psicologia social. Neil Smelser, em 1962, publicou sua *Theory of collective behavior*, que atualizava a abordagem funcionalista sobre o tema ao reconhecer aspectos criativos aos movimentos sociais para ajustar o sistema social em momentos de crise. Mantinha, porém, a percepção dos movimentos sociais como condutas coletivas extrainstitucionais de vida necessariamente curta, fadados ao desaparecimento ou à institucionalização (JUNCO, 1995 apud MATTOS, 2012, p. 98).

O grande teórico da ação social no século XX é Max Weber (1864-1920), estabelecendo ligação causal entre as ações sociais e as entidades sociais complexas, calcado em motivações psicológicas para mover os agentes.

De forma simplificada pode-se dizer que a teoria weberiana busca o sentido da ação coletiva, a intencionalidade dos fenômenos e processos. Não há uma essência a ser desvelada nas ações dos indivíduos, há atribuições de sentidos e significados que devem ser compreendidos. As ações sociais são orientadas por fins e valores, baseadas na visão de mundo dos indivíduos; há um grande papel para os valores dos indivíduos e grupos sociais, resultantes de motivações. Portanto, segundo Weber, para analisar as ações coletivas devemos pesquisar também os conteúdos simbólicos, as intenções dos atores sociais, pois há significações internas nos comportamentos coletivos que são culturais (GOHN, 2014, p. 21).

A complexificação e o enriquecimento da noção de movimento social sofrem influência da visão weberiana, caminhando em direção a uma abordagem política e processualista desse conceito, evidenciando a importância de Weber nesse campo.

Mais recentemente, a ênfase em uma perspectiva política e processualista do social não deixa de ter inspiração na sociologia de Max Weber, quando coloca ênfase nas identidades e nas motivações conscientes para a compreensão de processos históricos concretos, ainda que com novas ênfases. Nesse campo, destaca-se a influência, entre os historiadores do social, da abordagem antropológica de Fredrik Barth, deslocando a ênfase das pesquisas para os processos generativos, tributários da construção de fronteiras étnicas e sociais, bem como das interações e conflitos daí decorrentes (MATTOS, 2012, p. 96).

Mirando a segunda corrente teórico-metodológica proposta por Gohn, a culturalista-identitária, vêm à tona autores como Habermas, Bobbio, Arendt, Foucault, Giddens, o idealismo de Kant, o romantismo de Rousseau e até o individualismo Nietzscheano, além da escola de Frankfurt e a teoria crítica de uma forma geral, inspirados em autores como Hegel, essa corrente

dá destaque a sujeitos e temáticas sem visibilidade ou ausentes da cena pública, como mulheres, jovens, índios, negros, etc, cunhando o termo “novos movimentos sociais”.

A segunda corrente teórica, a culturalista-identitária, tem uma gama variada e complexa de influências que abarcam o idealismo kantiano, o romantismo rousseauiano, as teorias utópicas e libertárias do século XIX, o individualismo nietzschiano, a abordagem da fenomenologia e as teorias da sociologia weberiana, a escola de Frankfurt. Hegel é também uma fonte de inspiração e diálogo para muitos dos autores dessa corrente. Outros autores que também influenciaram a produção teórica culturalista identitária foram Foucault nos anos de 1960-1970, Habermas, Bobbio, Arendt e Giddens nos anos de 1980, e Bourdieu com suas análises sobre os processos de dominação e a interiorização de estruturas objetivas por meio do *habitus*. Esta corrente construiu a chamada novidade dos “novos movimentos sociais” ao destacar que as novas ações abriam espaços sociais e culturais, eram compostas por sujeitos e temáticas que não estavam na cena pública ou não tinham visibilidade, como mulheres, jovens, índios, negros, etc. (GOHN, 2014, p. 29).

Dentro da vertente histórico-estrutural proposta por Gohn, a abordagem marxista é a que mais se destaca, agregando contribuições como as de Rosa de Luxemburgo, Lenin, etc., constituindo a análise clássica ou tradicional e elegendo os trabalhadores como sujeitos históricos.

A primeira bebe em fontes das abordagens de Marx, Gramsci, Lefebvre, Rosa de Luxemburgo, Trotsky, Lenin, Mao Tse-Tung etc. Sabemos que Marx, no século XIX -, com seus estudos e escritos sobre o movimento social dos trabalhadores vistos como sujeitos históricos. Ele não se dedicou a teorizar sobre as ações coletivas, mas delineou o perfil de um movimento social concreto, o do proletariado, dizendo que ele deveria ser compreendido para que se transformasse o mundo das relações sociais existentes (GOHN, 2014, p. 27).

No pós Segunda Guerra Mundial, essa abordagem marxista vem com força entre os cientistas sociais, sobretudo na Europa, destacando o movimento operário como central, além dos estudos das associações operárias e dos congressos internos. A década de 1960 consolida a sociologia do trabalho e traz também a influência da escola marxista britânica, sobretudo por meio de E. P. Thompson e seu emblemático *The making of the English working class* (1964).

No pós-guerra e durante a Guerra Fria, paradoxalmente, o paradigma marxista se tornaria cada vez mais influente entre os cientistas sociais, especialmente na Europa. Uma explosão de pesquisas abordou o protesto popular como resultante da estrutura de classes e das contradições da sociedade capitalista moderna. Na década de 1960, a sociologia do trabalho e também a história social do trabalho estavam consolidadas como campos de pesquisa, com especial ênfase sobre o movimento operário, e o estudo sobre associações operárias, seus congressos internos e formas de organização, assim como abordagens quantitativas e seriais dos movimentos grevistas tornaram-se cada vez mais comuns nas décadas seguintes. Do ponto de vista historiográfico, a conhecida escola marxista britânica revelou-se especialmente influente. *The making of the English working class* (1964), de E. P. Thompson, ao propor como questão a construção da identidade de classe, influenciou diretamente as discussões teóricas sobre a construção de identidades coletivas na teoria sociológica dos movimentos sociais (MATTOS, 2012, p. 99).

início do novo milênio traz novos desafios quanto a se pensar os movimentos sociais, dada a chamada crise da modernidade que já atravessa todo o século XX, além de fatores como as alterações estruturais que marcaram os processos de produção, com a desconcentração do modelo fabril, a ascensão de novos participantes no palco da globalização e até o debate em torno da pauta antiglobalização.

No final do século XX e início deste milênio, o tema dos movimentos sociais retoma um lugar central no plano internacional como objeto de investigação por intermédio do movimento anti-globalização, de uma nova perspectiva: como movimento global que rompe as barreiras das nações e se torna não apenas internacional, mas transnacional (GOHN, 2014, p. 43).

Constitui-se um desafio, nesse sentido, pensar o movimento social hodiernamente, visto que as transformações estão ocorrendo de maneira célere, e novos atores se fazem presentes, ao mesmo tempo em que as relações sociais e trabalhistas se constituem sob outros paradigmas. O discurso de extrema-direita ressurge como força que guia discursos e atitudes políticas, em um mundo globalizado, e os laços empregatícios se esfacelam à luz de aplicativos que não garantem qualquer vínculo ou garantia de direitos trabalhistas.

Refletir sobre movimentos sociais e pensar uma vertente específica desses movimentos, os trabalhistas, em particular o sindicalismo, enquanto manifestação por excelência dessa vertente de estruturação da sociedade, é um tema relevante para o mundo atual.

3 SINDICALISMO

A ideia de construção de representatividade de uma coletividade é bem anterior à Revolução Industrial, e a própria origem grega da palavra dá noção da antiguidade do conceito. Sindicato vem do grego Syndicos e significava “junto à justiça”, até ganhar uma versão em latim Syndicus, que significava “Advogado dos Pobres”, chegando ao português simplesmente como “Sindicato”. Os ingleses chamaram essas associações de “Trade Unions”.

A denominação ‘sindicato’ originou-se da palavra grega Syndikos, que significava “junto à justiça”. Convertido para o latim recebeu o nome de ‘Syndicus’, que representa “Advogado dos Pobres”, e assim por diante para outros idiomas, incluindo-se o português, que adotou a expressão conhecida como ‘sindicato’ (ANTUNES; CARVALHO, 2008, p. 25).

Os sindicatos são, então, órgãos de representação de classe, e atuam no sentido de resguardar os interesses de um grupo de trabalhadores organizados e normalmente associados a um segmento, como os metalúrgicos, os eletricitistas, os sapateiros, etc.

Os sindicatos são, portanto, associações criadas pelos operários para sua própria segurança, para a defesa contra a usurpação incessante do capitalista, para a manutenção de um salário digno e de uma jornada de trabalho menos extenuante, uma vez que o lucro capitalista aumenta não só em função da baixa de salários e da introdução das máquinas, mas também em função do tempo excessivo de trabalho que o capitalista obriga o operário a exercer (ANTUNES, 1983, p. 13).

Para Antunes (1983), o objetivo do sindicato, enquanto órgão representativo, é evitar um embate direto e verticalizado, do trabalhador, dono apenas de sua força de trabalho, com o patrão, dono dos meios de produção e possuidor do poder de contratação e demissão, aumento e redução do salário. Ao vestir o manto da coletividade, a entidade de classe evita a exposição de um trabalhador em particular, dificultando a perseguição individualizada.

O sindicato, ao tornar-se representante dos interesses de toda a classe operária, conseguiu agrupar em seu seio todos os assalariados que não estavam organizados, evitando que o operário continuasse sua luta isolada e individual frente ao capitalista. À partir do momento em que os operários constituíram suas organizações de classe, ficou mais difícil para o capitalista baixar desmesuradamente o salário ou aumentar excessivamente a jornada de trabalho (ANTUNES, 1983, p. 13).

A definição e a atuação dos sindicatos não é, contudo, estanque no tempo e no espaço, tendo sofrido mudanças e redefinições quanto a seu papel, desde seu surgimento e atuação na ilegalidade, passando pela regulamentação de suas atividades no decorrer do século XIX e a redefinição de seu papel à medida em que as relações de trabalho sofrem mudanças, com avanços tecnológicos e redistribuição geográfica dos empregos.

3.1 O sindicalismo e sua origem no mundo

No processo de organização de trabalho das primeiras indústrias, no contexto da Primeira Revolução Industrial, havia a vedação a movimentos unificados que fizessem com que o processo produtivo fosse interrompido. O argumento era de que estes movimentos coletivamente organizados atentam contra o processo de livre negociação entre patrões e empregados. Somente em 1824, avançou-se com a conquista do direito de livre associação, garantido até então apenas às classes dominantes.

Foi de grande importância para esse avanço a lei votada em 1824 pelo Parlamento inglês, onde se conquistou o direito que até então era restrito às classes dominantes: a livre associação. Na verdade as associações sindicais já existiam na Inglaterra desde o século anterior, mas eram violentamente reprimidas no desempenho de suas atividades, o que dificultava a organização dos trabalhadores (ANTUNES, 1983, p. 17).

Havia uma clara vantagem do patrão sobre o operário, pois o dono da fábrica podia, por meio da falta de regulamentação de mercado existente, do exército de reserva abundante e da propriedade dos meios de produção, ter poder de barganha em questões salariais e de horas de trabalho a serem dispensadas pelos operários.

Contudo, devido às condições de trabalho e aos baixos salários, os primeiros movimentos de contestação das condições de trabalho começam a surgir. Um desses primeiros movimentos de contestação à estrutura social, política e econômica vivenciadas na Inglaterra da Primeira Revolução Industrial foi o movimento ludista, que se caracterizou como um movimento radical de resistência, ocorrido no interior das tecelagens inglesas, como uma crítica direta às péssimas condições de trabalho e ao desemprego estrutural causado pelas máquinas.

Em inícios do século XIX surgiu, como vimos, o ludismo ("os destruidores de máquinas"), movimento que se insurgiu contra as profundas alterações trazidas pela Revolução Industrial. As reclamações contra as máquinas e a substituição que elas faziam da mão-de-obra humana eram normais. Mas foi em 1811, na Inglaterra, que o movimento estourou, superando o nível da revolta espontânea e local, e ganhando dimensão significativa e nacional. O seu nome deriva de Ned Ludd, um dos líderes do movimento. Ned Ludd, em Nottingham, desesperado, destruiu uma oficina têxtil. O ludismo teve o seu momento culminante no assalto noturno à manufatura de William Cartwright, no condado de York, em abril de 1812. No ano seguinte, na mesma cidade, teve lugar o maior processo contra os luditas: dos 64 acusados de terem atentado contra a manufatura de Cartwright, treze foram condenados à morte e dois a deportação para as colônias. Apesar da dureza das penas o movimento não amainou, refletindo as péssimas condições de vida dos operários. Finalmente, a generalização da indústria (factory system) e a criação das primeiras trade unions (sindicatos) limitaram o alcance e as possibilidades das revoltas luditas, fazendo com que entrassem em declínio em meados do século XIX. Para Hobsbawm, o ludismo 'foi uma mera técnica de sindicalismo no período que precedeu a Revolução Industrial e nas suas primeiras fases' (COGGIOLA, 2016, p. 39).

Não se sabe realmente se Ned Ludd existiu ou se era simplesmente um símbolo do movimento, uma ideia, contudo o movimento Ludista foi de fundamental importância para a organização posterior dos movimentos cartista e sindical, no decorrer do século XIX. As Trade Unions, ou primeiros sindicatos, surgiram na Inglaterra no contexto da Revolução Industrial e funcionavam na clandestinidade ou semiclandestinidade. Após vários enfrentamentos, em 1824 o parlamento inglês aprovou o direito à livre associação.

Em 1824, o parlamento da Inglaterra reconheceu aos trabalhadores o direito de livre associação. Logo após a liberação do direito de se associar, nasceu em 1825, na cidade industrial de Manchester, o primeiro sindicato inglês: a União dos Fiadores de Algodão, que chegou a ter 100 mil membros. E assim foram surgindo as Trade Unions. A palavra inglesa que se aproximava, de união dando origem ao nome inglês trade union, que significava “sindicato”: Já na França, surge o termo francês syndic (SINDICATO DOS PROFESSORES DO DISTRITO FEDERAL, 1989, p. 8).

O cartismo⁷ foi um movimento operário que surgiu por volta de 1830 e que buscou, por caminhos mais políticos, o acesso a direitos tais como: sufrágio universal masculino (um voto para cada homem com 21 anos de idade ou mais, em sã consciência e que não tenha sido punido por um crime), voto secreto, cancelamento da qualificação para se ter propriedade, pagamento aos membros do parlamento (permitindo aos trabalhadores interromper o seu sustento para satisfazer as necessidades da nação), distritos eleitorais iguais (garantindo a mesma quantidade de representação para o mesmo número de eleitores), eleições periódicas, etc.

O cartismo nasceu sobre a base da experiência do movimento pela imprensa popular (chamada de “não taxada”). A iniciativa correspondeu a um grupo de artesãos londrinos que, a 16 de julho de 1836, constituíram a *Londons Working's Men Association*, que conquistaria apoio nacional no ano seguinte, em torno da ideia de uma petição ao Parlamento pela reforma política. O cartismo teve como base a Carta (*Charte*) escrita pelo radical William Lovett, intitulada “Carta ao Povo”, e enviada ao Parlamento inglês.

A estratégia utilizada pelos cartistas girava em torno da coleta de assinaturas, que eram realizadas nas oficinas, nas fábricas e em reuniões públicas, através de uma série de petições nacionais, enviadas à Câmara dos Comuns (COGGIOLA, 2016, p. 40).

As lutas do operariado e dos movimentos sindicais ingleses conquistaram o direito de livre associação, como já exposto, e, no decorrer dos séculos XIX e XX, vários outros direitos vieram a se juntar a este, como o limite de jornada de trabalho. Outras garantias foram alcançadas por meio de mobilizações que resultaram na ampliação e consolidação dos direitos trabalhistas e busca por inclusão dos direitos trabalhistas no rol dos direitos humanos de

⁷Cartismo Seu nome deve-se à Carta do Povo, documento escrito por William Lovett e Francis Place, em 7 de junho de 1837, no British Coffee House em Londres para a London Working Men's Association (LWMA), que foi enviado ao Parlamento do Reino Unido em 1838 com seis petições:

segunda geração, primeiramente nas constituições da República Mexicana (1917) e da República de Weimar (1919).

Mas, para que isso ocorresse, foi necessário que mobilizações por parte do operariado tivessem vez, e uma das formas que essas mobilizações assumiram foi a greve, a paralisação das atividades produtivas com o intuito de pressionar os patrões por melhores salários ou melhores condições laborais.

As coisas mudaram, no entanto, com a Revolução Industrial, quando os núcleos mais numerosos e concentrados de operários se situam nos setores desqualificados, dominados pelo maquinismo. As leis anti-sindicais foram promulgadas justamente em plena Revolução Industrial. Elas foram sendo derrotadas pelas greves e pelas lutas operárias, que obtiveram em 1825 a revogação das Combination Acts. Em 1830 se formou o sindicato dos operários da construção (Operative Builders Union), e em 1834 a primeira central de trabalhadores (Grand National Consolidated Trade Unions). Depois de numerosas greves, obteve-se em 1847 a redução da jornada de trabalho para dez horas em toda a Inglaterra, o que Marx chamou de 'a primeira vitória da economia política da classe operária' (COGGIOLA, 2016, p. 34).

Uma das formas de enfrentamento das organizações dos trabalhadores frente ao contexto de capitalismo industrial foi o surgimento das cooperativas enquanto movimentos sociais na década de 1840, em Manchester, no bairro de Rochdale, no noroeste da Inglaterra, baseadas em princípios como solidariedade e união.

As cooperativas surgiram como uma alternativa em relação modo de produção no contexto capitalista industrial, buscando romper o monopólio entre produtores e fornecedores, acabando com os atravessadores, e garantindo produtos mais baratos.

Um papel fundamental nesse novo direcionamento foi jogado pelo movimento cooperativo, do qual vimos o nascimento na Inglaterra ainda na década de 1840. As cooperativas eram compostas por grupos de operários que tratavam de romper o monopólio dos produtores e provedores, obtendo assim produtos mais baratos e não adulterados. Vimos, com Owen, o fracasso das tentativas de produção cooperativa e do estabelecimento de comunidades modelo (COGGIOLA, 2016, p. 46).

Apesar de fracassar de maneira mais ampla, Robert Owen (1771-1858) teve papel importante na construção e no legado em relação ao modelo cooperativista, lançando as bases para um modelo que buscava inserir o operário no contexto de produção não apenas como uma ferramenta, mas como parte central do processo, e como parte que também usufrui do produto gerado.

Owen ascende de um filho de modestos artesãos à condição de capitalista e funda, nos Estados Unidos, uma colônia socialista chamada New Harmony, que funciona bem a princípio, mas acaba por não apresentar os resultados desejados. Owen é considerado um socialista utópico, por acreditar ser possível reformar o capitalismo em suas bases.

Foi Owen quem organizou as cooperativas de consumo e de produção que serviram

para demonstrar, na prática, que o comerciante ou intermediário e o proprietário capitalista não são indispensáveis e, por outro lado, organizou ainda os mercados operários, estabelecimentos de trocas dos produtos por meio de bônus do trabalho, cuja unidade era a hora produzida (ANTUNES, 1983, p. 20).

No Brasil, o primeiro movimento cooperativista de que se tem notícia ocorreu em Minas Gerais em 1889, com a fundação da Cooperativa Econômica dos Funcionários de Ouro Preto⁸, que visava a compra de produtos agrícolas para consumo.

3.2 O surgimento dos movimentos sindicais no Brasil

Os movimentos sociais são a manifestação dos esforços coletivos de diferentes grupos e classes da sociedade para se organizar e mobilizar em torno de interesses e objetivos comuns. De acordo com Fausto (2015), os principais movimentos sociais geralmente são os do campo e de grupos urbanos. A gênese dos movimentos sociais urbanos no Brasil estava ligada aos imigrantes, italianos, espanhóis, alemães que chegaram ao país principalmente entre 1850 e até a 1930, nos grandes centros tais como Rio de Janeiro e São Paulo sobretudo para “fazer a América” eram influenciados por ideias anarquistas que predominavam na Europa nesta época

Conforme o pensamento de Fausto no Brasil inicialmente naqueles que combinavam conteúdo religioso e carência social, conteúdo religioso e com reivindicação social e os que expressavam conteúdo social sem o cunho religioso. Os movimentos rurais usualmente articulavam queixas sociais e econômicas como acesso às terras e ao trabalho, inclusive até os dias atuais. São exemplos, no caso brasileiro, as greves dos trabalhadores das plantações de café no início do século XX em São Paulo e os movimentos pela reforma agrária tais como as Ligas Camponesas na década de 50 e 60 do século passado.

O terceiro grupo de movimentos sociais no campo tem como exemplo mais expressivo as greves por salários e melhores condições de trabalho ocorridas nas fazendas de café de São Paulo. Houve centenas de greves localizadas que deixaram um registro escasso. A mais importante ocorreu em 1913, reunindo milhares de colonos na região de Ribeirão Preto, por ocasião da safra. Eles pretendiam a revisão de seus contratos de trabalho e paralisaram as grandes fazendas de Francisco Schmidt e Dumont, de propriedade inglesa. Houve intervenção da polícia e do cônsul da Itália, que procurava servir como intermediário nas negociações. Afinal, os objetivos dos colonos não foram alcançados (FAUSTO, 2015, p. 296).

Nas áreas urbanas, os principais movimentos sociais são os da classe trabalhadora e das organizações trabalhistas. São exemplos as manifestações dos primeiros grupos socialistas

⁸ Cabe ressaltar o pioneirismo da Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, fundada no final do período monárquico em 27 de outubro de 1889 e que esta se espalhou por estados tais como Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, se dedicando em setores como, crédito, consumo, agricultura e saúde.

e anarquistas do século XX, os sindicatos e greves por melhores condições de trabalho. O movimento anarquista foi mais influente em São Paulo até a década de 1930, enquanto a organização trabalhista do Rio de Janeiro tinha uma articulação forte até metade do século XX.

A primeira organização operária de luta apresentava uma clara tendência anarquista, e que tinha como meta fundamental a formação de uma sociedade sem governo e sem leis, constituída por federações de trabalhadores que deveriam produzir de acordo com a sua capacidade e consumir conforme sua necessidade (ANTUNES; CARVALHO, 2008, p. 39).

O movimento operário urbano ganhou força a partir da década de 1910. São Paulo e Rio de Janeiro passaram a manifestar grandes ondas de grevistas com a adesão cada vez maior de trabalhadores. Esta organização perdurou até os anos 1960, período em que as classes dominantes se aliam com os militares para frear o crescimento dos movimentos sindicais e das reivindicações dos trabalhadores (FAUSTO, 2015). As pautas se concentravam geralmente em aumentos salariais, jornada de trabalho de 8 horas e regulamentação do trabalho.

Os movimentos sociais representaram esforços de diferentes grupos - trabalhadores rurais, trabalhadores urbanos, seguidores religiosos - para pressionar por mudanças num sistema político oligárquico que oferecia pouca representação para seus interesses. Os movimentos ajudaram a dar voz a queixas e exigências, mas não transformaram fundamentalmente o sistema, que se manteve estável até 1930.

O aumento substancial do número de trabalhadores e o agravamento das relações de trabalho envolvendo patrões e empregados ocasionaram novos movimentos grevistas. As reivindicações começaram a se avolumar, assumindo claras e relevantes características de contestação das relações que envolviam o capital e o trabalho (ANTUNES; CARVALHO, 2008, p. 39).

Paula (2015) explica que, depois dos anos 1930, a tendência do sindicalismo brasileiro foi de construção de um Estado corporativo influenciado pelo modelo italiano fascista e pelo salazarismo português. Tal estruturação se deu a partir da incorporação dos sindicatos e da instituição de uma legislação sindical e trabalhista dentro dos termos estatais, enfraquecendo o poder de atuação dos sindicatos.

Em Portugal, até o movimento militar de 25 de abril de 1974 que pôs fim à ditadura, o movimento sindical e de relações de trabalho seguia o padrão corporativo estatal vigente como em outros países (como o Brasil) que se inspiraram de algum modo no modelo fascista italiano (RODRIGUES, 2002, p. 74).

A estrutura sindical estatal corporativista passou a ser utilizada para a construção de um espírito nacional, como um agente de coesão e conexão entre trabalhadores e o poder federal. Por outro lado, o liberalismo adentrava, colocando em confrontos práticas coloniais das elites locais e estimulando comportamentos individualistas. No campo das ideias, o darwinismo

social e as teorias racistas faziam-se presentes entre a classe política conservadora-dominante da época. É nesse contexto que as organizações sindicais de ordem comunista e trotskista e os movimentos anarquistas passam a ser, cada vez mais, combatidos, e a ideia de unificação sindical é extinta no país (PAULA, 2015).

As novas determinações do governo provisório, que defendia vigorosamente a necessidade de industrialização do país, apontavam, também, para o obrigatório enquadramento do movimento operário e sindical nos limites da nova ordem imposta no país (ANTUNES; CARVALHO, 2008, p. 46).

Essa transição do movimento sindical, enquanto movimento social fora do controle do Estado, para a condução dentro da esfera do Estado se dá no âmbito de uma disputa entre um liberalismo que valorizava a figura do indivíduo e uma centralização estatal que vestia as cores de nacionalismos e totalitarismos, sobretudo depois da crise de 1929 e em resposta a essa própria crise.

Para os corporativistas, a mudança de um regime liberal para outro de cunho social passaria pela frequente intervenção do Estado, como forma de dirimir as várias mazelas que uma economia com pequena presença estatal fomentava. Nesse sentido, seja através dos valores religiosos, para aqueles que defendiam um sistema corporativista de formação cristã, ou por meio da nação, para os laicos, a sociedade existente de cunho liberal deveria substituir a livre-iniciativa por valores que demonstram a união com Deus ou com a pátria (PAULA, 2015, p. 177).

A busca por transformar o proletariado em uma força orgânica de cooperação com o Estado se materializou por meio do Decreto nº 19.770 de 1931, que ficou conhecido como Lei da Sindicalização, que disciplinava e regulamenta a organização dos sindicatos patronais e dos trabalhadores, estabelecendo as prerrogativas para o controle das atividades sindicais pelo Estado.

Em 1939, o Decreto-Lei nº 1402, conhecido como “lei do enquadramento sindical”, oficializou a necessidade de reconhecimento dos sindicatos pela Comissão de Enquadramento Sindical, atrelada ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. As leis trabalhistas promulgadas por Vargas também caminharam na direção de fortalecer o papel do Estado nas relações com o trabalhador, preenchendo, inclusive, o papel desses sindicatos. Medidas como a alteração na Lei de Férias, regulamentação do horário de trabalho, criação da carteira de trabalho e regulamentação do trabalho da mulher são medidas tomadas por Vargas nesse sentido, e que vão se agrupar em 1943 com a introdução da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Fruto de uma cisão nas classes dominantes, o Estado varguista procurou, numa primeira fase, controlar o movimento operário e sindical trazendo-o para dentro do

aparelho de Estado. Uma de suas primeiras medidas foi a criação do Ministério do Trabalho, em 1930, com o nítido objetivo de elaborar uma política sindical visando conter a classe operária dentro dos limites do Estado e formular uma política de conciliação entre o capital e o trabalho (ANTUNES, 1983, p. 58).

O fim da Segunda Guerra Mundial trouxe pressões por democracia ao Brasil, e o movimento sindical acompanhou essa tendência. O Movimento de Unificação dos Trabalhadores, MUT, constituído em 1945, teve papel relevante no processo de redemocratização do país.

A eleição direta do General Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) teve por consequência nos campos sindical e trabalhista o estabelecimento de restrições aos movimentos grevistas, por meio do decreto nº 9070, conhecido como lei antigreve, provocando uma ebulição dos movimentos sindicais, culminando na realização do Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, em 1946.

No final do Congresso, 23 uniões sindicais aprovaram a constituição da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil, que vigorou até maio de 1947, quando o governo brasileiro decretou a sua dissolução e de todas as suas organizações filiadas, assim como, a intervenção em 400 sindicatos existentes na oportunidade (ANTUNES; CARVALHO, 2008, p. 52).

Internacionalmente, avançava a luta por um modelo mais democrático no ocidente e suas regiões de influência, e o sistema ONU representa a construção de um arcabouço legal nessa direção. Incorporada ao sistema da Organização das Nações Unidas, a Organização Internacional do Trabalho – OIT – representou avanços em relação à prática da atividade sindical, em contraste com a atuação do governo Dutra.

No plano internacional, a OIT aprovou, na 31ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, em 1948, realizada em São Francisco, nos Estados Unidos, a Convenção ou Convênio 87, sobre a Liberdade Sindical e a Proteção do Direito Sindical, o qual, em seu art. 22 declara “Os trabalhadores e os empregadores, sem distinção de qualquer espécie, terão direito de constituir sem autorização prévia, organizações de sua escolha, bem como o direito de se filiar a essas organizações, sob a única condição de se conformar com os estatutos das mesmas”. (SINDICATO DOS PROFESSORES DO DISTRITO FEDERAL, 1989 p. 23)

A década de 50 do século XX marcou uma mudança no modelo de industrialização brasileiro, com a introdução de capital estrangeiro, a vinda da indústria automotiva e a escolha por um modelo rodoviário, sobretudo a partir do governo Kubitschek (1956-1961).

A década de 1950 marcou o ingresso do capital estrangeiro no país e grandes transformações da economia nacional, assim como a criação do Movimento Nacional Popular Trabalhista – MNPT – que defendia o desenvolvimento independente da economia nacional, o monopólio estatal do petróleo, o fortalecimento da Petrobrás, a defesa dos recursos naturais contra os monopólios estrangeiros, as relações comerciais com todos os países, a necessidade de reajuste salarial, as melhorias na previdência social e o combate à carestia (ANTUNES; CARVALHO, 2008, p. 52).

A tentativa de constituir uma via sindical fora dos moldes do Estado vai continuar

nesse pós-Segunda Guerra, em torno desse cenário de industrialização, mas o Estado ainda era forte e condutor dessa industrialização, atraindo para seu interior também boa parte das estruturas que orbitam em torno de si, em um modelo que ainda bebe do corporativismo.

Em todo esse período, especialmente nos governos Jânio-Jango, o movimento sindical tentou romper com o modelo oficial chegando a criar organizações com estrutura horizontal e comando unificado, como o Pacto de Unidade e Ação - PUA, o Comando Geral de Greve - CGG, as Ligas Camponesas e o Comando Geral dos Trabalhadores - CGT, mas não obteve êxito porque essa trajetória foi novamente interrompida com o golpe militar de 1964 (SINDICATO DOS PROFESSORES DO DISTRITO FEDERAL, 1989, p. 23).

O período do Regime Militar brasileiro (1964-1985) representou um processo de desmantelamento da estrutura sindical, com intervenção nas organizações dos trabalhadores e repressão, facilitado pela estrutura legal herdada do Estado Novo.

A primeira, a fase do desmantelamento das estruturas sindicais, corresponde ao período 1964-65 do governo Castelo Branco, que, além do arsenal repressivo da Constituição de 46 e todo o aparato legal da CLT, permitindo a intervenção sindical, contou com os Atos Institucionais nº 1, de abril de 1964, e nº 2, de outubro do mesmo ano, bem como o SNI - Serviço Nacional de Informação, criado como mais um instrumento na perseguição implacável aos dirigentes sindicais combativos, tidos como inimigos do novo regime (SINDICATO DOS PROFESSORES DO DISTRITO FEDERAL, 1989, p. 24).

O que se seguiu ao governo do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967) foi um recrudescimento do modelo ditatorial, com a chamada “linha dura” e a busca por perpetuação do regime, a partir da eleição indireta do General Artur da Costa e Silva (1967-1969). Tal transição dentro do regime também se apresentou em relação aos movimentos sindicais, com o aumento da perseguição.

Na segunda fase, a das reformas, ocorrida entre 1966-68, correspondente ao final do governo Castelo e início do governo Costa e Silva, são eliminados direitos históricos, como a participação dos segurados na gestão da previdência e a estabilidade no emprego. Com a intervenção nos órgãos colegiados da Previdência em 64 e a unificação do sistema em 67, mediante a criação do Instituto único, de administração centralizada, eliminou-se o controle social sobre a Previdência Social. A Lei nº 5.107, de setembro de 66, aprovada por decurso de prazo, instituiu o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e extinguiu a proteção contra a despedida imotivada, em vigor no País desde a Lei Eloy Chaves, de 1923. A Lei nº 4.725, também aprovada por decurso de prazo, sob o pretexto de instituir uma política salarial no País, promoveu uma gigantesca transferência de renda do assalariado para o setor público e deste para o setor privado (SINDICATO DOS PROFESSORES DO DISTRITO FEDERAL, 1989, p. 24).

A junta militar, que assumiu temporariamente entre agosto de 1969 a outubro de 1969, após um Acidente Vascular Cerebral de Costa e Silva, garantiu que por meio de eleições indiretas houvesse a posse do General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). Durante seu governo, ocorreu o auge da linha dura do regime, com aumento da tortura e da perseguição a

movimentos sociais, enxergados, por ventura, como uma vertente do marxismo e uma ameaça ao modelo ocidental representado pelo bloco americano, sobretudo depois da Revolução Cubana de 1959.

Na terceira, a fase da sobrevivência, entre 1969-73, que corresponde ao período da Junta Militar e ao governo Médici, a fúria repressiva foi retomada com força total. A linha dura, além da Lei de Segurança Nacional, editou o Ato Institucional nº5, em dezembro de 68, com poderes absolutos, inclusive o de fechar o Congresso. Além da ação governamental, havia a força organizada do patronato, que realizou, em 1972, no Rio de Janeiro, a III Conferência Nacional das Classes Produtoras -Conclap, fato que estimulou o movimento sindical a pressionar o governo para permitir a criação de uma central sindical de trabalhadores, no que não obteve êxito, dada a ojeriza do então ministro do Trabalho, Júlio Barata, o qual considerava a central sindical como 'o primeiro passo no rumo do totalitarismo vermelho' (SINDICATO DOS PROFESSORES DO DISTRITO FEDERAL, 1989, p. 25).

A eleição indireta do general Ernesto Geisel (1974-1979) representou uma nova mudança de rumos dentro do regime militar, com o retorno da chamada "ala castelista", que almejava um retorno dos civis ao poder, ainda que de forma lenta, gradual e segura, sem que houvesse qualquer responsabilização por parte dos militares.

Cabe dizer que boa parte desta abertura também residia em um contexto de esgotamento do modelo de gestão dos governos militares e um quadro inflacionário que, aos poucos, dominou a economia do país até 1994 já na chamada Nova República (1985- dias atuais).

A quarta, a fase de resistência, entre 1974-79, correspondente ao Governo Ernesto Geisel, foi marcada pelas primeiras greves e manifestações públicas, pedindo o fim da ditadura militar. Nesse período, por portaria do Ministério do Trabalho, foi proibida a existência de central sindical (Portaria 3.337/78). O movimento sindical, apesar da censura e da repressão, ajudou o MDB na eleição de 1974, quando sufragou nas urnas muitos senadores, deputados federais e estaduais (SINDICATO DOS PROFESSORES DO DISTRITO FEDERAL, 1989, p. 25).

O último governante do regime militar brasileiro, o general João Batista Figueiredo (1979-1985), deu continuidade ao processo de abertura iniciado por Geisel e findou o quinteto de generais do período militar, e também representou o período de crise que se seguiu ao crescimento pungente do chamado "milagre brasileiro"⁹.

A quinta fase, do ressurgimento do sindicalismo, situada entre 1979 e 1985, coincide com o fim do ciclo autoritário e início da abertura política, quando o Congresso aprova emendas constitucionais restabelece eleições diretas para governador e faz a reforma política, acaba com o senador biônico, institui o pluripartidarismo e extingue a Arena e MDB, como forma de pulverizar a oposição, toda ela abrigada no MDB - e o governo sanciona a Lei de Anistia. Há uma forte recessão, inflação alta, desemprego e um clima de muita pressão sobre o regime militar, com grandes manifestações populares

⁹Milagre Brasileiro foi um período de alto desenvolvimento econômico e índices de crescimento altos, ocorrido durante o governo do general Emílio Médici (1969-1974), no contexto da ditadura militar no Brasil (1964-1985).

por liberdade e democracia, além da convocação de uma Constituição, de eleições diretas para presidente e da revogação da legislação (SINDICATO DOS PROFESSORES DO DISTRITO FEDERAL, 1989, p. 25).

A reforma eleitoral de 1979 pôs fim ao bipartidarismo e o surgimento de novos partidos, além do MDB e da ARENA, como PT, PMDB, PDS, PDT, acelerou o processo de abertura, ao mesmo tempo em que representou uma fragmentação do campo da oposição.

Foi nesse período, que coincide com a abertura política, que o movimento sindical criou o DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (1983), como órgão encarregado de organizar a luta no Congresso Nacional, atuando como lobby dos trabalhadores junto ao Poder Legislativo. Além de fazer um trabalho de mão dupla - levando as reivindicações dos sindicatos ao Congresso e informando os sindicatos da atuação dos parlamentares nas matérias de interesse dos trabalhadores - DIAP tinha função de assessorar os parlamentares e entidades, na elaboração de projetos e produção de pareceres, e principalmente de fiscalizar os votos dos deputados e senadores (SINDICATO DOS PROFESSORES DO DISTRITO FEDERAL, 1989, p. 26).

O movimento sindical fez parte das lutas que pavimentaram a construção do caminho em direção à democracia, participando das lutas pelas “Diretas já”¹⁰, mobilizando massas e lutando por direitos.

O movimento sindical é protagonista das mudanças, faz grandes greves, dá suporte e mobiliza a massa em favor das diretas-já, contra o arrocho salarial, pede uma Constituinte, luta pelo fim da censura da Lei de Segurança Nacional, enfim, pede o fim do entulho autoritário e exige democracia e participação (SINDICATO DOS PROFESSORES DO DISTRITO FEDERAL, 1989, p. 26).

A partir da redemocratização no governo José Sarney (1985-1990), os movimentos sindicais precisaram repensar sua natureza e as formas de atuação em oposição ao Estado. Nesse sentido, Canha (2020) explica que, durante os anos 80, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) precisou definir, em um intenso processo de luta interna, sua relação com a política. Essa oposição também tinha uma natureza de identidade, uma vez que o movimento poderia se confundir com as vertentes dos movimentos sociais atreladas ao Partido dos Trabalhadores (recém fundado à época), que atuava de uma maneira cada vez mais combativa. Houve também a liberalização em relação à atuação dos sindicatos, com a redemocratização.

Segundo Amauri Mascaro Nascimento, logo no início da Nova República, houve a liberação sindical no plano jurídico. Foi revogada a Portaria 3.337/78, que proibia a existência de central sindical; com a Resolução de 18/3/85 o governo promoveu a reabilitação dos sindicalistas punidos; e a Portaria 3.117/85 permitiu aos sindicatos elaborar seu próprio estatuto, entre outras medidas liberalizantes.

Nesse período, além da consolidação da CUT, surge a USI - União Sindical Independente, liderada pelos comerciários (1985), há a transformação da Conclat em Confederação Geral dos Trabalhadores - CGT (1986). Da CGT - Confederação, por

¹⁰Diretas já foi um movimento político de cunho popular, ocorrido entre maio de 1983 e 1984, que teve como objetivo a retomada das eleições diretas ao cargo de Presidente da República no Brasil.

cisões internas, nascem duas outras centrais: a CGT - Central, em 1988, e a Força Sindical, em 1991 (SINDICATO DOS PROFESSORES DO DISTRITO FEDERAL, 1989, p. 27).

A constituinte e a Constituição de 1988 acenaram com novos desafios em relação ao sindicalismo brasileiro, agora em torno da discussão acerca do modelo a ser adotado, em um país democrático, depois de anos de regime autoritário, e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) participou dessas tratativas.

Em relação à estrutura sindical, a mudança principal se deu na Constituição de 1988. Nesse tema, diferentemente dos direitos sociais dos trabalhadores, não houve acordo e por isso o DIAP não defendeu nenhuma das posições. Cada corrente defendeu sua proposta junto aos Constituintes. De um lado estava a CUT, que defendia um modelo plural, de liberdade sindical plena, sem contribuições compulsórias, capaz de permitir a ratificação da Convenção 87 da OIT, e, de outro, estavam as confederações, incluindo as patronais, defendendo a unicidade, o sistema confederativo e a contribuição compulsória (SINDICATO DOS PROFESSORES DO DISTRITO FEDERAL, 1989, p. 27).

O modelo adotado acabou por ser o híbrido, que estabeleceu a unicidade sindical, o sistema confederativo, a possibilidade de estabelecer contribuição em folha, o respeito à liberdade sindical de filiação e desfiliação, além do reconhecimento do livre direito de associação profissional e sindical como um direito fundamental. Isso também significou a queda da carta sindical e do voto obrigatório nas eleições sindicais, a revogação da lei que permitia intervenção em entidade sindical, além de autonomia do sindicato para definir sua receita, despesa e processo eleitoral.

A nível federal, esse período representou um aumento significativo do número de sindicatos, mas se seguiu a uma adesão do Brasil ao processo de abertura econômica e de adoção de posturas neoliberais, por parte do governo Fernando Collor de Mello (1990-1992).

Lamentavelmente, logo após este período, que teve um crescimento jamais visto do número de sindicatos, tanto pela liberdade recém-instituída para a organização sindical no setor privado, quanto pelo surgimento da organização sindical dos servidores públicos, e da participação dos sindicatos nas instâncias colegiadas e de representação no governo, o País - com a eleição de Collor - aderiu ao receituário neoliberal, assumindo como suas as teses do Consenso de Washington, que são completamente anti-sindicais, como se verá (SINDICATO DOS PROFESSORES DO DISTRITO FEDERAL, 1989, p. 29).

Ainda assim, mesmo com a receita neoliberal adotada durante o breve período do governo Collor e os acenos ao neoliberalismo dos governos Fernando Henrique Cardoso, o período entre 1991 e 2001 observou um crescimento de 3,3% ao ano no número de sindicatos no Brasil, sobretudo em relação aos trabalhadores, em contraste com os de empregadores.

Em 2001, foi registrado um total de 15.961 sindicatos em funcionamento no Brasil, enquanto que, em 1991, o número era de 11.193. De conformidade com a pesquisa

sindical desenvolvida pelo IBGE, as entidades representativas dos trabalhadores ainda representam a grande maioria, perfazendo um total de 11.354 do total de sindicatos pesquisados, enquanto que o de sindicatos representantes dos empregadores totalizam o número final de 4.607 (ANTUNES; CARVALHO, 2008, p. 67).

Os governos de Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) representaram uma continuidade da abertura econômica, e de aprofundamento das reformas, sob o prisma do modelo neoliberal. É importante destacar que o período também representa, mundialmente, uma época de crise para o modelo sindical.

Sob FHC, dois fatores, no plano econômico, tiveram e continuarão tendo influência nas relações sindicais: a abertura da economia para o exterior; plano de estabilização da moeda e a consequente queda da inflação. Estes, aliados à recessão, foram elementos desmobilizadores da ação sindical (SINDICATO DOS PROFESSORES DO DISTRITO FEDERAL, 1989, p. 31).

O início do século XXI trouxe consigo um aprofundamento dessa crise sindical, fruto das novas dinâmicas de produção e das transformações do capitalismo. O cenário do “chão de fábrica” perde força à medida que novas formas de organização laboral vão surgindo, como os aplicativos, por exemplo. Os laços trabalhistas se tornam ainda mais frágeis e a própria noção da condição de trabalhador se transforma, em face da nova lógica de empreendedorismo.

A nova etapa do capitalismo globalizado foi responsável por profundas mudanças em todos os segmentos e atividades econômicas e revolucionou os modos e, consequentemente, as escalas de produção que foram aumentadas exponencialmente (ANTUNES; CARVALHO, 2008, p. 86).

Esse novo cenário se apresentou como um desafio para todo o movimento sindical, globalmente, visto que as mudanças laborais são estruturais e a precarização das condições trabalhistas são regra e não exceção nesse novo contexto. A educação não escapa dessa nova dinâmica e também é capturada por essa lógica de transformação em mercadoria. As faculdades online e a formação em série e relâmpago de professores para a esse novo mercado precarizado são exemplos. Diante desse quadro, o papel de sindicatos como o de professores é cada vez mais desafiador e a adequação aos novos tempos faz-se cada vez mais necessária. O SINPRO-DF não é exceção e se encontra nessa encruzilhada de transformações e de necessidade de se adequar a esses novos desafios, ao mesmo tempo em que se coloca na posição de lutar pela manutenção dos direitos dos profissionais que representa.

3.3 Surgimento da nova capital, o contexto do trabalho e seus conflitos

O surgimento de Brasília¹¹ foi um projeto nacional desenvolvido pelo então presidente Juscelino Kubitschek que tinha como intuito levar a capital do país para a região central do Brasil (Planalto Central). Essa obra aconteceu entre 1956 e 1960 e teve como fator determinante a vinda de trabalhadores de todas as regiões do país que viam a oportunidade de trabalho e futuro na nova capital.

Durante os seus anos iniciais, Brasília foi habitada por uma população totalmente alienígena, provenientes das mais diferentes partes do país. Em seus primeiros anos, desprovida de uma população adulta autóctone, a cidade tinha a vantagem de não possuir donos. Não existia nenhuma espécie de "quatrocentões". Enquanto isso, as creches e as escolas iam sendo cada vez mais povoadas pelos primeiros nativos, a verdadeira população brasiliense, cuja primogênita tinha recebido o mesmo nome da cidade: Brasília (LARAIA, 1996, p. 3).

Porém, a construção da nova capital não foi tão harmoniosa. As condições oferecidas pelas construtoras aos seus operários eram muito precárias: a jornada de trabalho chegava a 18 horas diárias, o salário era pago por horas trabalhadas, os alojamentos eram insalubres, a comida ruim e, para aumentar seus rendimentos, muitos faziam serão. Segundo a professora Nair Bicalho de Sousa, da Universidade de Brasília (UnB), autora do livro "Construtores de Brasília":

Os galpões possuíam dez a quinze quartos com beliches de dois a três andares. Os sanitários eram um buraco cavado no chão e protegidos com uma porta de lona. O acampamento também tinha problema de falta de água. As camas tinham colchões de capim e predominava enorme falta de higiene: pulgas, percevejos e piolhos se espalhavam pelo ambiente, sendo necessário diversas vezes queimar os colchões. As cantinas tinham longas filas devido ao grande número de operários dos alojamentos, o que deixava trabalhadores famintos a esperar muito tempo para o café, almoço ou jantar. Esta situação de desconforto e privação resultava inúmeras vezes em quebras das cantinas por motivo da comida crua, estragada ou com pequenos animais mortos dentro dela. Durante os seus anos iniciais, Brasília foi habitada por uma população totalmente alienígena, provenientes das mais diferentes partes do país. Em seus primeiros anos, desprovida de uma população adulta autóctone, a cidade tinha a vantagem de não possuir donos. Não existia nenhuma espécie de "quatrocentões". Enquanto isso, as creches e as escolas iam sendo cada vez mais povoadas pelos primeiros nativos, a verdadeira população brasiliense, cuja primogênita tinha recebido o mesmo nome da cidade: Brasília (SOUSA, 1983, p. 95).

Em relação ao funcionalismo público, apesar de existir uma grande janela de oportunidades e vantagens para transferência para a nova capital, muitos não queriam deixar sua terra natal para se aventurar em uma nova cidade interiorizada e relativamente distante dos grandes centros urbanos nacionais da época. Em contraste, outras pessoas acabaram abraçando

¹¹Brasília tornou-se capital do Brasil no dia 21 de abril de 1960 no governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1961)

a ideia de uma construção de uma nova vida no Planalto Central. Entre estes estão os primeiros professores do Distrito Federal.

3.4 Primeiros movimentos sindicais da nova capital

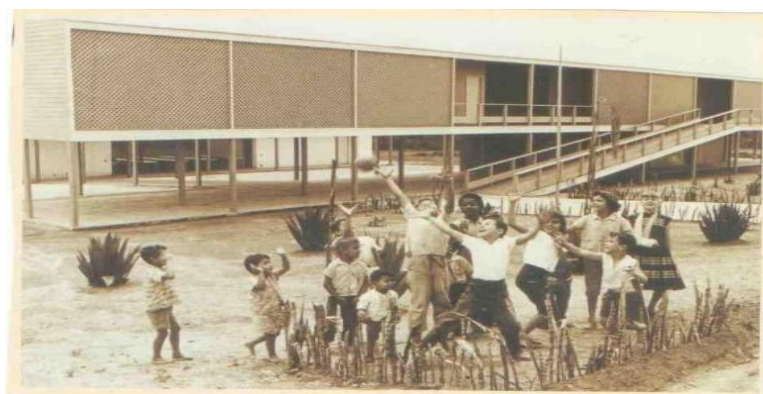
O movimento sindical, na nascente capital federal, surgiu em um contexto único, pois, desde seu início, ficou marcado pela busca da valorização da profissão docente e melhoria das condições de trabalho e ensino.

Com forte influência dos ideais de universalização da educação de Anísio Teixeira (1900-1971) - educação vista, até então, como privilégio de poucos - esses princípios passaram a fazer parte das bases do pensamento sindical: uma educação pública, universal e de qualidade (INSTITUTO MUSEU DA PESSOA, 2021).

A construção da escola Júlia Kubitschek, primeira escola do DF, deu-se em 1956, com início das atividades efetivas um ano mais tarde. Os professores pioneiros tiveram que deixar seus estados de origem por motivos diversos em uma arriscada jornada para recomeçar em uma terra até então desconhecida.

Nomeada provisoriamente de Grupo Escolar 1 (GE-1), na atual Candangolândia, a escola era uma demanda das famílias trabalhadoras que chegavam à cidade. Já, nesta escola, viu-se a influência de Anísio Teixeira, que culminou posteriormente na formação das Escola Classe e das Escola Parque (MUSEU DA EDUCAÇÃO, [s. d.]).

Figura 1 – Escola Júlia Kubitschek



Fonte: Museu da Educação, [s. d.]

Figura 2 – Escola Júlia Kubitschek 2

Fonte: Museu da Educação, [s. d.].

Já, nos anos 60, o movimento paredista reivindica concursos, melhores condições de trabalho e valorização da profissão. Parte das demandas são atendidas, levando à formação do primeiro movimento social de luta por direitos dos professores. Para organizar suas reivindicações, professores e professoras criaram, em 15 de outubro de 1960, a Associação dos Professores do Ensino Médio de Brasília (APEMB).

Apesar de avanços no período final da República Populista (1960-1964), com a implantação do Regime Militar Brasileiro (1964-1985), a associação foi posta na clandestinidade e seus dirigentes e participantes mais notórios perseguidos. O movimento de organização dos professores só renasceu a partir do ano de 1975, sob a liderança do professor Olímpio Gonçalves Mendes (1940-2020) e mais 38 professores, retomando um pouco da capacidade organizativa da categoria por meio da Associação de Professores do Distrito Federal (APDF).

3.5 Criação e trajetória do SINPRO-DF

É preciso destacar que a documentação acerca da história do Sindicato dos Professores do Distrito Federal – SINPRO-DF – é pautada por uma escassa produção de material catalogado para consulta. Souza (2019) destaca essa dificuldade quanto ao acesso a material produzido pelo próprio sindicato em relação a sua própria história.

Realizamos uma pesquisa no registro geral, mas com informações parciais no Centro de Documentação do Sinpro-DF, CEDOC. Não foi possível encontrar as muitas informações que procurávamos, em um verdadeiro processo de garimpagem por informações preciosas. Havia muitas informações, mas o sistema operacional ainda não possibilitou uma forma ágil de pesquisa. Dentre o conjunto de informações algumas nos são bastante úteis. Naqueles casos em que não encontramos ainda documentos, tentaremos nos valer de alguns depoimentos, coletados em forma de entrevistas em áudio, com alguns participantes da época (SOUZA, A., 2019, p. 80).

O “Caderno de Formação” busca preencher um pouco dessa lacuna, tratando do assunto história do SINPRO-DF, ainda que de maneira breve. Nas edições de nº 1 e nº 2, a revista apresenta um pequeno histórico ou cronologia do sindicato. Segundo o que consta no Caderno de formação do SINPRO-DF, a criação da primeira estrutura sindical dos professores no Distrito Federal se deu no ano de 1960 com a criação da Associação dos Professores do Ensino Médio de Brasília – APEMB – que perdurou até o golpe de 1964. A apostila, em sua edição de nº 2, conta, inclusive, que os professores dessa associação falavam da criação de um sindicato, mas tal proposta foi interrompida pelo golpe. (Caderno de Formação nº 2, p. 06)

Em 1975, após 12 anos de repressão, um grupo de 38 professores fundou a Associação dos Professores do DF, APDF. Em 1978, essa associação ganha registro junto ao Ministério, agora com o nome de APPDF, Associação Profissional dos Professores do Distrito Federal.

Em 14 de março de 1979, a APPDF recebe carta do Ministério do Trabalho com a autorização para que passasse a se chamar de Sindicato dos Professores no DF, no governo de Aimé Alcebíades Lamaison (1979-1982). Quase imediatamente após a criação dessa denominação, o sindicato declarou uma greve que resultou na demissão de vários professores. Mesmo com as medidas tomadas pelo governo distrital após a greve de 1979, houve um momentâneo arrefecimento devido a um processo de intervenção do GDF, que durou nove meses. Contudo, ao longo dos anos 1980, ocorreu um progressivo fortalecimento do movimento sindical, culminando em sua consolidação.

A década de 1980 foi marcada por uma intensa atuação do SINPRO-DF, a ponto de o Caderno de Formação apresentar uma espécie de cronologia das greves realizadas e suas respectivas durações.

Quadro 1 – Greves Realizadas-Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF)¹²

<p>ABRIL/79 – 23 dias – FEDF MARÇO/85 – 05 dias – FEDF SETEMBRO/85 – 10 dias – PARTICULARES MAIO/86 – 26 dias – FEDF ABRIL/87 – 46 dias – FEDF ABRIL/87 – 28 dias – PARTICULARES NOVEMBRO/87 – 03 dias – FEDF ABRIL/88 – 22 dias – FEDF OUTUBRO-NOVEMBRO/88 – 13 dias – FEDF</p>
--

(Caderno de formação 1 e 2)

Durante sua existência, o Sinpro-DF se posicionou de forma progressista em relação

¹² A Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF) foi um órgão da SEDF que foi criado em 1960 e existiu até 1999 que cuidava da administração e gestão das escolas públicas distritais.

às demandas sociais, como no governo José Sarney (1985-1990), no “Badernaço” (ocorrido em 1986 e que foi um dos principais movimentos de protesto contra o cenário inflacionário), as reformas econômicas (PEC do Teto dos Gastos) e a Reforma do Ensino Médio. Os protestos contra a Reforma do Ensino Médio tiveram como protagonistas os movimentos estudantis, os professores e sindicatos, como a Central Única dos Trabalhadores – CUT (MELO, 2011).

Figura 3 – Badernaço contra o Pacote Econômico de 1986



Fonte: Mádia do Prado, 2010a23.

Figura 4 – Congresso Nacional tomado por populares



Fonte: Mádia do Prado, 2010b.

O “Badernaço” pode ser visto como um manifesto e também uma experiência social, que buscava estender os limites de atuação de movimentos sociais após anos de dura repressão e perseguição política. Já, no período da Nova República, ocorreu uma aproximação dos movimentos em prol da educação com a Central Única dos Trabalhadores, sobretudo a partir de 1986.

Os anos 1990 se pautaram por uma atuação bastante ativa por parte do SINPRO-DF, com seis greves em uma década e uma defesa constante no que tange aos direitos da categoria dos professores. Houve greves em 1990, 1991, 1992, 1995, 1996 e 1998.

A década também foi palco de alvoroços internos, com a campanha salarial de 1997

resultando em conflitos de perspectiva dentro do próprio sindicato, que resultaram na destituição de nove dirigentes da diretoria do sindicato. Tal briga fratricida se deu no governo de Cristovam Buarque, governador ¹³eleito pelo Partido dos Trabalhadores.

Nesses anos 1990, o SINPRO-DF atuou em diversas frentes para garantir melhores condições de trabalho e salários para os professores. Novas vertentes como o protagonismo feminino, a inclusão da pauta dos aposentados, entre outros temas, mostram como o debate sindical vem se complexificando e ampliando sua concepção de trabalho e direitos. Um panorama de enfrentamentos internos e externos, que é reflexo do amadurecimento do pensamento sindical no país.

Entre 2001 e 2015, o SINPRO-DF atuou por três reformulações do plano de carreira dos professores do Distrito Federal, que resultaram em incorporação da gratificação da TIDEM (Gratificação de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva ao Magistério), além da conquista da jornada ampliada, que permite ao professor ter um período da sua jornada para regência de classe e outro período para coordenação. Já era lançada nessa época a ideia de um plano de saúde, conquista que só recentemente vem se consolidando.

Quadro 2 – Fatos e atuações relevantes da APEMB, APDF, APPDF e Sinpro-DF no período de (1960-2015)

<p>15/10/1960 – Foi criada a Associação de Professores do Ensino Médio de Brasília (APEMB), tendo existência até o golpe militar de 1964.</p> <p>8/12/1975 – Após 12 anos de silêncio e repressão, um grupo de 38 professores fundou a Associação dos Professores do DF (APDF).</p> <p>20/09/1978 – A Associação recebeu o registro do Ministério passando a ser Associação Profissional dos Professores do DF (APPDF).</p> <p>14/03/1979 – A APPDF recebe carta do Ministério do Trabalho autorizando a denominação de Sindicato dos Professores no DF, de acordo com artigo 515 da CLT.</p> <p>Mai de 1979 – Intervenção federal no sindicalismo, destituição da diretoria eleita e instalação de uma junta interventora até a eleição e posse de nova diretoria em 21/07/80. A intervenção durou 9 meses.</p> <p>37 anos depois... O Sinpro e a categoria docente se consolidam como interlocutores e lideranças que debatem os grandes temas locais e nacionais, com foco principal na luta pela valorização do magistério e por uma educação pública de qualidade para todos(as).</p>
Lutas e conquistas
2000
<ul style="list-style-type: none"> – Aumento da GRC de 20% para 30%; – Fim dos 6 anos sem reajuste.2002 – 54 dias de greve; – Reajuste de 10%; – Retorno do pagamento do auxílio-alimentação; – Manutenção do GT para cerca de 12 mil professores(as).

¹³De 1960 a 1969 os chefes do executivo do Distrito Federal eram chamados prefeitos e nomeados diretamente pelo Presidente da República, a partir de 1969 foram chamados governadores que inicialmente foram nomeados diretamente pelo Presidente da República até 1990, onde após esta data foram eleitos diretamente.

2003
<ul style="list-style-type: none"> – Reformulação do Plano de Carreira com a criação da GSE para os(as) orientadores(as); – Criação do abono de R\$59,87.
2004
<ul style="list-style-type: none"> – Implantação do 2º Plano de Carreira (lei 3.318/04); – Reajuste de 11%.
2005
<ul style="list-style-type: none"> – 7 dias de greve; – Retorno da progressão anual da carreira; – Redução dos padrões de 31 para 25 na carreira; – Inclusão da etapa de reajuste abril/2006 (5% de plano de carreira); – Reajuste de 9,7% (que estava previsto no Plano de Carreira).
2006
<ul style="list-style-type: none"> – Reajuste salarial em março, abril e junho oriundo do Plano de Carreira (Lei 3.318/04); – Lei que reajusta o tíquete-alimentação (escalonamento).
2007
<ul style="list-style-type: none"> – Reajuste linear de R\$ 400 com a elevação da TIDEM (para 108%) e GARC (para 43%); – Reestruturação do Plano de Carreira com incorporação total da GIC, Lei 4.075/07; – Nova progressão horizontal estabelecendo tabelas de especialistas, mestres(as) e doutores(as); – Redução de 20% de regência de classe com gozo a partir do 21º ano de regência.
2008
<ul style="list-style-type: none"> – Greve de advertência de 48h; – Implantação do Plano de Carreira (Lei 4.075/07) com reajuste médio de 17,20%; – Reposicionamento dos(as) professores(as) e orientadores(as) nos padrões; – Regulamentação do Plano de Carreira, Lei nº 4075/07; – Ampliação da licença-maternidade para 180 dias. (professora efetiva).
2009
<ul style="list-style-type: none"> – Reajuste de 5% do F.C.D.F.; – Após 16 dias de greve, garantimos a manutenção do efeito do Art. 32 da Lei 4075/07, que previa reajuste de acordo com o índice do F.C.D.F. (Reajuste de 15,04%). – Vitórias na Justiça para que a ampliação da licença-maternidade alcançasse as professoras de contratação temporária.
2010
<ul style="list-style-type: none"> – Reajuste de 10,04%; – Fim da contrapartida do auxílio-alimentação; – Conquista da segunda coordenação externa para professores(as) de Atividades.
2011
<ul style="list-style-type: none"> – Reajuste de 11,14%; – Reajuste programado para 2012 de 2,69%; – Reajuste de 54% do auxílio-alimentação (para R\$ 304); – Conquista da segunda coordenação externa para coordenadores(as) pedagógicos(as), professores(as) readaptados(as) e pedagogos(a) orientadores(as) educacional(is). – Publicação da Lei que amplia as professoras de contratação temporária, a licença-maternidade.

2012
Após 52 dias de greve em 2012: – Implantação do auxílio-saúde aos professores(as), orientadores(as) da ativa, aposentados(as) e pensionistas; – Sancionada a Lei da Gestão Democrática: primeiras eleições em agosto. – Garantia da integralidade da TIDEM na aposentadoria; – Constitucionalidade do art. 15 do Plano de Carreira reconhecido pelo TJDF. – Professores em regime de contratação temporária voltam a receber, na composição salarial, a TIDEM, que havia sido cortada desde o exercício de 2008.
2013
– Reestruturação do Plano de Carreira, Lei 5.105/13; – Fim do conceito de exclusividade; – Incorporação da TIDEM; – Criação da GAPED; – Regulamentação do Plano de Carreira; – Reajuste do valor das aposentadorias proporcionais; – Reajustes salariais em março e setembro; – Reajuste de 22% do tíquete Alimentação (para R\$3,73). – Após ações vitoriosas do Sinpro na justiça, professoras de contratação temporária passam a ter direito a estabilidade provisória durante a gravidez.
2014
– Reajustes salariais de março e setembro; – Reajuste do tíquete-alimentação para R\$ 394,50; – Convocação de mais de três mil professores concursados; – Realização de concurso público para o cargo de Pedagogo-Orientador Educacional.
2015
– Greve na primeira semana de aula. – Reajuste salarial de março (5ª etapa do Plano de Carreira). – Greve de 29 dias em outubro devido ao calote do reajuste de setembro.

Fonte: (SINPRO-DF: 37 anos..., 2016).

Nas últimas décadas, o Sinpro-DF teve enfrentamentos com governos ditos de esquerda, tais como: Cristovam Buarque (1995-1999), Agnelo Queiroz (2011-2015) e Rodrigo Rollemberg (2015-2018). Mais recentemente, pautas em consequência dos retrocessos dos governos Michel Temer (2016-2019) e Jair Bolsonaro (2019-2022) ganharam destaque. Nesse contexto, as reformas liberais, a privatização da educação, a militarização das escolas públicas e a desvalorização do professor ganham força no debate de temas urgentes em um cenário no qual a informação e a desinformação são mais difíceis de distinguir.

3.6 A estrutura de formação da CUT e o curso do SINPRO-DF

Debruçar-se sobre o curso de formação do SINPRO-DF é, na verdade, examinar uma estrutura muito maior de formação, a estrutura da Central Única dos Trabalhadores. O curso do

Sindicato dos Professores do Distrito Federal é, de fato, oferecido em uma parceria com a CUT, que é, na prática, a entidade que pensa e estrutura o curso.

E essa estruturação acontece a partir de uma discussão que ocorre no seio da Central Única dos Trabalhadores, o Encontro Nacional de Formação – ENAFOR, que passa das duas dezenas de edições, com o evento de abril de 2024, que teve lugar em Praia Grande, no estado de São Paulo. O ENAFOR é a grande instância de discussões dentro da CUT acerca dos rumos da formação sindical no país.

Debater tal tema, a formação dos sindicalizados e a promoção de novas lideranças sindicais, é discutir o futuro do sindicalismo enquanto modelo, e buscar moldar os rumos desse futuro, enquanto proposta de adequação à mudança dos tempos e enquanto tentativa de mudar a realidade subjacente.

Com uma periodicidade em torno dos quatro anos, a CUT reúne seus membros em torno do tema da formação, propondo caminhos e avaliando cenários, tentando vislumbrar o que deu certo até então e que o deveria ser modificado, buscando pautar rotas para fazer face aos desafios dos novos tempos.

Desde sua constituição, em 1983, a CUT estabelece como princípio de identidade a ideia de formação, como ponto basilar de sua construção. Mais do que basilar, alcança o patamar de estratégica a preocupação para com a formação dos sindicalistas do futuro.

A formação sindical é um elemento da estratégia sindical, não podendo ser concebida como um anexo da prática sindical, é desenvolvida por Centros de Assessoria e/ou Universidades. Ela é um elemento da prática sindical, um meio da política sindical. Seu objetivo não é o acúmulo de conhecimentos pelos militantes, mas é uma formação coletiva pela e para ação sindical. Significa que político-ideológico e organicamente, sua dinâmica de desenvolvimento deve ser a da lógica do sindicalismo (NASCIMENTO, 1994, p. 4).

Nascimento indaga acerca do processo de formação no período que antecedeu a constituição da CUT, além da construção da PNF, Política Nacional de Formação, enquanto instrumento derivado das discussões provenientes do Encontro Nacional de Formação.

Neste aspecto, há duas questões que são inter-dependentes. Uma é quando podemos, verdadeiramente, falar de uma PNF da CUT? Outra, a partir daí, o que existia como formação sindical antes deste momento? Como se manifestava, então, o que se chamava de "formação sindical", antes da CUT? Como se constituiu enquanto formação sindical? Quais seus atores, temas e público? Qual o papel das ONGs, no período 1964-1983? Com a fundação da CUT, o que mudou? Enfim, como definir a formação sindical neste período anterior à fundação da CUT? Outra grande questão: com a CUT, configura-se um sistema nacional de formação! Contudo, em que etapa estamos da construção desse sistema de formação? (NASCIMENTO, 1994, p. 3).

Há, portanto, mais de um eixo estruturante no que tange ao modelo de formação da CUT, o ENAFOR, Encontro Nacional de Formação, a PNF, Política Nacional de Formação, que é a formalização prática em torno de uma política, como resultado do ENAFOR, e o CONCUR, Congresso Nacional da CUT.

O curso do SINPRO-DF é fruto da articulação desses eixos, uma vez que é promovido não apenas em parceria com a CUT como sob a orientação do modelo cutista e em decorrência dos desdobramentos da articulação entre esses elementos.

ENAFOR → CONCUR → PNF → CURSO DE FORMAÇÃO DO SINPRO-DF

O Congresso Nacional da CUT, o CONCUR, teve sua primeira edição no ano de 1984, um ano depois da fundação da CUT. Instância de debate sindical, o CONCUR organiza debates e influência na construção da Política Nacional de Formação.

O Plano Nacional de Formação 1 foi produzido com base nos eixos da resolução do 13º Congresso Nacional da CUT (CONCUR) e nas diretrizes da Política Nacional de Formação, que foram atualizadas pela 4ª Conferência Nacional de Formação tornando, assim, o Plano Nacional de Formação resultado de um amplo processo de debate de construção, baseado na política da Central e atendendo diversos públicos estrategicamente (PLENSACK, 2021, p. 25).

Percebe-se, então, que há uma estrutura de produção de discussões acerca do modelo de formação a ser adotado dentro do sistema subordinado à Central Única dos Trabalhadores, e que tal sistema remete às origens da própria CUT, como demonstra a proximidade do primeiro CONCUR em relação à fundação da própria central sindical, sob influência, inclusive das centrais sindicais estrangeiras.

Os companheiros exilados, receberam um apoio enorme das centrais europeias, com destaque para CFDT. A partir da volta do exílio, muitas atividades formativas foram feitas com presença daquelas centrais. Por exemplo, em 1980, um Seminário nacional sobre sindicalismo, promovido pelo CEDAC, com participação da CFDT. Em maio de 1983, o Seminário Sindical Nacional. Em 1984, o Seminário Nacional da Metalurgia (BH), promovido pelo CEDAC e pelo INF-CUT, com apoio da CFDT, CISL e CSN (Canada). Do lado do INF, o acordo foi realizado por Valdo, Jacó Bittar e Meneghelli. Pois é com o I CONCUR (agosto de 84), a CUT teria uma secretaria de formação (NASCIMENTO, 1994, p. 34).

Além de remeter à própria construção da CUT, a entidade reiteradamente destaca a importância da formação como pilar de seu modelo de atuação, como estrutura fulcral de sua base ideológica e como estratégia de abordagem em relação às dinâmicas de mudança e atualização.

A Política Nacional de Formação da CUT sempre foi uma política abrangente e

estratégica. Desde a fundação de nossa Central, a PNF busca o diálogo com todas as suas políticas. Como dizia Paulo Freire: a educação sozinha não transforma a sociedade, mas sem ela a sociedade tampouco muda. Podemos fazer uma analogia à formação da CUT: não pode atuar sozinha, ela precisa ter uma ação articulada com outras políticas, assim como em alguns momentos as demais políticas da Central precisam da contribuição da PNF para executar algumas ações (PEREIRA; OLIVEIRA, 2021, p. 34).

Abordar a juventude também é uma forma de a Central Única dos Trabalhadores tratar da formação e da construção de novos quadros, inclusive firmando parcerias e buscando um olhar para o futuro. E desde os primórdios de sua constituição, a entidade sindical busca arregimentar e formar lideranças também a partir da juventude.

Na década de 1980, grande parte das lideranças sindicais que participaram da fundação da CUT era jovem, o que demonstra a grande importância que a participação da juventude tem no projeto político organizativo da Central. Conseguimos nesse último período executar o Projeto Educação Sindical e Organização de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras no Brasil em parceria com a Secretaria de Juventude, Secretaria de Relações Internacionais e a Central Sindical Alemã DGB (PEREIRA; OLIVEIRA, 2021, p. 34).

As parcerias também se estendem ao âmbito nacional, com as universidades como esteio de disseminação de um ideário sindicalista e de captação de novos quadros, por meio de centros acadêmicos e da disponibilização, muitas vezes, de espaços físicos para congregações.

Em 2020, a Secretaria Nacional Combate ao Racismo em parceria com a Universidade Federal do ABC e com o apoio da Rede de Formação da CUT executaram uma magnífica experiência com o curso “A construção da riqueza e das desigualdades raciais no Brasil: origens, ideologia e manutenção.” (PEREIRA; OLIVEIRA, 2021, p. 39).

Essa parceria com a Universidade Federal do ABC inclusive aborda o tema das desigualdades raciais, que é uma discussão que cada vez mais se faz presente e ganha importância, sobretudo, no âmbito da esquerda.

A questão racial perpassa todo o percurso formativo da Política Nacional de Formação, seja nos aspectos conceituais, históricos, na representatividade e também com vistas a diminuir as desigualdades raciais, ao considerar a questão racial nas negociações coletivas de modo a conquistar cláusulas que reforcem as ações afirmativas (PEREIRA; OLIVEIRA, 2021, p. 39).

Tema correlato ao das relações raciais é a questão dos direitos humanos, como já evidenciado por aqui anteriormente em relação às gerações e aos direitos trabalhistas inseridos nessa luta histórica. O sindicalismo abraça esse tema, como seria natural em função da ligação com a luta trabalhista, e o desenvolve em seu seio.

A questão dos Direitos Humanos sempre foi um tema considerado importante na formação sindical CUTista. Com o acúmulo de experiências, a Secretaria Nacional de Política Social da CUT agregou às suas responsabilidades a área de Direitos Humanos

e nos últimos anos vem executando o Projeto-Democracia, Direitos Humanos e segurança na ação sindical com a realização de Seminários Nacionais e Regionais, que contam com o efetivo apoio e participação da Rede Nacional de Formação da CUT (PEREIRA; OLIVEIRA, 2021, p. 41).

A produção de materiais é uma forma de se trabalhar continuamente a ideia de formação, aliando princípios de direitos humanos às causas do sindicalismo e assim atuando na cooptação de membros e lideranças, ao mesmo tempo em que se busca conscientizar a sociedade da acerca da importância de causas como os direitos LGBTQIA+.

Elaborado pela SNPSDH, o Almanaque LGBTQIA+, traz conhecimentos básicos sobre as lutas e história dos LGBTQIA+. Essa parcela de trabalhadores sofre, igualmente, violências e agressões por parte do governo Bolsonaro, mas também pela sociedade de modo geral e particularmente no ambiente de trabalho. Existe, portanto, uma necessidade concreta de auto- organização das pessoas LGBTQIA+ também no mundo do trabalho, para um combate efetivo de todo tipo de discriminação, preservação e ampliação de direitos”, destaca a secretária nacional de Políticas Sociais e Direitos Humanos da CUT (PEREIRA; OLIVEIRA, 2021, p. 42).

A coordenação com órgãos internacionais também é uma forma de se articular em torno da causa sindical, e a Organização Internacional do Trabalho é uma entidade que representa um marco na busca por direitos trabalhistas, depois incorporada ao sistema da Organização das Nações Unidas.

Além da questão da saúde da classe trabalhadora ser um tema que perpassa as atividades formativas dentro do PNF, executaremos nesse segundo semestre de 2021 o projeto de Cooperação entre CUT e OIT sobre Saúde e Segurança no Trabalho, com o objetivo de fortalecer o diálogo social, a garantia dos direitos e a participação de trabalhadores e trabalhadoras na Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP), no processo de elaboração, revisão e harmonização das Normas Regulamentadoras (NR's) que são realizadas a partir da CTPP (PEREIRA; OLIVEIRA, 2021, p. 43).

A Igreja Católica Romana também teve seu papel junto ao sindicalismo, no sentido de tornar mais ampla e de alcançar um público que dificilmente seria alcançado apenas por um modelo sindicalista ainda preso à ideia das grandes estruturas fabris.

A Teologia da Libertação pode ser encarada como um exemplo desse protótipo de cooperação entre uma estrutura sindicalista ainda incipiente e uma estrutura consolidada como a da Igreja Católica Romana.

Após 73, se engajou num Centro de caráter pastoral que tinha atividades como formação e publicação, atingindo o meio pastoral, bairros e oposições sindicais. Com a anistia, em 78 participa da fundação de um Centro é desta feita diretamente ligado a militantes das oposições sindicais é de movimentos de bairro, e pastoral operária com atuação em quase todo o país (NASCIMENTO, 1994, p. 14).

A formatação de uma rede nacional de formação, motivada pela percepção da fragilidade estrutural da CUT, tornou-se uma prerrogativa fundamental diante da constatação, por parte da entidade, da importância desse aspecto. Em um país continental como o Brasil,

estabelecer uma estrutura que alcance, ao menos em parte, grande parte do território é uma estratégia para consolidar uma política sindical, moldar os rumos do sindicalismo e ampliar o alcance da mensagem da CUT.

As atividades de formação da Central tiveram início em 1987, a partir das resoluções do 2º CONCURT. Nesse período, a Direção Nacional aprovou o primeiro Plano de Ação Geral da CUT, que estabeleceu a formação como uma das cinco prioridades nacionais. Nesse plano já havia uma definição dos papéis dos sindicatos, das CUTs estaduais, das Escolas Sindicais, da CUT Nacional e dos Departamentos, que buscavam unir sindicatos por ramos de atividades. Para os Departamentos ficou estabelecido o desenvolvimento de ações formativas referentes a cada área específica das categorias profissionais, organizadas pelas suas secretarias nacionais em consonância com as CUTs Estaduais e Nacional (PEREIRA; OLIVEIRA, 2021, p. 43).

A segmentação da estrutura sindical por ramo de atividade também é uma tentativa de endereçar o problema das especificidades em relação à proposta de agrupar tudo em torno de uma central única. A ideia é reunir os sindicatos em ramos de atividade, impedir uma fragmentação excessiva e ainda assim contemplar as demandas mais particulares a cada área.

A proposta de agrupar os sindicatos por ramo de atividade, amplamente debatida nos anos 90, foi uma ação para fortalecer a organização sindical rompendo com uma visão fragmentada e de interesses específicos das categorias, para aumentar a representatividade dos trabalhadores e trabalhadoras e sua força nas negociações coletivas das entidades nacionais frente a patronal, o que a CUT chama de organização horizontal (IDE; SERRÃO, 2021, p. 45).

3.7 A rede de formação da Central Única dos Trabalhadores – CUT

A formação de quadros para o SINPRO-DF faz parte de uma estrutura maior de formação associada à Central Única dos Trabalhadores – CUT. A CUT, por sua vez, dispõe de uma rede de formação abrangente que busca alcançar todo o território nacional, com diversas escolas formadoras.

A CUT dispõe em sua estrutura de uma secretaria de formação, setor responsável por uma política geral de formação, que busca contemplar as diversas etapas desse complexo processo de formação de quadros, que contemple as necessidades de um país tão amplo e tão diverso. Dentro desse modelo, faz-se necessário estabelecer, dentro da burocracia organizacional, quais são as funções desta secretaria.

Secretaria de Formação

XI - Compete ao secretário ou à secretaria de formação:

- a) elaborar e desenvolver a política geral de formação, de acordo com os objetivos expressos neste Estatuto;
- b) coordenar e sistematizar o conjunto das experiências e atividades de formação das entidades filiadas e instâncias da CUT, garantindo a linha de formação comum, de

- acordo com os princípios deste Estatuto;
- c) documentar e analisar as experiências de luta e organização dos/as trabalhadores/as no país e os fatos relacionados à CUT, buscando a construção permanente de sua memória histórica;
 - d) estabelecer convênios com entidades sindicais, instituições acadêmicas e centros especializados para desenvolver a política de formação no âmbito nacional e, no âmbito internacional, através da Secretaria de Relações Internacionais;
 - e) coordenar e orientar as secretarias de Formação Sindical da CUT nos estados e das Confederações e Federações nacionais.

Dentro das propostas dessa secretaria, há uma segmentação que busca direcionar as abordagens a setores específicos. Nesse sentido, a CUT propõe programas relacionados à formação, sujeitos à Secretaria Nacional de Formação. Com o intuito de elencar os programas atrelados a essa secretaria, a CUT desenvolveu um site sob domínio “<https://www.cut.org.br/secretarias/formacao-eeff>”.

A perspectiva de eleger a formação como um dos pilares do modelo cutista dá a dimensão da importância desta secretaria. Elaborar e desenvolver a política geral de formação é uma atribuição revestida de significativa importância. Documentar as experiências de luta é uma tarefa que representa uma construção da memória, a escolha de que legado ficará para o futuro.

Estabelecer uma coordenação central que faça o gerenciamento dos processos de formação é um caminho para que os cursos de formação sigam diretrizes mínimas, para que se possa buscar um grau de uniformidade que permita seguir um projeto. Permite também que se estabeleçam programas, que direcionam as necessidades específicas. Os programas citados como destaque no site Formação Compartilhada Digital são: Formação de formadores, projeto juventude CUT-DGB, formação de dirigentes e representação sindical.

Com o intuito de alcançar uma distribuição geográfica mais eficiente, a CUT dispõe de sete escolas de formação distribuídas pelo país, que atingem os públicos de acordo com sua localização.

- Escola Nordeste:

A Escola Sindical Marise Paiva de Moraes ou Escola Nordeste está localizada em Recife. A escola é responsável pela formação sindical nos 9 estados do Nordeste brasileiro.

- Escola Sul:

Com sede em Florianópolis, realiza formação sindical em Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná.

- Escola Sindical Apolônio de Carvalho:

Sediada em Goiânia, realiza formação sindical nos estados do Centro-Oeste brasileiro.

- Escola São Paulo:

Localizada na capital paulista, é responsável pela formulação, organização e realização de atividades formativas em todo o Estado de São Paulo.

- Escola Sindical 7 de Outubro:

Localizada em Belo Horizonte, é responsável pela organização e realização de atividades formativas em Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

- Escola Chico Mendes na Amazônia:

Localizada em Manaus, estado do Amazonas, atende toda a região amazônica do Brasil, realizando atividades formativas, considerando as especificidades regionais da região Norte.

- Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha:

A Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha - ETHCI, com sede em Ponta das Canas, Florianópolis-SC, tem sua atuação educacional pautada pelos acúmulos metodológicos advindos das experiências educativas (em âmbito nacional e regional) desenvolvidas pela Rede de Formação da Central Única dos Trabalhadores. Desenvolve ações de Educação Profissional junto aos trabalhadores, empregados e desempregados, da cadeia produtiva do turismo e hospitalidade, a partir da concepção de Educação Integral, ou seja, garantindo a articulação das dimensões da Educação Propedêutica (escolarização), Educação Profissional e da Formação para a Cidadania.

3.8 O plano nacional de formação

O eixo estruturante do modelo de formação proposto pela Central Única dos Trabalhadores está localizado na Secretaria de Formação e se manifesta por meio Plano Nacional de Formação, um documento que busca sintetizar as diretrizes de um modelo a ser seguido com o intuito de orientar os rumos do sindicalismo no país, na medida em que se trata da principal central sindical do país e da formação de novas lideranças.

O acesso à documentação referente à historicidade desse processo, contudo, é de difícil

execução, em razão da ausência de um sítio eletrônico que reúna os exemplares do PNF de acordo com os anos de lançamento.

O ENAFOR - Encontro Nacional de Formação da Central Única dos Trabalhadores.

A PNF – Política Nacional de Formação – é uma formulação derivada do ENAFOR – Encontro Nacional de Formação, reunião com o propósito de debater os rumos da formação de lideranças sindicais no país.

19º ENAFOR

A edição de número dezenove do Encontro Nacional de Formação da Central Única dos Trabalhadores, que aconteceu em março de 2016, em Atibaia no interior de São Paulo, propôs, à partir da Direção Executiva Nacional, uma estruturação das ações da Central Única dos Trabalhadores a partir de três eixos, tanto no âmbito nacional quanto no internacional, sendo eles: democracia e desenvolvimento, transformações no mundo do trabalho, organização sindical e negociação coletiva, ação da CUT no âmbito internacional.

A formação sindical se insere na consecução desses três eixos, de maneira fundamental, dado que orienta as ações para o futuro, em uma perspectiva de construção das bases do sindicalismo em relação aos novos tempos.

Assim sendo, as prioridades da PNF devem levar em consideração a estratégia geral da CUT, debatida e deliberada no 12º Congresso Nacional da CUT (CONCUT), bem como os objetivos e eixos estruturantes do planejamento da Direção Executiva Nacional. A partir destes aspectos, é fundamental a compreensão de que a ação articulada da formação sindical com as demais Secretarias da CUT, com as estaduais e os ramos/macrossetores, coloca se como tarefa premente frente a estes desafios (NOBRE, 2021, p. 17).

As deliberações desta edição do ENAFOR acerca do Plano Nacional de Formação tornam clara a centralidade da formação na estratégia política da CUT, ainda mais quando se concatena isso com os eixos já enunciados anteriormente. Uma rede nacional que possibilite a execução de uma política de formação também é fator primordial na execução de tal política educacional. Tais proposições chegam a uma série de ações propostas.

- Fortalecer a estratégia da CUT em defesa da Democracia e do Estado de Direito;
- Contribuir na atualização e consolidação do Projeto Político e Organizativo da CUT, considerando as transformações pelas quais vêm passando os mundos do trabalho;
- Potencializar as ações da CUT no processo de disputa de hegemonia na sociedade, contribuindo no fortalecimento das alianças com os movimentos sociais;
- Fortalecer todos os atores da Rede Nacional de Formação como condição para se ampliar a cobertura da formação Sindical, tendo em vista potencializar as intervenções das direções e lideranças sindicais nos campos das relações de trabalho, da organização sindical e das políticas públicas (NOBRE, 2021, p. 17).

Percebe-se que as ações propostas evidenciam a importância atribuída pela CUT ao cenário de formação de novos quadros. Trazem à tona também a visão institucional da

organização acerca de seu papel, elencando a “defesa da Democracia e do Estado de Direito” como parte de seu programa de atuação.

Formar novos quadros é uma maneira de transmitir uma perspectiva de mundo, de gerar um legado, de buscar consolidar um viés. Assim, fortalecer a Rede Nacional de Formação é uma maneira de colocar em prática a busca por construção, inclusive, de uma hegemonia na sociedade, dentro de um prisma de luta de classes.

Com base nessas percepções, estabelecer prioridades é um passo essencial para alcançar os objetivos propostos. As deliberações deste encontro avançaram no sentido de definir áreas de atuação prioritárias, com o objetivo de tornar as metas mais concretas. Essas áreas são:

Formação sobre Desenvolvimento, Políticas Públicas, Direitos Humanos e Ação Regional; Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional, Técnica e Tecnológica na concepção de formação integral; Gestão da PNF (BERTOTTI; VEIGA, 2021, p. 17).

Esse modelo é, sobretudo, de discussão acerca das possibilidades de formação continuada. E se enquadra em um contexto de busca de garantias, identidades e de perseguição de uma unidade metodológica mediante aos desafios e particularidades que cada setor. A pergunta é: como estruturar pontos comuns em uma política nacional de formação que abranja petroleiros e professores, enfermeiros e metalúrgicos, é uma pergunta a ser abordada. A busca por uma identidade de classe pode ser um fio condutor na consecução de tal política nacional.

A noção de programa, a partir do qual se propõe a organização destes campos de atuação, implica em compreendê-lo como um instrumento para identificação, aprofundamento e abordagens temáticas referentes às suas especificidades no âmbito da PNF. Neste sentido, os programas da PNF não se restringem à realização de cursos unicamente. Preveem a realização de sistematização, estudos e pesquisas com o intuito de aprimorar permanentemente o desenvolvimento dos percursos formativos previstos para os diferentes públicos para os quais se reportam (BERTOTTI; VEIGA, 2021, p. 18).

Extrapolar a ideologia e chegar a fatores práticos, que contemplem as diferenças entre as várias carreiras que compõem a atuação cutista se põe como ponto a ser discutido e não apenas discutido como posto em prática. A rede de atuação, por meio das já referidas escolas de formação e também das secretarias estaduais.

A definição dos respectivos programas nacionais tem como referência os desafios e as prioridades da CUT em âmbito nacional. Isto significa que, para além das ações previstas em cada um deles, as Secretarias Estaduais de Formação, as Escolas Sindicais e as Secretarias de Formação dos ramos podem e devem promover outras ações que respondam às especificidades e demandas derivadas das diferentes realidades regionais e/ou setoriais, sempre em uma perspectiva de complementaridade às ações propostas por meio dos programas nacionais (BERTOTTI; VEIGA, 2021, p. 18).

3.9 Os primeiros cursos de formação do SINPRO-DF

A primeira turma do curso de formação do Sindicato dos Professores no Distrito Federal SINPRO-DF se deu no ano de 2004, em Goiânia, capital do estado de Goiás, como uma forma de preparação da categoria dos professores no processo de formação sindical, visando a dar suporte formal para os novos integrantes da carreira de professor e, posteriormente, à carreira de orientador educacional, que foram incluídos na carreira magistério em 2013, conforme consta na portaria conjunta SEAP-SE nº5.

Inicialmente é oferecida uma etapa básica de formação sindical, e o aluno tem a opção de seguir para uma etapa avançada, de forma subsequente. Até o presente momento, foram realizadas 27 edições do curso básico de formação sindical e 11 edições da etapa avançada.

Atualmente o curso ocorre nas dependências da CNTI, que está localizada na cidade goiana de Luziânia, no Parque Marajoara, estado de Goiás, onde ocorrem todas as etapas.

O curso de Formação do SINPRO-DF é uma ferramenta crucial na consolidação de sua estrutura enquanto órgão de classe. A perpetuação de sua existência tem relação direta com os mecanismos empregados na formação de seus quadros, pois condiciona o modo como conta sua história e a maneira como se coloca perante os professores que representa e a sociedade como um todo. Formar os profissionais que atuarão em seus quadros significa afastá-los da alienação, entendida como o distanciamento da noção de todo. Conhecer a história do sindicato faz parte do processo de entender o seu propósito, suas dificuldades e conquistas em seu trajeto até os dias atuais.

Para além da história do SINPRO-DF, é importante que o professor que se proponha a ser parte integrante de seu quadro conheça também a história do sindicalismo e o contexto histórico que envolve o surgimento desse tipo de agremiação. É fundamental atentar para o fato de que nem todos os membros do sindicato são formados em História. Conhecer o percurso dos movimentos sociais e dos sindicatos em particular traz sentido à atuação dos membros e facilita a aquisição de um “espírito de corpo”.

Abordar esse tema significa tentar responder a uma série de questões relacionadas ao propósito do sindicato e quanto ao propósito do próprio curso formador. A quem formar? Como formar? Formar para quê? Souza (2019) questiona quanto ao papel da formação e o tipo de formação relacionados ao SINPRO-DF.

Sobre isso se colocam algumas questões iniciais: qual papel cabe à formação? Para essa questão, temos que fazer outras questões como que tipo de formação estamos nos referindo. E para quê. Onde a formação influencia no processo de transformação da sociedade. E para qual tipo de sociedade. Estas questões não precisam ser respondidas

neste momento, mas servem de fio condutor para a recuperação de aspectos da história (SOUZA, A., 2019, p. 60).

O próprio SINPRO-DF executa esse processo autorreferencial, de pensar o significado de seu processo de formação e o papel disso na consecução de seus objetivos. Para um sindicato de professores, isso faz ainda mais sentido, ter consciência de sua condição enquanto órgão que representa uma categoria voltada à reflexão.

A formação político-sindical é a principal ferramenta dos(as) professores(as) e dos(as) pedagogos(as)- orientadores(as) educacionais do magistério público do Distrito Federal na defesa dos interesses da categoria. É também um dos mais relevantes patrimônios do Sinpro-DF, cujo objetivo é fortalecer o movimento do magistério público (SINDICATO DOS PROFESSORES DO DISTRITO FEDERAL, 2016, p. 8).

A formação é encarada como uma ferramenta de luta, como um mecanismo de gerar comprometimento para com a causa do magistério, como um movimento de fortalecimento da categoria. Compreender os contextos econômico, social, político e educacional é parte fundamental na conquista de vitórias por parte dos docentes, na visão da entidade.

A compreensão da conjuntura econômica, social, política, educacional, entre outras, é a principal responsável pelas vitórias trabalhistas e pedagógicas dos(as) docentes da rede oficial de ensino na capital federal. Sem esse entendimento, não haveria conquistas. É por isso que as sucessivas diretorias do Sinpro-DF, sobretudo as dos últimos 12 anos, sempre promoveram debates, congressos, fóruns e intensa formação sindical. O conhecimento adquirido é uma importante ferramenta na luta (SINDICATO DOS PROFESSORES DO DISTRITO FEDERAL, 2016, p. 8).

Essa percepção da importância do processo formativo associado ao movimento sindical pode parecer idealista e teórica demais, mas o SINPRO-DF enxerga fatores práticos no que tange às conquistas propiciadas por essa abordagem pedagógico-formativa. Exemplo disso é a captação dos aposentados para a causa sindical, fruto da desconstrução da noção de que o profissional aposentado poderia ser descartado.

Por intermédio da formação político-sindical, desconstruiu o entendimento que havia na categoria de que o (a) professor(a) aposentado(a) que não estava mais em sala de aula era profissional descartado(a) e, portanto, não teria os mesmos direitos dos(as) professores(as) em atividade (SINDICATO DOS PROFESSORES DO DISTRITO FEDERAL, 2016, p. 8).

Percebendo esse segmento a ser conquistado, o SINPRO-DF se movimentou no sentido de engajá-lo, promovendo inclusive uma abordagem voltada a esse segmento. As assembleias convocadas pelo sindicato são amostra de que tal política obteve resultados, dada a quantidade de aposentados a fortalecer o movimento.

A formação dos(as) professores(as) aposentados(as) também tem uma atenção especial do Sinpro-DF. A luta pelos direitos dos(as) aposentados(as) remonta aos primórdios da criação do sindicato. Em 1979, o Sinpro pôs em curso a campanha da Aposentadoria aos 25 anos (SINDICATO DOS PROFESSORES DO DISTRITO FEDERAL, 2016, p. 9).

A perspectiva de formação também não precisa se restringir à ideia de curso de formação, e pode se estender a outras modalidades, como seminários, assembleias, simpósios, entre outros. Dessa forma, adquire um caráter continuado e cumpre também a função de reatualização profissional e de visão político-social, na medida em que um curso de formação único traria o problema de correr o risco de não acompanhar as dinâmicas de mudança sociais que são constantes. Esse prisma se coaduna com a visão de Nilza Cristina G. dos Santos, que, no ano de 2016 exercia a função de coordenadora da Secretaria de Formação Sindical do SINPRO-DF.

‘Percebe-se que organizar a luta parte da necessidade de que todos e todas conheçam a história de luta da nossa categoria e de toda a classe trabalhadora. Por isso, temos várias atividades centradas na formação sindical, tais como os seminários, o Fórum Social Mundial, os debates e, a cada três anos, o Congresso de Trabalhadores em Educação’, salienta (SINDICATO DOS PROFESSORES DO DISTRITO FEDERAL, 2016, p. 9).

O Curso de Formação Sindical do SINPRO-DF é um processo educacional vinculado à Central Única dos Trabalhadores – CUT – e ofertado em parceria com esta entidade, à qual o sindicato dos professores do Distrito Federal é filiado desde 1987. No site da CUT, constam 49 sindicatos filiados a esta central apenas no Distrito Federal, e são oferecidos cursos de formação em associação a estes sindicatos filiados. Exemplo disso foi o curso promovido, em 2016, por meio do Coletivo de Formação da CUT Brasília para o Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Distrito Federal (Sinttel), que formou 56 participantes.

O SINPRO-DF é filiado à CUT desde 1987. E aplica em sua prática sindical o respeito redobrado às decisões das instâncias de base. Estar perto dos docentes e interagir diuturnamente com o “chão da escola” é um atributo sempre presente na ação do SINPRO (INSTITUTO MUSEU DA PESSOA, 2021, p. 50).

Entende-se que o curso de formação do SINPRO-DF também buscou iniciar o enfrentamento de uma realidade social onde a própria legitimidade e existência da categoria dos professores começou a ser colocada em questionamento, devido a mudanças na estrutura econômica e política e isso afeta diretamente a entidade representante dos professores, no caso o SINPRO-DF, quando se trata destas situações.

O resultado do avanço tecnológico, em especial da robotização e informatização, foi a perturbação de todos os sistemas de classificação profissional das escalas salariais e

de distribuição de benefícios, sobre os quais em larga medida, se apoiava a reivindicação sindical unificada, que justificava e facilitava a ação de representação coletiva e facilitava às lideranças preencher seus papéis. (RODRIGUES, 2002, p. 175).

As mudanças no mercado de trabalho, nas legislações trabalhistas e nas próprias leis sindicais no Brasil levaram os sindicatos a terem que buscar novas alternativas para a manutenção de direitos conquistados ao longo dos anos e também de sua própria existência enquanto instituição.

Por volta da primeira década dos anos 2000, o setor sindical sofreu com a ruptura de um certo equilíbrio existente na estrutura trabalhista nacional levando a um processo de crise, que culminou em leis que foram flexibilizando as relações de trabalho e tirando o poder de barganha dos sindicatos. Segundo Rodrigues (2002), crise é uma alteração súbita dos rumos de um processo, uma ruptura de uma situação de equilíbrio ou desenvolvimento que, até então, seguia rumos normais.

Dentre as leis que contribuíram para a agudização da crise dos sindicatos no país, cabe citar a lei nº 13.467/2017, que tornou facultativa a contribuição sindical obrigatória por parte de trabalhadores que não estejam filiados ao sindicato. Esta lei, também conhecida como reforma trabalhista, retirou de vários sindicatos uma das fontes de renda que era a contribuição sindical obrigatória, cobrada dos trabalhadores sindicalizados e também dos não sindicalizados.

De acordo com o Art. 579 da Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. "O desconto da contribuição sindical está condicionado à autorização prévia e expressa dos que participarem de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal, em favor do sindicato representativo da mesma categoria ou profissão ou, inexistindo este, na conformidade do disposto no art. 591 desta Consolidação." (BRASIL, 2017).

O declínio das taxas nacionais de sindicalização, segundo Rodrigues (2002), só não foi maior no contexto dos últimos anos em decorrência da sindicalização dos empregados públicos em suas diversas modalidades, e isto inclui servidores públicos, que mantiveram ativos boa parte dos sindicatos que representam suas respectivas categorias.

Para tanto, os cursos de formação sindical do SINPRO-DF respondem a uma visão estrutural, uma vez que a própria CUT, na condição de Central Sindical, organizou-se para fazer a leitura da situação atual e entendeu que o curso de formação sindical, dentro de suas várias modalidades, pode servir como uma forma de engajamento e vinculação intelectual por parte de seus filiados e demais participantes da categoria do magistério do Distrito Federal. Isso visa manter uma boa taxa de adesão sindical, além de formar apoiadores na luta por seus posicionamentos, evitando ou atenuando o declínio na participação de trabalhadores em seus quadros.

3.10 Estruturação dos cursos

O Curso de Formação Sindical do SINPRO-DF Básico – Turma 27 – Básico, de 2024, dividiu-se em três Módulos ou Etapas que constituíram 72 horas de carga horária total, com as saídas sempre às sextas-feiras, nos meses de abril e maio de 2024, com dois fins de semana no mês de abril e mais um fim de semana no mês de maio. A iniciativa contou com transporte de ônibus para os cursistas, através de um itinerário que parte da sede do sindicato dos professores, localizado no Setor de Indústrias Gráficas, passa por Taguatinga-DF e finalmente chega, ao fim da noite das sextas feiras, ao local designado do curso. Inicialmente, na primeira semana, foi realizado no espaço Donana em Samambaia, Distrito Federal, em regime integral, e a partir da segunda etapa do curso nas dependências da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), localizada em Luziânia, estado de Goiás, mantendo o regime integral manhã/tarde.

O material didático e de apoio nos dois cursos, básico e avançado, é composto por apostilas que são confeccionadas pelo próprio SINPRO-DF e que são entregues a cada módulo. Estas apostilas servem de material de consulta e se somam a outros materiais de apoio, como folders e materiais impressos. Também são entregues camisetas referentes ao módulo básico e avançado.

Há também, no curso de formação sindical, uma parte que é assíncrona, acessada remotamente pelo cursista, que tem de responder a exercícios e outras atividades pedidas pela coordenação do curso.

Os módulos do curso são dados pelas manhãs e tardes, sendo oferecida a possibilidade de pernoite para os cursistas. Lembrando que por serem quartos compartilhados busca-se um estreitamento dos laços entre os participantes, que passam a interagir com maior intensidade tendo como resultado um aprofundamento dos temas e trabalhados nos módulos, além do fortalecimento dos laços fraternos. De acordo com o percurso formativo do módulo I, o objetivo geral do curso de formação básica consiste sobretudo em potencializar a ação sindical.

O objetivo geral do curso básico é potencializar a ação sindical no local de trabalho, no sindicato, na CUT e na sociedade por meio de estudos e reflexões, visando o fortalecimento da atuação dos representantes sindicais do SINPRO-DF (SINDICATO DOS PROFESSORES DO DISTRITO FEDERAL, 1989, p. 23).

É importante destacar que este objetivo geral também é o que consta na etapa avançada, sendo trabalhada de forma mais aprofundada e com maior carga horária, visando a uma formação mais sólida dos participantes desta etapa.

Logo, percebe-se que, por meio de palestrantes, convidados e membros do sindicato, que se alternam, o que se busca é construir um debate, mediante a produção de uma linha

histórica alicerçada na visão de pessoas que estiveram ou estão ligadas diretamente aos movimentos sociais e/ou sindicais das mais variadas linhas. Os temas tratados dizem respeito a questões de organização e consolidação da gestão democrática, organização sindical, aspectos ligados à carreira do magistério público, além de nuances políticas que são debatidas nos momentos dos cursos de formação sindical.

Em relação à historicidade do sindicato, já nos primeiros momentos, são apresentados dados quanto ao surgimento e formação das estruturas sindicais, incluindo o depoimento de figuras que historicamente estiveram ligadas a esse movimento, sobretudo nos anos 80, 90 e 2000 dos séculos XX e XXI.

Apesar de haver uma disciplina específica que trata sobre a História, Concepção, Estrutura e Secretarias do SINPRO-DF, pode-se dizer que o curso de formação sindical inteiro está alicerçado dentro de uma matriz histórica que busca a construção e manutenção de uma narrativa, onde o movimento sindical possa expor sua visão.

Os eixos abordados buscam dar aos professores que participam uma visão político-histórica alinhada com uma visão de luta de classes, segundo a qual é dada importância central à mobilização dos professores. Em relação aos cursos, não há um engessamento da estrutura do curso de formação sindical, e a participação dos convidados do curso é pautada pela diversidade, em consonância com a ligação do sindicato com movimentos sociais progressistas, ligados a indígenas e lideranças do movimento LGBTQI+, por exemplo.

O SINPRO-DF ofereceu, desde 2004, turmas para formação sindical. Contudo, essa oferta é realizada tão somente aos professores que são sindicalizados. Como participante, pude observar que entre os que integravam o curso havia uma mescla entre professores em início, meio e final de carreira, além de aposentados. Ou seja, há interesse como um todo, por parte da categoria, em participar dos processos de formação sindical.

A dimensão de historicidade e de ensino de história nos cursos de formação sindical são evidenciados por meio dos eixos e das disciplinas do curso, pautados por um viés histórico, tanto expressamente como implicitamente, como se percebe na ementa apresentada logo abaixo:

Quadro 3 – 27º Turma do Curso de Formação Sindical do Sinpro-DF (Eixos)

1ª Etapa → Eixo: Educação, Realidade Brasileira e Sindicalismo.
Data: 22 a 24 de março de 2024
Temas: <ul style="list-style-type: none"> - Gestão Democrática. - História, Concepção, Estrutura, Políticas e Secretarias do Sinpro-DF. - A História da Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação – EAPE. - Precarização do Trabalho. - A História da Central Única dos Trabalhadores – CUT. - Atividade Intermódulo.
2ª Etapa → Eixo: Educação, Políticas Públicas, Mídia, Ideologia e Poder.
Data: 26 a 28 de Abril de 2024
Temas: <ul style="list-style-type: none"> - Histórico dos Planos de Carreira. - Análise de Conjuntura – Pauta Nacional da Política Educacional. - Desafios da Educação Superior, Políticas Públicas de Inclusão. - Mídia, Ideologia e Poder. - Atividade Intermódulo.
3ª Etapa → Eixo: Política e Conjuntura, Raça, Gênero e Diversidade Sexual.
Data: 24 a 26 de Maio de 2024
Temas: <ul style="list-style-type: none"> - Histórico dos Planos de Carreira. - Radiografia da Câmara Legislativa do DF e Conjuntura Local. Cartilha 190 da OIT e o Conceito de Trabalho Docente no ambiente escolar. - O Papel da Escola na desconstrução do Racismo. - Identidades e Diversidade Sexual na Escola.

O Curso de Formação Sindical do Sinpro-DF Avançado – Turma 11, de 2024, foi dividido em cinco módulos ou etapas, totalizando 180 horas de carga horária. Iniciado em junho de 2024 e concluído em novembro do mesmo ano, o curso teve saídas sempre às sextas-feiras, com transporte de ônibus para os cursistas, através de um itinerário que partia da sede do Sindicato dos Professores, no Setor de Indústrias Gráficas, passava por Taguatinga-DF e chegava, no fim da noite de sexta-feira, ao local designado do curso, na Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), localizada na cidade de Luziânia, estado de Goiás.

Estruturalmente há muitas semelhanças com o módulo básico, tais como a realização de palestras, debates e também uma configuração muito ligada à história do país, ao dispor de observações conjunturais, nos aspectos sociais, políticos e em relação aos movimentos sociais, com vistas a um aprofundamento de vários dos temas levantados durante o curso de formação básica.

O 11º curso de formação avançada congregou pessoas que terminaram o 27º Curso de Formação Básica do SINPRO-DF com pessoas de outras edições desse curso básico, ou seja, ele não foi exclusivo para os egressos do 27º Curso de Formação Sindical.

O viés do 11º Curso de Formação Sindical do SINPRO-DF foi o de reforçar o caráter ligado a luta de classes e, tal como os cursos básicos e avançados que o antecederam, de reagir ao contexto de declínio que atingiu vários sindicatos brasileiros em virtude do afrouxamento das leis trabalhistas. Assim, vários temas foram abordados de forma a apresentar o caráter excludente da estrutura social nacional. Como consequência, também ocorreram, dentro dos cinco módulos, debates que foram trazidos para a realidade vivida pelos professores no Distrito Federal.

Como se pode perceber, o Ensino de História nos cursos de formação sindical do SINPRO-DF é ferramenta basilar para a elaboração das etapas a serem percorridas no curso de formação sindical, tanto na etapa básica quanto na avançada, servindo como fator unificador das várias bandeiras sociais defendidas pelo movimento sindical.

Quadro 4 – 11º Curso de Formação Sindical do Sinpro-DF

1ª Etapa: (Módulo I)
Data: 28 a 30 de Junho de 2024
Temas:
- Aspectos Sociológicos da Conjuntura - Introdução a Sociologia Política -Introdução à Sociologia Política - Oficina: Sociologia- Construção e Vivência Coletiva
2ª Etapa: (Módulo II)
Data: 16 a 18 de Agosto de 2024
Temas:
- Políticas Públicas e Controle Social - Teoria Política- Fascículo 2 da CNTE - Preconceito Racial na Formação do Pensamento Brasileiro - Preconceito Racial na Formação do Pensamento Brasileiro
3ª Etapa: (Módulo III)
Data: 13 a 15 de Setembro de 2024
Temas:
-Análise da Conjuntura Nacional e Internacional - Introdução à História do Movimento Social - Introdução à História do Movimento Social - Gramática da Manipulação
4ª Etapa: (Módulo IV)
Data: 18 a 20 de Outubro de 2024
Temas:
- Economia Política- Fascículo 3 da CNTE - Economia Política- Fascículo 3 da CNTE - Desigualdade Social e Tributária Relações Étnico-Raciais, Direitos Humanos, Povos Originários, e Marco Temporal

5ª Etapa: (Módulo V)
Data: 22 a 24 de Novembro de 2024
Temas:
<ul style="list-style-type: none"> - Fascículo V do Programa de Formação da CNTE – Movimento Sindical da Educação, Origens Históricas, Estrutura e Concepção - Fascículo V do Programa de Formação da CNTE – Movimento Sindical da Educação, Origens Históricas, Estrutura e Concepção -Perspectivas da Educação na Atualidade -Perspectivas da Educação na Atualidade

Um dos temas debatidos dentro dos corredores das escolas e dos sindicatos é a efetividade da greve enquanto forma de chamada do governo para negociação, com vistas à manutenção e à aquisição de direitos trabalhistas.

O SINPRO-DF, durante os anos 90 e 2000, foi impactado por medidas que visavam enfraquecer a atuação sindical de então, como a precarização das relações de trabalho. Exemplo disso foi o aumento de contratos temporários, que, em regra, possuem vínculos trabalhistas mais tênues, e uma relação diversa com o sindicato, pautada inclusive pela desobrigatoriedade da contribuição sindical. A terceirização de boa parte da administração do ensino infantil também é exemplo desse processo de busca por enfraquecimento do papel do sindicato.

Mesmo assim, o SINPRO-DF conseguiu manter números satisfatórios de filiados e também mobilizar importante parte da categoria para movimentos grevistas. Logo, para um melhor entendimento do mecanismo da greve, sua historicidade e impacto dos cursos de formação sindical, optei por fazer um estudo de um movimento grevista, que foi o de 2012. Antes, porém, traçarei um breve histórico sobre a greve, enquanto movimento organizado de ação social, e a atuação dos sindicatos.

3.11 Greve e atuação do sindicato

Na Europa Ocidental e demais países desenvolvidos, pode-se dizer que tivemos o auge do Estado do Bem Estar Social¹⁴ na década de 70 do século XX e, com isso, também da estrutura sindical, que conseguiu avanços no que tange aos direitos trabalhistas e em questões ligadas à adesão dos trabalhadores.

Se na década de 70, na maioria dos países desenvolvidos, pode ser considerada a dos sonhos dos sindicalistas, a de 1980 pode ser vista como a dos pesadelos (RODRIGUES, 2002, p. 19).

¹⁴Estado do Bem Estar Social é um tipo de organização política, económica e sócio-cultural que coloca o Estado como agente da promoção social e organizador da economia. Nesta orientação, o Estado é o agente regulamentador a vida e saúde social, política e económica do país, em parceria com empresas privadas e sindicatos, em níveis diferentes de acordo com o país em questão. Cabe, ao Estado de bem-estar social, garantir serviços públicos e proteção à população, provendo dignidade aos naturais da nação.

Já na década de 80 do século XX, a estrutura do Estado do Bem Estar Social é paulatinamente abandonada nesses países, em virtude do chamado Consenso de Washington¹⁵ e da implementação de medidas liberalizantes, com a progressiva perda de participação do Estado em áreas importantes como saúde e educação.

No Brasil, houve, devido a questões históricas ligadas a dissolução do regime militar brasileiro (1964-1985), uma fase de atuação sindical distinta dos países de Primeiro Mundo, de modo que, durante o início dos anos 80 e até meados dos anos 90 do século XX, os sindicatos nacionais conseguiram manter proeminência na busca, negociação e defesa de direitos trabalhistas.

Mesmo com medidas neoliberais adotadas por governos chefiados por Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) a atuação dos sindicatos permaneceu relevante. Contudo, a partir dos governos de Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2018-2022), a estrutura sindical nacional passa por algumas restrições sendo visto inclusive como inimigo e não como um adversário político comum, fruto da intensificação da agenda Neoliberal oriunda do Consenso de Washington.

Desse modo, o anti movimento social, como uma mobilização autoritária e radical, não reconhece o outro, o seu adversário, aquele que possui valores e ideias distintas, como sujeito, mas como um inimigo obstáculo ou mal absoluto a ser eliminado ou marginalizado da sociedade. O antimovimento, ao contrário do movimento social, nega ao outro as suas próprias condições de liberdade, de afirmação identitária seja pessoal ou coletiva (CALDAS, 2017, p. 8).

Com este contexto, o SINPRO-DF se voltou para a instituição de cursos de formação sindical, como foi dito anteriormente, mas também adotou meios mais inclusivos, tais como as diversas secretarias para acompanhar as transformações sociais, como uma secretaria voltada aos aposentados e uma para as mulheres. A pauta LGBTQIA+ também se tornou uma bandeira do sindicato, não apenas por lutas por salário e condições de trabalho, mas também por outras demandas de cunho social, visando a uma adesão maior por parte da categoria e a uma abordagem desse mundo que se transforma.

A estrutura do SINPRO-DF é colegiada, com decisões tomadas em coletivo desde o ano de 1989. Isso implica a necessidade de coordenação entre os membros da direção do sindicato para que ocorram movimentos de negociação e intermediação nas causas relativas aos professores.

¹⁵Consenso de Washington foi uma recomendação internacional elaborada em 1989, que visava a propalar a conduta econômica neoliberal com a intenção de combater as crises dos países subdesenvolvidos, sobretudo os da América Latina.

Assim é que em fevereiro de 1989 foi aprovada, em assembleia convocada com este fim, uma mudança estatutária que dotou o SINPRO de uma direção colegiada, bem como de outras instâncias: de direção e de mobilização do movimento (BERTOTTI; VEIGA, 2021, p. 16).

As demandas da categoria serão abordadas logo abaixo por meio da análise de um movimento paredista (grevista) do ano de 2012, para que possamos compreender como deu a construção das pautas relativas às melhorias das condições de trabalho e se também há uma ligação com a melhoria das condições pedagógicas. Tal observação tomará por base notícias veiculadas pelo jornal *Correio Braziliense* à época.

Tradicionalmente um dos principais instrumentos utilizados pelo SINPRO-DF são as assembleias regionais, seguidas de assembleias gerais e por último as greves. Dentro do raio de ação sindical, houve uma procura, em boa parte dos movimentos grevistas, por tentar estabelecer mesas de negociação, contudo, conforme já foi demonstrado na presente dissertação, as greves têm sido meios eficazes de chamar à negociação o governo distrital.

3.12 Estudo do movimento grevista de 2012

A análise sobre o movimento grevista de 2012 se deu, sobretudo, com o objetivo de demonstrar, na prática, como o sindicato e a categoria se posicionaram frente à busca por manutenção e ampliação de seus direitos. Esse contexto está relacionado diretamente com o curso de formação sindical, pois vários dos ensinamentos, visão política, condução das negociações e posicionamento da categoria se deram sob a égide daquilo que se foi aprendido nos cursos.

Para o Ensino de História e a historicidade do Curso de Formação Sindical, é importante se debruçar sobre um movimento prático do SINPRO-DF, pois isso representa um momento de aplicação prática dos temas desenvolvidos teoricamente nos cursos de formação. É a História sendo escrita e é como movimentos sociais se moldam.

A escolha pelo estudo do movimento paredista de 2012 ocorreu em virtude da existência de uma distância temporal suficiente para possibilitar uma leitura comparativa com outros movimentos grevistas, incluindo eventos presentes na atualidade. Esse distanciamento também é relevante para tentar capturar as perspectivas de forma menos influenciada pelas flutuações do momento, analisando o contexto como um todo, de maneira consolidada, abrangendo tanto suas conquistas quanto seus fracassos.

Assim é possível analisar a cobertura de um jornal como o *Correio Braziliense* em relação ao movimento em sua duração inteira, assim como as intervenções do SINPRO-DF e as percepções do sindicato acerca dos avanços e recuos da greve.

Este movimento ocorreu em um governo distrital de matriz ideológica popular (de

esquerda), do então governador Agnelo Queiroz (2011-2014), já então filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) à época.

O pressuposto alinhamento ideológico não impediu o SINPRO-DF de deflagrar a paralisação da categoria e pleitear avanços em questões trabalhistas, além de arregimentar professores, tanto os efetivos quanto os de contratos temporários.

A greve teve início no dia 12 de março de 2012 e perdurou por 52 dias, sendo finalizada no dia 3 de maio de 2012. Durante esse período, ocorreram diversas assembleias, idas e vindas e, até mesmo, a suspensão temporária da paralisação em 2 de maio de 2012, após intensas negociações mediadas, inclusive, pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Pode-se dizer que, naquele momento, o SINPRO-DF, apesar de sua proximidade ideológica com o PT e a CUT, optou por manter a luta enquanto movimento social e agente político na condição sindical.

É necessário que se ressalte que, para a análise das questões que envolvem o movimento grevista de 2012, serão utilizadas reportagens do jornal *Correio Braziliense*, além de informativos do SINPRO-DF, como a publicação *Quadro Negro*, para que se possa promover um contraponto em relação às perspectivas referentes ao movimento grevista de 2012.

A escolha pelo jornal *Correio Braziliense* se deu em virtude de ser um dos jornais mais tradicionais do Distrito Federal, fundado em 21 de abril de 1960 por Assis Chateaubriand e vinculado aos Diários Associados até os dias atuais. Também é importante ressaltar que, em 2012, o *Correio Braziliense* era o jornal impresso de maior relevância e de maior tiragem do Distrito Federal, daí a opção por analisar a greve de 2012 por meio das reportagens de tal veículo de imprensa, que cobria o movimento no caderno “Cidades”.

Como já mencionado, também será utilizado o jornal *Quadro Negro*, que é ligado ao SINPRO-DF, para estabelecer um contraponto à visão do *Correio Braziliense* sobre a greve de 2012. Outras publicações ligadas ao SINPRO-DF, como a “SINPRO Cidadão”, também trataram do assunto da greve e servem de referência sobre o tema, à partir da ótica do sindicato.

A abordagem da greve deflagrada pelo SINPRO-DF é feita na reportagem de 12 de março de 2012, publicada no caderno “Cidades”, na página 22, relatando a expectativa do sindicato quanto à adesão ao movimento. A reportagem, assinada pelo jornalista Almiro Marcos, também aponta alguns motivos para a greve, como a histórica desigualdade salarial em relação a outros cargos de nível superior do Governo do Distrito Federal (GDF) e o posicionamento do governo, que apresentou resultados obtidos no ano anterior, de 2011.

O diretor Jurídico do Sinpro, Washington Dourado, esclarece que um professor da rede pública hoje ganha em média R\$3,8 mil e que a média dos funcionários com nível superior é de R\$5,8 mil. “Das 30 categorias com graduação, os professores ocupam a 23ª posição em salários.” Hoje, somados todos os vencimentos e benefícios, um professor pode receber um salário bruto de R\$4.226. Trata-se da maior remuneração paga a professores do país. Mas Dourado acha que não é suficiente devido à boa qualificação dos docentes locais. Ele afirma que 98% da categoria têm graduação, 67% têm especialização. “Esses profissionais precisam ser valorizados até para que permaneçam na educação pública do DF”, argumenta. Atualmente, a rede pública conta com quase 30 mil professores efetivos (ABREU, 2012, p. 22).

E, afinal, quais eram as pautas que motivaram a categoria dos professores e seu órgão de classe a deflagrar uma greve durante a vigência de um governo que, presumivelmente, se alinhava ideologicamente com o SINPRO-DF e com parte da categoria? Aqui um ponto a ser destacado, a dificuldade de se apontar no material do sindicato acessado contemporaneamente as reivindicações do movimento. Reportagem do *Correio Braziliense* de 13 de março de 2012, no entanto, elenca as demandas da categoria:

- » Revisão do plano de carreira, com isonomia salarial e as carreiras de nível superior do GDF, previsto para janeiro de 2012
- » Implantação do plano de saúde
- » Nomeação dos professores aprovados em concurso
- » Salário justo para os educadores temporários
- » Aumento dos recursos repassados às escolas para investimento em materiais pedagógicos e de infraestrutura;
- » Discutir sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e criar a Lei de Responsabilidade Educacional; (MARCOS, 2012, p. 22).

As alegações do Governo do Distrito Federal (GDF), à época, para não atender as reivindicações dos professores, iam na direção de que não haveria margem para os aumentos salariais e atendimento das demandas da categoria, pois os gastos públicos estariam perto dos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Uma das justificativas do governo para não dar reajustes este ano é o limite de gastos com pessoal imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). De acordo com o Sinpro essa alegação não se aplica aos servidores da educação, que são pagos com recursos do fundo constitucional. Mas o GDF garante que influencia sim, uma vez que metade dos salários é paga pelos cofres distritais. “Se ocorrer o reajuste isso vai impactar diretamente no tesouro do DF. O governo não pode dar o reajuste”, diz Ugo Braga (ABREU, 2012, p. 22).

O sindicato evocava um acordo que buscava garantir equiparação com outras categorias de nível superior do GDF. Acordo construído com o governo no ano de 2011, fruto de assembleia no dia 13 de abril de 2011, e, alegadamente, descumprido por parte do Governo do Distrito Federal. Relata o sindicato a respeito: “Tínhamos a nosso favor um acordo negociado e assinado com o GDF e aprovado, em assembleia geral do dia 13 de abril de 2011. Um ano depois o acordo continua desrespeitado”.

No primeiro dia da greve dos professores, 13 de março de 2012, a reportagem do

Correio Braziliense fez visitas a algumas escolas e entrevistou pais de alunos e alunos sobre o movimento grevista. Percebe-se que alguns pais, como descrito logo abaixo, apoiavam o movimento grevista.

Apesar da greve, a bancária Fabiana Jung Matos, 41 anos, moradora da Asa Norte, segue sua rotina normal de deixar os filhos, os gêmeos Bruno e Lucas Matos, 10 anos, na escola. Eles estudam no Centro de Ensino Fundamental da 107 Sul. Embora seja solidária ao movimento, ela achou bom que os filhos continuem em aula durante a paralisação. “Sem isso, sei que a categoria não vai conquistar benefícios, que são um direito. Mas a gente que tem filho na rede pública também fica preocupado. Acredito que o sindicato possa buscar uma solução sem prejudicar a sociedade”, defendeu (CALCAGNO; ABREU, 2012, p. 26).

O movimento grevista é um dos instrumentos dos quais os sindicatos dispõem para convocar o empregador para a mesa de negociação. Cabe destacar que os servidores públicos estatutários não têm uma lei específica que regule o exercício da greve, como prevê o artigo 37, VII, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Enquanto não existir tal lei específica, aplica-se a regra geral da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

O posicionamento quanto à greve variou de opiniões positivas, como a já exposta, a opiniões que destacavam os ônus da paralisação. Toda greve incorre neste tipo de dilema, e um dos desafios do sindicato é justamente o de tentar mostrar à população a perspectiva de seus representados e buscar conquistar o apoio popular para o movimento. Já no segundo dia de greve, temos opiniões como a que será mostrada abaixo justamente destacando os impactos da greve.

‘Eu acho que a greve só prejudica os estudantes. Pelo menos os temporários darão aula. A greve atrapalha muito os alunos. Temos vestibular e PAS e não dá para ficar perdendo aula.’ Yomka Yohana C Coelho, 16 anos, moradora de Santa Maria, estudante do 3º ano do Setor Leste (CALCAGNO; ABREU, 2012, p. 26).

Na reportagem do dia 14 de março de 2012, sobre a greve dos professores, no caderno Cidades, o que já se percebia era que existem versões conflitantes sobre o andamento da greve, pois o governo do Distrito Federal afirmava que, naquele momento, havia uma paralisação de 30% a 40% da categoria.

Apesar da paralisação, que começou na segunda-feira, a maioria das 649 escolas do DF continua de portas abertas. Mesmo sem um dado oficial, a Secretaria de Educação acredita que de 30% a 40% dos professores tenham aderido à greve (ABREU, 2012, p. 28).

Enquanto o SINPRO-DF afirmava ter 75% de professores que aderiram ao movimento grevista.

Segundo o presidente do Sinpro, a adesão ao movimento se intensificou ontem. “Temos cerca de 75% de professores em greve. Não vamos recuar”, afirmou Em reunião com professores, governo reitera a impossibilidade de reajuste, mas promete estudar a reestruturação do plano de carreira e a implantação de plano de saúde Dourado, apesar do número diferente apresentado pela Secretaria de Educação. Em relação ao possível corte de ponto, ele considera o ato um “autoritarismo” (ABREU, 2012, p. 28).

Entre os dias 15 de março e 23 de abril de 2012, não ocorreram menções à greve dos professores no Distrito Federal pelo jornal Correio Braziliense. Contudo, a paralisação continuou, mesmo com a judicialização do movimento, que resultou na obrigação de os professores manterem 80% do seu efetivo em sala de aula, o que foi prontamente descumprido pelo SINPRO-DF e pela categoria. O jornal ainda deixou claro que o Governo do Distrito Federal (GDF) apresentou três propostas para o término do movimento, mas estas foram consideradas insuficientes pela categoria.

A assessoria de imprensa da Secretaria de Administração informou que o GDF já apresentou três propostas aos professores, recusadas pelo Sinpro, e que fez o máximo permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Uma comissão formada pelo senador Rodrigo Rollemberg; o reitor da Universidade de Brasília (UnB), José Geraldo de Sousa, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/DF), Francisco Caputo; e deputados federais esteve ontem em frente ao Palácio do Buriti, onde os professores estão acampados. Eles querem intermediar uma solução para a greve que, hoje, completa 44 dias (PULJIZ, 2012b, p. 22).

Na reportagem, cujo título foi “Alunos ociosos nas escolas” do dia 24 de abril, o jornal destacou situações negativas ocorridas devido aos desdobramentos do movimento, como alegados prejuízos para os alunos em relação aos vestibulares que ocorreriam no ano de 2012, além de atribuir o consumo de álcool à ociosidade dos alunos devido a ausência de aulas ou funcionamento parcial das escolas.

Na QNM 21/23 de Ceilândia, dezenas de estudantes passam o tempo do lado de fora do colégio. Encostado no muro do Centro de Ensino Fundamental (CEF) 4, um grupo de adolescentes usava ontem uma garrafa pet para beber álcool. Ao verem o carro da reportagem, os meninos se dispersaram. Distantes a 50 metros do primeiro grupo, três jovens usavam drogas para serem incomodados. A situação deixa muitos pais ainda mais preocupados. “Quando não tem aula, os estudantes ficam do lado de fora e por aqui é muito perigoso. Orientei meu filho a ir direto para casa quando sair da escola”, disse a panfleteira Cleonice Maria Ferreira, 35 anos (PULJIZ, 2012a, p. 22).

Durante boa parte da greve, apesar de o governo ter afirmado que estava de portas abertas para negociações, houve um endurecimento e silenciamento por parte do governo no que tange a novas propostas para negociações, atitudes que provocaram um acirramento das relações entre sindicato e governo. Tal acirramento se mostrou, por exemplo, na ocupação de parte do Palácio do Buriti por parte de alguns docentes ocorrido no dia 26 de abril de 2012.

Os professores que ocuparam o 6º andar do anexo do Palácio do Buriti na quinta-feira

deixaram o local ontem, por volta das 13h. Depois de aproximadamente 30 horas confinados sem energia e comida, os docentes —cerca de 70 no total—decidiram evitar um possível confronto com a Polícia Militar durante a reintegração de posse determinada pela Justiça. Em assembleia realizada mais cedo, eles mantiveram a greve (PULJIZ, 2012b, p. 31).

O SINPRO-DF encarou com severas críticas o modo como o Governo do Distrito Federal (GDF) tratou da ocupação, judicializando-a e buscando encerrá-la da maneira mais célere possível, inclusive recorrendo à truculência. Esse foi o modo como o sindicato enxergou a abordagem do governo Agnelo Queiroz para a situação.

Se havia alguma dúvida disso, a agressividade do GDF ficou clara durante a ocupação pacífica da Secretaria de Administração. O GDF quis agir com truculência e conseguiu, na Justiça, a reintegração de posse e suspendeu a negociação, em clara retaliação à luta que durou 50 dias. Vale ressaltar que a ocupação ocorreu para sensibilizar o governador Agnelo da necessidade do diálogo, do fim da morosidade e pela apresentação de propostas concretas que resolvessem o impasse estabelecido (SINDICATO DOS PROFESSORES DO DISTRITO FEDERAL, 2012, p.2).

O sindicato buscou apresentar a greve como um bem sucedido enfrentamento ao governo, pautado por expressivo número de assembleias, por ocupação de prédios e de vias, piquetes, passeatas e caminhadas.

Realizamos ações já utilizadas em greves anteriores: piquetes aguerridos de convencimento, passeatas, caminhadas, obstrução e ocupação de vias em horários estratégicos, acampamento de 23 dias, o mais longo da história, em frente ao Buriti, ocupação de prédios públicos como protesto, manifestações em eventos oficiais do GDF, como na Bienal do Livro, entre outros (SINDICATO DOS PROFESSORES DO DISTRITO FEDERAL, 2012, p. 4).

Como resultado da ocupação, houve a reabertura das negociações, com uma comissão composta por deputados federais, senadores, deputados distritais e representantes da subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Distrito Federal, além de representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Por volta das 17h30, representantes do Sinpro e da secretarias de Governo, Educação e Administração se reuniram com integrantes da UnB, OAB-DF, Central Única dos Trabalhadores-DF (CUT-DF), além de senadores e deputados distritais e federais. Segundo o GDF, ficou estabelecida a retomada do diálogo. No entanto, as propostas oferecidas anteriormente continuam suspensas até o fim da greve (PULJIZ, 2012b, p. 31).

Mesmo com a imposição de multas e punições, a categoria obteve êxito em levar o movimento adiante, de tal forma que os representantes do SINPRO-DF conseguiriam sustentar capital político suficiente para garantir uma negociação em condições menos desiguais frente ao governo distrital.

Como consequência, no dia 01 de maio de 2012, de acordo com reportagem feita pelo *Correio Braziliense*, houve uma melhoria na proposta de avanço salarial, com a promessa de

incorporação do Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva do Magistério Público – TIDEM, gratificação criada em 1992 que impunha aos professores restrição quanto a exercer outra atividade remunerada, caso trabalhasse 40 horas na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e optasse pela referida gratificação. De acordo com a lei nº 356, de 20 de novembro de 1992.

Art. 1º - É instituído o Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva do Magistério Público – TIDEM para os servidores integrantes da Carreira Magistério Público do Distrito Federal, que se encontram em efetivo exercício, na forma estabelecida pelo art. 24, da Lei nº 66, de 18 de novembro de 1989.

Parágrafo único – O disposto neste artigo aplica-se aos integrantes dos Quadros Suplementares de Pessoal do Distrito Federal e da Fundação Educacional, que percebem remuneração com base nos cargos integrantes da carreira mencionada neste artigo.

Art. 2º – O servidor que optar pelo Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva do Magistério Público – TIDEM fica obrigado a prestar 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em 02 (dois) turnos diários completos, e impedido de exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada.

Parágrafo único – O disposto neste artigo aplica-se ao servidor submetido a carga horária eventual enquanto permanecer nessa situação.

Art. 3º - O Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva do Magistério Público – TIDEM será concedido mediante opção do servidor, conforme dispuser a regulamentação desta Lei (DISTRITO FEDERAL, 1992).

O SINPRO-DF também considera a questão da TIDEM uma conquista a ser celebrada, dentro da perspectiva de se exaltar as demandas atendidas, ainda que buscando um discurso de luta contínua, de um horizonte de conquistas que seriam eventualmente atingidas. Constrói-se um panorama de busca contínua por direitos da categoria por parte do órgão classista.

No quinquagésimo primeiro dia de greve, 1º de maio de 2012, o título da reportagem sobre a greve foi “Nova Proposta aos Professores” e tal reportagem destacava a retomada das negociações, com itens importantes como a incorporação da TIDEM, no prazo máximo de quatro anos, e a criação do auxílio saúde no valor de duzentos reais, fatores importantes para o distensionamento do processo de negociação e avanço para o término do movimento grevista.

Para o secretário de Administração, Wilmar Lacerda, houve avanços na última proposta apresentada pela comissão de mediação, entre eles o aumento do abono saúde e a incorporação da Tidem, gratificação por dedicação exclusiva. “Concordamos que a Tidem é importante e deve ser incorporada ao salário em, no máximo, quatro anos, podendo reduzir esse prazo. Antes, o tempo era de seis anos. Também vamos retomar o processo de negociação em setembro. De maneira nenhuma, o GDF vai deixar de dialogar com a categoria devido ao prejuízo que causa aos alunos da rede pública”, disse (PARANHOS, 2012, p. 31).

No último dia de greve, 03 de maio de 2012, a última reportagem sobre a greve trouxe o título “Greve termina após 52 dias” e fazia um balanço do movimento e dos ganhos para a categoria dos professores. Temas como corte de ponto, reposição de dias e construção de um novo calendário escolar foram abordados.

Entretanto, os professores que fizeram greve não poderão faltar nos dias de reposição, sob pena de receberem o salário proporcional ao dia trabalhado. “Faremos um calendário que não traga nenhum prejuízo ao conteúdo pedagógico”, completou o secretário de Administração. Segundo Washington Dourado, do Sinpro, a qualidade da e posição estará garantida aos estudantes. “Vamos assegurar, inclusive, a reposição para os alunos que, durante a greve, não assistiram às aulas dos professores que não aderiram ao movimento. É um direito deles”, destacou o diretor do Sinpro. Mas, de acordo com Wilmar Lacerda, não há justificativa para um professor que não aderiu ao movimento ter de repor um conteúdo duas vezes. “Essa questão será resolvida em cada escola”, explicou (PULJIZ, 2012b, p. 31).

E o fim da greve foi tratado pelo SINPRO-DF como uma jornada de sucesso a ser celebrada pela categoria. Os aspectos positivos da greve são destacados nas publicações veiculadas pelo órgão de classe, o que é compreensível, dada a função de representação da entidade.

Toda luta traz resultados positivos. E esta não foi diferente. Se de um lado o governo desrespeitou um acordo, endureceu, do outro a categoria respondeu à altura e desafiou todas as tentativas palacianas de desqualificar e desmoralizar a greve e jogar a opinião pública e a sociedade contra a categoria, utilizando fartamente a imprensa para tentar fazer isso (SINDICATO DOS PROFESSORES DO DISTRITO FEDERAL, 2012, p. 6).

O Jornal *Correio Braziliense*, em sua edição de 03 de maio de 2012, elencou os itens do acordo firmado entre Governo do Distrito Federal e a categoria dos professores, representados pelo SINPRO-DF:

- Continuidade das negociações;
- Retomada, a partir de setembro de 2012, das discussões sobre a reestruturação do plano de carreira e seus impactos financeiros;
- Garantia de participação do Sinpro em mesa de discussão sobre o orçamento da educação pública do Distrito Federal, especialmente no que diz respeito ao Fundo Constitucional do DF e ao Fundeb;
- Encaminhamento à Câmara Legislativa, em 30 dias, de proposta contendo os pontos consensuais da estrutura do plano de carreira que não tenham impacto financeiro;
- Encaminhamento, em 30 dias, à Câmara Legislativa, de projeto de lei com a nova redação para o artigo nº15 do plano de carreira, corrigindo sua inconstitucionalidade;
- Publicação do decreto que regulamenta a forma de pagamento de professores em regime de contratação temporária em até 30 dias;
- Garantia de paridade, no que couber, entre ativos e aposentados;
- Pagamento de auxílio -saúde para os integrantes da carreira de magistério, ativos e aposentados, no valor de R\$ 200 a partir de junho próximo;
- Reafirmação por parte do GDF da importância da incorporação da Tidem para a categoria, inclusive como forma de garantir melhor remuneração quando da aposentadoria e que envidar todos os esforços para a incorporação até 2014, em no máximo quatro parcelas. O pagamento poderá ser feito em prazo reduzido, dadas as condições fiscais e a disponibilidade dos recursos e as possibilidades orçamentárias;
- Até que haja a incorporação integral da Tidem para toda a categoria, o governo se compromete a encaminhar, em no máximo 30 dias, projeto de lei que garanta a imediata integralidade da Tidem aos membros da carreira de magistério aposentados e que vierem a se aposentar, vinculada ao cumprimento da percepção da gratificação nos últimos 19 meses de exercício;

- Divulgação do edital de convocação para a contratação de membros da carreira de magistério público em substituição às vacâncias decorrentes de aposentadorias, exonerações e falecimentos;
- Garantia de remuneração integral a membros da carreira de magistério que se afastarem para estudos (PULJIZ, 2012b, p. 31).

É inegável que houve conquistas para a categoria ao final dos 52 dias de greve e, sob certo prisma, o SINPRO-DF tem motivos para comemoração. No entanto, quando se traz à tona a motivação original para a deflagração do movimento e a alegação de descumprimento do acordo por parte do Governo do Distrito Federal, o fato é que a pauta principal do movimento – a equiparação salarial com outras categorias de nível equivalente do quadro do governo distrital – não obteve o resultado esperado.

Tanto é assim que o próprio sindicato buscou manter o discurso de mobilização, afirmando que as negociações persistiram, mas sem mencionar que a meta principal da greve não havia sido atingida.

Lançar um olhar contemporâneo sobre a situação pode soar injusto, mas nos localiza, e faz com que seja possível perceber que essa pauta permaneceu constante no discurso do SINPRO-DF, e até os dias atuais não obteve êxito, ao longo de diversos governos de variadas matrizes ideológicas. Mesmo a greve mais atual, de 2024, não conseguiu concretizar essa demanda da categoria, ainda desprestigiada frente a outras carreiras do governo distrital.

Analisar a greve a partir da perspectiva de como ela foi influenciada pelos cursos de formação é um percurso complexo. Empreendê-lo significa traçar a trajetória do próprio SINPRO-DF e, mais ainda, da CUT e do modelo sindicalista brasileiro.

Se considerarmos que o primeiro curso de formação do SINPRO-DF ocorreu em 2004, a atual geração de dirigentes do órgão de classe, vinte anos depois, é fruto, muito provavelmente, desse modelo de formação. Tais dirigentes também influenciaram as transformações das novas turmas do curso.

O movimento sindical se insere em um contexto dinâmico, tal como a sociedade como um todo, e busca se adequar às mudanças constantes, aos desafios esperados e inesperados. A greve paira no horizonte do movimento sindical como uma possibilidade inerente à própria natureza da atividade sindical, e, mesmo assim, cada greve carrega consigo seus desafios específicos.

A greve de 2012 se inseriu em um contexto de um governo alegadamente de esquerda. Como preparar uma liderança sindical para lidar com um governo de esquerda, mas que se coloca como um empecilho à conquista de direitos da categoria? A formação deve preparar o sindicalista para lidar com situações como essa, e a prática também ajuda a moldar essas novas lideranças.

Sindicalistas que passaram pelas greves de 2012 e 2023 adquiriram experiências que serão repassadas às novas gerações, em novas edições dos cursos de formação. Essa dinâmica carrega o legado, constrói novas possibilidades de inserção do modelo sindical, em um mundo que coloca em xeque constantemente a atual lógica de abordagem do professor, e do trabalhador de uma maneira geral.

Atualmente um dos desafios do sindicalismo é justamente aprender a lidar com as novas dinâmicas de emprego, com os desafios que uma sociedade que envelhece, que vê o emprego sob prismas diferentes em relação ao cenário em que se construiu o modelo sindical.

Adequar-se aos novos tempos, sem, no entanto, abrir mão do que representa a ideia de sindicalismo, sem perder a essência do que deve ser o movimento sindical. É necessário também conseguir chegar ao jovem, capturar seu interesse, ao novo professor que passa no concurso, toma posse na Secretaria de Educação e traz consigo valores que, muitas vezes, são distintos dos propostos pela linguagem sindical.

O curso de preparação para os novos sindicalistas, as novas lideranças sindicais, deve levar em conta todos esses cenários, que se colocam como desafios para a própria consecução do modelo de conquistas de direitos.

4 O ENSINO DE HISTÓRIA E A HISTORICIDADE DOS CURSOS DE FORMAÇÃO SINDICAL DO SINPRO-DF (QUADRINHOS)

O presente capítulo se inicia com a finalidade de fazer uma propositura dos temas que foram abordados no decorrer da presente dissertação. Optei por construir uma narrativa em quadrinhos que refletisse um pouco do que foi trabalhado nos capítulos desenvolvidos.

Para tanto, fiz o desenvolvimento da história a ser trabalhada e com o auxílio dos professores Maria Inez da Silva, da disciplina de arte no Distrito Federal, Darlan Alves, da disciplina de matemática na rede municipal de Cidade Ocidental, estado de Goiás e Arthur Lara Camarão, bacharel em artes pela Universidade de Brasília na condição de arte finalistas e cartunistas, conseguimos colocar em quadrinhos uma parte do tema pesquisado como forma de chamar os professores para um maior conhecimento da história do SINPRO-DF.

Segundo AIDAR (2025) a história em quadrinhos tal como conhecemos hoje surgiu nos Estados Unidos em 1894 na revista *Truth* feita por Richard Outcault no jornal New York World chamada The Yellow Kid que retratava a vida de uma criança que vivia nos guetos norte-americanos. No Brasil, cabe ressaltar o pioneirismo da Revista Tico-Tico em 1905 na revista o Malho feita por Renato de Castro, apresentando o garoto Chiquinho.

Os quadrinhos seguiram sendo uma importante forma e se mantém até os dias atuais de comunicação e arte, sendo necessário citar cartunistas importantes, tais como Ziraldo e Maurício de Souza na construção da arte das histórias em quadrinhos em âmbito nacional.

Para tanto, a construção da história em quadrinhos, foi utilizado, na montagem dos quadros e balonização, o software a mão livre através de mesa digitalizadora utilizando o programa Adobe Photoshop e o programa de inteligência artificial Hugging 6 Face, com ajustes manuais para que se conseguisse o resultado esperado.

Um dos principais motivos para tal escolha foi apresentar, de forma mais suave, uma construção histórica complexa, a fim de que os professores possam também ter acesso a formas diferentes de transmissão de informações.

Uma das bases da confecção da dissertação é dar uma visão geral para o professor, sobretudo aquele que não pertence às ciências humanas, de temas históricos. Tal perspectiva é voltada ao fomento do conhecimento do que é trabalho, do que são movimentos sociais e, por fim, da construção e representação do Sindicato dos Professores no Distrito Federal.

Parte-se de uma História Geral para a construção de conceitos e narrativas que se mesclam no contexto regional e acabam adquirindo suas próprias dinâmicas e significados. Como foi mencionado na introdução, busca-se "escovar a História a contrapelo",

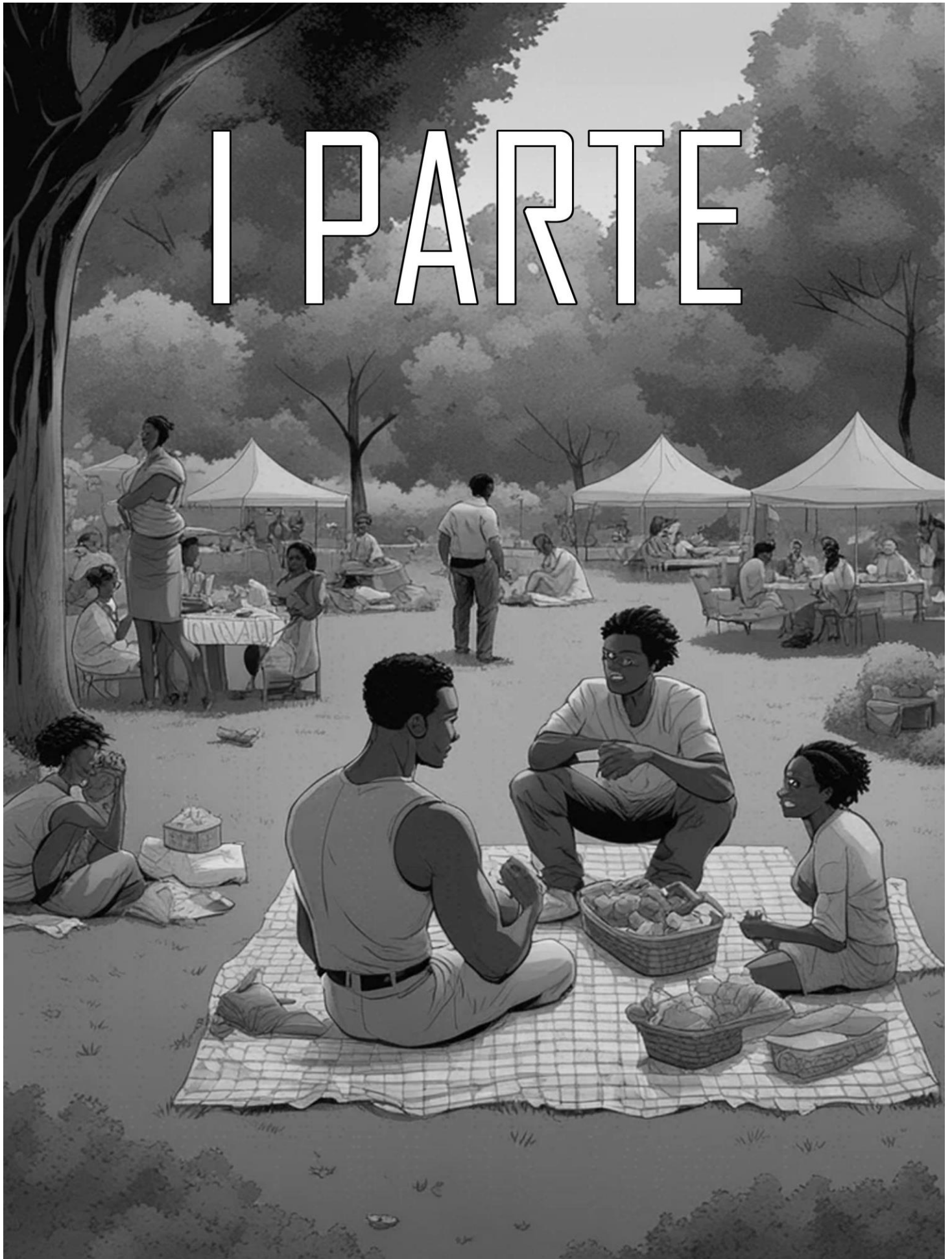
acompanhando o pensamento de Benjamin, ao atribuir significados a uma realidade singular.

Assim, o Ensino de História e a Historidade dos Cursos de Formação do SINPRO-DF constituem um tema que merece uma maior apropriação por parte da categoria de forma geral, pois o sindicato, como movimento social, é um importante instrumento de autoconhecimento e defesa da categoria. E, pelo que percebi, há uma lacuna em relação à abordagem desse tema.

A história em quadrinhos busca acompanhar a estrutura da dissertação, dividindo-se, então, em três partes, a saber: surgimento do trabalho, movimentos sociais e direitos humanos e, por último, Brasília e o Ensino de História

Para que se facilitasse a representação do liame histórico, construí personagens que pudessem oferecer uma linearidade aos conceitos desenvolvidos durante a presente dissertação, e para leitura se tornasse, como disse acima, um pouco mais leve.

4.1 A historicidade dos cursos de formação do SINPRO-DF em quadrinhos



SURGIMENTO DO TRABALHO

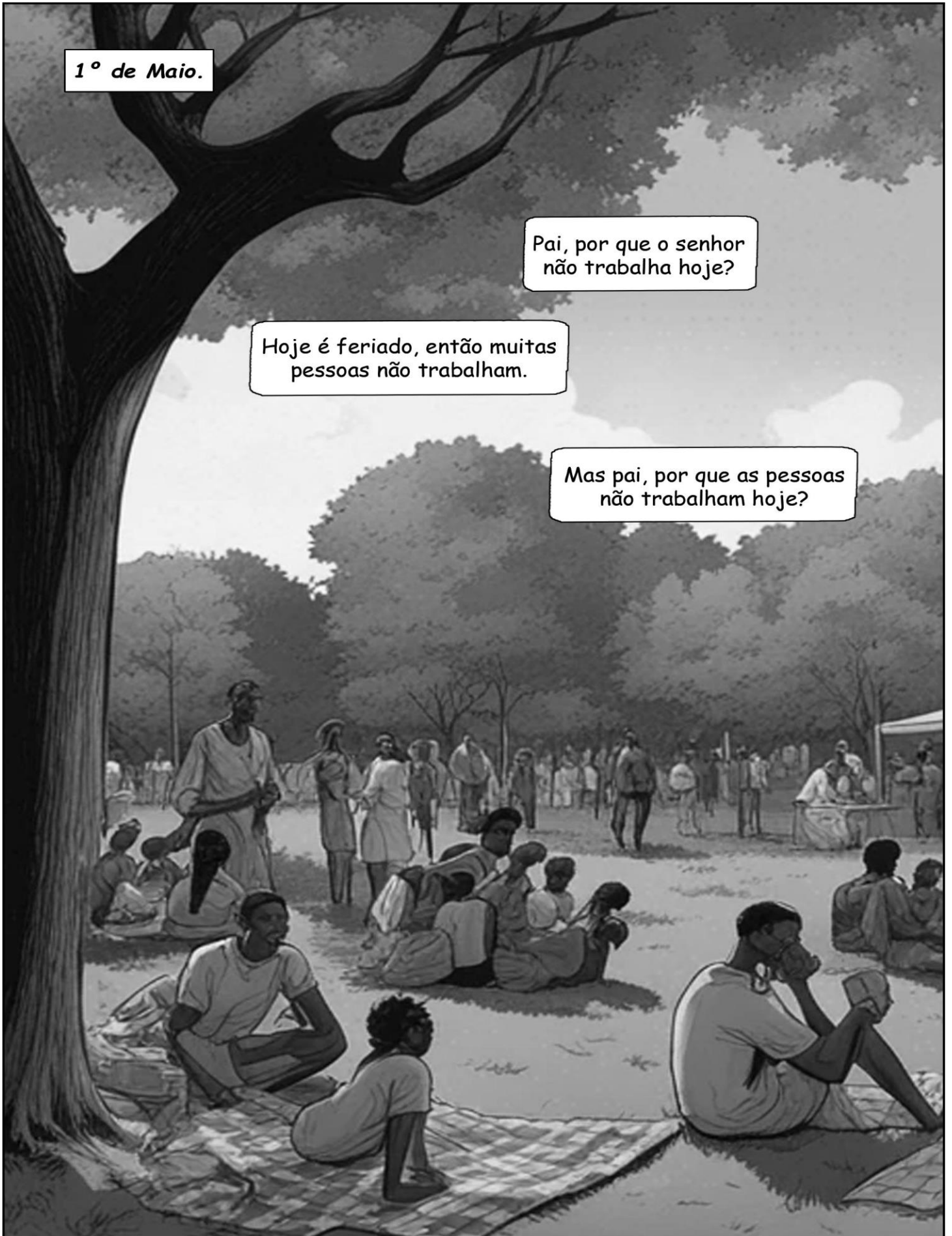


1º de Maio.

Pai, por que o senhor
não trabalha hoje?

Hoje é feriado, então muitas
pessoas não trabalham.

Mas pai, por que as pessoas
não trabalham hoje?



Quando os oceanos se tornam mais profundos, isolando continentes.



Ocorrem, então, as primeiras formas de agricultura e a domesticação de animais.



As relações de trabalho no Paleolítico (2.000.000 a.C) eram pautadas na divisão por sexo.



Homens se dedicavam à caça e à coleta.

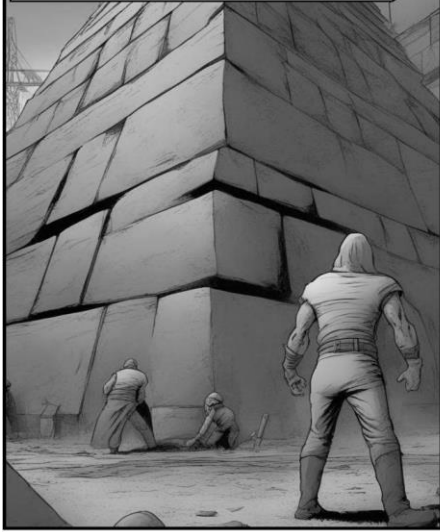
Enquanto as mulheres se dedicavam ao cuidado dos enfermos e à proteção de crianças e idosos que estavam no bando.



Porém, por volta de 10.000 a.C., com o desenvolvimento da agricultura e da pecuária, dando início ao Neolítico (10.000 a.C-4.000 a.C), a espécie humana se tornou sedentária, desenvolveu a metalurgia, cidades e escrita, um outro capítulo da história humana estava prestes a acontecer.



Na chamada, Idade Antiga (3500 a.C.-476 d.C.)



O modo de produção asiático foi uma das formas de enxergar o mundo do trabalho com destaque.



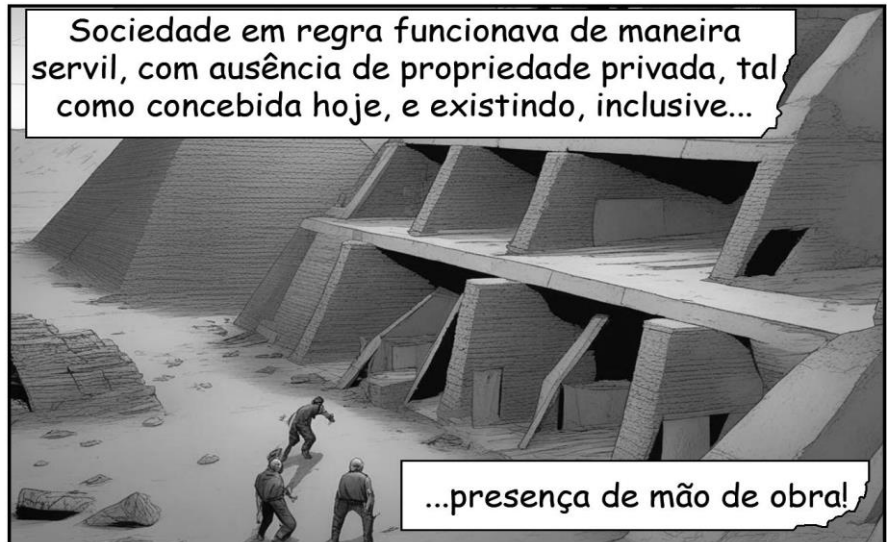
Principalmente no Egito Antigo.

Caracterizada por uma deificação do seu chefe político e religioso.



No caso egípcio essa figura era o Faraó.

Sociedade em regra funcionava de maneira servil, com ausência de propriedade privada, tal como concebida hoje, e existindo, inclusive...



...presença de mão de obra!



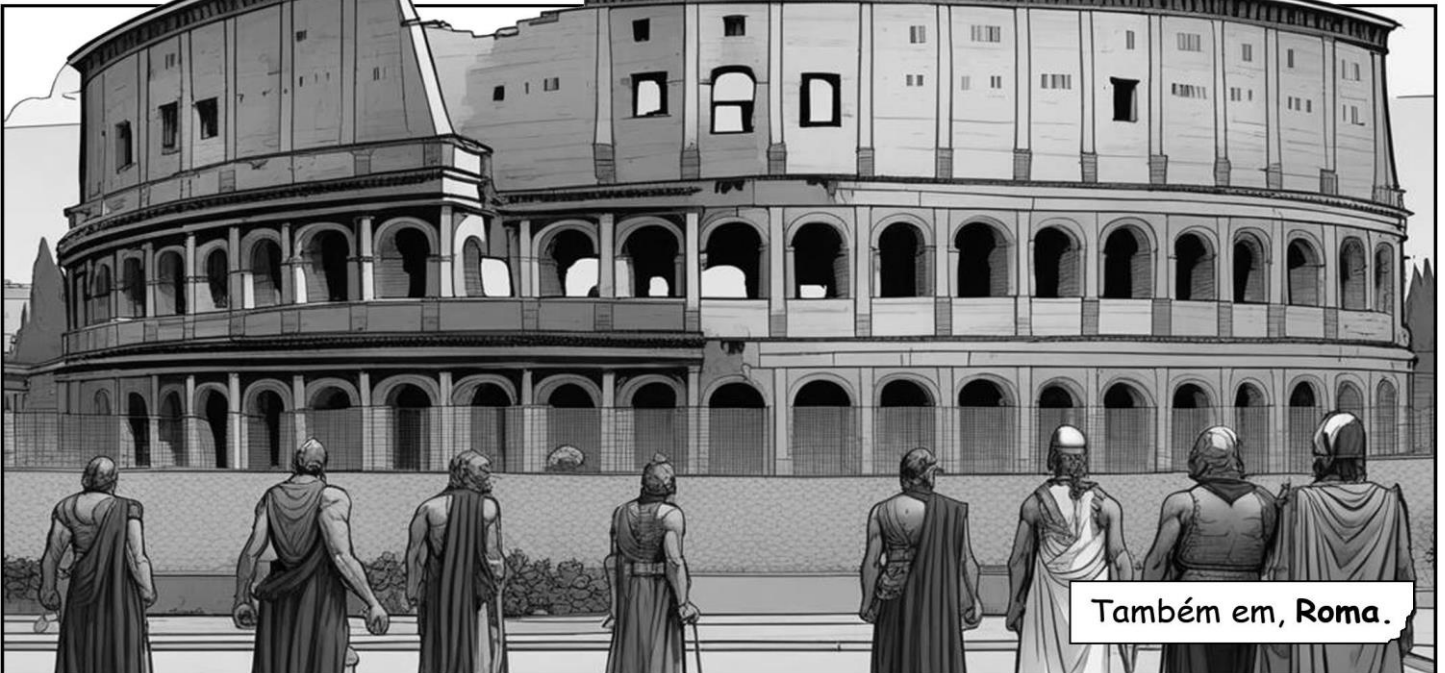
Também durante o período da Idade Antiga (476 d.C.-1453 d.C.).



Outro modo de produção que se destacou foi o **ESCRAVISTA**.



Presente de forma destacada nas sociedades da **Grécia Antiga**.



Também em, **Roma**.

Nestas sociedades o trabalho era visto com desprezo e reservado aos escravos.

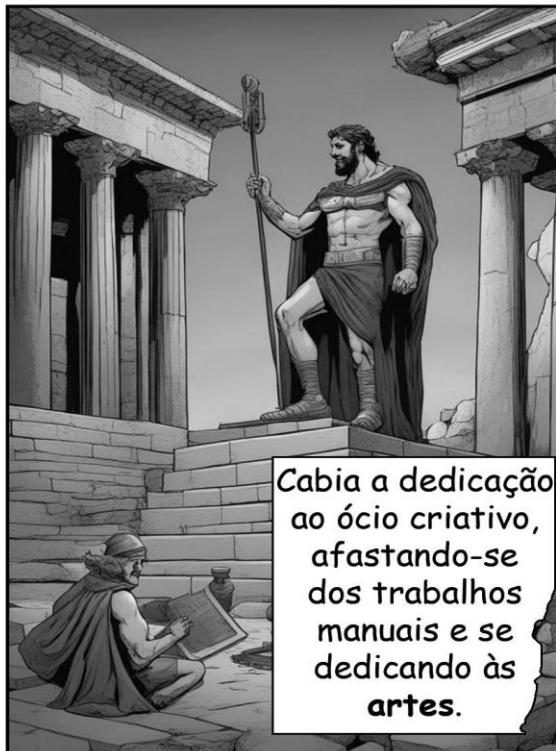


Sobretudo...

Atividades que envolviam esforço físico.



Aos cidadãos das Cidades-Estado gregas.

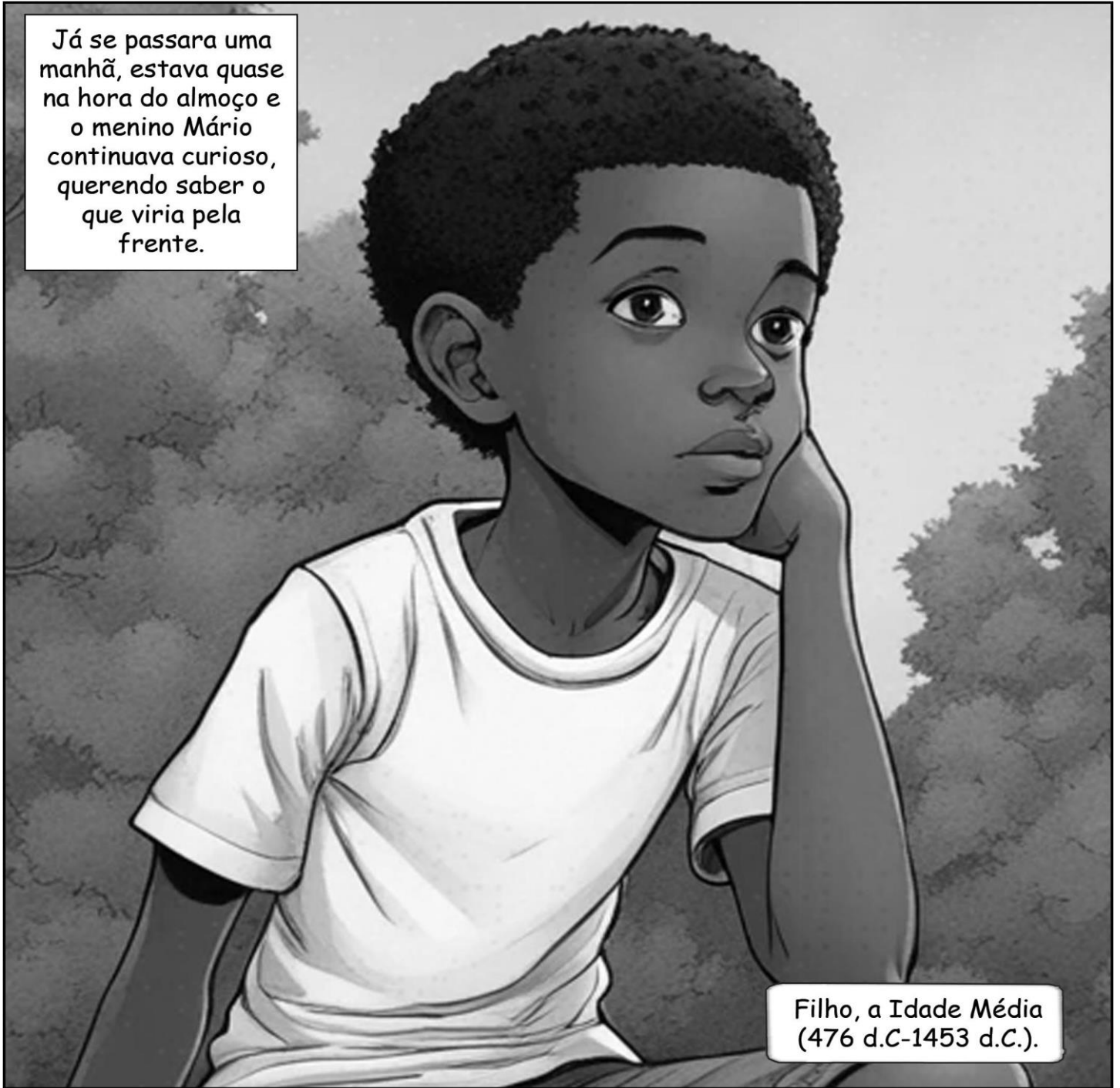


Cabia a dedicação ao ócio criativo, afastando-se dos trabalhos manuais e se dedicando às artes.

E a política!



Já se passara uma manhã, estava quase na hora do almoço e o menino Mário continuava curioso, querendo saber o que viria pela frente.



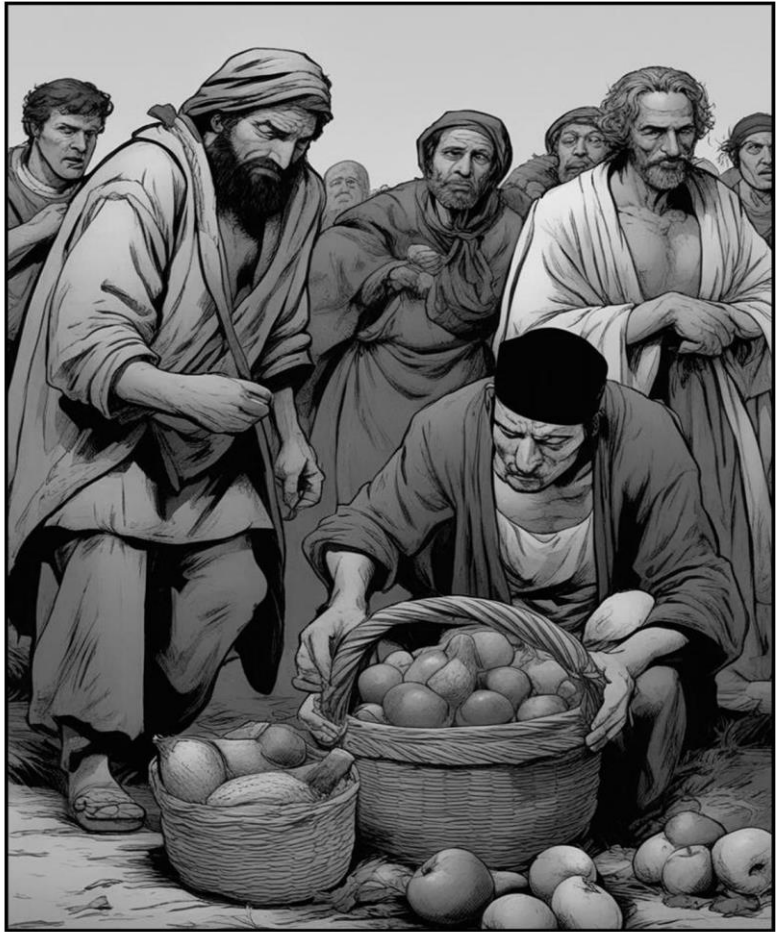
Filho, a Idade Média (476 d.C-1453 d.C.).

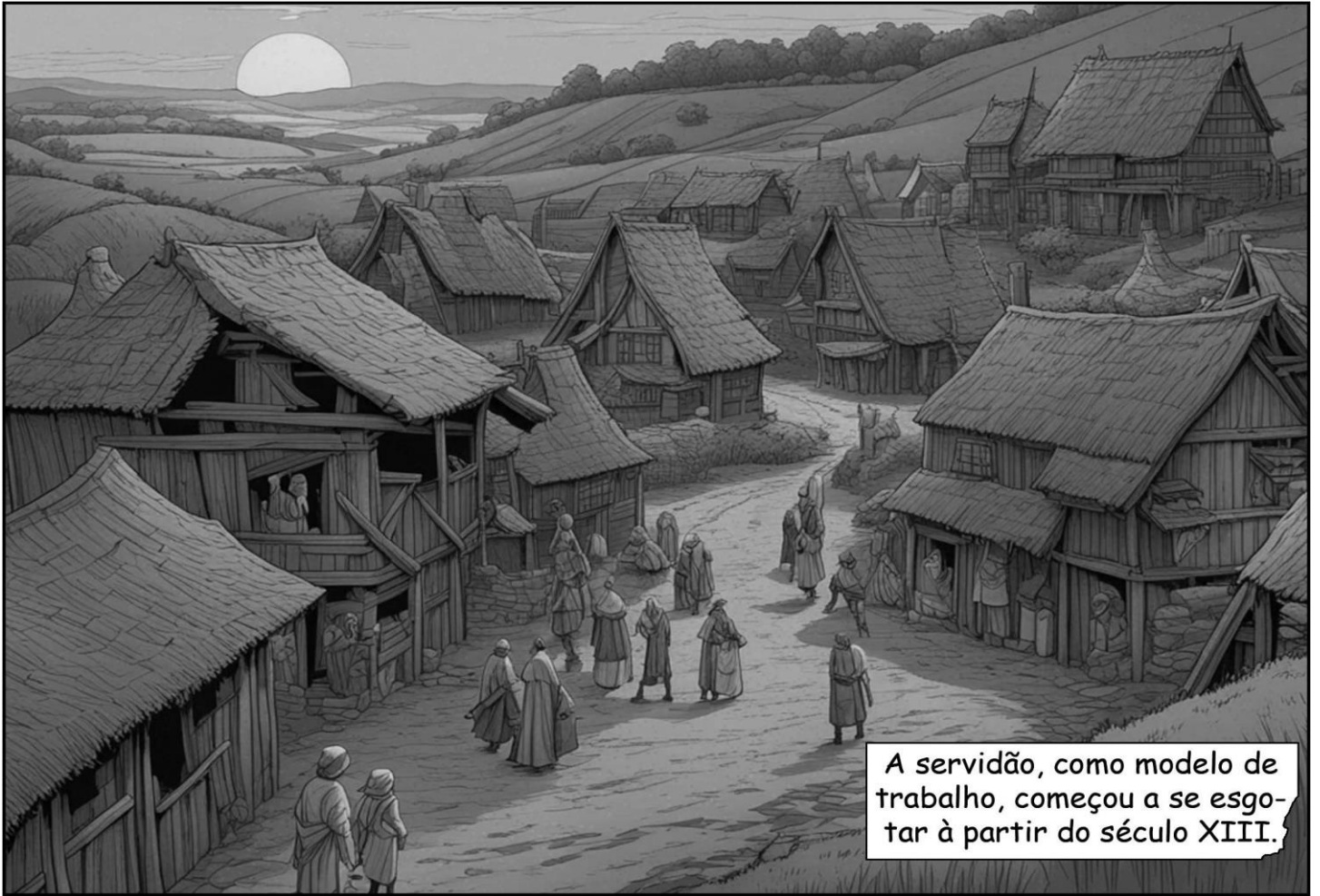


Representou uma drástica mudança.



No que tange às estruturas de organização laboral no mundo europeu.





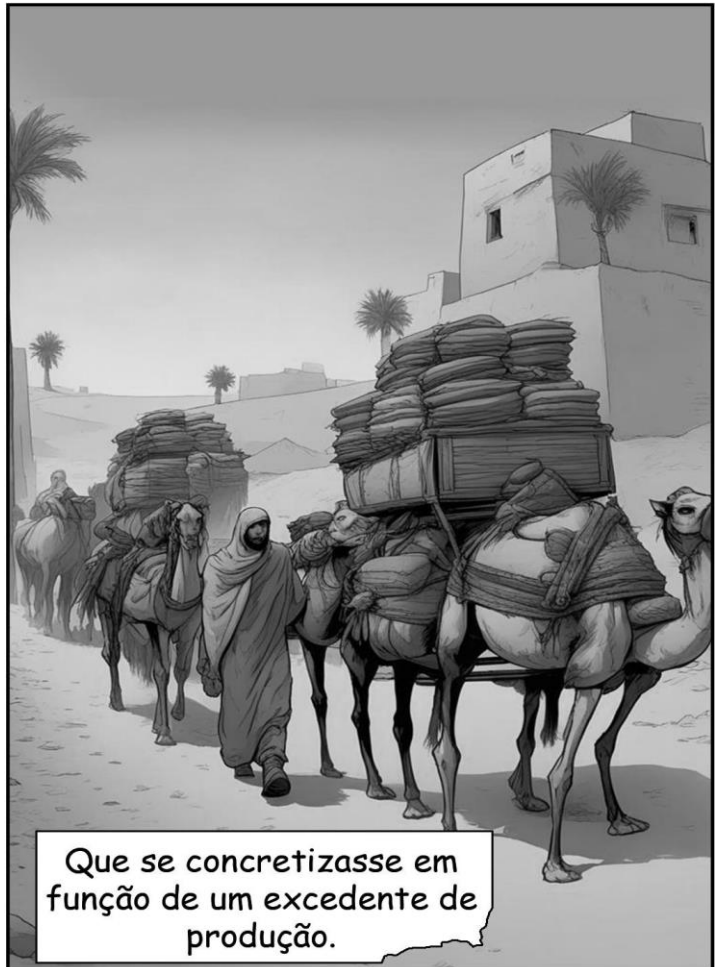
A servidão, como modelo de trabalho, começou a se esgotar à partir do século XIII.



Abrindo margem para uma nova dinâmica produtiva.



Começou a se principiar a ideia de um mercado livre.



Que se concretizasse em função de um excedente de produção.

O Renascimento
Comercial e Cultural
(Séculos XIII ao XVI).



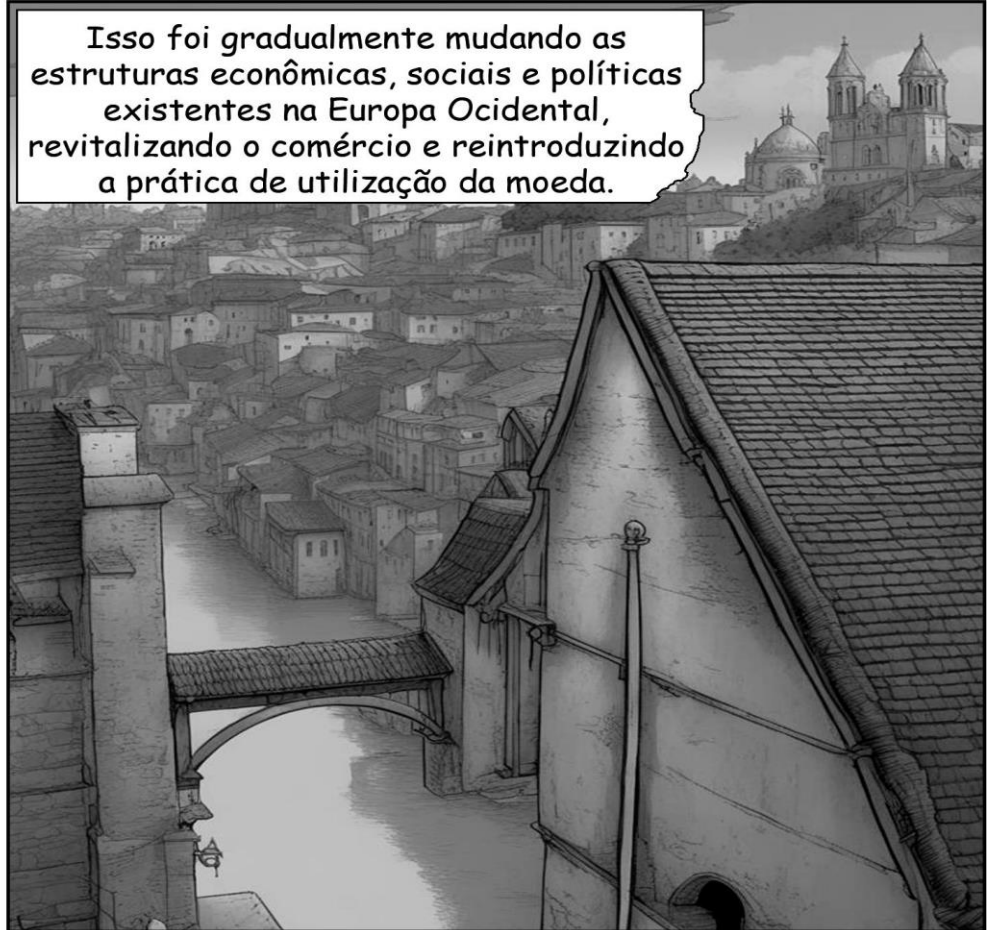
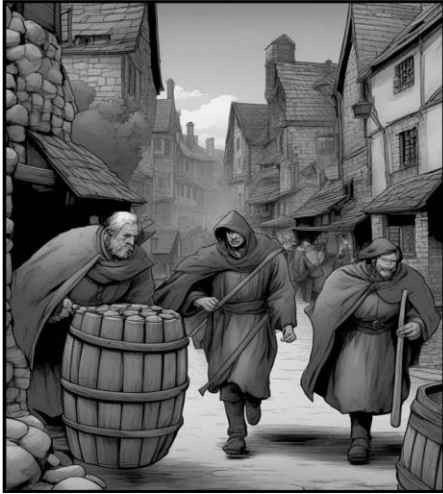
Configurou uma
mudança mais
sistemática.



Com o advento da burguesia
e com a estruturação
do mercantilismo.



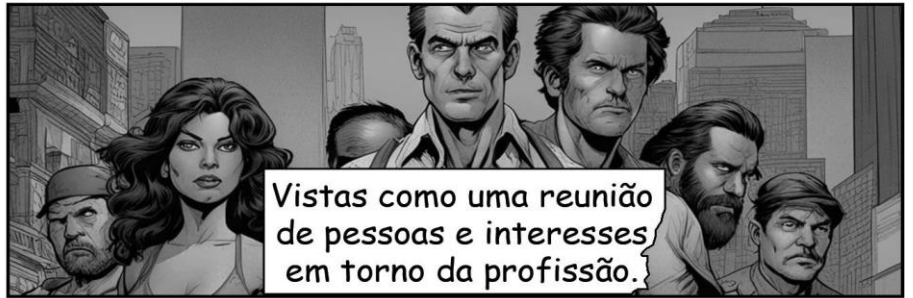
Isso foi gradualmente mudando as
estruturas econômicas, sociais e políticas
existentes na Europa Ocidental,
revitalizando o comércio e reintroduzindo
a prática de utilização da moeda.



A Idade Média, já em seu final, na chamada Baixa Idade Média entre os séculos XI ao XV, também foi palco para o surgimento de um tipo de organização econômico-social que se estruturou em torno da ideia de profissão.



As Corporações de Ofício, ou Guildas de Ofício.



Vistas como uma reunião de pessoas e interesses em torno da profissão.

Podem já ser encaradas, em alguma medida, como um movimento que lança as bases para um proto-sindicalismo, ainda que centrado em torno de figuras quase patronais.





A Reforma Protestante de 1517 iniciada por *Martinho Lutero*...

Foi consequência do Renascimento Cultural.



E da efervescência cultural do período renascentista.

E modificou também as estruturas religiosas, políticas e a própria visão de mundo da época.



Boa tarde, Manuel e Mário, como estão vocês?

Oi pastor Ezequias, tudo bem!



Quanto tempo!

Pois é, irmão. Trabalhando muito, como você eu creio.

Acertou! correndo para casa para descansar.



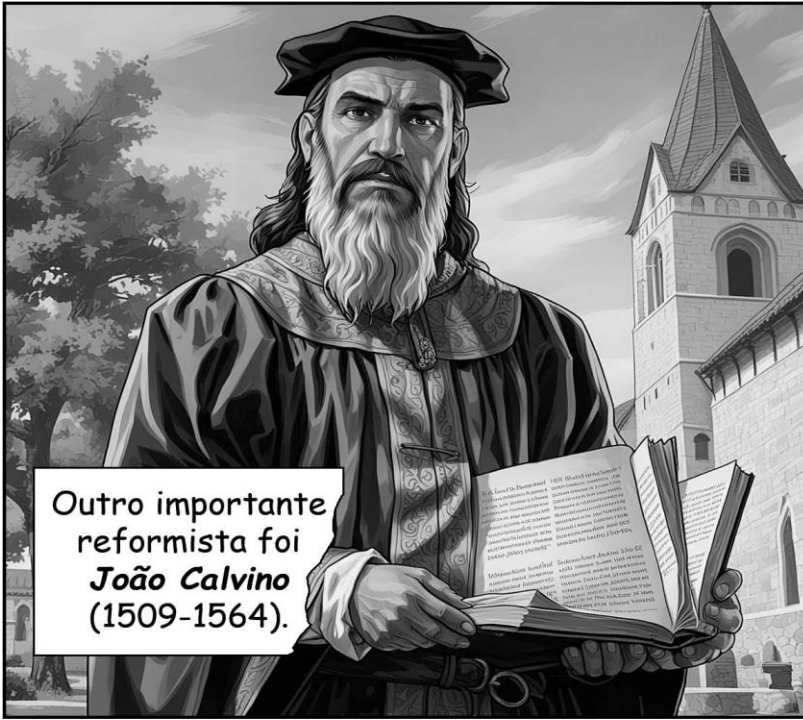
As mãos diligentes governarão, mas os preguiçosos acabarão escravos. Assim diz em Provérbios 12:24

Amém, pastor Ezequias!

Deus abençoe vocês, boa caminhada!



Continuando a história, filho...



Outro importante reformista foi **João Calvino** (1509-1564).



Que, ao destacar as ideias de predestinação, prosperidade e trabalho como sinais de salvação.



Tira o caráter de castigo que permeou a atividade laboral durante os períodos da Idade Antiga e Média.

Tal perspectiva foi fundamental para a legitimação da expansão capitalista.



Sobretudo nos países protestantes europeus, tal como o sociólogo **Max Weber** demonstra em seu livro "Ética Protestante e o Espírito Capitalista".

Fundamental também para a transformação acerca da visão de trabalho.



A Reforma Protestante.



Ressignificou a percepção da relação entre as pessoas e o trabalho.



À partir da Europa e em direção a parte do chamado Novo Mundo.



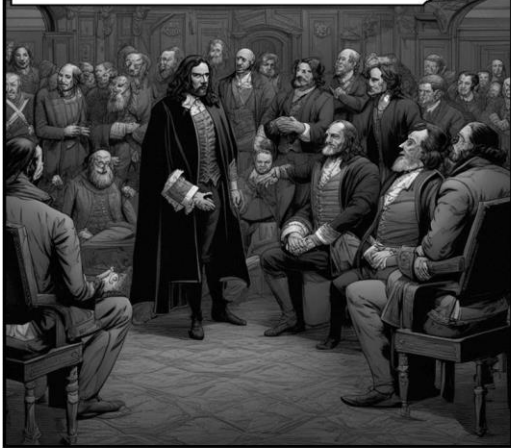
Ao estabelecer um contexto metafísico que implicaria uma valorização do trabalho e do esforço.



Em consonância com a ideia calvinista de salvação.



Com isso, além desta situação descrita anteriormente, cabe dizer que a burguesia inglesa, após a Revolução Inglesa de 1642...



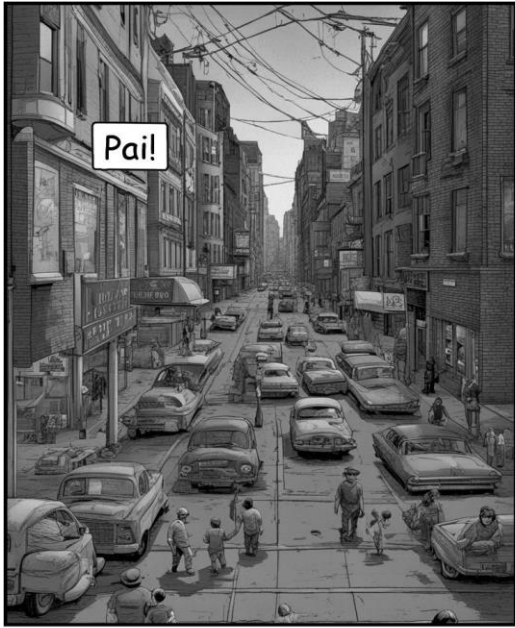
...teve um ambiente favorável para o desenvolvimento de instituições liberais.

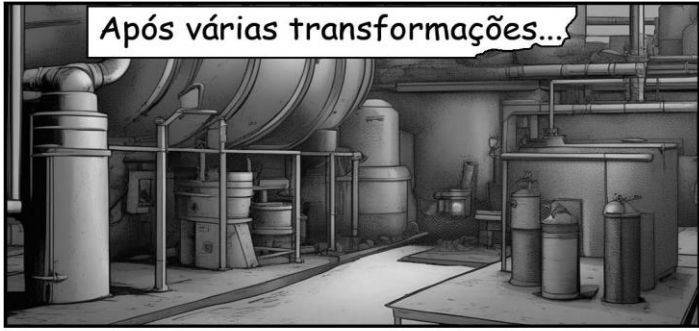


E enquanto a busca por estabilidade era uma constante na parte continental da Europa, diante do crescimento das ideias liberais e do Iluminismo que faziam contraste com monarquias absolutistas, a Inglaterra desfrutava desse contexto favorável para consolidar seus avanços frente a seus vizinhos e concorrentes, e nem a perda de uma colônia trouxe impacto que não pudesse ser absorvido sem que fosse afetado o dinamismo de sua economia.



A percepção de trabalho, dentro da mentalidade calvinista, foi de fundamental importância dentro do contexto social e político da Inglaterra durante os séculos que sucederam a Reforma Protestante. Após a reforma inglesa feita por Henrique VIII, as ideias sobre o trabalho passaram de uma visão de castigo divino para uma de ascetismo, pois o calvinista deveria estar dentro de um contexto de prosperidade que incentivava o acúmulo inconsciente de capital e a valorização do trabalho como proximidade de Deus e da salvação. O que incentivou a Revolução Industrial na Inglaterra.





Após várias transformações...



O novo contexto econômico e social permitiu aos ingleses que alterassem as relações de trabalho.



Chegando ao estágio da chamada *Revolução Industrial* já em meados do século XVIII.



A presença de recursos naturais importantes como o ferro e o carvão mineral.



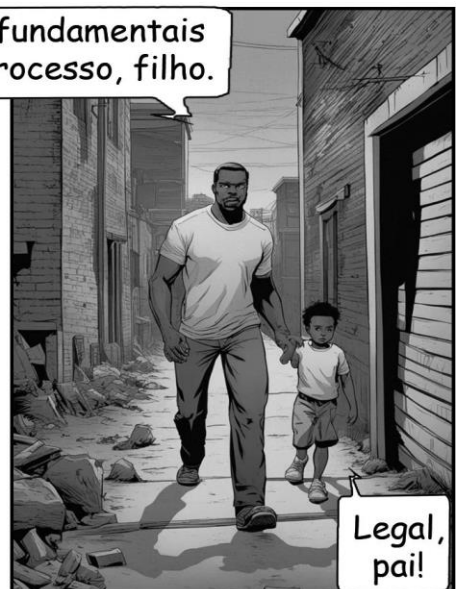
Além do desenvolvimento tecnológico.



Representado pelo tear automático e pelos motores a vapor.



Foram fundamentais nesse processo, filho.



Legal, pai!



As relações trabalhistas desenvolvidas neste período.



Se caracterizaram pela perda da autonomia do operário.



Que se tornou...



Proletário.



Pois só dispunha, na maioria das vezes, de sua mão de obra para vender e não dispunha dos meios de produção para que pudesse estabelecer uma fábrica ou se manter de forma autônoma, dentro do contexto industrial inglês

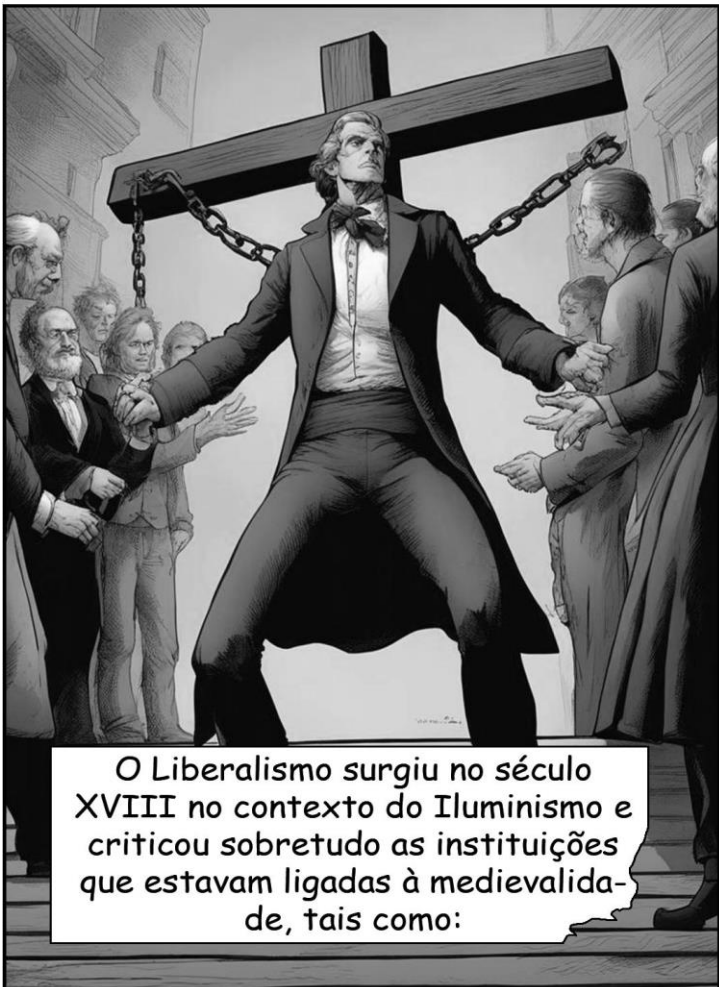




Os ingleses conseguiram se tornar a primeira nação industrializada do mundo.



E, com isso, trouxeram consigo várias das ideias liberais que estavam sendo gestadas no período que chamamos de Iluminismo (XVI-XVIII) e também do chamado Liberalismo político e econômico.



O Liberalismo surgiu no século XVIII no contexto do Iluminismo e criticou sobretudo as instituições que estavam ligadas à medievalidade, tais como:



Os dogmas da Igreja Católica, o irracionalismo, o mercantilismo.



E a intervenção do Estado na economia.

O Liberalismo se fez presente no campo político criticando o Estado absolutista europeu de forma geral.



De forma que filósofos como John Locke e Montesquieu puderam pleitear uma série de garantias de direitos, tais como:

Garantia da propriedade, igualdade (formal) e liberdade, como direitos naturais do homem.

A limitação do poder dos governantes também era uma pauta dessa escola de pensamento.



Assim como o afastamento da tese de que os poderes dos monarcas europeus seriam de origem divina.



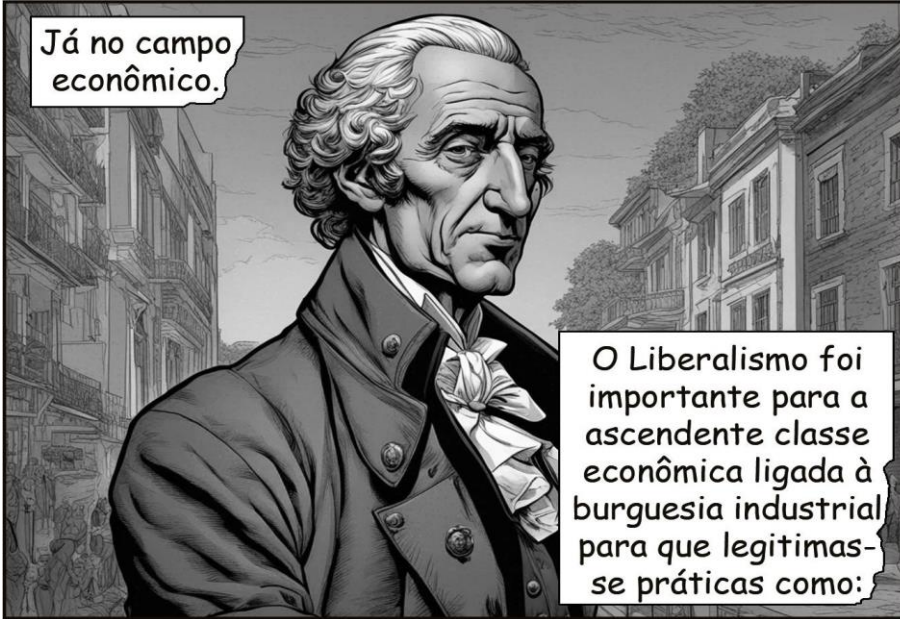
É importante salientar também a importância da França.

Enquanto campo de florescimento do pensamento liberal, para além da Inglaterra.



Local de surgimento dessa corrente.

Já no campo econômico.

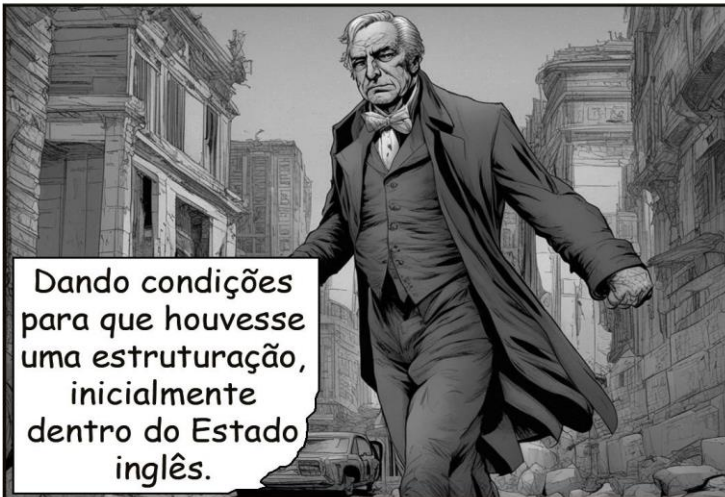


O Liberalismo foi importante para a ascendente classe econômica ligada à burguesia industrial para que legitimasse práticas como:

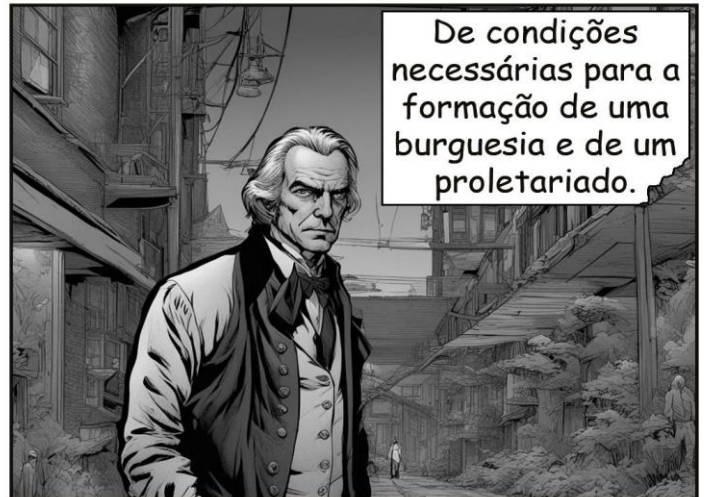
Acumulação financeira, diminuição do Estado na economia, sobretudo por meio dos pensamentos de autores David Ricardo e Adam Smith.



Dando condições para que houvesse uma estruturação, inicialmente dentro do Estado inglês.

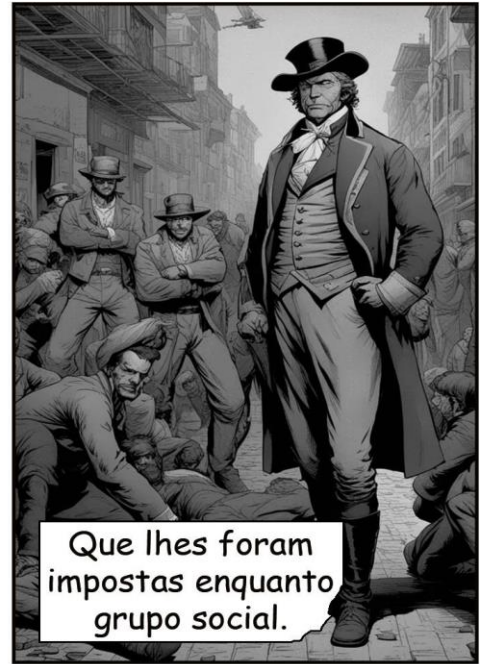
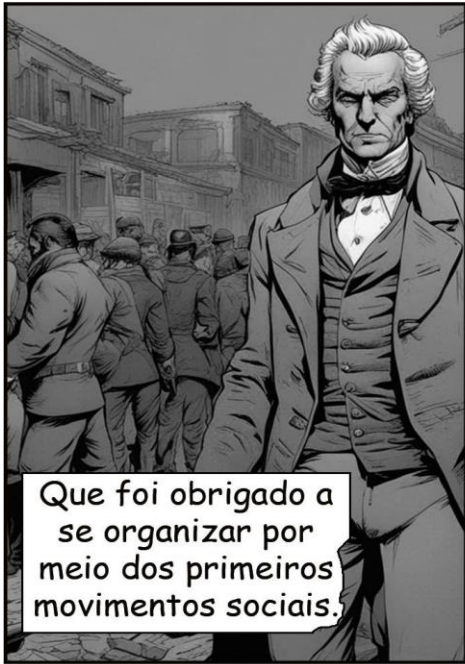


De condições necessárias para a formação de uma burguesia e de um proletariado.



A chamada Primeira Revolução Industrial (1760-1850) impôs uma realidade nova ao proletariado inglês.





Que foi obrigado a se organizar por meio dos primeiros movimentos sociais.

Buscando um enfrentamento desta nova realidade, pautada por relações trabalhistas e de produção desfavoráveis.

Que lhes foram impostas enquanto grupo social.



Fico te devendo a continuação, campeão

Tá bom, pai.



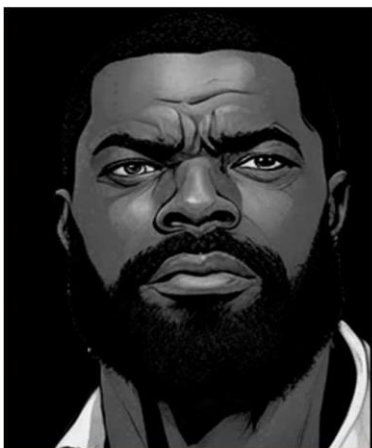
Oi, amor.

Oi, mãe!

Oi razazes! Divertiram muito?

Tentando assistir ao telejornal, MUNICÍPIO ALERTA.

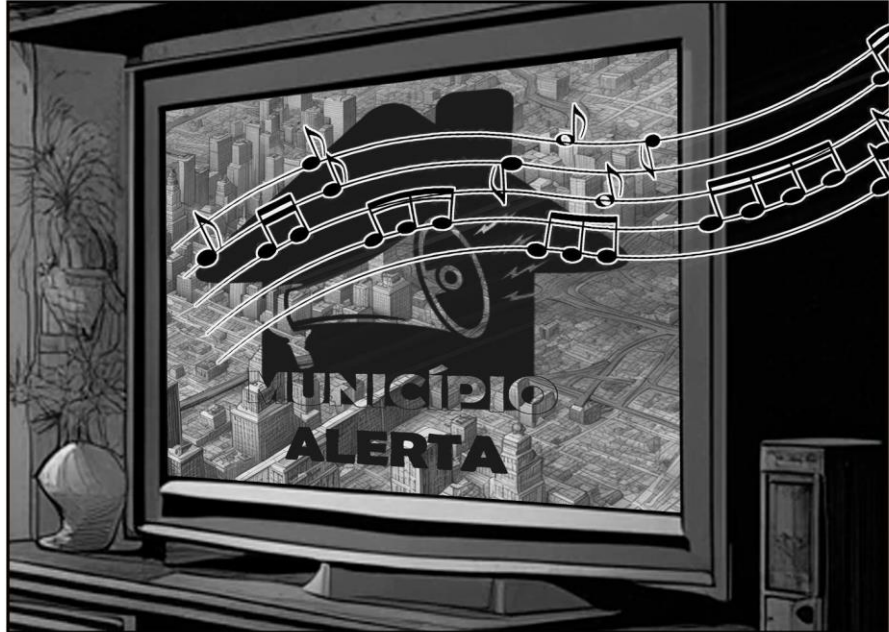
Estou indignada



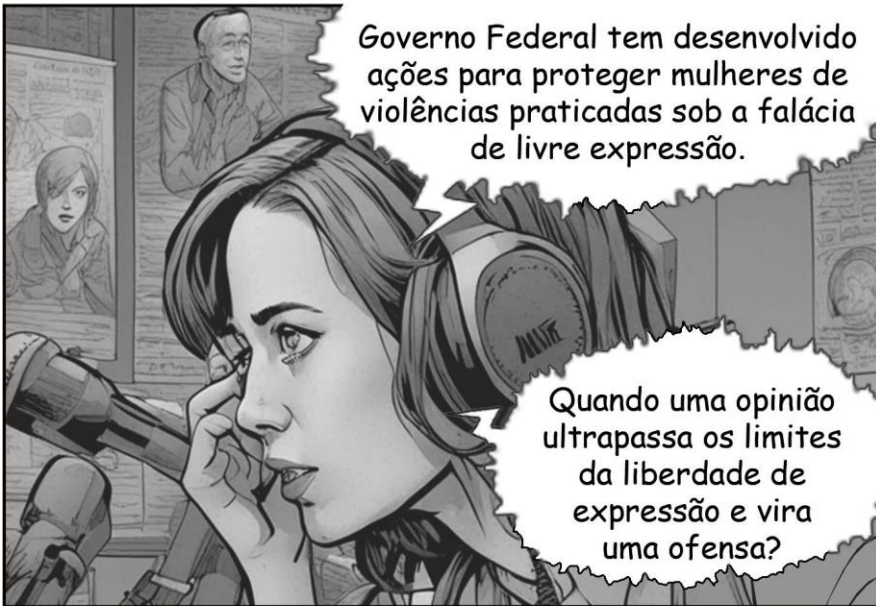
Misoginia, prática foi a que mais cresceu entre os crimes de ódio de 2017 a 2022.



Principalmente nas redes sociais.

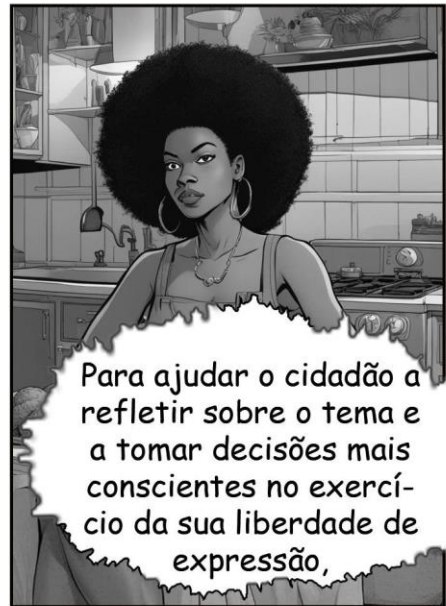


Governo Federal tem desenvolvido ações para proteger mulheres de violências praticadas sob a falácia de livre expressão.



Quando uma opinião ultrapassa os limites da liberdade de expressão e vira uma ofensa?

Para ajudar o cidadão a refletir sobre o tema e a tomar decisões mais conscientes no exercício da sua liberdade de expressão,



O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania inicia uma série de reportagens que irá se debruçar sobre alguns dos temas mais espinhosos.



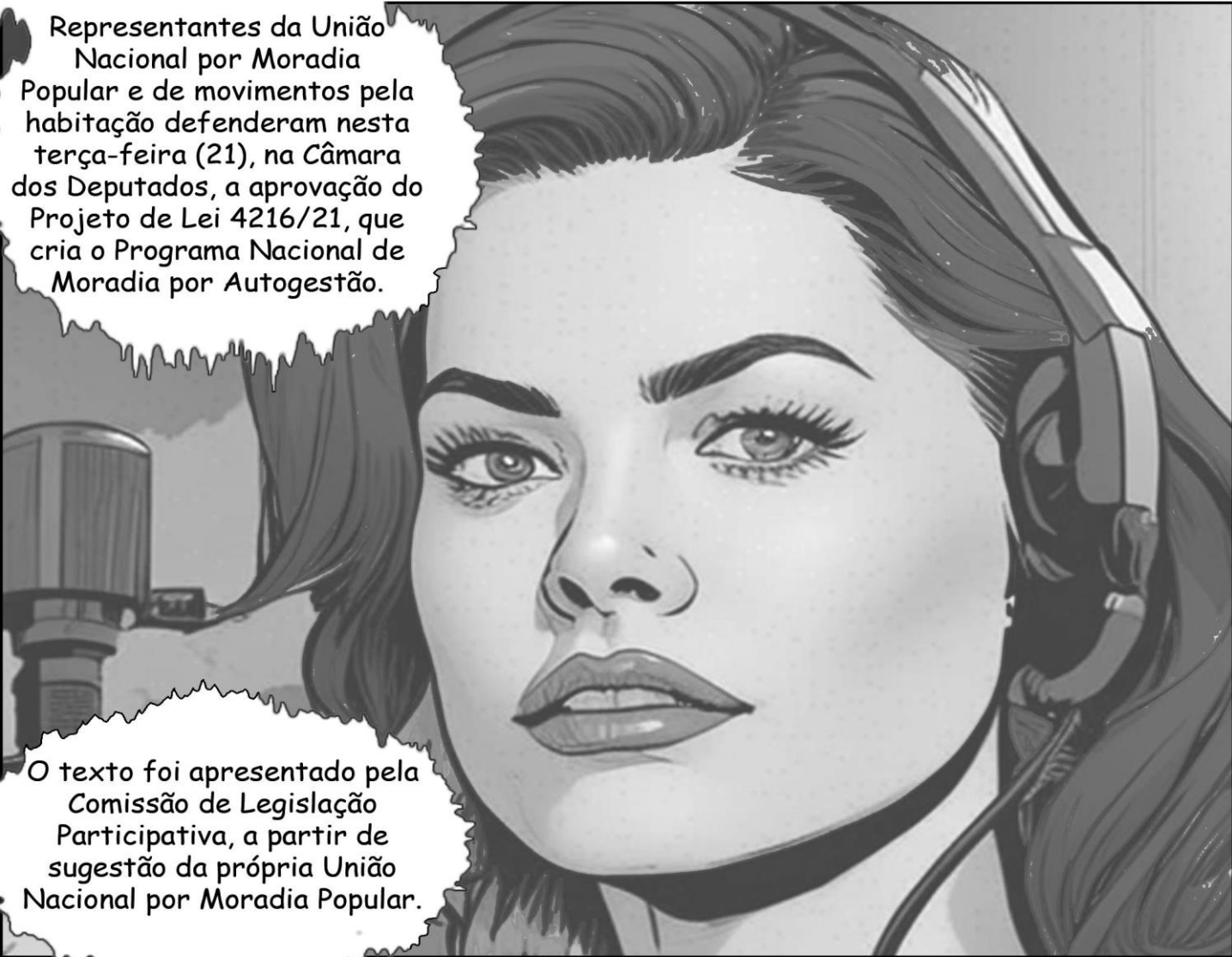
Sobretudo as violações de direito que costumam ser confundidas com "opinião".



É o caso da misoginia, crime caracterizado pelo discurso de ódio contra mulheres.


Diretamente relacionado às desigualdades de gênero historicamente observadas no Brasil e no mundo.






Representantes da União Nacional por Moradia Popular e de movimentos pela habitação defenderam nesta terça-feira (21), na Câmara dos Deputados, a aprovação do Projeto de Lei 4216/21, que cria o Programa Nacional de Moradia por Autogestão.

O texto foi apresentado pela Comissão de Legislação Participativa, a partir de sugestão da própria União Nacional por Moradia Popular.

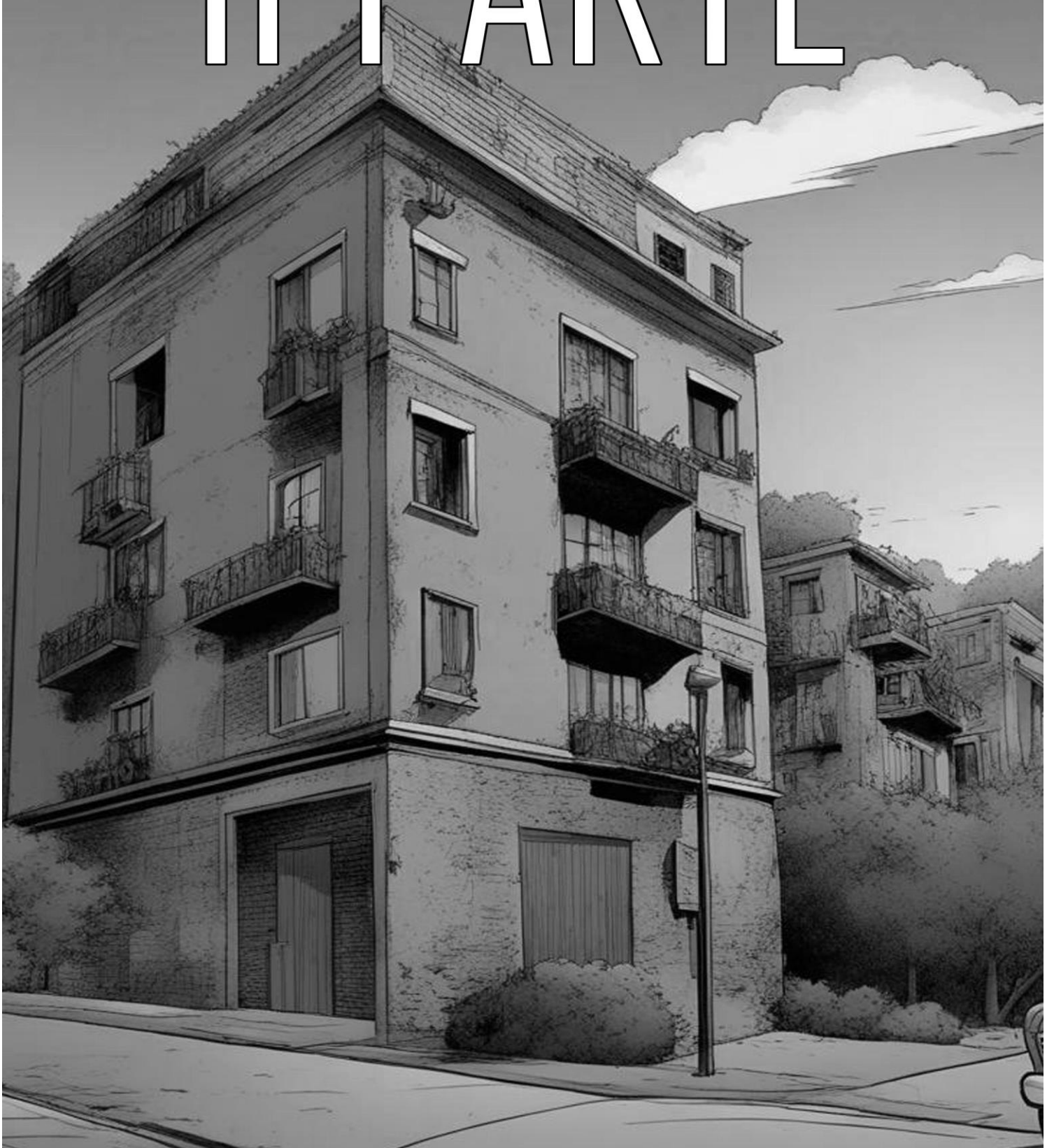


Debate foi promovido na Comissão de Desenvolvimento Urbano.

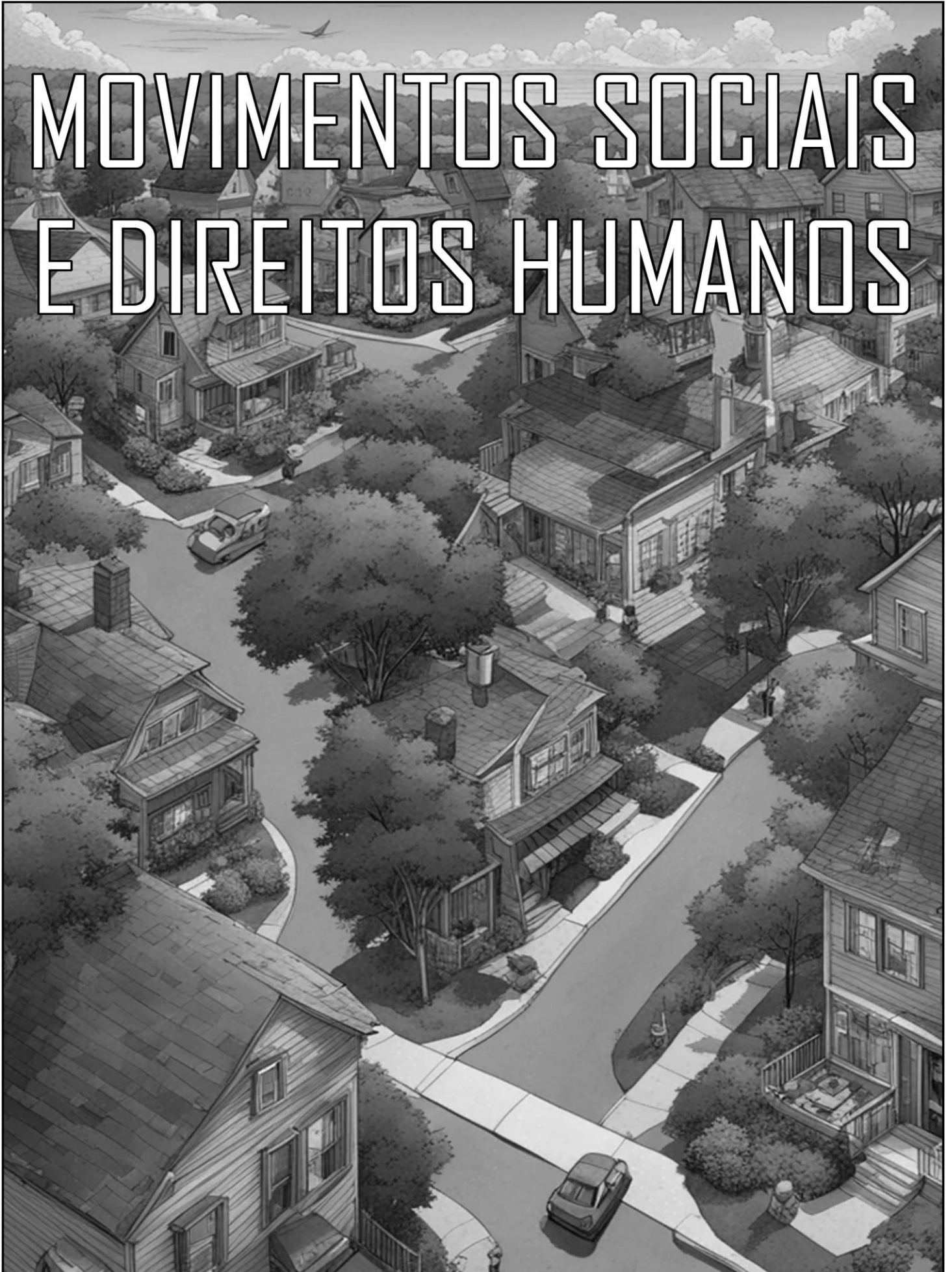


Reportagem completa, logo após os comerciais.

II PARTE



MOVIMENTOS SOCIAIS E DIREITOS HUMANOS



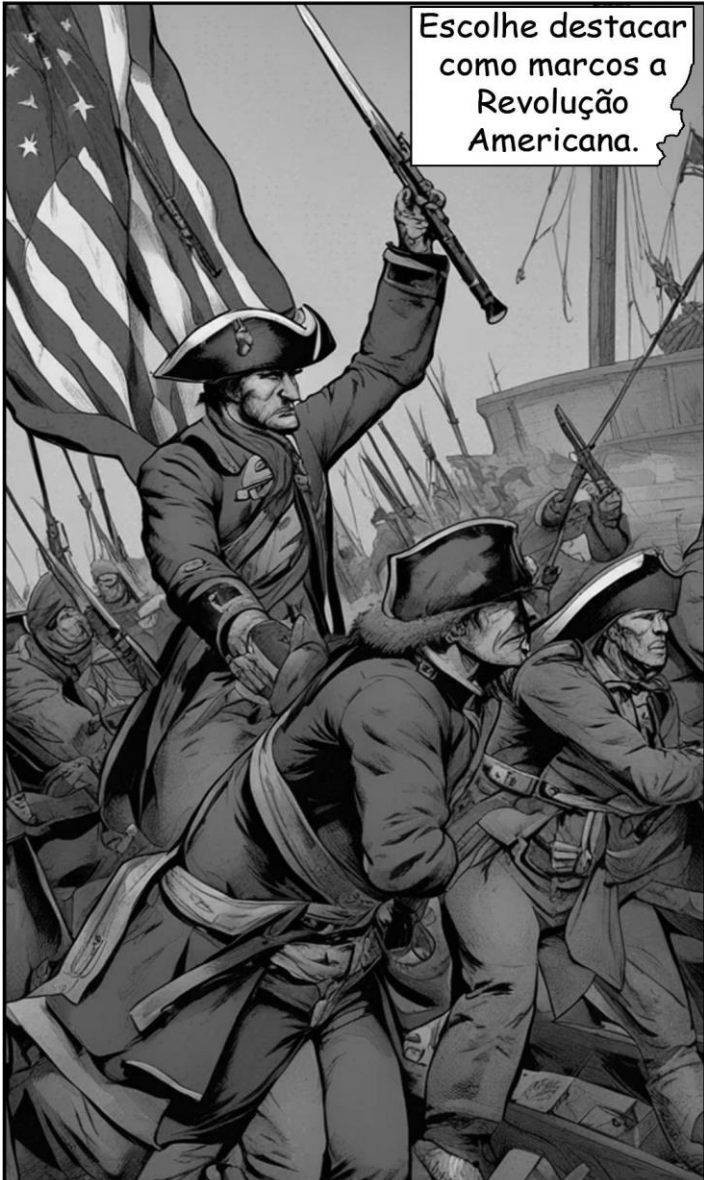


Há mais de uma abordagem possível para se pensar os Direitos Humanos, enquanto construção histórica e social.

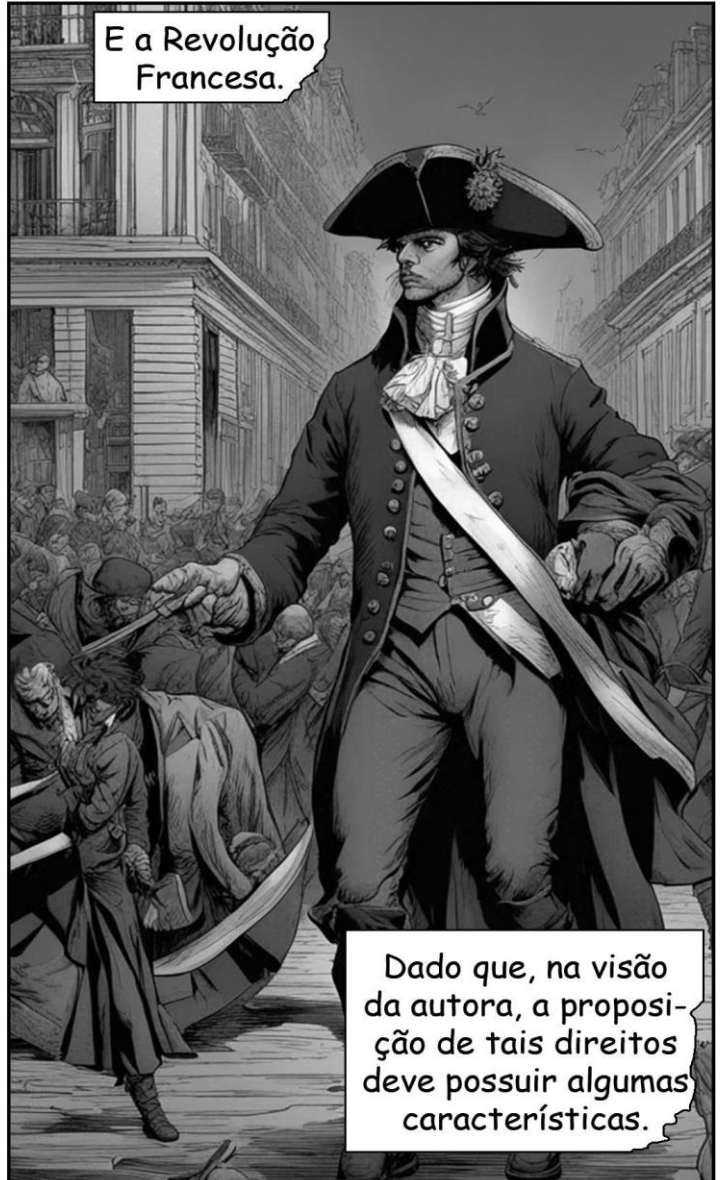


Lynn Hunt, por exemplo, em seu "A invenção dos Direitos Humanos".

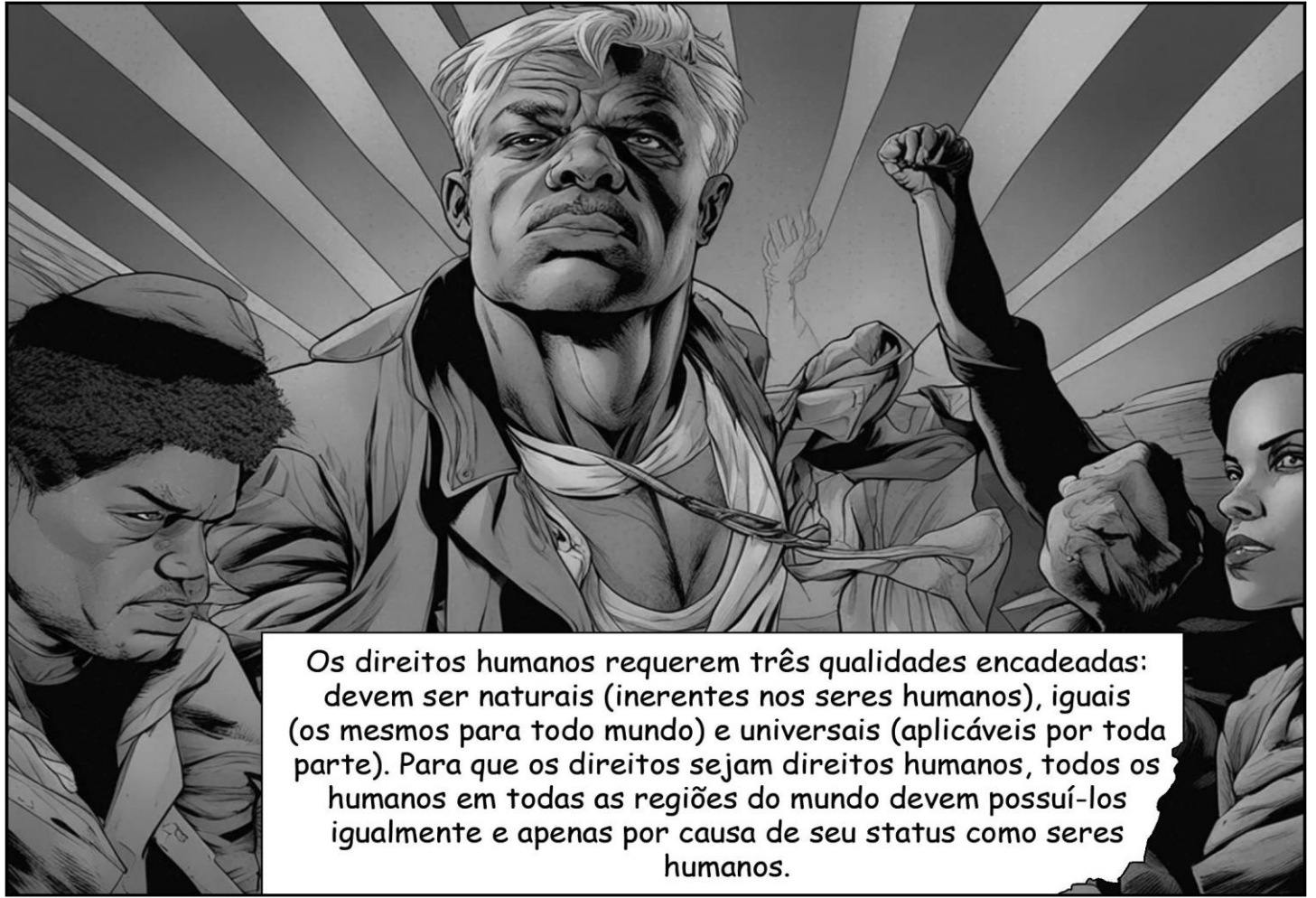
Escolhe destacar como marcos a Revolução Americana.



E a Revolução Francesa.

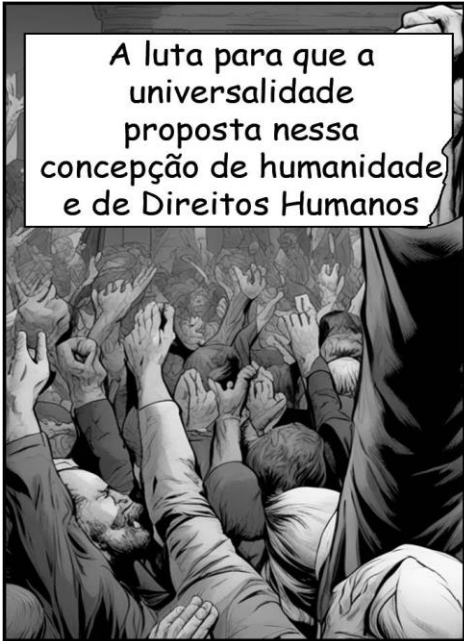


Dado que, na visão da autora, a proposição de tais direitos deve possuir algumas características.



Os direitos humanos requerem três qualidades encadeadas: devem ser naturais (inerentes nos seres humanos), iguais (os mesmos para todo mundo) e universais (aplicáveis por toda parte). Para que os direitos sejam direitos humanos, todos os humanos em todas as regiões do mundo devem possuí-los igualmente e apenas por causa de seu status como seres humanos.

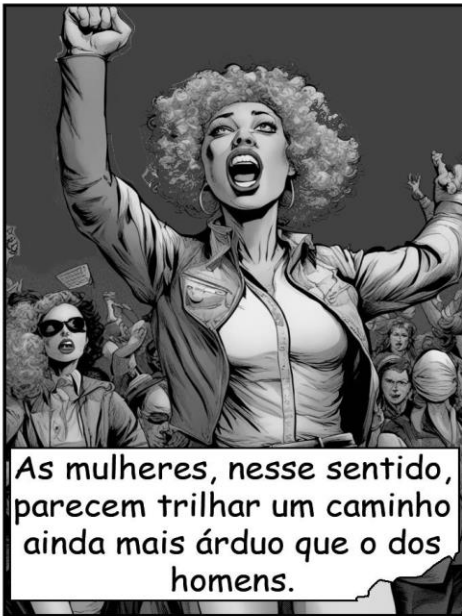
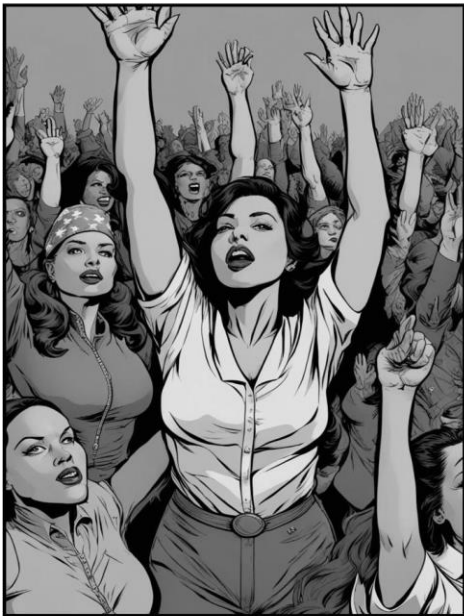




A luta para que a universalidade proposta nessa concepção de humanidade e de Direitos Humanos



A que faz referência Hunt se torne algo além de um ideal é uma luta constante composta por avanços e recuos.



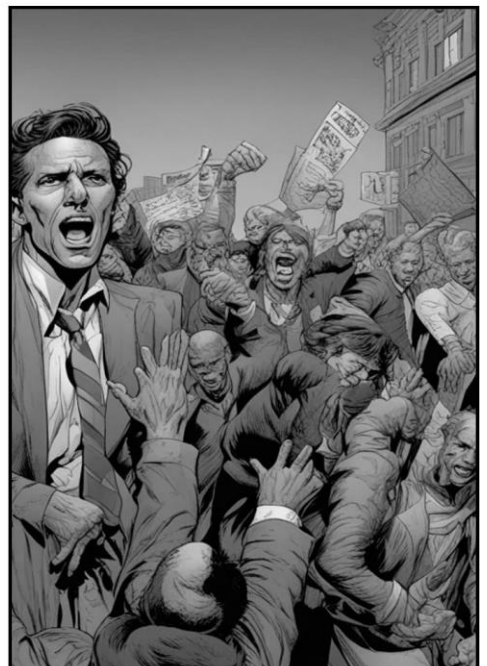
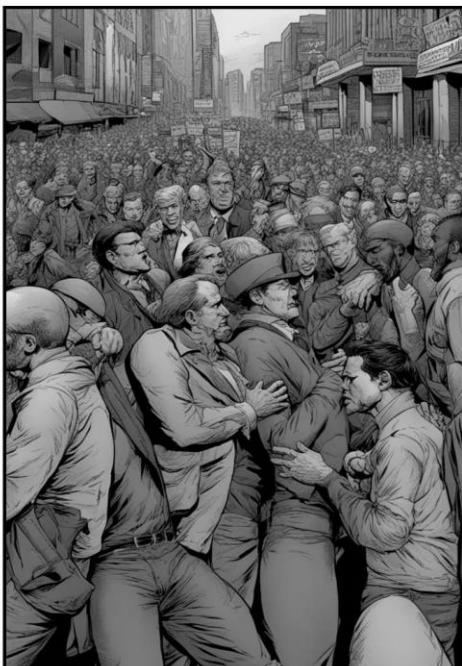
As mulheres, nesse sentido, parecem trilhar um caminho ainda mais árduo que o dos homens.



Lutando para assegurar direitos usufruídos...



...pelos homens antes delas, como foi o caso do voto, por exemplo.

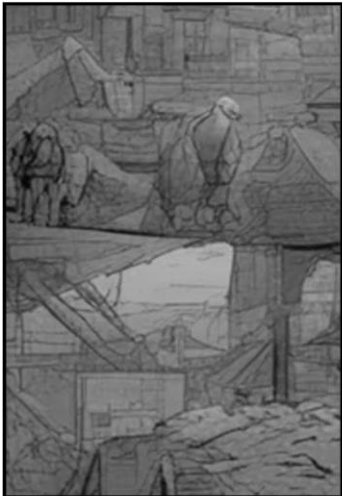


Em 1979, Karel Vasak, jurista tcheco-francês, em aula inaugural para o Instituto Internacional de Direitos Humanos de Estrasburgo, trouxe pela primeira vez a ideia de conceber os Direitos Humanos sob uma perspectiva de gerações, em uma clara referência ao lema da Revolução Francesa.

A primeira geração engloba os chamados direitos de liberdade, que são direitos às prestações negativas, nas quais o Estado deve proteger a esfera de autonomia do indivíduo.

São denominados também "direitos de defesa", pois protegem o indivíduo contra intervenções indevidas do Estado.

Possuindo caráter de distribuição de competências (limitação) entre o Estado e o ser humano.





A segunda geração, proposta na concepção de Karel Vasak, é a que versa sobre direitos sociais e coletivos, em contraste com a primeira, centrada no indivíduo. São os direitos de igualdade, na alusão ao lema da revolução francesa de 1789.



Uma terceira geração de Direitos Humanos estaria relacionada a direitos difusos.



Que não buscam atingir a um grupo em particular, mas a toda a comunidade e até mesmo a humanidade como um todo.



São os direitos de solidariedade, e responderiam por direitos como paz...



...desenvolvimento, meio-ambiente equilibrado, etc.



Um movimento social é sempre expressão de uma ação coletiva.



E decorre de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural.



Usualmente ele tem os seguintes elementos constituintes: bases, lideranças e assessorias.



Que se organizam em articuladores e articulações e formam redes de mobilizações.



Práticas comunitárias diversas que vão da oralidade direta aos modernos recursos

projetos ou visões de mundo que dão suporte a suas demandas;



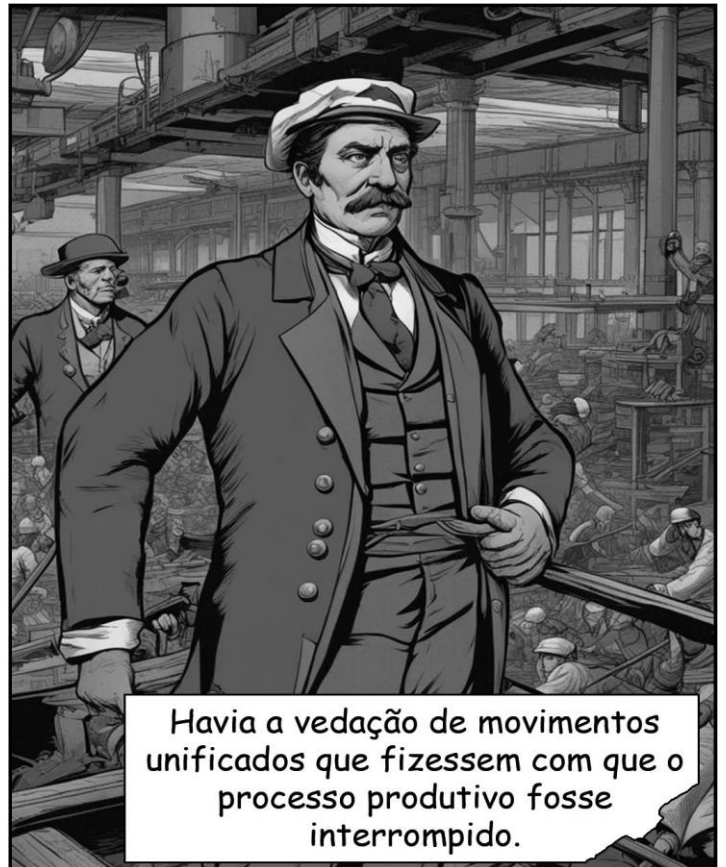
E culturas próprias...



...nas formas como sustentam e encaminham suas reivindicações.



No processo de organização de trabalho das primeiras indústrias, no contexto da *Primeira Revolução Industrial*.



Havia a vedação de movimentos unificados que fizessem com que o processo produtivo fosse interrompido.



O argumento era de que estes movimentos coletivamente organizados.



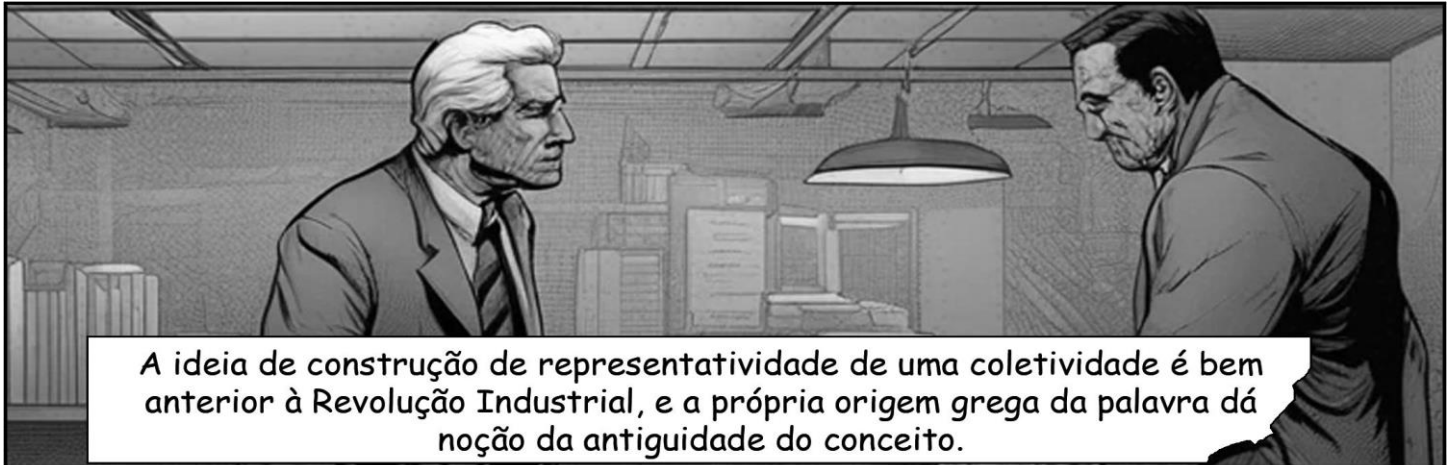
Atentavam contra o processo de livre negociação entre patrões e empregados.



Apenas em 1824 se avançou com a conquista do direito de livre associação.



Garantido até então apenas pelas classes dominantes.



A ideia de construção de representatividade de uma coletividade é bem anterior à Revolução Industrial, e a própria origem grega da palavra dá noção da antiguidade do conceito.



Sindicato vem do grego Syndicos e significava "junto à justiça", até ganhar uma versão em latim Syndicus, que significava "Advogado dos Pobres", chegando ao português simplesmente como "Sindicato".



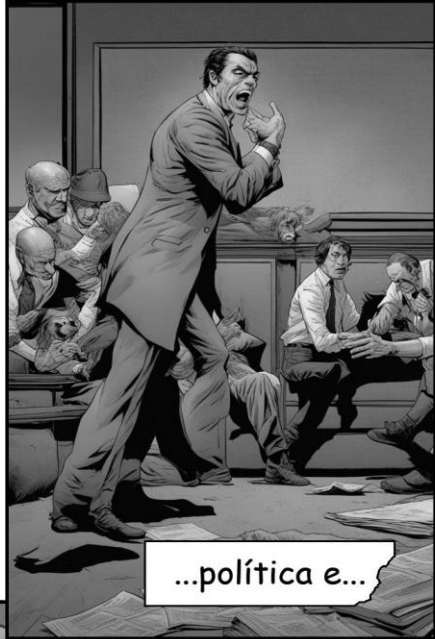
Os ingleses chamaram essas associações de "Trade Unions". Havia uma clara vantagem do patrão sobre o operário, pois o dono da fábrica podia, por meio da falta de regulamentação de mercado existente, exército de reserva abundante e propriedade dos meios de produção...



...ter poder de barganha em questões salariais e de horas de trabalho a serem dispensadas pelos operários.



Um desses primeiros movimentos de contestação à estrutura social...



...política e...



...econômica vivenciadas na Inglaterra da Primeira Revolução Industrial.



Foi o movimento *ludista*.



Que se caracterizou como um movimento radical de resistência.

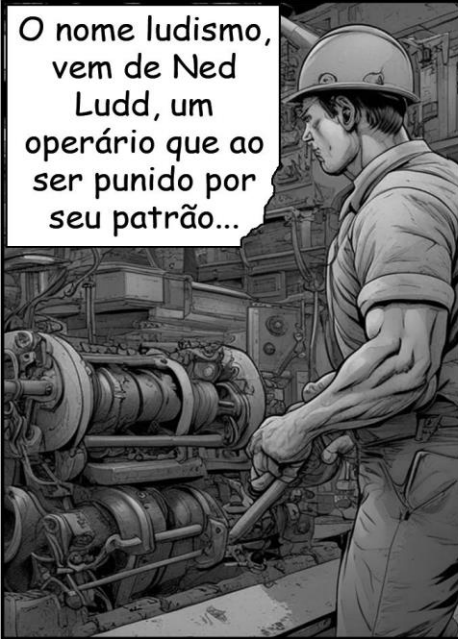


Ocorrido no interior das tecelagens inglesas.



Como uma crítica direta às péssimas condições de trabalho e ao desemprego estrutural causado pelas máquinas.

O nome ludismo, vem de Ned Ludd, um operário que ao ser punido por seu patrão...



...resolveu quebrar as máquinas da fábrica onde trabalhava, como forma de protesto.



Este movimento teve forte repressão a partir de 1811 quando vários destes indivíduos foram executados.



O cartismo foi um movimento operário que surgiu por volta de 1830 e que buscou, através de meios mais políticos, o acesso a direitos tais como: sufrágio universal masculino (um voto para cada homem com 21 anos de idade ou mais, em sã consciência e que não tenha sido punido por um crime).

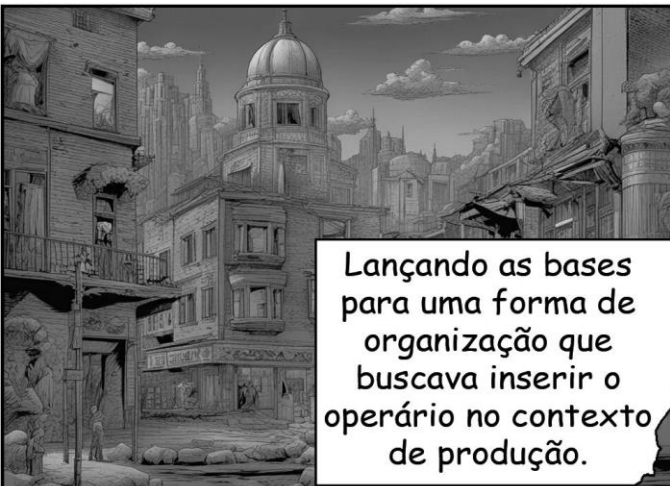


Voto secreto, cancelamento da qualificação para se ter propriedade, pagamento aos membros do parlamento (permitindo aos trabalhadores interromper o seu sustento para satisfazer as necessidades da nação), distritos eleitorais iguais (garantindo a mesma quantidade de representação para o mesmo número de eleitores), eleição anual, etc.

Uma das formas de enfrentamento das organizações dos trabalhadores frente ao contexto de capitalismo industrial foi o surgimento das cooperativas, enquanto movimentos sociais, na década de 1840, em Manchester, no bairro de Rochdale, no noroeste da Inglaterra, baseadas em princípios como solidariedade e união.



Apesar de fracassar de maneira mais ampla, Robert Owen teve papel importante na construção e no legado em relação ao modelo cooperativista.



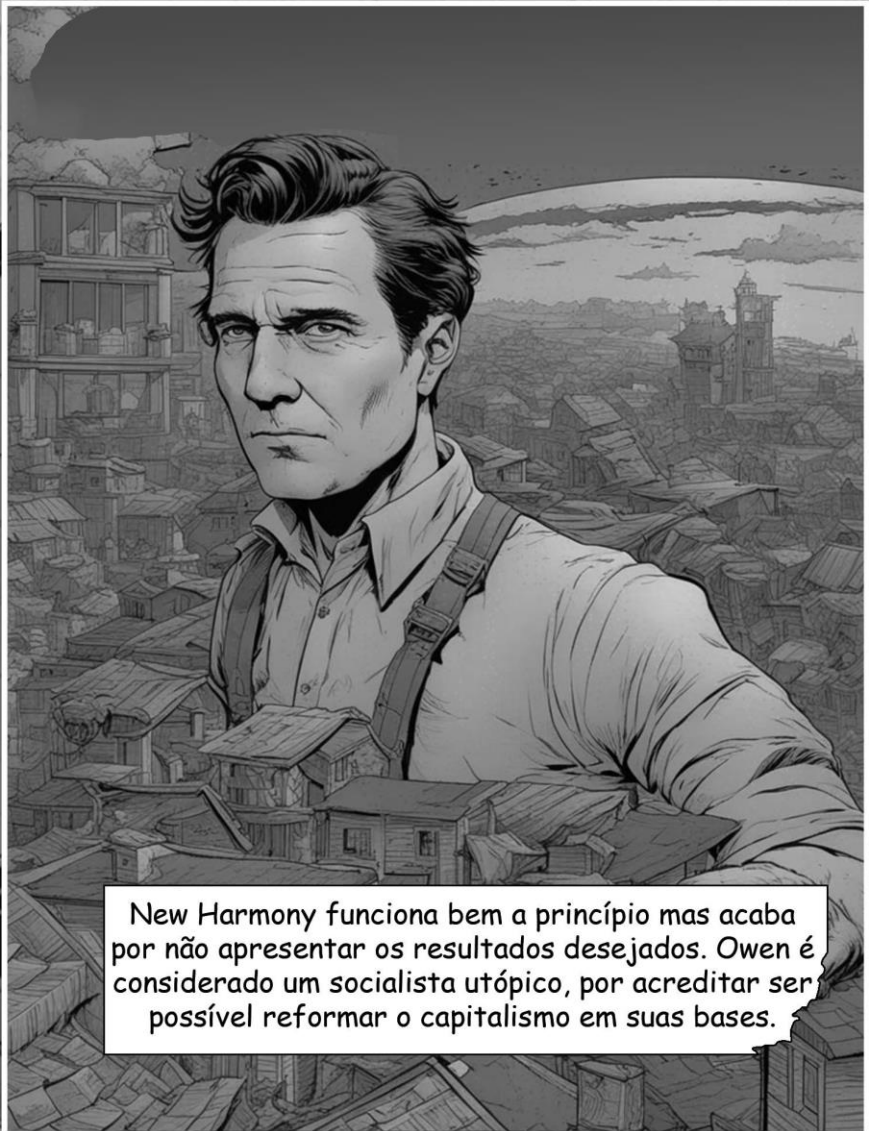
Lançando as bases para uma forma de organização que buscava inserir o operário no contexto de produção.



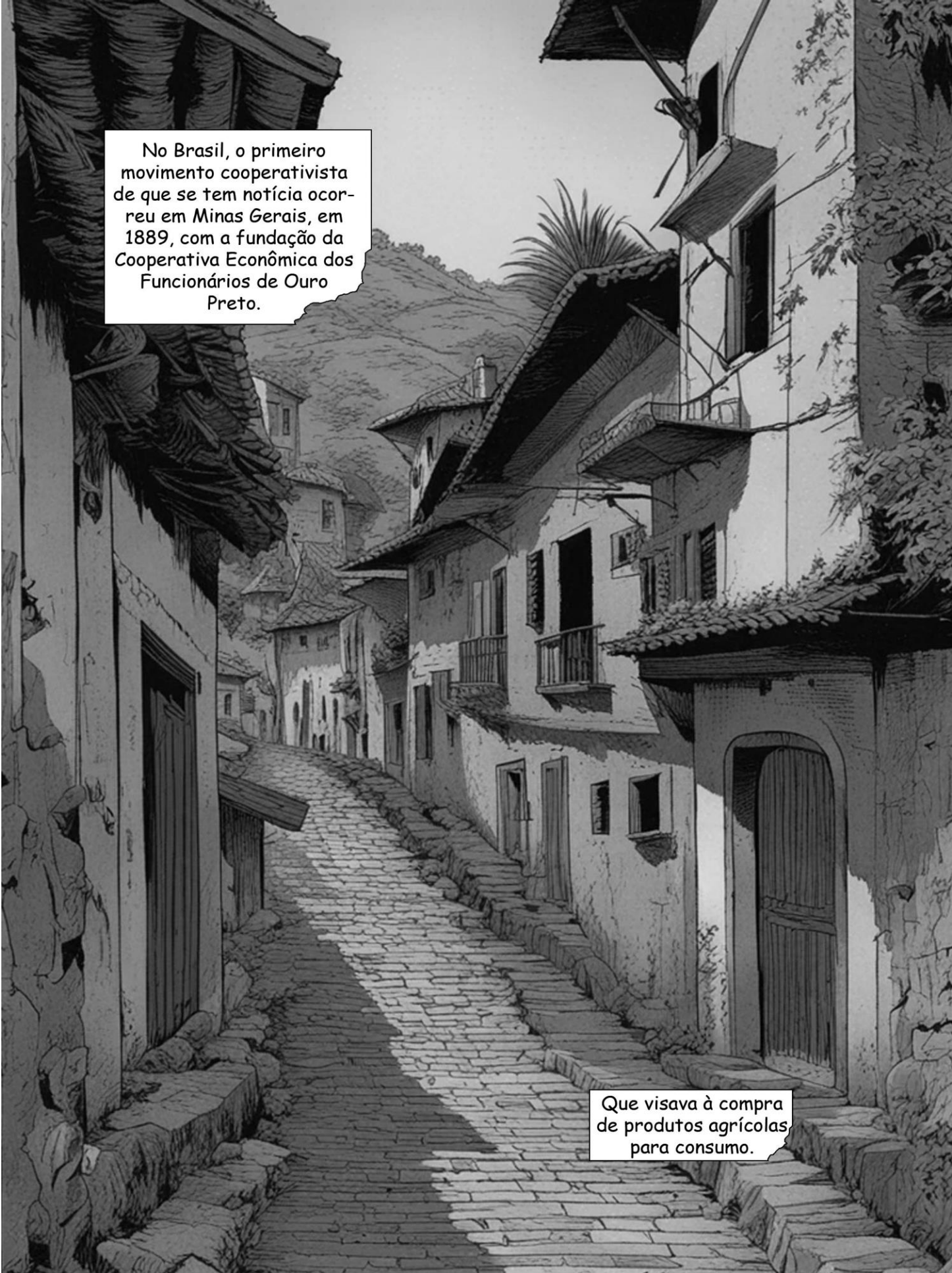
Não apenas como uma ferramenta mas como parte central do processo, e como parte que também usufrui do produto gerado.

Owen ascende de um filho de modestos artesãos à condição de capitalista.

E funda nos Estados Unidos uma colônia socialista chamada New Harmony.



New Harmony funciona bem a princípio mas acaba por não apresentar os resultados desejados. Owen é considerado um socialista utópico, por acreditar ser possível reformar o capitalismo em suas bases.



No Brasil, o primeiro movimento cooperativista de que se tem notícia ocorreu em Minas Gerais, em 1889, com a fundação da Cooperativa Econômica dos Funcionários de Ouro Preto.

Que visava à compra de produtos agrícolas para consumo.

Os movimentos sociais são as manifestações dos esforços coletivos de diferentes grupos e classes da sociedade para se organizar e mobilizar em torno de interesses e objetivos comuns.



O movimento anarquista foi mais influente em São Paulo até a década de 30 do século passado.



Enquanto a organização trabalhista do Rio de Janeiro tinha uma articulação forte.



Até metade mesmo século.



As pautas se concentravam, geralmente...



...em aumentos salariais, jornada de trabalho de 8 horas e regulamentação das relações trabalhistas.



Os movimentos ajudaram a dar voz a queixas e exigências dos trabalhadores, mas não transformaram fundamentalmente o sistema, que se manteve estável até 1930.



Depois dos anos 1930, a tendência do sindicalismo brasileiro foi a de constituição de um Estado corporativo.



Que se deu a partir da incorporação dos sindicatos à estrutura estatal.



E da instituição de uma legislação sindical e trabalhista dentro dos termos estatais.

Enfraquecendo o poder de atuação dos representantes dos trabalhadores.





É nesse contexto que as organizações sindicais de ordem comunista e trotskista.



E os movimentos anarquistas, passam a ser, cada vez mais, combatidos.



E a ideia de unificação sindical é extinta no país.



Em 1939, o Decreto-Lei nº 1402, conhecido como "lei do enquadramento sindical".



Oficializou a necessidade de reconhecimento dos sindicatos pela Comissão de Enquadramento Sindical, atrelada ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.



Leis trabalhistas promulgadas por Vargas também caminharam na direção de fortalecer o papel do Estado nas relações com o trabalhador.



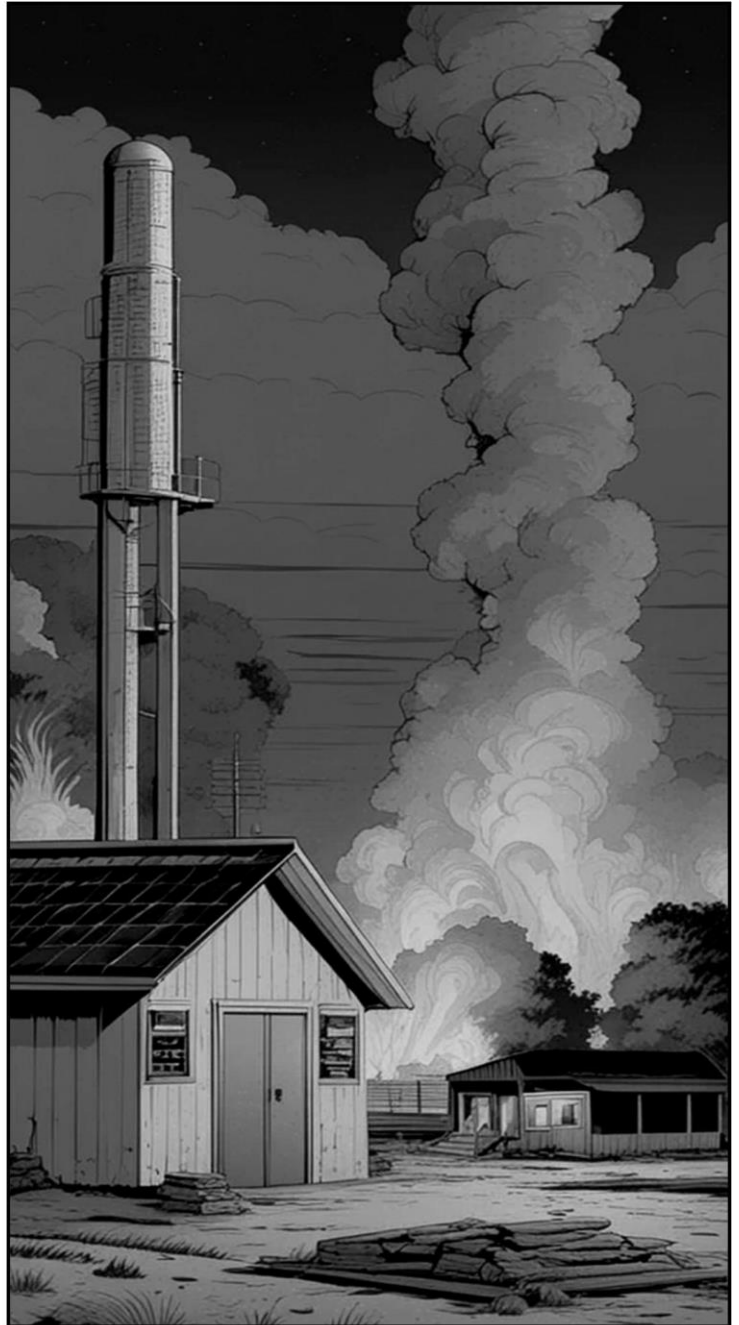
Preenchendo, inclusive, o papel desses sindicatos.



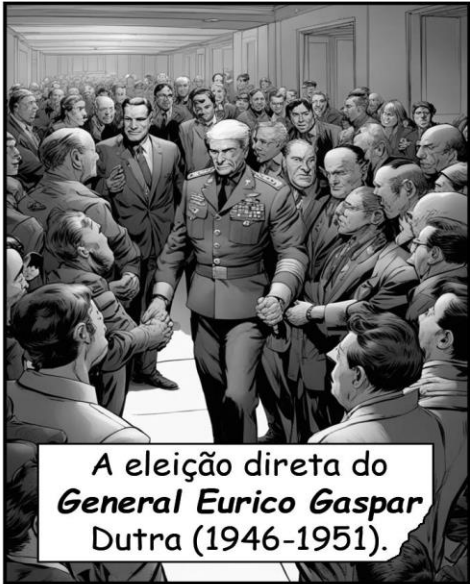
O fim da Segunda Guerra Mundial trouxe pressões por democracia no Brasil.



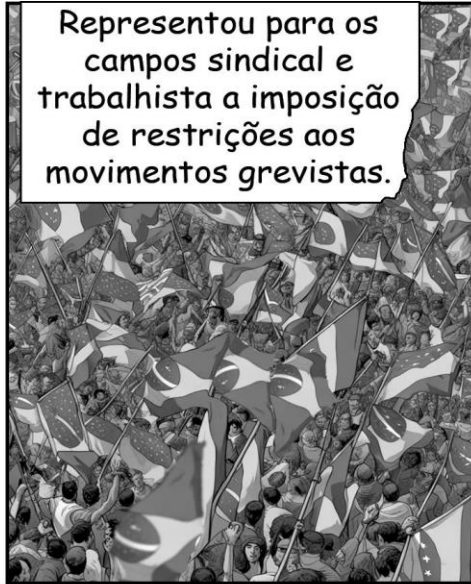
E o movimento sindical acompanhou essa tendência.



O Movimento de Unificação dos Trabalhadores, MUT, constituído em 1945, teve papel relevante no processo de redemocratização do país.



A eleição direta do **General Eurico Gaspar Dutra** (1946-1951).



Representou para os campos sindical e trabalhista a imposição de restrições aos movimentos grevistas.



Por meio do decreto nº 9070, conhecido como lei antigreve.



Houve, porém, uma acentuação dos movimentos sindicais.



Culminando na realização do Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, em 1946.



Internacionalmente, avançava a luta por um modelo mais democrático no ocidente e suas regiões de influência, e o sistema ONU representa a construção de um arcabouço legal nessa direção.

Incorporada ao sistema da Organização das Nações Unidas.



A Organização Internacional do Trabalho - OIT - representou avanços em relação à prática da atividade sindical.



Em contraste com a atuação do governo **Dutra**.



A tentativa de constituir uma via sindical por fora dos moldes do Estado continuaria nesse pós-segunda guerra.

Em torno desse cenário de industrialização com o Estado ainda como forte condutor dessa industrialização.



Atraindo para seu interior também boa parte das estruturas que orbitavam em torno de si, em um modelo que ainda bebia do corporativismo.

O período do Regime Militar brasileiro (1964-1985).



Representou um processo de dismantelamento da estrutura sindical.



Com intervenção nas organizações dos trabalhadores e repressão.



Facilitados pela estrutura legal herdada do Estado Novo.





O que se seguiu ao governo de Castelo Branco (1964-1967).



Foi um recrudescimento do modelo ditatorial.



Com a chamada "linha dura" e a busca por perpetuação do regime.



A partir de Costa e Silva (1967-1969).

E se intensificando no governo de...



Emílio Médici (1969 - 1974).



Tal transição dentro do regime.



Também se apresentou em relação aos movimentos sindicais, com o aumento da perseguição.

A eleição indireta do General Ernesto Geisel (1974-1979) representou uma nova mudança de rumos dentro do regime militar, com o retorno da chamada "ala castelista", que almejava um retorno dos civis ao poder, ainda que de forma lenta, gradual e segura, sem que houvesse qualquer responsabilização por parte dos militares.



O último governante do Regime militar, o general João Batista Figueiredo (1979-1985) deu continuidade ao processo de abertura iniciado por Geisel e findou o quinteto de generais do período militar, e também representou o período de crise que se seguiu ao crescimento pungente do chamado "milagre brasileiro".



O movimento sindical fez parte das lutas que pavimentaram a construção do caminho em direção à democracia, participando das lutas pelas "Diretas já", mobilizando massas e lutando por direitos.



A partir da redemocratização no governo José Sarney (1985-1990), os movimentos sindicais precisaram repensar sua natureza e as formas de atuação em relação ao Estado.



Nesse sentido, Canha (2020) explica que, durante os anos 80.

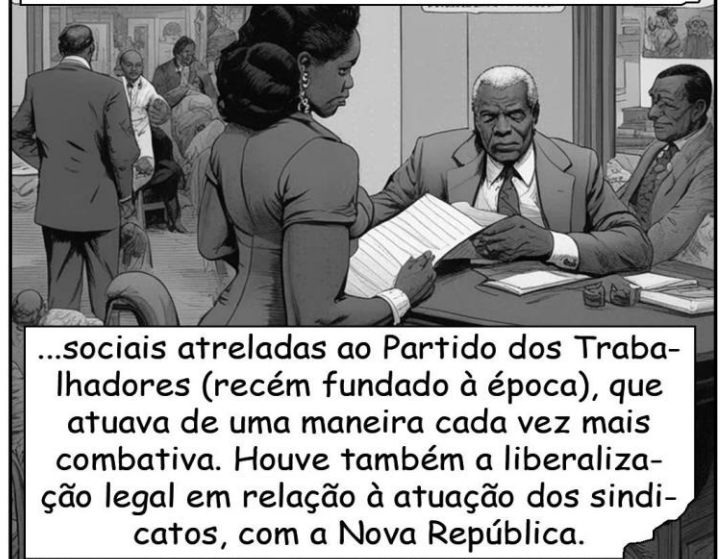


Essa oposição também tinha uma natureza de identidade.



A Central Única dos Trabalhadores (CUT) precisou definir, em um intenso processo de luta interna, sua relação com a política.

Uma vez que o movimento poderia se confundir com as vertentes dos movimentos...



...sociais atreladas ao Partido dos Trabalhadores (recém fundado à época), que atuava de uma maneira cada vez mais combativa. Houve também a liberalização legal em relação à atuação dos sindicatos, com a Nova República.



A constituinte e a Constituição de 1988 acenaram com novos desafios em relação ao sindicalismo brasileiro, agora em torno da discussão acerca do modelo a ser adotado, em um país democrático.



Depois de anos de regime autoritário, e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) participou dessas tratativas.

A nível federal esse período representou um aumento significativo do número de sindicatos.



Mas se seguiu a uma adesão do Brasil ao processo de abertura econômica e de adoção de posturas neoliberais.



Por parte do governo Fernando Collor de Mello (1990-1992).

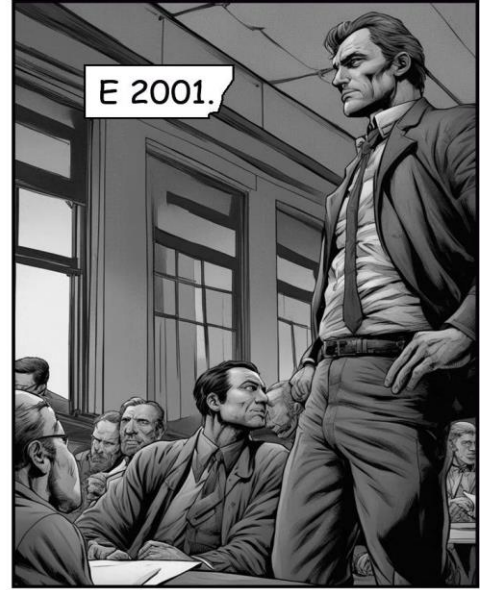
Ainda assim, mesmo com a receita neoliberal adotada durante o breve período do governo Collor.



O intervalo entre 1991.



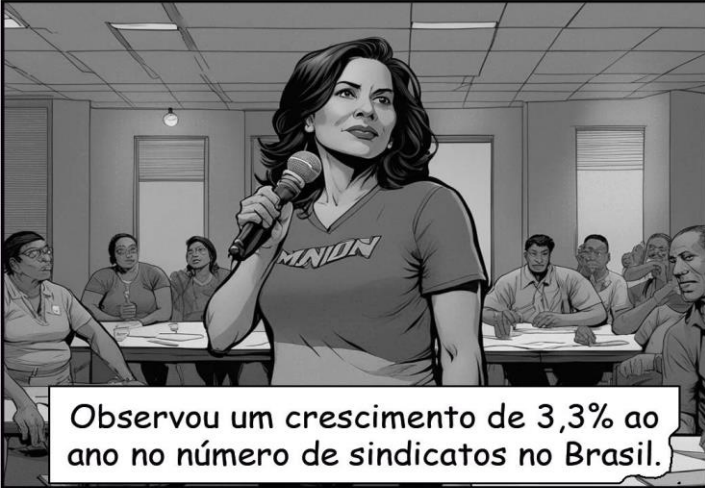
E 2001.



Os governos de Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) representaram uma continuidade da abertura econômica.



Observou um crescimento de 3,3% ao ano no número de sindicatos no Brasil.



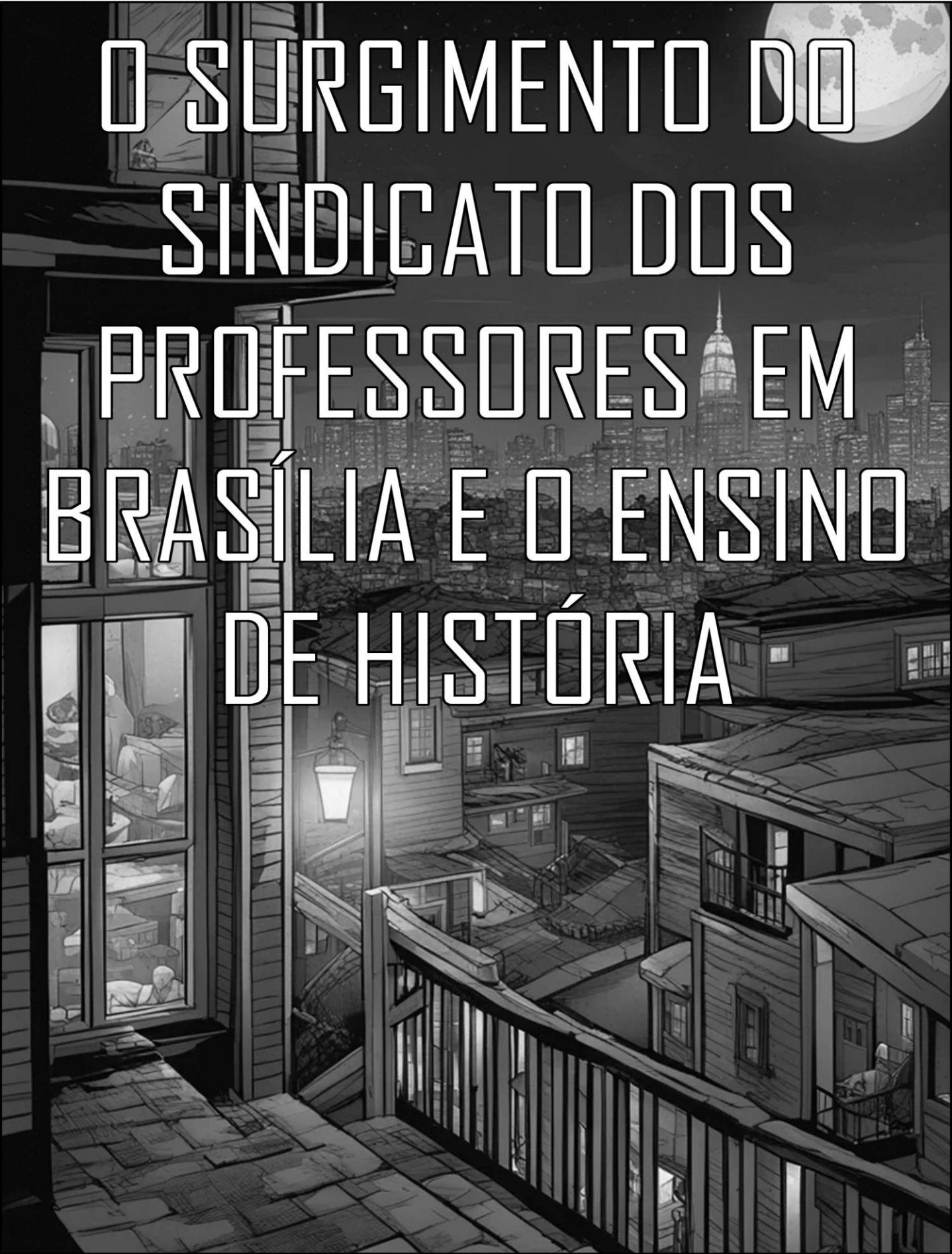
E de aprofundamento das reformas, sob o prisma do modelo neoliberal. É importante destacar que o período também representa, mundialmente, uma época de crise para o modelo sindical.



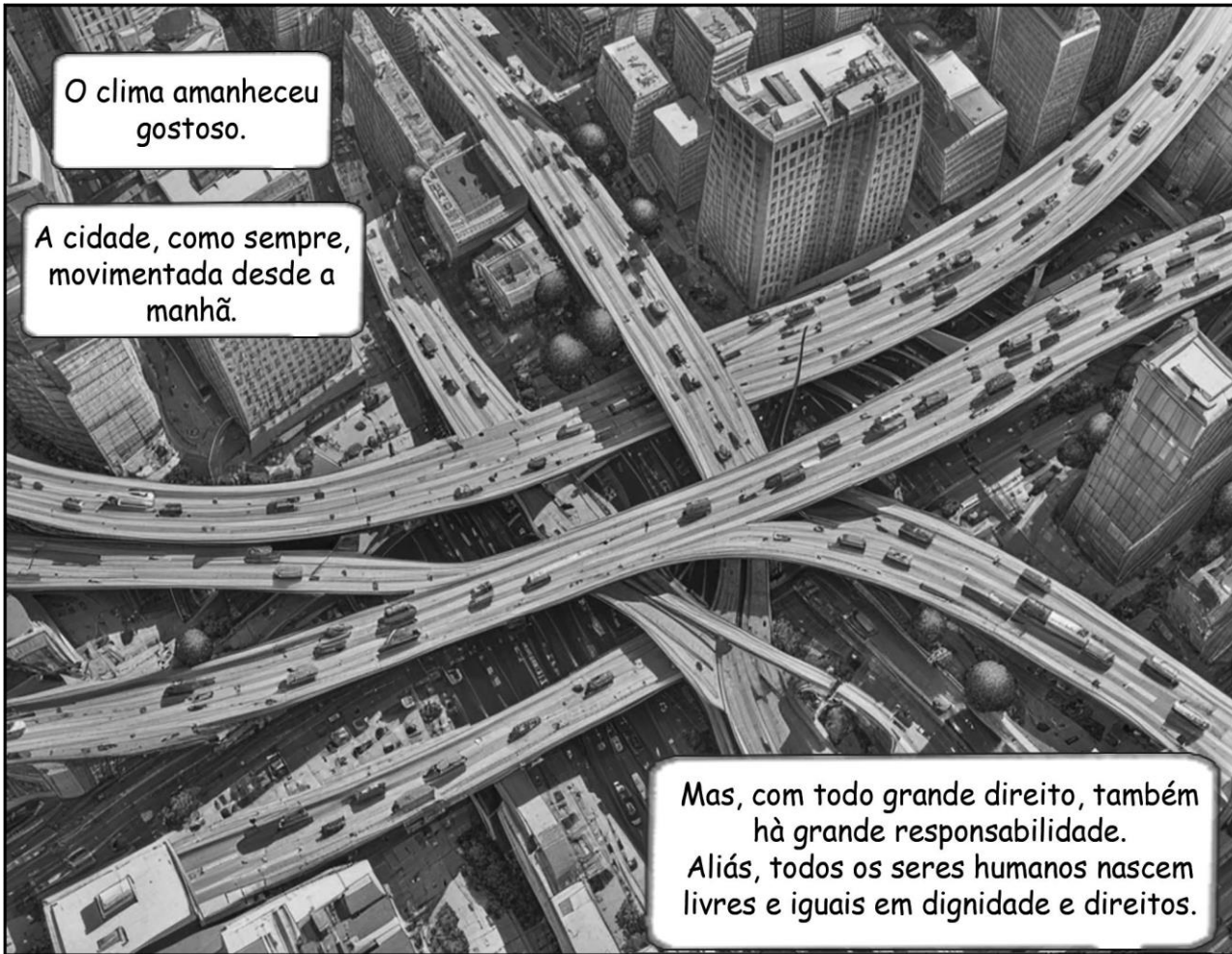


III PARTE





O SURGIMENTO DO
SINDICATO DOS
PROFESSORES EM
BRASÍLIA E O ENSINO
DE HISTÓRIA



O clima amanheceu gostoso.

A cidade, como sempre, movimentada desde a manhã.

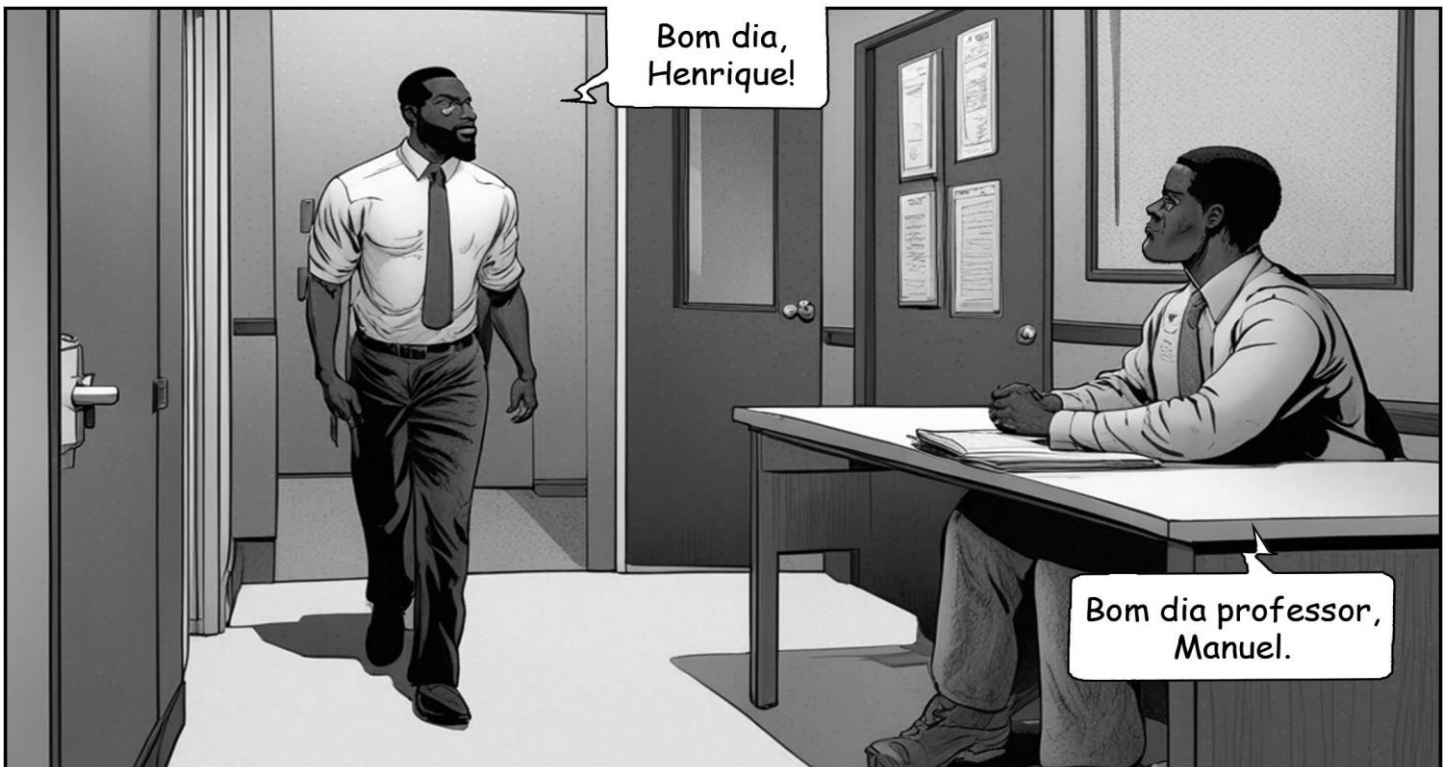
Mas, com todo grande direito, também há grande responsabilidade. Aliás, todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos.



Somos dotados de razão e consciência e devemos agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

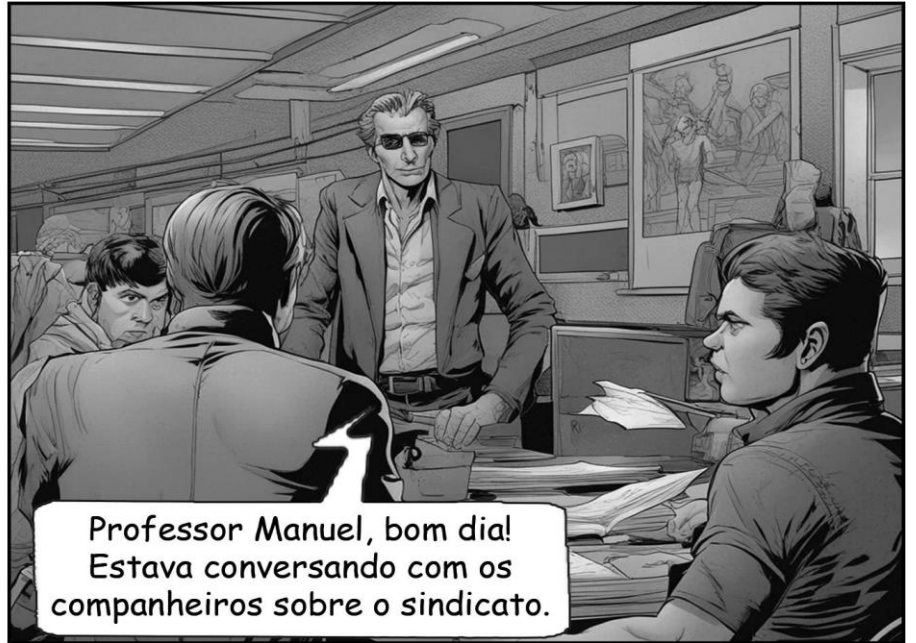


Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.





Bom dia queridos amigos professores!



Professor Manuel, bom dia! Estava conversando com os companheiros sobre o sindicato.



Como o senhor sabe, sou recém-concursado e estou com algumas dúvidas.



De repente poderei te ajudar, Professor Osvaldinho.



Estava conversando com os colegas sobre o que ganhariam participando do sindicato e quais seriam os benefícios.

E sei que sua bagagem de conhecimento pode me ajudar a compreender e sanar a dúvida.





As condições de trabalho dos primeiros operários eram duras, com extenuantes jornadas de trabalho.



Mas mesmo assim a transferência da capital era uma valiosa forma de mobilidade social para as pessoas que vinham de outros estados.



Para que se acomodassem esses trabalhadores.



Houve a necessidade da construção da primeira escola pública da futura capital.



A **Júlia Kubistchek**, em 1956, na atual região administrativa da Candangolândia.



Em 1960 houve a criação da Fundação Educacional do Distrito Federal.

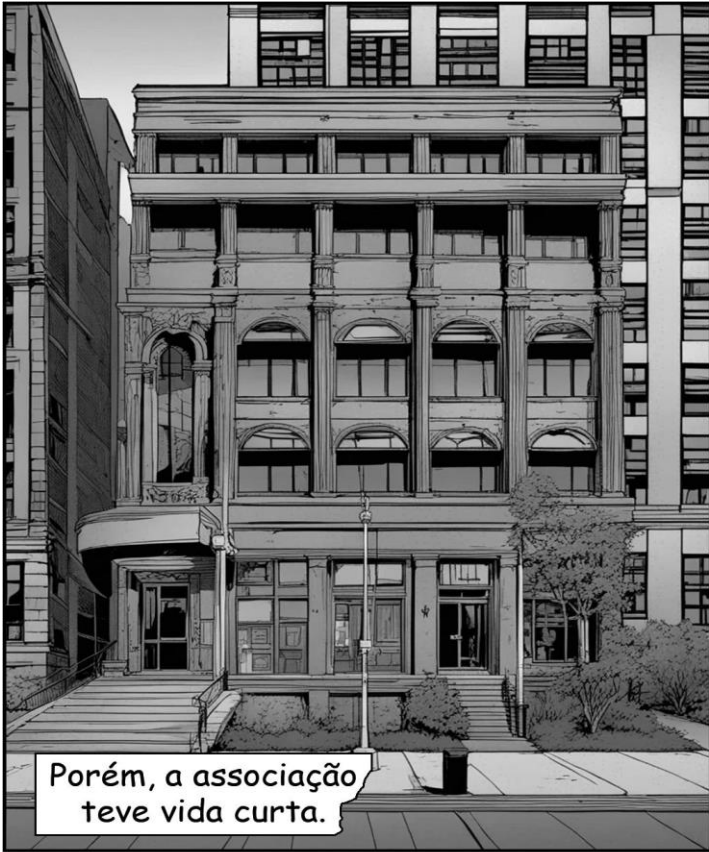


Que existiria até 1999.



Responsável pela organização da educação no Distrito Federal.





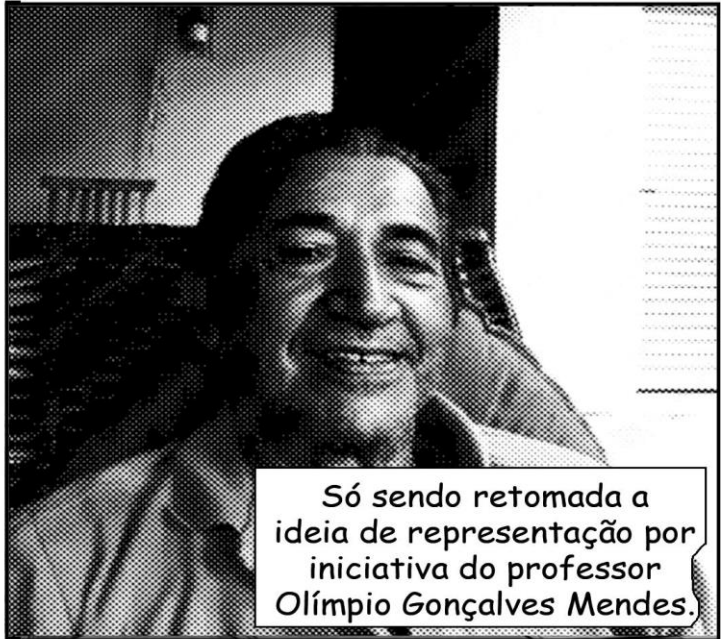
Porém, a associação teve vida curta.



Pois com o início do Regime Militar Brasileiro a Associação dos Professores de Ensino Médio de Brasília foi posta na clandestinidade, e seus principais dirigentes foram perseguidos.



Até 1975 não houve representação sindical para os professores no Distrito Federal.



Só sendo retomada a ideia de representação por iniciativa do professor Olímpio Gonçalves Mendes.



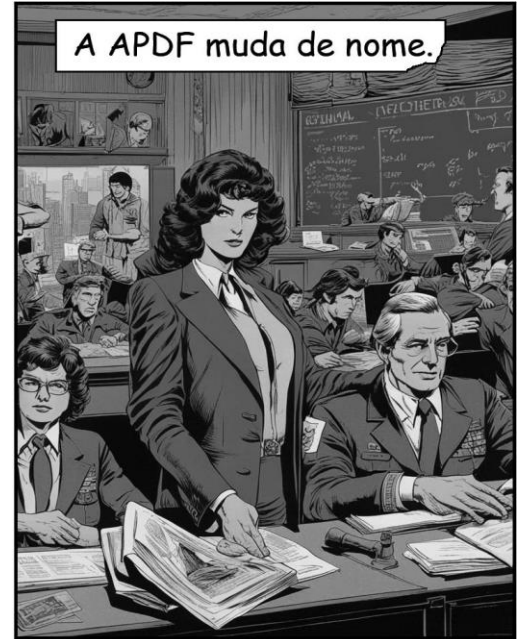
Que com mais 38 professores.



Criaram a Associação dos Professores do Distrito Federal (APDF).



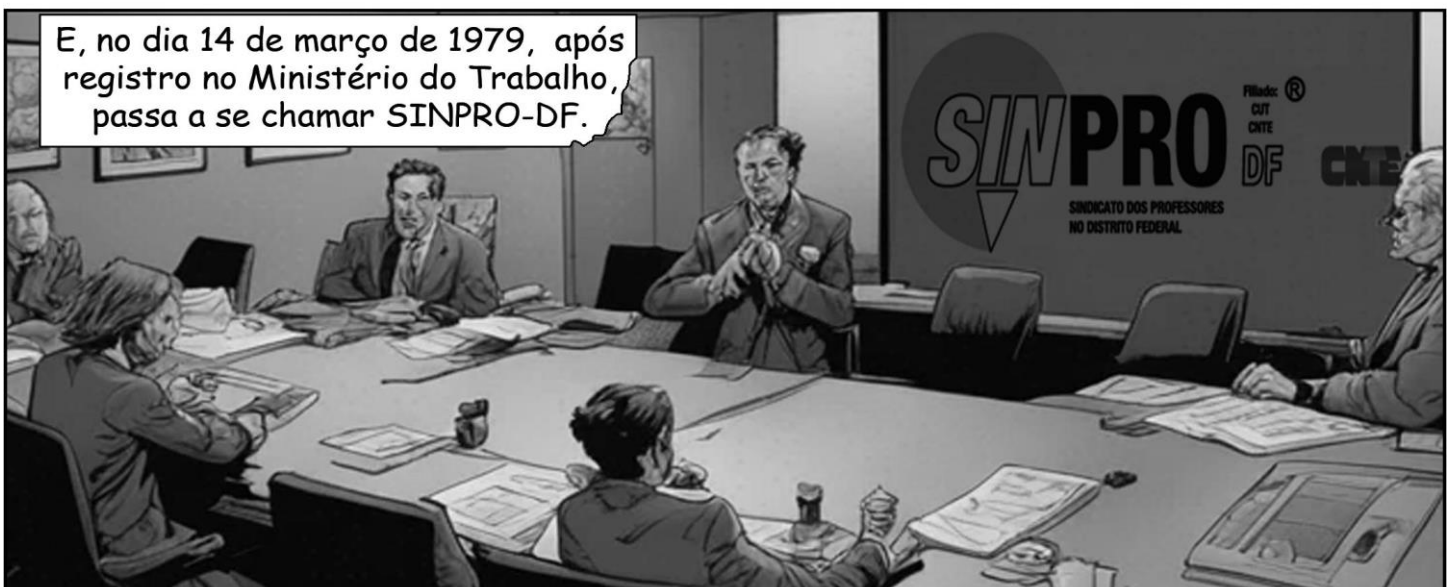
Em 1978, com o avanço da abertura política no Regime Militar.



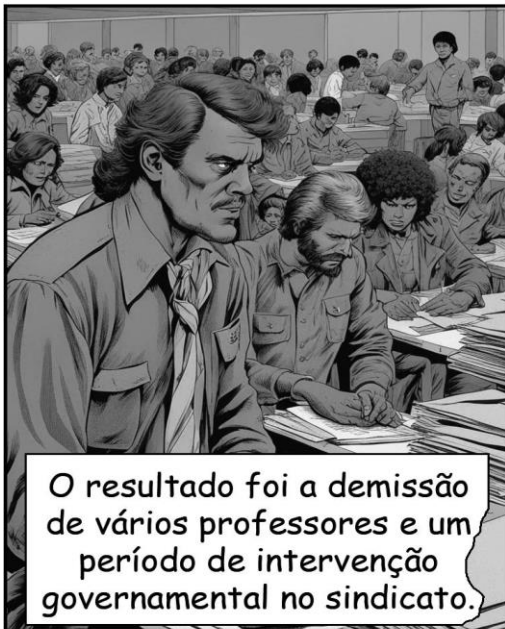
A APDF muda de nome.

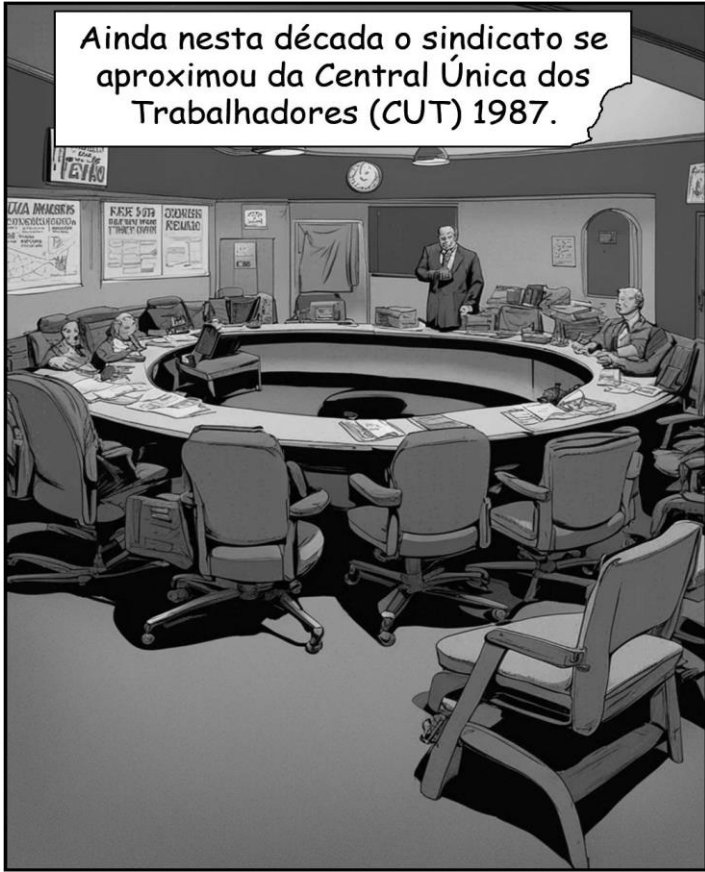


Passando a se chamar "Associação Profissional dos Professores do Distrito Federal (APPDF)".



E, no dia 14 de março de 1979, após registro no Ministério do Trabalho, passa a se chamar SINPRO-DF.





Ainda nesta década o sindicato se aproximou da Central Única dos Trabalhadores (CUT) 1987.



Adentrando na década de 90 do século XX houve a continuidade de vários movimentos por melhoria de salário e condições de trabalho.

Mas também a preocupação de incluir aposentados.



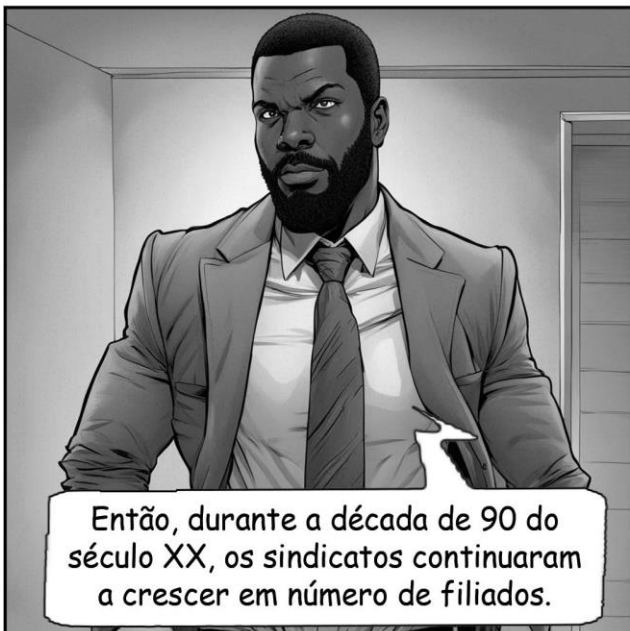
Mulheres.

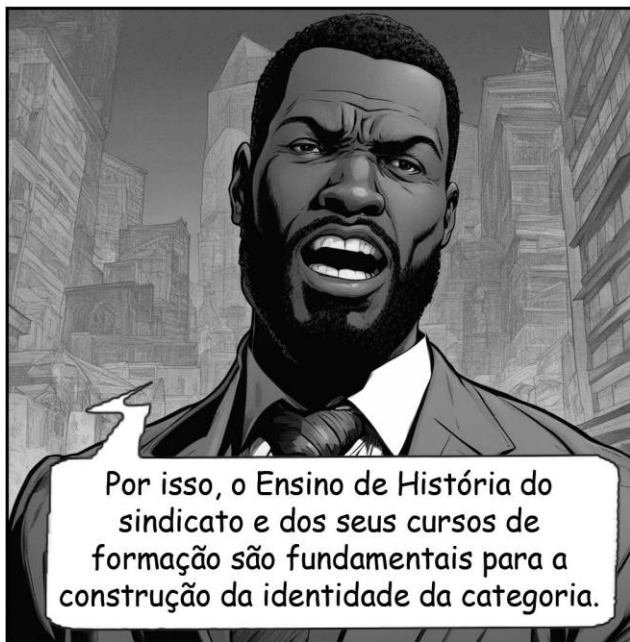


LGBTQI+.



A década seguinte foi marcada por várias greves, de escolas públicas e particulares, buscando melhores condições de vida para o trabalhador da educação.







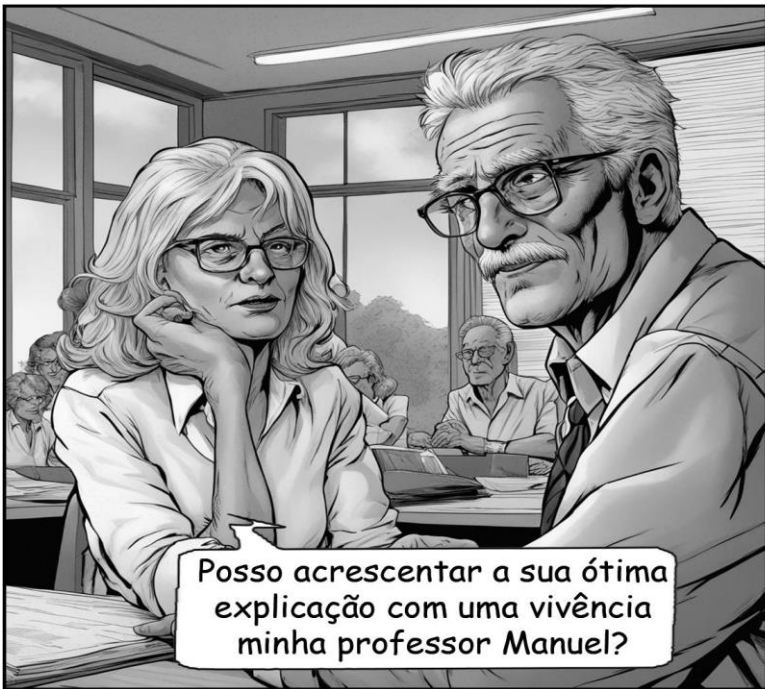
Professora Francisca, a greve é um instrumento utilizado pelos trabalhadores...

...para trazer o patrões para a mesa de negociações quando não há diálogo.



Compreendi professor Manuel.

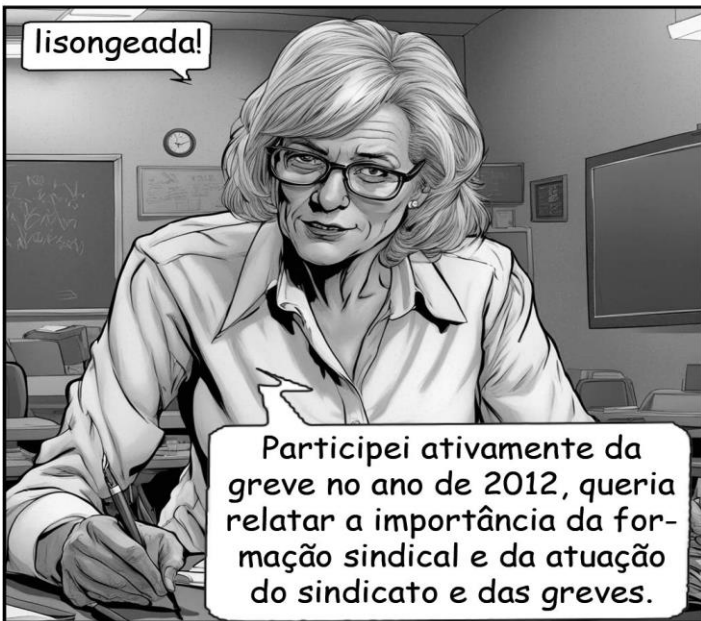
Muito obrigada.



Posso acrescentar a sua ótima explicação com uma vivência minha professor Manuel?

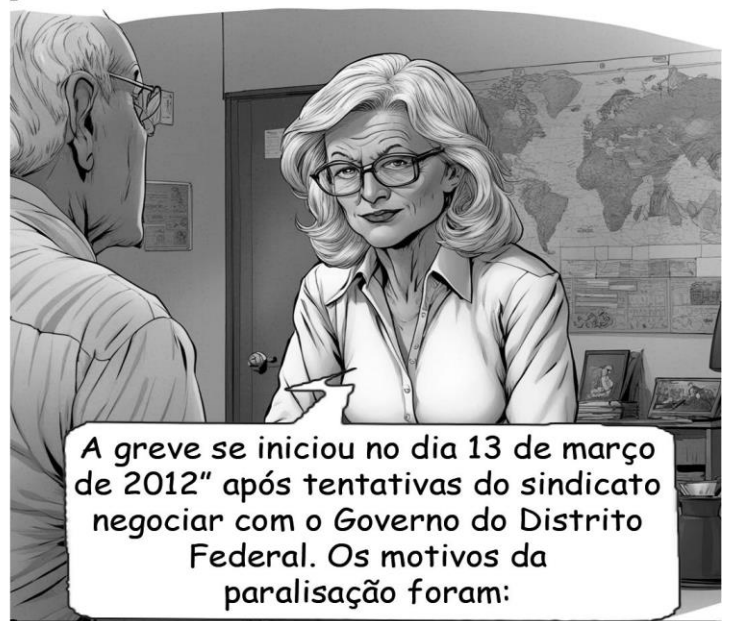


Seria uma honra para todos nós ouvir sua história coordenadora Maria de Fátima.

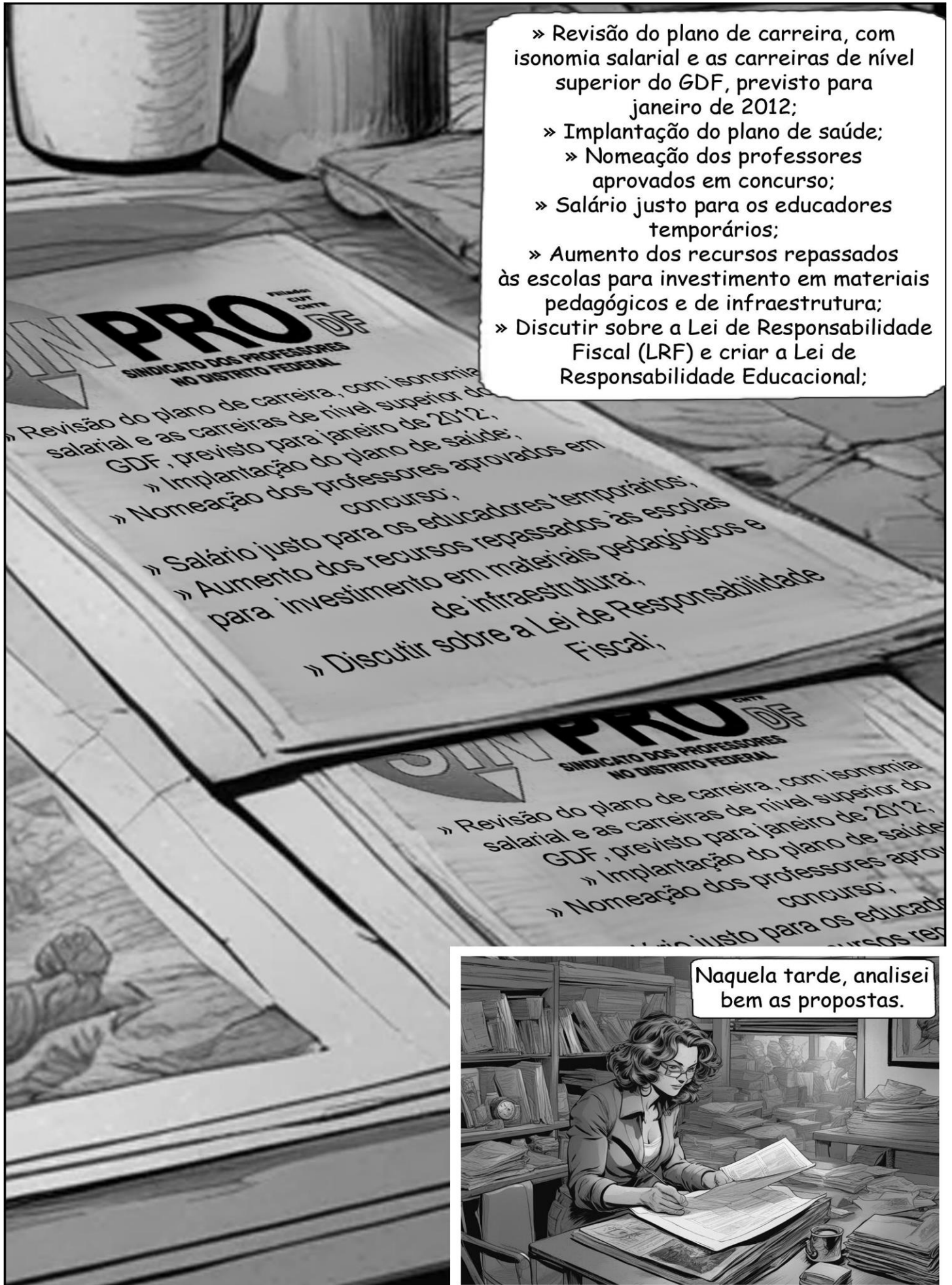


lisongeada!

Particpei ativamente da greve no ano de 2012, queria relatar a importância da formação sindical e da atuação do sindicato e das greves.



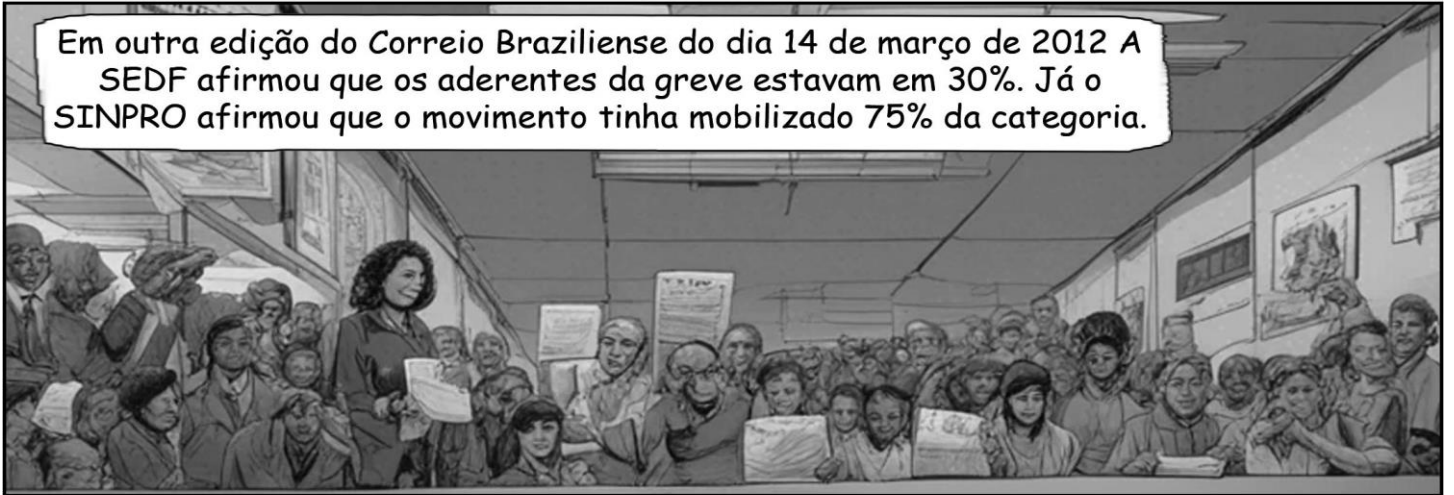
A greve se iniciou no dia 13 de março de 2012" após tentativas do sindicato negociar com o Governo do Distrito Federal. Os motivos da paralisação foram:



Lembro-me que foram 52 dias de paralisação que a Secretaria de Educação no dia anterior a greve disse que não poderia dar o aumento por causa da chamada Lei de Responsabilidade Fiscal. Fátima recorreu a hemeroteca da escola e mostrou a cobertura da greve. No dia 13 de março de 2012 o Correio Braziliense mostrou uma reportagem mostrando populares que eram favoráveis e outros que eram contrários.



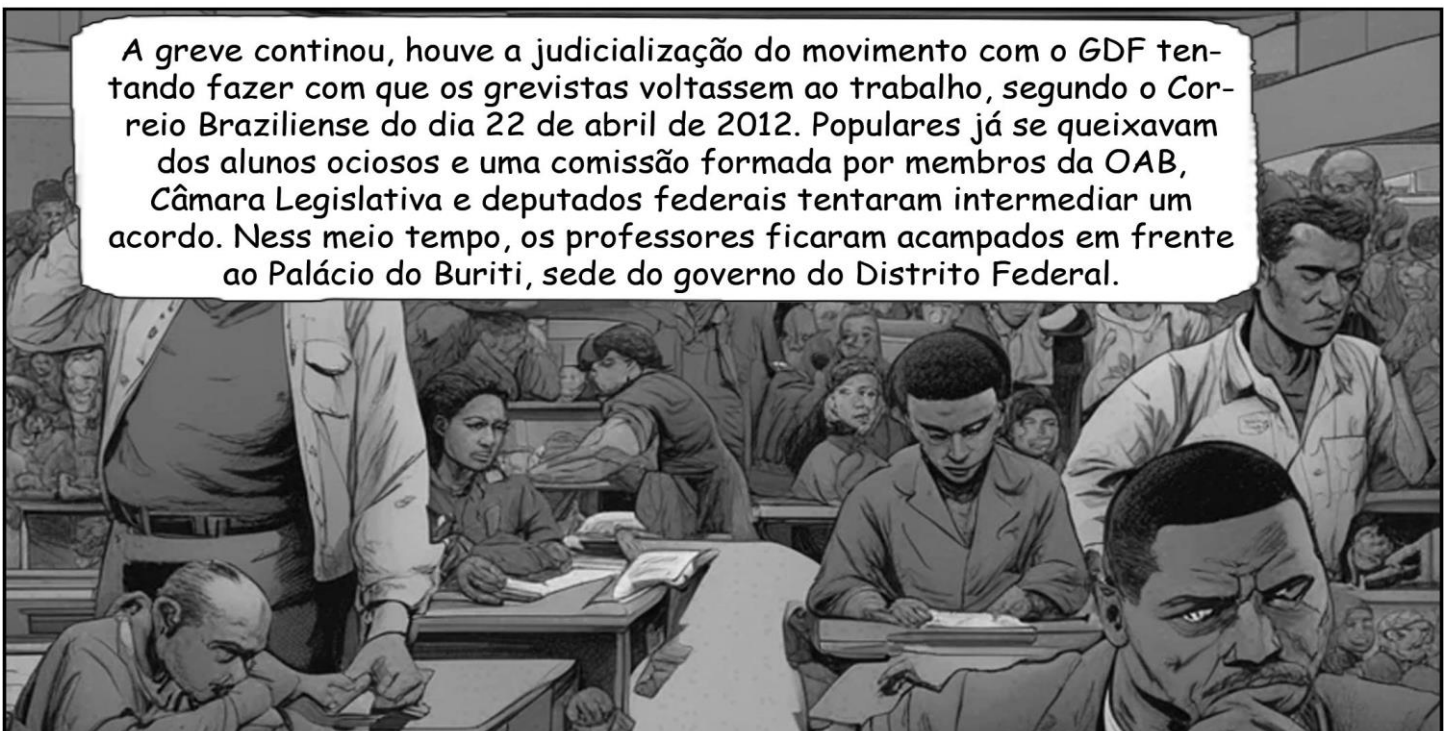
Em outra edição do Correio Braziliense do dia 14 de março de 2012 A SEDF afirmou que os aderentes da greve estavam em 30%. Já o SINPRO afirmou que o movimento tinha mobilizado 75% da categoria.



Em negociações não houve acordo e a greve continuou...



A greve continuou, houve a judicialização do movimento com o GDF tentando fazer com que os grevistas voltassem ao trabalho, segundo o Correio Braziliense do dia 22 de abril de 2012. Populares já se queixavam dos alunos ociosos e uma comissão formada por membros da OAB, Câmara Legislativa e deputados federais tentaram intermediar um acordo. Ness meio tempo, os professores ficaram acampados em frente ao Palácio do Buriti, sede do governo do Distrito Federal.



Cerca de 70 professores ocuparam o sexto andar do anexo do Palácio do Buriti no dia 26 de abril de 2012, por volta das 13:00 e se mantiveram lá por 30 horas e saíram para evitar um confronto com a PMDF durante uma operação de reintegração de posse.



A greve foi mantida em assembleia.



No mesmo dia foram retomadas as negociações com representantes da UnB, OAB-DF, Central Única dos Trabalhadores-DF (CUT-DF), além de senadores e deputados distritais e federais.



Segundo o GDF, ficou estabelecida a retomada do diálogo.

No dia 1º de maio de 2012.



O GDF ofereceu uma proposta...



Que contemplou uma parte das reivindicações dos professores.

- Continuidade das negociações;
- Retomada, a partir de setembro de 2012, das discussões sobre a reestruturação do plano de carreira e seus impactos financeiros;



- Garantia de participação do Sinpro em mesa de discussão sobre o orçamento da educação pública do Distrito Federal, especialmente no que diz respeito ao Fundo Constitucional do DF e ao Fundeb;



- Encaminhamento à Câmara Legislativa, em 30 dias, de proposta contendo os pontos consensuais da estrutura do plano de carreira que não tenham impacto financeiro;



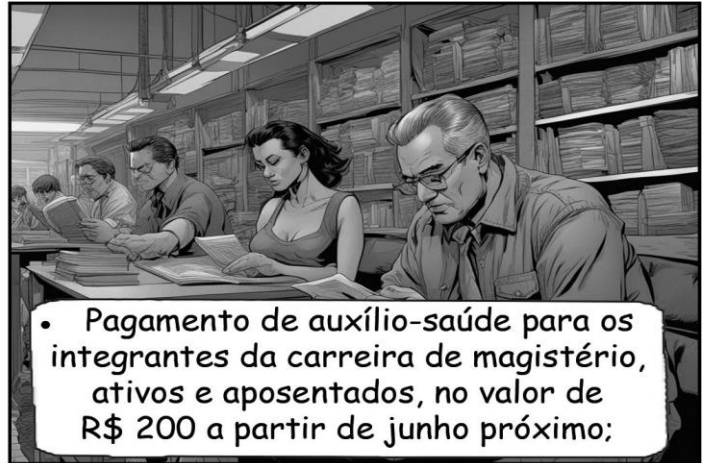
- Encaminhamento, em 30 dias, à Câmara Legislativa, de projeto de lei com a nova redação para o artigo nº15 do plano de carreira, corrigindo sua inconstitucionalidade;

- Publicação do decreto que regulamenta a forma de pagamento de professores em regime de contratação temporária em até 30 dias;





- Garantia de paridade, no que couber, entre ativos e aposentados;



- Pagamento de auxílio-saúde para os integrantes da carreira de magistério, ativos e aposentados, no valor de R\$ 200 a partir de junho próximo;

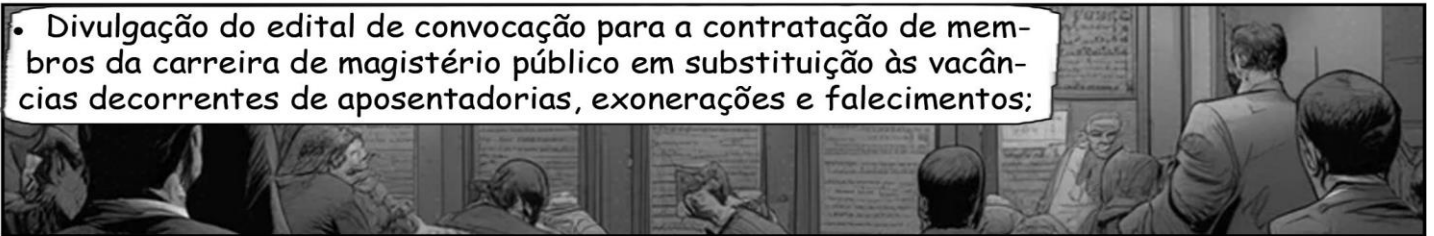
- Reafirmação por parte do GDF da importância da incorporação da Tidem para a categoria, inclusive como forma de garantir melhor remuneração quando da aposentadoria e que envidará todos os esforços para a incorporação até 2014, em no máximo quatro parcelas. O pagamento poderá ser feito em prazo reduzido, dadas as condições fiscais e a disponibilidade dos recursos e as possibilidades orçamentárias;



- Até que haja a incorporação integral da Tidem para toda a categoria, o governo se compromete a encaminhar, em no máximo 30 dias, projeto de lei que garanta a imediata integralidade da Tidem aos membros da carreira de magistério aposentados e que vierem a se aposentar, vinculada ao cumprimento da percepção da gratificação nos últimos 19 meses de exercício;

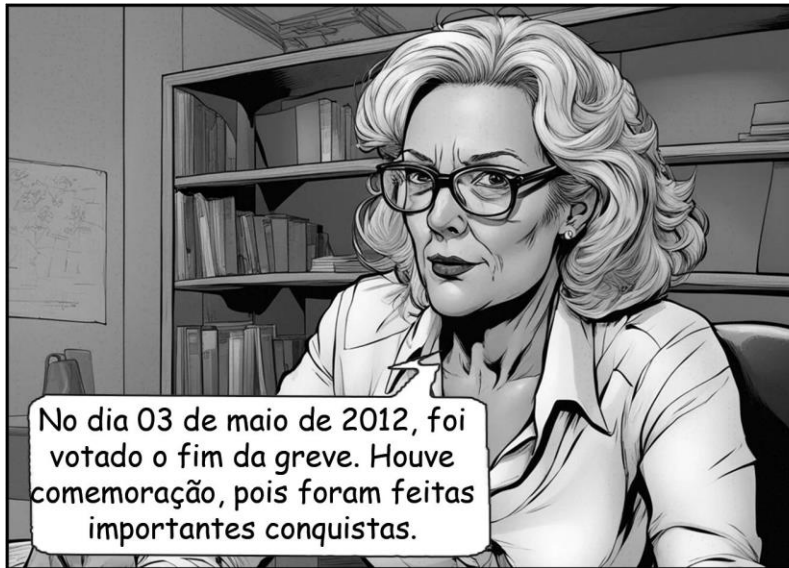


- Divulgação do edital de convocação para a contratação de membros da carreira de magistério público em substituição às vacâncias decorrentes de aposentadorias, exonerações e falecimentos;



- Garantia de remuneração integral a membros da carreira de magistério que se afastarem para estudos.





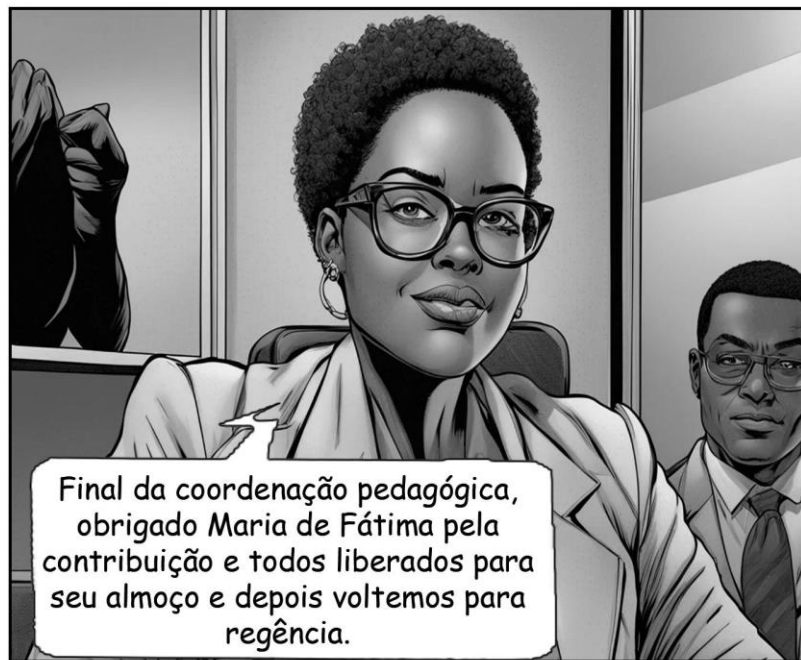
No dia 03 de maio de 2012, foi votado o fim da greve. Houve comemoração, pois foram feitas importantes conquistas.



Foi feito um calendário para a reposição das aulas contudo a missão da categoria continua....



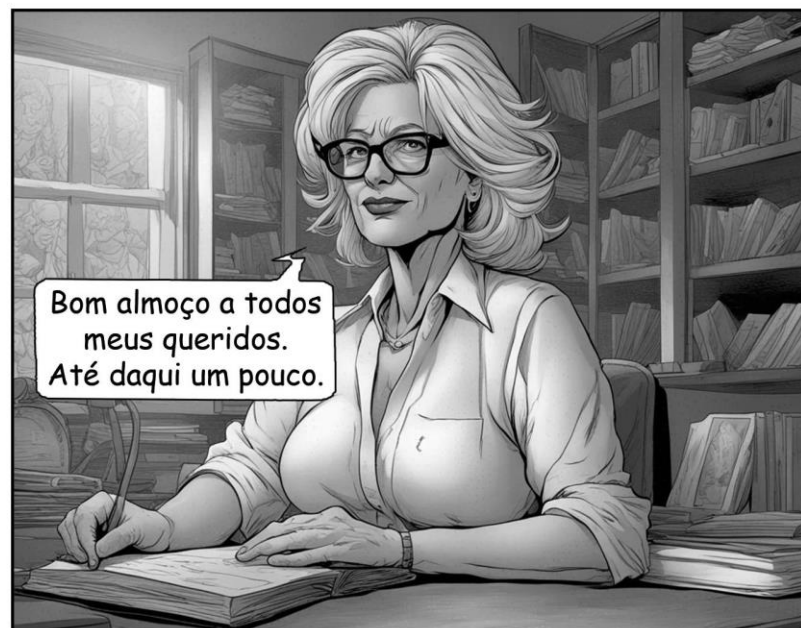
Obrigado, aprendi muito. Me ajudaram a sanar minhas dúvidas.



Final da coordenação pedagógica, obrigado Maria de Fátima pela contribuição e todos liberados para seu almoço e depois voltamos para regência.



Almoçaremos onde dessa vez pessoal? Poderíamos almoçar na Márcia!



Bom almoço a todos meus queridos. Até daqui um pouco.



FIM.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação de mestrado teve como tema “O Ensino de História e a Historicidade dos Cursos de Formação do Sindicato dos Professores no Distrito Federal (SINPRO-DF)”. A partir desse tema, buscou-se construir uma linha do tempo que considerasse o surgimento do trabalho desde a Pré-História até os dias atuais, servindo como base teórica para a compreensão do conceito de trabalho. O objetivo foi entender o surgimento dos sindicatos e sua historicidade, com especial atenção ao nascimento do SINPRO-DF e sua íntima ligação com a história do Distrito Federal.

Optei pelo caminho de analisar a historicidade dos direitos sociais, que são a segunda geração dos direitos humanos, atrelada aos movimentos sociais, pois estão intimamente ligados a luta por direitos trabalhistas e a melhoria das condições de vida dos trabalhadores em geral.

Com isso, pode-se fazer um paralelo histórico para a análise do Ensino de História e a Historicidade dos Cursos de Formação Sindical do SINPRO-DF; visto que, por meio da análise de seu surgimento, estruturação e funcionamento, procurei observar como o sindicato se vê enquanto agente histórico, como ele conta a sua história e, sobretudo, como ela é transmitida dentro de suas dependências, principalmente como é abordada nos dois cursos de formação sindical, o básico e o avançado.

Os cursos de formação são peças bailares para a manutenção, a formação de novos integrantes da estrutura sindical e a difusão da história e do ensino do movimento sindical. Como demonstrado, existe uma forte ligação entre a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o SINPRO-DF desde 1987, o que resultou na criação de um modelo de curso de formação sindical. Esse modelo está em vigor desde 2004 em sua forma básica e, desde 2011, em sua forma sequencial avançada, abordando questões históricas do sindicato e a maneira como essas são transmitidas à categoria.

A estrutura da dissertação foi organizada em três partes principais. A primeira aborda o surgimento do trabalho; a segunda trata dos movimentos e direitos sociais; e a terceira foca nos sindicatos, começando com uma análise geral e, em seguida, voltando-se para a história do SINPRO-DF. Esse último capítulo inclui uma análise detalhada do movimento grevista de 2012, examinando como o SINPRO-DF, enquanto entidade representativa da categoria, se posicionou durante o movimento, além de como os professores, enquanto base e autores de sua própria história, vivenciaram e interpretaram esse processo.

No que tange à pesquisa, posso afirmar que houve dificuldade de acesso aos arquivos do CEDOC, Centro de Documentação, do SINPRO-DF, o que fez com que logo optasse por

trabalhar com os jornais *Quadro Negro*, publicado pelo próprio sindicato, e também com edições do jornal *Correio Braziliense*, que na época fez o acompanhamento do movimento grevista de 2012.

Boa parte dos apontamentos e constatações que foram realizados por mim foram extraídos da participação como cursista das duas etapas dos cursos de formação, o básico, turma 27, e o avançado, turma 11, que permitiram fazer um “estudo de campo” e compreender o funcionamento dos cursos de formação sindical, que são meios de interação com aqueles que estão dentro dos quadros sindicais.

Não há como falar do Ensino de História e a Historicidade dos Cursos de Formação Sindical sem chegar à CUT, dada a relação de quase simbiose entre SINPRO-DF e esta Central Sindical, consolidada por meio de eventos como o Encontro Nacional de Formação (ENAFOR) e pela Política Nacional de Formação (PNF), que vão mostrar seu lado prático justamente em atuações como os cursos de formação e, em seguida, na atuação em greves.

Certamente um dos objetivos com os cursos de formação sindical é justamente evitar o esvaziamento dos seus quadros e o enfraquecimento do movimento, dado que já há alguns anos se constata um declínio na composição de filiados na maioria dos sindicatos nacionais. O enfrentamento desse contexto perpassa também o Ensino de História e a Historicidade dos Cursos de Formação Sindical, que permitem que haja uma construção de um senso coletivo e de pertencimento, frente a uma realidade que se apresenta muitas vezes como adversa, na atualidade.

Alguns apontamentos: a função dos cursos de formação sindical é justamente a de construir e manter um senso de pertencimento, um espírito de classe, que facilitem a busca por mobilização na busca por direitos para a classe dos professores, e o Ensino da História e da Historicidade do Sindicato é, de certa maneira, um fio condutor dessas ideias, reforçadas nos encontros do curso. Contudo, coloco como sugestão que o SINPRO-DF, como representante da categoria, deveria abrir estes cursos para os professores que não são sindicalizados, pois ampliaria o escopo de participação e as possibilidades de adesão dentro da categoria

Em relação à pesquisa documental propriamente dita, é necessário que exista maior abertura e mais facilidade de acesso ao CEDOC do sindicato, a fim de que se possibilite mais estudos sobre o tema, mais abordagens que enriqueçam o tema e que haja uma construção crítica da história dos professores.

Respondendo as hipóteses suscitadas no projeto de pesquisa, salienta-se que a importância dos cursos de formação para a transmissão dos valores do SINPRO-DF se faz necessário para que se mantenha uma manutenção na coesão, participação e coesão frente ao

contexto atual da importância da luta sindical e do senso de pertencimento dos indivíduos que fazem parte da categoria como um todo, além da sobrevivência deste movimento social frente ao contexto econômico-social hodierno.

Assim percebe-se que cursos de formação sindical não permaneceram estáticos sofrendo transformações (materiais, didáticas e de conceitos) conforme o contexto sócio, político e econômico desde 2004 até 2024, visando explicar e dar soluções aos desafios colocados aos integrantes da categoria magistério.

Sobre a existência de brechas ou lacunas de conceitos ou temas nos cursos de formação como disse nas primeiras páginas da dissertação, escreve-se bastante sobre o SINPRO-DF, os professores e a rede pública, porém creio que é imprescindível que a categoria se aproprie de sua própria história, como forma de construção de consciência de classe e de disseminação de conhecimento, e em um processo de busca por protagonismo necessário para que se trilhe um caminho em direção ao futuro, a partir do passado de forma a analisar sua história e para isso o sindicato é peça fundamental na divulgação e promoção dos cursos de formação sindical e inclusão dos docentes.

Na parte final da dissertação, foram anexadas todas as páginas dos jornais *Quadro Negro* e *Correio Braziliense* que sustentam a fundamentação da pesquisa. Além disso, foram incluídos os certificados de conclusão das etapas básica e avançada, 27º Curso de Formação Básica e 11º Curso de Formação Avançada do SINPRO-DF, respectivamente. Esses documentos detalham as disciplinas ministradas e demonstram a imersão do autor no contexto dos cursos.

Enfim, a confecção do produto que é uma história em quadrinhos é uma forma de deixar a leitura sobre o tema mais agradável para os professores, que é o público que inicialmente busquei atingir, com a confecção desta dissertação.

REFERÊNCIAS

ABREU, Roberta. Negociações avançam pouco. **Correio Braziliense**. Brasília, quarta-feira, 14 mar. 2012. Caderno Cidade, p. 28.

AIDAR, Laura. **História em quadrinhos**. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/historia-em-quadrinhos/>. Acesso em: 23 de março de 2025.

ANTUNES, Paulo; CARVALHO, Pedro Carlos de. **A trajetória do sindicalismo: uma análise da história, conceitos e as perspectivas sindicais**. Campinas: Alínea, 2008.

ANTUNES, Ricardo C. **O que é sindicalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito de história**. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERTOTTI, Rosane; VEIGA, Sueli. **Esperançar e ousar para conquistar nossos direitos. Forma e Conteúdo / CUT - Secretaria Nacional de Formação**, São Paulo, n. 20, ut. 2021, p. 10-15. Disponível em: <https://www.cut.org.br/conteudo/revista-forma-conteudo-20>. Acesso em: 25 fev. 2025.

BEZERRA, Juliana. **Diretas Já. Toda Matéria**, [s.d]. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/diretas-ja/>. Acesso em: 06 de junho de 2024.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. **Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), [...]**. Brasília, DF: Presidência da República, [2017]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm. Acesso em: 15 de abril de 2024.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. 7ª ed. Brasiliense, 1992.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos direitos**. 2ª ed. Atlas, 2004.

BURNS, Edward McNall. **História da civilização ocidental: do homem das cavernas até a bomba atômica**. Porto Alegre: ed. Globo, v. 1, 1968.

CALCAGNO, Luiz; ABREU, Roberta. Greve atinge 25% das Escolas. **Correio Braziliense**. Brasília, terça-feira, 13 mar. 2012. Caderno Cidade, p. 26.

CALDAS, Renan Rubim. **O antimovimento social “Escola Sem Partido” e a negação da produção de subjetividades nos espaços públicos**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 29. *Contra os preconceitos: história e democracia*. **Anais [...]**, Brasília: ANPUH, 2017. Disponível em: <https://www.snh2017.anpuh.org/site/anais>. Acesso em: 25 fev. 2025.

CANHA, Antônio Guedes Gonçalves. Partido ou sindicato? A CUT e a questão política. **Ars Histórica**, v. 2, n. 19, jan./jun. 2020, p. 3-29. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ars/article/view/46749>. Acesso em: 25 fev. 2025.

CARTISMO. **Wikipédia: a enciclopédia livre**, fev. 2014. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Cartismo>. Acesso em: 15 de abril de 2024.

CECHINEL, André et al. Estudo/análise documental: uma revisão teórica e metodológica. **Criar Educação – PPGE – UNESC**, v. 5, n. 1, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/criaredu/article/view/2446>. Acesso em: 25 fev. 2025.

COGGIOLA, Osvaldo. **Da Revolução Industrial ao movimento operário**: as origens do mundo contemporâneo. [s. I]: Pradense, 2016.

COPPE, Órion Macunaíma Basso. **Sistematização da literatura sobre assédio moral no trabalho**. 2015. 54 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/12842>. Acesso em: 7 nov. 2023.

DISTRITO FEDERAL. Lei nº 356, de 20 de novembro de 1992. **Institui o Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva do Magistério Público [...]**. Brasília, DF: Diário da União do Distrito Federal, [1992]. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/23223/Lei_356_20_11_1992.html. Acesso em: 15 de abril de 2024.

ESTADO de bem estar social. **Wikipédia: a enciclopédia livre**, [s. d.]. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Estado_de_bemestar_social#:~:text=O%20Estado%20de%20bem%20estar,social%20e%20organizador%20da%20economia. Acesso em: 11 de abril de 2024.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

GUIDI, Marco Enrico Luigi. Adam Smith: a “mão invisível” e a conexão entre desenvolvimento e justiça. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 8, n. 46, maio 2021. p. 35-45. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/5975>. Acesso em: 25 fev. 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. 7ª ed. São Paulo: Loyola, 2012.

HOBBSAWM, Eric J. **A era das revoluções**: Europa 1789 -1848. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos**: uma história. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

IDE, Maria de Lourdes Tiemi; SERRÃO, Rafael. **Ramos na CUT e a estratégia da formação sindical. Forma e Conteúdo / CUT - Secretaria Nacional de Formação**, São Paulo, n. 20, out. 2021, p. 44-51. Disponível em: <https://www.cut.org.br/conteudo/revista-forma-conteudo-20>. Acesso em: 25 fev. 2025.

INSTITUTO MUSEU DA PESSOA (Org). **SINPRO-DF: uma história de sonhos, lutas e conquistas**. São Paulo: Museu da Pessoa, 2021. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/sinpro-envia-obra-que-conta-historias-e-conquistas-da-entidade-para-maior-biblioteca-do-mundo/>. Acesso em: 25 fev. 2025.

JOÃO Calvino. **Wikipédia: a enciclopédia livre**, mar. 2012. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_Calvino. Acesso em: 15 de abril de 2024.

KOSELLECK, Reinhart et al. **O conceito de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

LARAIA, Roque de Barros. **Candangos e pioneiros**. Série Antropologia, 203, Departamento de Antropologia. Brasília: Universidade de Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.dan2.unb.br/dan-producaocientifica/serieantropologia>. Acesso em: 25 fev. 2025.

MARCOS, Almiro. Professores prometem parar a partir de hoje. **Correio Braziliense**. Brasília, segunda-feira, 12 mar. 2012, Caderno Cidade, p.22.

MARTINHO Lutero. **Wikipédia: a enciclopédia livre**, out. 2021. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Martinho_Lutero. Acesso em: 15 de abril de 2024.

MATTOS, Hebbe. **História e movimentos sociais**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 95-111.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Tradução de Rubens Enderle, v.1, São Paulo: Boitempo, 2013.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Tradução de Denise Bottman, 4ª ed, v.1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

MELO, Jacy Afonso de. Badernaço: o dia em que a classe trabalhadora do DF parou. **Central Única dos Trabalhadores – CUT**, 29 nov. 2011. Disponível em: <https://www.cut.org.br/artigos/badernaco-o-dia-em-que-a-classe-trabalhadora-do-df-a28f>. Acesso em: 18 novembro de 2024.

NASCIMENTO, Cláudio. Formação da formação sindical da Cut. **Forma e Conteúdo**, n.6, maio, 1994.

NOBRE, Sérgio. **Forma e Conteúdo / CUT - Secretaria Nacional de Formação**, São Paulo, n. 20, out. 2021, p. 16-23. Disponível em: <https://www.cut.org.br/conteudo/revista-forma-conteudo-20>. Acesso em: 25 fev. 2025.

OLIVEIRA, Rosilene Batista. A história cultural: concepções, perspectivas e desafios. **Plures Humanidades**, v. 14, n. 1, 2013. p. 70-82. Disponível em: <http://seer.mouralacerda.edu.br/index.php/plures/article/view/95/61>. Acesso em: 27 fev. 2025.

PARANHOS, Thais. Nova proposta aos Professores. **Correio Braziliense**. Brasília, terça-feira, 01 mai. 2012, Caderno Cidade, p. 21.

PAULA, Amir El-Hakim de. **A relação entre o Estado e os sindicatos sob uma perspectiva territorial [online]**. São Paulo: UNESP, 2015. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/ycbrt>. Acesso em: 25 fev. 2025.

PENA, Rodolfo F. Alves. Consenso de Washington. **Mundo Educação**, [s. d.]. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/consenso-washington.htm>. Acesso em: 11 de Setembro de 2024.

PEREIRA, Tácito; OLIVEIRA, Maria da Conceição. A política nacional de formação e sua relação com as políticas da Central. **Forma e Conteúdo / CUT - Secretaria Nacional de Formação**, São Paulo, n. 20, out. 2021, p. 34-43. Disponível em: <https://www.cut.org.br/conteudo/revista-forma-conteudo-20>. Acesso em: 25 fev. 2025.

PLENSAK, Pérsio. Uma construção diferente num experienciar inédito viável. **Forma e Conteúdo / CUT - Secretaria Nacional de Formação**, São Paulo, n. 20, out. 2021, p. 24-27. Disponível em: <https://www.cut.org.br/conteudo/revista-forma-conteudo-20>. Acesso em: 25 fev. 2025.

PRADO, Mádia do. **Badernaço contra o pacote econômico de 1986**. 2010a. fotografia. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/mad1a/>. Acesso em: 18 nov. 2011.

PRADO, Mádia do. **Congresso Nacional tomado por populares**. 2010b. fotografia. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/mad1a/>. Acesso em: 18 nov. 2011.

PRIMEIRAS Escolas. **Museu da Educação do Distrito Federal**, [s. d.]. Disponível em: <http://www.museudaeducacao.com.br/cte-40/primeiras-escolas/>. Acesso em: 18 nov. 2023.

PULJIZ, Mara. Alunos ociosos nas escolas. **Correio Braziliense**. Brasília, terça-feira, 24 abr. 2012a, Caderno Cidade, p. 22.

PULJIZ, Mara. Greve termina após 52 dias. **Correio Braziliense**. Brasília, quinta-feira, 03 maio 2012b, Caderno Cidade, p. 31.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de direitos humanos**. 14ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

RATTNER, Henrique et al. **Cartilha Sinpro-DF: III Curso de formação de dirigentes e delegados (as) sindicais**. Sinpro-DF, 2004.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Destino do sindicalismo**. 2ª ed. São Paulo: Centro Edusp, 2002.

SINDICATO DOS PROFESSORES DO DISTRITO FEDERAL (SINPRO-DF). Conhecer a história para transformar a sociedade. **Caderno de Formação**. [s. l.], n. 1, 1989. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/publicacao/>. Acesso em: 28 fev. 2025.

SINDICATO DOS PROFESSORES DO DISTRITO FEDERAL (SINPRO-DF). Valeu, categoria de luta! **Quadro Negro**. Brasília, ano 33, n. 173, jun. 2012. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/quadro-negro/>. Acesso em: 25 fev. 2025.

SINDICATO DOS PROFESSORES DO DISTRITO FEDERAL (- SINPRO-DF). Luta histórica do Sinpro garantiu avanços e conquistas. **Quadro Negro**. Brasília, ano 37, n. 196, mar. 2016. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/quadro-negro/>. Acesso em: 25 fev. 2025.

SINPRO-DF: 37 anos de muita luta! **SINPRO-DF**, 16 fev. 2016. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/sinpro-df-37-anos-de-muita-luta-2/>. Acesso em: 28 fev. 2025.

SPINACE, Otávio. Revolução Inglesa: o que foi, quando ocorreu e resumo. **Quero Bolsa**, 2024. Disponível em: <https://querobolsa.com.br/enem/historia-geral/revolucao-inglesa>. Acesso em: 15 de abril de 2024.

SOUSA, Nair Heloísa Bicalho de. **Construtores de Brasília**. Petrópolis: Vozes, 1983.

SOUZA, Antonio Carlos Andrade de. **Formação sindical do SINPRO-DF com a CUT: processo histórico de construção de uma hegemonia**. 2019. 166 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/36121>. Acesso em: 7 nov. 2023.

SOUZA, Ricardo Oliveira de. As origens da dicotomia trabalho e ócio: uma análise propositiva sob as perspectivas de Lafarge e Russell. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-9K9USL>. Acesso em: 20 de abril de 2024.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Tradução de Denise Bottman, 4ª ed, v.1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

TOSI, Giuseppe (Org.). **Direitos Humanos: história, teoria e prática**. João Pessoa: Editora Universitária, 2004.

VASCONCELLOS, Mara Cabral de; OLIVEIRA, Débora Christina Biet de. Bertha Lutz: articulação internacional do movimento feminista brasileiro e a participação na Conferência de São Francisco. In: OLIVEIRA, Marcus Vinícius Xavier de; ZUIN, Aparecida Luzia Alzira; MATARÉSIO, Larissa Zuim (Orgs). Anais da Primeira Semana de Direitos Humanos da Universidade Federal de Rondônia [recurso eletrônico]. São Carlos: De Castro, 2022. p. 9-24.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa, 4ª ed., v. 1. Brasília: Editora UnB, 2012.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa, 4ª ed., v. 2. Brasília: Editora UnB, 2012.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos das mulheres**. São Paulo: Lafonte, 2020.

ANEXO B – Correio Braziliense caderno Cidades 13/03/2012 p. 26

26 • Cidades • Brasília, terça-feira, 13 de março de 2012 • CORREIO BRAZILIENSE

EDUCAÇÃO

Greve atinge 25% das escolas

Primeiro dia de paralisação dos professores incomoda pais e alunos, que reclamam do movimento. Haverá assembleia no dia 20

de LUIZ CALCAGNO e ROBERTA ABREU

O primeiro dia de greve dos professores da rede pública de ensino atingiu de 20% a 25% das 649 escolas do Distrito Federal, segundo a Secretaria de Educação. No entanto, mesmo sem divulgar dados, o Sindicato dos Professores (Sinpro DF) acredita que o movimento é o maior dos últimos 10 anos. Ontem, o governo não admitiu que os grevistas podem ter os dias descontados, apesar de não anunciar formalmente o corte de ponto. "Se o servidor não está indo ao trabalho, as faltas são computadas", afirmou o secretário de Educação, Denílson Bento da Costa. Segundo ele, o governo insiste no diálogo e, inicialmente, não vai à Justiça contra a paralisação da categoria. Os professores voltam a se reunir em assembleia no próximo dia 20.

"Temos um único canal de diálogo com representantes do Sinpro hoje ou amanhã. Queremos mostrar a eles que isso não é o momento para a concessão de reajustes. Não é que o governo não queira, mas está impedido, para não ultrapassar o limite judicial (Lei de Responsabilidade Fiscal)", afirmou.

O movimento começou com moderada adesão nas escolas públicas. O Correio percorreu 11 estabelecimentos de ensino e, apesar da greve, em todos havia profissionais em salas de aula. A reportagem esteve em colégios de Taguatinga, do Guará e do Plano Piloto. Duas de três escolas classe de Taguatinga funcionaram normalmente, assim como o Centro de Ensino Fundamental da 107 Sul, na Asa Sul. Segundo o secretário de Educação, a pasta recebeu informações sobre uma escola de São Sebastião. "Segundo a denúncia, eles (professores) liberaram os alunos e permaneceram na escola. Se o servidor adere à greve, deve assumir as consequências", disse Bento. O Correio não conseguiu contato com o centro de ensino.

No Setor Leste, na 611 Sul, apenas três mestres lecionaram: de português, biologia e matemática. No Centro de Ensino Médio de Taguatinga Norte, o diretor, Wilson de Sousa Filho, orientou os estudantes a comparecerem ao colégio somente nos horários em que tiverem aula. Segundo ele, cerca de 20% dos educadores aderiram à greve no período matutino. "Na greve, cada dia é diferente. Amanhã, o Sinpro pode passar aqui e convencer outros a



No Elefante Branco, na 908 Sul, alguns pais reclamaram que a direção não informou sobre a suspensão das aulas a partir de segunda-feira



Fabiana, com Bruno e Lucas: "Solução sem prejudicar a sociedade"

pararem", disse. Já nas escolas classe nº 16 e nº 27, também em Taguatinga Norte, os diretores não quiseram conversar com a reportagem. Em Taguatinga Sul, no Centro de Ensino Médio Ave Branca (Cemab), a direção disponibilizou os nomes dos professores que entraram em greve para os alunos se organizarem. Pela manhã, 18 dos 28 docentes cruzaram os braços. A diretora da instituição, Wanda Lucia de Lima, informou que poucos alunos faltaram no período matutino. "Os professores que dão aula estão pegando os primeiros horários e também juntamos algumas turmas", contou. No Centro Educacional nº 2, no Guará 2, a

vice-diretora, Quênia Rocha, optou por não adiantar as aulas. "Mantivemos toda a grade, para respeitar a greve. Não vamos beneficiar ninguém."

Negociações

Professora da rede particular de ensino, Jarciza Barbosa, 34 anos, moradora de Águas Claras, teve de voltar com a filha para casa. Elas chegaram no Elefante Branco, na 908 Sul, na manhã de ontem, e descobriram que as aulas estavam suspensas. Segundo a filha de Jarciza, Bruna Luiza Alves Barbosa, 13 anos, a direção não avisou que as aulas seriam suspensas. "Se não foi viagem perdida porque o

Reivindicações

O que a categoria quer

- Revisão do plano de carreira, com isonomia salarial e as carreiras de nível superior do GDF, previsto para janeiro de 2012
Implantação do plano de saúde
Nomeação dos professores aprovados em concurso
Salário justo para os educadores temporários
Aumento dos recursos repassados às escolas para investimento em materiais pedagógicos e de infraestrutura
Discutir sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e criar a Lei de Responsabilidade Educacional

O que o GDF vem fazendo

- Concedeu reajuste de 13,83% em 2011
Contratou 400 professores efetivos
Está implantando a gestão democrática nas escolas
Aumento o valor do auxílio-alimentação em 50%
Reformou 300 escolas, quase a metade de toda a rede pública
Aprovou o pagamento dos professores contratados temporariamente nos meses dos professores efetivos
Ofereceu curso de licenciatura na UnB para mais de 800 professores que possuem o ensino médio
Cumprimento da licenciatura plena para mais de 540 professores que possuem a licenciatura curta
Especialização a 100 professores por meio de parceria com a UnB
Formação continuada para 10 mil docentes na Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação

meu filho teve atendimento de educação especializada. Acho que a greve é necessária, mas prejudica a vida dos estudantes", ponderou. Apesar da greve, a bancária Fabiana Jung Matos, 41 anos, moradora da Asa Norte, seguiu a rotina normal de deixar os filhos, os genêros Bruno e Lucas Matos,

10 anos, na escola. Eles estudam no Centro de Ensino Fundamental da 107 Sul. Embora seja solidária ao movimento, ela achou bom que os filhos continuem em aula durante a paralisação. "Sem isso, sei que a categoria não vai conquistar benefícios, que são um direito. Mas a gente que tem filho na rede pública

Eu acho...



"Eu acho que a greve só prejudica os estudantes. Pelo menos os temporários claro aula. A greve atrapalha muito os alunos. Temos vestibular e PVS e não dá para ficar perdendo aula." Yonka Johana Coelho, 16 anos, moradora de Santa Maria, estudante do 3º ano do Setor Leste



"Eu acho que o governo deveria cooperar com os professores. Eles não estão pedindo tanto. Não estou gostando da greve. Temos provas, temos conteúdo para estudar." Viciária Lucena Cassimiro, 17 anos, moradora do Lago Sul, estudante do 2º ano do Elefante Branco

também fica preocupado. Acredito que o sindicato possa buscar uma solução sem prejudicar a sociedade", defendeu. O presidente do Sinpro, Washington Dourado, espera que haja avanço nas negociações. "Queremos propostas concretas e não pedidos para que tenha mais paciência", disse.

SAÚDE

Agnelo inaugura posto em Brazlândia

de THAIS PARANHOS

Após nove meses de reforma, o governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, reinaugurou oficialmente o Centro de Saúde nº 1 de Brazlândia. A unidade ficou fechada entre abril e dezembro de 2011, para reparos

nas partes elétrica, hidráulica e de saneamento. Resulta em pratas para a população no início deste ano. Também foi feita a pintura no prédio. Até hoje, o governo promoveu reformulações em 13 centros de saúde. A recuperação custou R\$ 945 mil aos cofres públicos.

Desde 1981, quando foi inaugurado, o Centro de Saúde nº 1 de Brazlândia nunca havia passado por uma grande intervenção. "A nossa expectativa é ampliar em 30% o atendimento, mas o mais importante é melhorá-lo", defendeu o coordenador-geral de saúde da cidade, Paulo Ishida. A unidade compreende uma região com 20 mil moradores e atende cerca de 4 mil pessoas por mês. "Além das especialidades básicas, como clínica médica e pediatria, temos o programa de tuberculose e de habitação, especializada em adolescentes", explicou.

O governador do DF lembrou que a reforma do centro de saúde beneficiará não só a população de Brazlândia. Segundo ele, mais de 60% dos atendimentos na unidade são de moradores de outras regiões administrativas do DF e do Entorno. "Vamos nos organizar, diminuir as filas e melhorar o atendimento. A marca do governo é cuidar da população. Vamos reforçar a atenção primária de saúde", garantiu Agnelo. A auxiliar de serviços gerais Aline Dias, 26 anos, mora em Águas Lindas (GO) e mas

prefere receber atendimento em Brazlândia. Com um filho de dois meses, sempre que precisa de um médico recorre ao Centro de Saúde nº 1. "Aqui, é muito melhor e, com a reforma, o ambiente está mais agradável, mais limpo. A gente pode esperar pela consulta com mais conforto", afirmou.

Participação popular

Na última sexta-feira, Agnelo assinou um projeto de lei para criar o Sistema de Gestão de Ouvidoria do Distrito Federal

(Sigo/DF). O objetivo é melhorar o atendimento ao cidadão, modernizar a gestão pública e incentivar a participação popular nas atividades do governo. A iniciativa foi apresentada durante a abertura da 1ª Conferência Distrital de Controle Social e Transparência (Consocial-DF) e será enviada à Câmara Legislativa do DF. A ideia é classificar e registrar todas as manifestações recebidas pelo sistema e respondê-las em, no máximo, 40 dias. A população pode entrar em contato com o governo por meio do número 156.

Obituário

Desde uma foto com sete de no máximo 60 fotos sobre o seu ente querido para: 500 quadra 02 lote 340, setor gráfico. Ou pelo e-mail: cidades.dfgdabr.com.br

Sepultamentos realizados em 12 de março de 2012

CAMPO DA ESPERANÇA Alaide Ferreira Pereira, 83 anos; Cláudio José Rodrigues, 69 anos; Germani Leoni Murtos, 77 anos; João Vitorino Guimarães, 50 anos; José Francisco Dias, 81 anos

Luiz Gustavo Borges, menos de 1 ano; Mariana Pinto de Souza, 94 anos; Rafael das Silva Santos, 22 anos

TAGUATINGA Dirceu Lopes da Silva, 69 anos

Francisco Pereira de Souza, 71 anos; José Rosendo dos Santos Neto, 66 anos; Juan Diego Rodrigues Lima de Oliveira, menos de 1 ano; Marcos Gomes de Santana, 83 anos

GAMA Antenor Francisco, 75 anos; João de Souza Vaz, 72 anos; João Paulo Braga de Jesus, 31 anos; Maria da Conceição Linhares da Silva, 87 anos

PLANALTA Maria Alves de Toledo, 86 anos; Maycon de Cruz Silva, 17 anos

SOBRADINHO Ricardo Marcos Lima Dias, 17 anos

JARDIM METROPOLITANO Mario Lindom Brito de Castro, 27 anos; Jonathan Alves Barauna, 16 anos; João Saviniano Andrade Mac. Girilly, 63 anos; Mariana de Andrade, 82 anos

Política no DF

22 • Cidades • Brasília, terça-feira, 24 de abril de 2012 • CORREIO BRAZILIENSE

EDUCAÇÃO / Professores da rede pública de ensino do Distrito Federal ignoram decisão judicial e se recusam a voltar às salas de aula. Enquanto isso, estudantes ficam na porta ou mesmo dentro dos colégios à espera de atividades. Pais se mostram preocupados



Luan (D), com os colegas do 3º ano do ensino médio do Cemab: preocupação com o PAS e o vestibular



Muitos estudantes do Centro Educacional 15 de Taguatinga ficam no pátio à espera de aulas

Alunos ociosos nas escolas

■ MARA PULIZ

A decisão judicial que considerou a greve dos professores abusiva e determinou a volta de 80% dos docentes às salas de aula foi ignorada ontem. O rumo do movimento será definido hoje, às 10h, durante assembleia com a categoria em frente ao Palácio do Buriti, mas a orientação da diretoria do Sindicato dos Professores (Sinpro) é de manter os braços cruzados enquanto não for selado um acordo com o Governo do Distrito Federal (GDF). Com o impasse, alunos da rede pública de ensino amargam dias de angústia. A estudante Jaqueline Gabriel Santos, 17 anos, do 3º ano do Centro de Ensino Médio Asa Branca (Cemab), em Taguatinga, está apreensiva em relação ao vestibular. "Cada dia de greve complica ainda mais a nossa vida, porque estamos no

último ano e precisamos saber do conteúdo para fazer o PAS", disse. Na manhã de ontem, ela e os colegas Luan da Costa, 17 anos, Carlos Rubens Prateado, 18, Mauerberg Santos, 18, e Ana Clara Oliveira, 18, conversavam encostados no muro de uma casa. Por causa de um acidente na quadra de esportes com um funcionário, eles tiveram as poucas aulas suspensas. "Nunca tem aula normal. Os professores que vêm passam trabalho e prova, mas temos que vir. É ruim porque a gente assiste uma ou duas aulas e vai embora", explicou Luan. O risco de os estudantes terem de repor o conteúdo nas férias e aos sábados também é um dos motivos de indignação. "É ruim se a greve continuar, porque nós vamos perder todo o resumo", reclamou Thiago da Cruz, aluno da 6ª série do Centro de Ensino Fundamental (CEF) 15. Outrem, que teve aula de ciências e matemática nos

primeiros horários do dia. Por volta das 11h, Thiago estava liberado e a mãe, a gerente de compras Ana Lara Lima Batista, 34 anos, teve de sair do trabalho para buscá-lo. "É uma situação muito complicada para os pais que trabalham. A greve faz com que os alunos fiquem muito ociosos", reclamou. **Consumo de álcool** Na QNM 21/223 de Ceilândia, dezenas de estudantes passam o tempo do lado de fora do colégio. Encostado no muro do Centro de Ensino Fundamental (CEF) 4, um grupo de adolescentes usava ontem uma garrafa pet para beber álcool. Ao verem o carro da reportagem, os meninos se dispersaram. Distantes a 50 metros do primeiro grupo, três jovens usavam droga sem serem incomodados. A situação deixa muitos pais ainda mais preocupados. "Quando não tem aula, os estudantes fi-



Total de dias que dura a greve dos professores da rede pública de ensino do DF

vão passar o conteúdo de uma vez e não vou conseguir acompanhar", acredita Luiz Felipe Lima, 14 anos, aluno da 1ª série. O Sinpro garante que a qualidade da reposição das aulas está garantida. **Na Justiça** O sindicato entrou ontem pela manhã com uma ação de agravo regimental na Justiça contra a decisão expedida na sexta-feira. Queremos que o colegiado (do Tribunal de Justiça) reveja essa posição", explicou o diretor do Sinpro, Jairo Mendonça. A multa em caso de descumprimento da determinação é de R\$ 45 mil por dia, mas a categoria tem 15 dias para tentar reverter a situação na Justiça. A fiscalização do cumprimento da decisão ficou a cargo da Promotoria de Justiça de Defesa

da Educação (Proeduc) e da Secretaria de Educação, que começaram a fazer um levantamento nas regionais de ensino sobre o funcionamento das escolas. O governo avisou que os professores que não voltarem às salas de aula terão o ponto cortado. A assessoria de imprensa da Secretaria de Administração informou que o GDF já apresentou três propostas aos professores, recusadas pelo Sinpro, e que fez o máximo permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Uma comissão formada pelo senador Rodrigo Hollenberg, o reitor da Universidade de Brasília (UnB), José Geraldo de Sousa, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/DF), Francisco Caputo, e deputados federais esteve ontem em frente ao Palácio do Buriti, onde os professores estão acampados. Eles querem interceder numa solução para a greve que, hoje, completa 41 dias.

EXECUTIVO

Rejane Pitanga assume secretaria

■ ANA MARIA CAMPOS

Desde a semana passada, a ex-deputada distrital Rejane Pitanga (PT) comanda a Secretaria da Criança do Distrito Federal. Integrante da Articulação, a primeira corente a declarar apoio a Agnelo Queiroz, ainda na fase de escolha do candidato ao Palácio da política para a infância, de combate à exploração sexual de meninos e meninas, além de um tema explosivo, as medidas socioeducativas para jovens e a su-

perlotação do Centro de Atendimento Juvenil Especializado (Caje). Um dos temas a ser tratado também é a organização da eleição dos conselhos tutelares no fim do ano. Rejane substituiu o médico Dioclécio Campos Júnior, integrante da diretoria da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), que deixou o governo depois de um ano e quatro meses de gestão. Desde fevereiro, o governador Agnelo Queiroz queria acomodar Rejane no primeiro escalão. Primeira suplente do PT, ela



Rejane Pitanga comandará Secretaria da Criança: Caje é desafio

exercer o mandato de distrital no ano passado quando a deputada Arlete Sampaio (PT) esteve de licença para atuar no Executivo, na função de secretária de

Desenvolvimento Social. Arlete assumiu o mandato parlamentar no início dos trabalhos deste ano e Rejane ficou fora do centro de decisões políticas. Há uma

expectativa, inclusive, de que ela retorne ao mandato ainda nesta legislatura.

Ex-presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT-DF), ela é considerada um quadro importante da Articulação. "A Secretaria da Criança é um desafio e estou achando muito interessante", afirma. "Mas ainda espero contribuir na Câmara Legislativa", disse. Uma das medidas previstas para a Secretaria da Criança é a construção de cinco unidades para abrigar jovens que cumprem medidas socioeducativas, para aliviar a pressão no Caje. A pasta, no entanto, trabalha sempre em parceria com outros órgãos, como as secretarias de Cultura, Trabalho, Desenvolvimento Social, Educação e Obras.

Obituário

Envie uma foto e um texto de no máximo três linhas sobre o falecido para: obituarios@brasil.com.br

Deputados realizados em 23 de abril de 2012

- Campo da Esperança**
Arminio Beltrão, 63 anos
Eduardo Chamei Felipe, 52 anos
Mário de Carmo Vitoriano, 72 anos
Petrina Parron do Brito Guimarães, 31 anos
Rosa Maria Saback Luciani, 62 anos
- Taguatinga**
Ana Luiza dos Santos de Oliveira, 63 anos
Cristiane Rodrigues das Dornas, 44 anos
Izabel Soares Barreto, 87 anos
Lúcio Amorim Santos, 31 anos
Marta de Fátima Silva, 54 anos
Marcelo Renê dos Reis de Moraes, 86 anos
Rogério Pereira Trindade, 85 anos
- Gama**
Artilde Barbosa Pereira, 80 anos
- Planaltina**
Margarida Nogueira da Costa, 72 anos
Paulo Henrique Barbosa Pires, 26 anos
- Jardim Metropolitan**
Sepultamento
Marta Aparecida de Queiroz, 55 anos
Felix Nunes Ferreira, 22 anos
Elisa Costa Nunes, 48 anos
- Crematório**
Aida Sábua Teófica, 87 anos

GEN. FRANCISCO RODRIGUES FERNANDES JÚNIOR

✠ **MISSA DE 7º DIA**

A família convida parentes e amigos para Missa de 7º Dia, a ser celebrada nesta quinta-feira, dia 26 de abril, às 19 horas, na Paróquia Militar de Santo Expedito na EQN 303/304 - Asa Norte.

AGRADECIMENTO

A família do Gen. Francisco Rodrigues Fernandes Júnior agradece a dedicação e presteza do HMAB - principalmente a Dra. Liane e Equipe.

ANEXO E – Correio Braziliense caderno Cidades 28/04/2012 p. 31

C M V K

CORREIO BRAZILIENSE • Brasília, sábado, 28 de abril de 2012 • Cidades • 31

Ronaldão de Oliveira/CE/DA Press



Professores passaram a madrugada de plantão do lado de fora do Buriti

Ronaldão de Oliveira/CE/DA Press



Grupo prestou solidariedade aos colegas que estavam no prédio

Breno Fortes/CE/DA Press



Sem comida e sem luz, grevistas deixaram o anexo por volta das 13h

SERVIÇO PÚBLICO/ Após 30 horas, grupo de 70 docentes decide deixar pacificamente o 6º andar do anexo da sede administrativa do GDF. Justiça determinou a reintegração de posse pelo Executivo. Em assembleia, a categoria decide manter greve que já dura 48 dias

Grevistas desocupam Buriti

» MARA PULJIZ

Os professores que ocuparam o 6º andar do anexo do Palácio do Buriti na quinta-feira deixaram o local ontem, por volta das 13h. Depois de aproximadamente 30 horas confinados sem energia e comida, os docentes — cerca de 70 no total — decidiram evitar um possível confronto com a Polícia Militar durante a reintegração de posse determinada pela Justiça. Em assembleia realizada mais cedo, eles mantiveram a greve.

A medida foi tomada após reunião entre representantes do governo, da bancada parlamentar distrital e federal do DE, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-DF) e da reitoria da Universidade de Brasília (UnB). Por volta das 11h, a comissão intermediou um diálogo com a categoria e conseguiu evitar a atuação do Batalhão de Operações Especiais (Bope), tropa de choque da Polícia Militar. Ao todo, 215 policiais de várias unidades cercaram o Palácio do Buriti e como estratégia de enfraquecer o movimento, quem saísse para ir ao banheiro ou lanchar era impedido de retornar.

Pela manhã, o Sindicato dos Professores (Sinpro) chegou a anunciar que a categoria estava disposta a resistir pacificamente à decisão de reintegração de posse. Embora a maioria tenha deixado o local no início da tarde, o cansaço físico e emocional fez a professora Izabele Cintra, do Centro Interdisciplinar de Línguas (CIL) de Brasília, desistir mais cedo, por volta das 8h. Chorando muito, ela deixou o Palácio do Buriti em meio a aplausos dos colegas. "A noite foi muito difícil. Corriaram a água e a luz. Dormi num jornal em frente ao elevador. Não deixavam subir água nem comida e era um banheiro para 85 professores. E muita humilhação", desabafou.

Acampados

Do lado de fora, outros 60 professores passaram a madrugada deitados em colchonetes e em meio ao frio. "Esse ato de radicalização é para o governo dar uma proposta decente para acabar com a greve. Queremos negociação para que a nossa dignidade seja mantida", explica Viviane dos Santos, professora da Escola Classe nº 21 de Samambaia. Por volta das 7h, quem estava do lado de fora do prédio tentou levar suco, água e biscoito para os colegas no 6º andar em um balde preso por barbante. mas um funcionário munido de um cabo de vassoura com uma lâmina na ponta estava encarregado de cortar o cordão. Revoltados, os professores passaram a transportar os mantimentos em um balde preso a um cabo de energia.

A próxima assembleia da categoria está marcada para as 8h da próxima quarta-feira. Os professores vão se reunir em frente ao Palácio do Buriti. O porta-voz do GDF, Ugo Braga, disse que o Executivo não deverá oferecer proposta alguma para a categoria

Breno Fortes/CE/DA Press



A maioria dos grevistas saiu do prédio à tarde, mas teve gente que desistiu mais cedo, devido ao cansaço físico e psicológico. Policiais cercaram o prédio, mas não houve confronto

» Memória

« Os professores deram início à greve em 12 de março deste ano. A principal reivindicação dos educadores da rede pública de ensino é a revisão do plano de carreira, com isonomia salarial em relação às carreiras de nível superior do Governo do Distrito Federal. Eles também pedem plano de saúde, e a nomeação dos professores aprovados em concurso público e o aumento dos recursos repassados às escolas para investimento em materiais pedagógicos e na infraestrutura.

« O governo afirma não ter condições de conceder aumento salarial para nenhuma categoria este ano, em respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Ela não permite que o gasto com pessoal ultrapasse 49% do que é arrecadado.

Segundo o GDF se o reajuste fosse concedido, o limite chegaria a 50%. O Executivo reitera ainda que já corrigiu o salário da categoria no ano passado, em 13,85%, além de ter contratado 400 servidores, entre outros benefícios.

« Em uma das reuniões entre o governo e o Sindicato dos Professores (Sinpro), em 14 de março, o GDF aceitou com o plano de saúde para o segundo semestre deste ano e prometeu dar continuidade aos estudos para a reestruturação do plano de carreira, mas sem data definida para ocorrer. Sem propostas concretas que tratassem de reajuste salarial, a categoria manteve os braços cruzados.

« Os professores chegaram a dizer que o GDF poderia disponibilizar

R\$ 285 milhões do Fundo Constitucional para atender à categoria. No entanto, o Executivo afirma que, além de insuficiente para pagar o aumento, o fundo é usado para investimentos e custos nas áreas de segurança e educação. Nas últimas semanas, representantes do governo e do sindicato se reuniram com frequência. Insatisfeitos com as negociações, os professores recusaram qualquer possibilidade de acordo.

« Após as últimas assembleias realizadas pela categoria, sempre às terças-feiras, os faixas do Eixo Monumental acabaram fechadas pelos grevistas, interrompendo o trânsito e causando grandes engarrafamentos na região. Na última quinta-feira, no 46º

dia de paralisação, representantes do movimento ocuparam o sexto andar do Palácio do Buriti, sede da Secretaria de Administração Pública, para cobrar uma definição sobre a paralisação.

« A ocupação ocorreu na parte da manhã. Houve confronto e alguns policiais militares e docentes se desentenderam. Quatro professores acabaram atingidos por spray de pimenta no rosto. Mesmo após uma determinação judicial para que deixasse o local, com multa de R\$ 10 mil por hora caso descumprisse a ordem, o grupo permaneceu no prédio. A desocupação só ocorreu no início da tarde de ontem, após a promessa de que as negociações, suspensas pelo GDF, seriam reabertas. (RA)

Retomada do diálogo

» ROBERTA ABREU

Por volta das 17h30, representantes do Sinpro e das secretarias de Governo, Educação e Administração se reuniram com integrantes da UnB, OAB-DF, Central Única dos Trabalhadores-DF (CUT-DF), além de senadores e deputados distritais e federais. Segundo o GDF, ficou estabelecida a retomada do diálogo. No entanto, as propostas oferecidas anteriormente continuam suspensas até o fim da greve.

Segundo o secretário de Governo, Paulo Tadeu, a comissão pediu tanto ao governo quanto aos sindicalistas que procurem estabelecer uma saída política para o fim da greve. "O GDF deu a comissão e ao Sinpro o direito de apresentar alternativas. Estamos à disposição 24 horas para recebê-las", garantiu. Segundo ele, as negociações, que foram interrompidas com a ocupação do 6º andar do Palácio do Buriti, não avançaram além do que foi proposto. "Fomos surpreendidos e esperamos que, daqui para frente, não ocorra novamente a ocupação", ressaltou Paulo Tadeu. O diretor jurídico do Sinpro, Washington Dourado, afirma, no entanto, que a reunião confirmou o retorno do processo de negociação. "Foi construído um compromisso de conversa neste fim de semana para chegarmos na segunda-feira com uma proposta formulada. A solução para o fim da greve está nas mãos do governo", disse.

enquanto a greve não for encerrada. A paralisação já dura 48 dias e prejudica 500 mil alunos.

Na Justiça

O secretário de Administração Pública do DE, Wilmar Lacerda, repudiou a atitude dos professores de não cumprir as duas últimas decisões judiciais. No último dia 19, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios determinou que 80% dos grevistas voltassem ao trabalho. Na última quinta-feira, ordenou que os docentes

deveriam desocupar o Palácio do Buriti. "Até o fim da greve, não há nenhuma negociação. Não dá para fazer diálogo com quem não cumpre decisão judicial", disse Lacerda. Ele ainda ressaltou que os professores receberam reajuste de quase 14% no ano passado, superior à inflação do período. "O que o governo fez para os professores não fez para nenhuma outra categoria", destacou.

Wilmar Lacerda ainda disse que a despesa com a incorporação imediata da gratificação denominada Tídem é de R\$ 515

milhões, o que gera um impacto de 11 pontos percentuais adicionais na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A nossa despesa com pessoal já é de 46% e, se fizermos esse incremento, a despesa passará para 57%. Não é intangibilidade do governo. Avançamos no que foi possível", explicou o secretário de Administração, ressaltando que os docentes recebem o maior piso salarial da categoria do país, no valor de R\$ 4,2 mil.

Representantes do Sinpro reataram as declarações. Segundo a diretora de Comunicação da

entidade, Rosilene Corrêa, o aumento salarial foi de 13,85%, dividido em três parcelas, sendo que a última foi paga este mês. "O valor corresponde ao índice de correção do Fundo Constitucional a qual temos direito e tem sido uma política mantida todos os anos", destacou. Em relação ao salário, Rosilene destacou que o piso é de R\$ 2.280 e que professor só consegue ganhar R\$ 4,2 mil com as gratificações. "Nos queremos comparar e com os outros servidores do DE. Das 27 categorias, só três recebem menos que a gente", rebateu.

K A M O



Correio Braziliense • Brasília, terça-feira, 1º de maio de 2012 • Cidades • 23

SERVIÇO PÚBLICO

Gov. do Distrito Federal avança em alguns pontos da pauta de reivindicação dos docentes, entre eles o aumento do abono saúde. Sinpro informa que o resultado da negociação será levado para a assembleia da categoria, que ocorrerá amanhã

Nova proposta aos professores

THAIS PARANHOS

Em mais uma tentativa de negociação para encerrar a greve dos professores, representantes do governo aceitaram proposta apresentada pela Orelha dos Advogados do Brasil Seccional do Distrito Federal (OAB DF), caso a categoria decida acabar com a paralisação. Entre as novas ideias apresentadas, está o aumento do abono saúde de R\$ 110 para R\$ 200 a ser concedido a partir de junho e não mais em agosto, como decidido anteriormente. A oferta será avaliada

pelos docentes durante assembleia que será realizada amanhã. A proposta foi colocada em reunião realizada ontem na sede da OAB, que contou com a presença do reitor da Universidade de Brasília (UnB), José Geraldo de Sousa Júnior, dos deputados federais Roberto Falcão e Frika Kokay e do distrital Wasny de Roure, os três do PT. "O mais importante é que não só o governo se comprometeu a cumprir o acordo, mas também as lideranças do movimento sentiram que, com essas propostas, pode haver a suspensão da greve", avaliou o

presidente da Orelha, Francisco Caputo. A votação da pauta já se iniciou nas regionais de ensino ontem mesmo. Encontro O diretor jurídico do Sindicato dos Professores no Distrito Federal (Sinpro-DF), Washington Dourado, preferiu não adiantar a posição dos grevistas em relação à oferta apresentada na reunião. "O governo aceitou na condição de ser aprovada também pelos professores. Vamos levar a proposta primeiro para a categoria. É

ela quem vai decidir", explicou. A assembleia será realizada a partir das 9h desta quarta-feira, em frente ao Palácio do Buriti. Para o secretário de Administração, Wilmar Lacerda, houve avanços na última proposta apresentada pela comissão de mediação, entre eles o aumento do abono saúde e a incorporação da Tídem, gratificação por dedicação exclusiva. "Concordamos que a Tídem é importante e deve ser incorporada ao salário em, no máximo, quatro anos, podendo reduzir esse prazo. Antes, o tempo era de seis anos. Também vamos

retomar o processo de negociação em setembro. De maneira nenhuma, o GDF vai deixar de dialogar com a categoria devido ao projeto que causa aos alunos da rede pública", disse. A paralisação dos professores da rede pública de ensino completa hoje 51 dias. Na semana passada, os grevistas ocuparam o anexo do Palácio do Buriti. Por determinação da Justiça, eles tiveram de deixar o prédio na sexta-feira. A desocupação ocorreu pacificamente, após a promessa de que as negociações, suspensas pelo GDF, seriam reabertas.



Tempo que dura a greve dos professores da rede pública de ensino do Distrito Federal.

METRÔ

Polícia identifica causa de panes

ARTHUR PAGANINI

Laudo da Polícia Civil do Distrito Federal finalizado ontem conclui que uma conexão malfeita de um cabo na Estação Central do Metrô causou as panes no sistema ocorridas em fevereiro com os vagões da empresa. O caso é investigado pela 23ª Delegacia de Polícia (Ceilândia). O responsável pelo inquérito, delegado Robson Cândido, vai primar-se uma apreensão com três funcionários da empresa — um piloto e dois controladores — amanhã para apurar se houve intenção de sabotar o sistema. "Sabemos que a conexão foi fator determinante para a pane, mas não conseguimos concluir se houve intenção de prejudicar o funcionamento dos trens", explica o policial.

Um dos funcionários admitiu ter conectado um monitor eletrônico a um cabo que estava ligado ao sistema do metrô para ter acesso ao escala de horário de voo dos pilotos. Mas, segundo o delegado, o servidor teria, logo em seguida, reconectado o cabo na tomada de origem. "Se alguém ligou posteriormente com intenção de sabotar a gente não conseguiu apurar, porque dentro da sala não tem câmeras", afirma. O diretor do Sindicato dos Metroviários, Leandro Santos, disse que a categoria ainda não recebeu nenhuma notificação da polícia sobre o inquérito. O presidente do Metrô, Nilson Marcell, espera receber o resultado do laudo da Polícia Civil para



Trens do metrô apresentaram falhas seguidas em fevereiro, prejudicando milhares de usuários: investigação ficou a cargo da 23ª DP

comentar sobre o inquérito. Ele garante que o transtorno não vai ficar a ardecer. "A gente não esperava que a conexão provocaria aquele problema todo, mas hoje temos instalados câmeras de monitoramento nas salas dos funcionários e também mudamos o sistema de combate a invasões para evitar novas panes", garante. A Polícia Civil deve propor sanções administrativas ao metrô, caso seja comprovada a ação culposa (quando não há intenção) do funcionário que admitiu ter interferido no cabo. "Ele não é técnico em informática nem de comunicações, por isso não poderia ter mexido no cabo. É um caso em que pode dar até demissão por justa causa", defende Cândido. "Na maioria dos casos, os metroviários aprovaram, em assembleia, um indicativo de greve. A categoria espera uma proposta do governo e se reúne no próximo domingo, às 20h, na Praça do Relógio, em Taguatinga.

Memória Sobrecarga em todo o sistema

Entre 2 e 10 de fevereiro deste ano, os trens do metrô sofreram problemas de tração, sinalização e falha de energia. Na madrugada do dia 11, técnicos da empresa localizaram um cabo plugado atrás de trem armário da sala de descanso

dos pilotos na Estação Central. A conexão desse cabo foi responsável pela sobrecarga de toda a rede e pelo apagão no quadro do Centro de Controle Operacional do sistema. Na segunda-feira subsequente, a Polícia Civil decidiu abrir inquérito

para apurar a eventual sabotagem ao sistema dos trens do metrô, já que a sala, onde foi encontrado o cabo mal conectado, era frequentada apenas por funcionários. Pelo menos 80 pessoas passaram pela sala. Na época, o governador do Distrito

Federal, Agnelo Queiroz, condenou a suposta sabotagem dos metrôviários como forma de pressionar o Executivo a conceder reajuste salarial para a categoria. Ele chegou a defender dimissão e prisão dos envolvidos. (AP)

TOYOTA advertisement for Corolla XRS with 0% interest and 60% down payment. Includes Adhara Veículos and Kyoto logos.





Política no DF

28 • Cidades • Brasília, quinta-feira, 3 de maio de 2012 • CORREIO BRAZILIENSE

SERVIÇO PÚBLICO

Professores decidem voltar às salas de aula hoje. Calendário para cumprir os 200 dias letivos nas escolas públicas do Distrito Federal será definido em reunião entre representantes do governo e dos docentes, que ocorrerá à tarde. Férias devem ficar comprometidas

Greve termina após 52 dias

» MARA PULIZ

Os professores da rede pública de ensino deverão voltar hoje às salas de aula. Em assembleia realizada ontem, a categoria decidiu suspender a greve que durou 52 dias, para, durante um mês, analisar o cumprimento das propostas feitas pelo Governo do Distrito Federal (GDF). Entre elas, está o pagamento de auxílio-saúde de R\$ 200 até junho e o encaminhamento, em 30 dias, à Câmara Legislativa, de projeto de lei com plano de carreira que garanta a isonomia com as outras categorias do DF, no prazo máximo de quatro anos. Caso o acordo não seja cumprido, uma assembleia está marcada para 14 de junho em frente ao Palácio do Buriti, com possibilidade de ser desafiada uma nova greve. Hoje, às 14h, representantes do governo e dos docentes se reúnem para definir o calendário de reposição.

Durante a votação para a suspensão da paralisação, os professores ficaram divididos. Eles queriam que fosse modificada a redação dos itens propostos pelo governo e a realização de uma nova assembleia para amanhã. Alguns insistiram na incorporação da gratificação denominada Tídem, ainda este ano, e não até 2014, como ficou definido. Caso a medida fosse tomada imediatamente, o governo sustenta que haverá uma despesa de pessoal da ordem de R\$ 515 milhões e um impacto de 4 pontos percentuais adicionais à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que colocariam o Executivo na ilegalidade.

O comando de greve do Sindicato dos Professores (Sinpro) considerou as propostas insuficientes, mas avaliou a necessidade de voltar às salas de aula, dadas as circunstâncias jurídicas e de negociação do momento. "Não quer dizer que aceitamos a proposta, porque ela não representa o que desejamos de fato, que é uma tabela salarial prevendo isonomia com as categorias de nível superior. Suspendemos a greve apenas para reorganizar a luta. O governo tem o compromisso de cumprir o que ficou acertado sob pena de voltarmos à greve ainda este ano", ressaltou o diretor jurídico do Sinpro, Washington Donardo.

O secretário de Administração Pública, Wilmar Lacerda, disse que o GDF fará o encaminhamento com base no acordo feito com os servidores da educação. "Estamos trabalhando para cumprir item a item das propostas e não temos mais nenhum problema com a categoria. Cumprimos com a nossa parte."

Marcio Ferraz/PAULA PRESS



Assembleia dos professores em frente ao Palácio do Buriti: entre as garantias dadas pelo GDF está o aumento do abono saúde da categoria

Estamos trabalhando para cumprir item a item das propostas"

Wilmar Lacerda,
secretário de Administração

Encontro

A partir de agora, os cerca de 500 mil alunos das escolas públicas do DF enfrentarão uma maratona para reposição dos 34 dias úteis de aula perdidos. Hoje, Wilmar Lacerda é o secretário de Educação, Denilson Bento, se reuniu com representantes do Sinpro para discutir um novo calendário que permita aos estudantes terminarem o ano com 200 dias letivos de cada disciplina. Entre as cinco possibilidades a serem analisadas está a reposição feita aos sábados, de maneira alternada ao longo do ano e durante parte do recesso de julho e dezembro. Existe ainda a chance de o calendário se estender até janeiro de 2013. Neste sábado, os docentes participaram de uma plenária na sede do sindicato, no Setor de Indústrias Gráficas (SIG), para estudar a melhor forma de organizar os trabalhos dos próximos dias.

Folha suplementar garantida

Para os professores que tiveram o ponto cortado, o GDF fará uma folha suplementar até próximo dia 11. "Vamos fazer o pagamento na quinta-feira ou na sexta-feira, mas aqueles que tiveram seus pontos cortados, o acordo feito é de que nós faríamos folha suplementar para refazer os dados da Secretaria de Educação", explicou Wilmar Lacerda. Entretanto, os professores

que fizeram greve não poderão faltar nos dias de reposição, sob pena de receberem o salário proporcional ao dia trabalhado. "Faremos um calendário que não traga nenhum prejuízo ao conteúdo pedagógico", completou o secretário de Administração.

Segundo Washington Donardo, do Sinpro, a qualidade da reposição estará garantida aos estudantes. "Vamos assegurar, inclu-

sive, a reposição para os alunos que, durante a greve, não assistiram às aulas dos professores que não aderiram ao movimento. É um direito deles", destacou o diretor do Sinpro. Mas, de acordo com Wilmar Lacerda, não há justificativa para um professor que não aderiu ao movimento ter de repor um conteúdo duas vezes. "Essa questão será resolvida em cada escola", explicou. (MF)

Cronologia

12 de março

Os professores deram início à greve. Entre as principais reivindicações da categoria, está o pedido de revisão do plano de carreira. Logo no início, o governo afirma não ter condições de conceder aumento salarial para os servidores, devido ao limite com gasto de pessoal estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

14 de março

Em uma das reuniões entre o governo e o Sindicato dos Professores (Sinpro), o GDF anunciou o plano de saúde para o segundo semestre deste ano e

prometeu dar continuidade aos estudos para a reestruturação do plano de carreira, mas sem data definida para ocorrer. Sem propostas concretas que trassem de reajuste salarial, a categoria manteve os braços cruzados

26 de abril

No 46º dia de greve, representantes do movimento ocuparam o sexto andar do Palácio do Buriti, sede da Secretaria de Administração Pública, para cobrar uma definição a respeito da paralisação. Alguns policiais militares e docentes se desentenderam. Quatro professores acabaram atingidos por spray de

lacrímogêno no rosto. Mesmo após uma determinação judicial para que deixassem o local, com multa de R\$ 10 mil por hora caso descumprissem a ordem, o grupo permaneceu no prédio

27 de abril

A desocupação ocorreu após a promessa de que as negociações, suspensas pelo GDF, seriam reabertas

30 de abril

Em mais uma tentativa de acordo, o governo apresentou nova proposta aos professores, que foi levada à assembleia de ontem

Itens do acordo

- » Continuidade das negociações
- » Retomada, a partir de setembro de 2012, das discussões sobre a reestruturação do plano de carreira e seus impactos financeiros
- » Garantia de participação do Sinpro em mesa de discussão sobre o orçamento da educação pública do Distrito Federal, especialmente no que diz respeito ao Fundo Constitucional do DF e ao Fundeb
- » Encaminhamento à Câmara Legislativa, em 30 dias, de proposta contendo os pontos consensuais da estrutura do plano de carreira que não tenham impacto financeiro
- » Encaminhamento, em 30 dias, à Câmara Legislativa, de projeto de lei com a nova redação para o artigo nº 15 do plano de carreira, corrigindo sua inconstitucionalidade
- » Publicação do decreto que regulamentar a forma de pagamento de professores em regime de contratação temporária em até 30 dias
- » Garantia de paridade, no que couber, entre ativos e aposentados
- » Pagamento de auxílio-saúde para os integrantes da carreira de magistério, ativos e aposentados, no valor de R\$ 200 a partir de junho próximo
- » Reafirmação por parte do GDF da importância da incorporação da Tídem para a categoria, inclusive como forma de garantir melhor remuneração quanto da aposentadoria e que envolverá todos os servidores para a incorporação até 2014, em no máximo quatro parcelas. O pagamento poderá ser feito em prazo reduzido, dadas as condições fiscais e a disponibilidade dos recursos e as possibilidades organizacionais
- » Até que haja a incorporação integral da Tídem para toda a categoria, o governo se compromete a não encaminhar, em no máximo 30 dias, projeto de lei que garanta a imediata integralização da Tídem aos membros da carreira de magistério aposentados e que vierem a se aposentar, vinculada ao cumprimento da participação na qualificação nos últimos 18 meses de exercício
- » Divulgação do edital de convocação para a contratação de membros da carreira de magistério público em substituição às vacâncias decorrentes de aposentadorias, exonerações e falecimentos
- » Garantia de remuneração integral a membros da carreira de magistério que se afastarem para estudos

METRÔ

Investigação concluída sem indiciamento

» KELLY ALMEIDA

A Polícia Civil deve concluir até a próxima semana o inquérito que apura a sequência de falhas e os atrasos em todas as estações do metrô em fevereiro deste ano. No começo das investigações, a polícia trabalhava com a hipótese de conexão proposital de cabos de internet à rede de sinalização dos trens. A ligação provocou uma sobrecarga e queda do sistema, provocando atrasos aos usuários de mais de uma hora. A falta de pontos que teriam o atualizado deve fazer com que o documento

seja encaminhado à Justiça sem indiciamentos. Na próxima semana, os passageiros podem enfrentar mais transtornos. Os metrôários têm indicativo de greve marcado para a segunda-feira.

Ontem, três funcionários da Companhia do Metroplitano do DF passaram por avariação do DF 23ª Delegacia de Polícia (P Sul). Entre os três coordenadores, um teria feito a conexão, em 10 de fevereiro, para tentar arrumar o painel de controle da sala de descanso da Estação Central. Os outros dois teriam o atualizado por telefone. "Ele (o funcio-

Quilino Morino/STADA Press - 27/4/12



Em fevereiro, o metrô apresentou diversas falhas: investigação na 23ª DP

nário) informou que o sistema onde aparece a localização de cada trem estava fora do ar. Como coordenador, ele precisava acupular as viagens, por isso fez a conexão dos cabos para tentar religar o sistema". Informou o chefe da 23ª DP, Robledo Cândido da Silva. A atitude

provocou pane no sistema do Centro de Controle Operacional (CCO), localizado em Águas Claras, e todos os vagões precisaram parar para evitar batidas.

De acordo com o delegado, não houve crime na conexão. "Não houve provável que ele agiu com a intenção de danificar o sistema. Ele

errou em tentar consertar um problema que não dominava. Poderia ter chamado alguém da informática. Mas, em relação a isso, o Metrô que pode tomar as medidas administrativas", explicou. Desde o começo das investigações, 35 pessoas que passaram pela sala de descanso foram ouvidas pela Polícia Civil. Agora, os investigadores terão o relatório final e encaminhá-lo à Justiça e ao Metrô. Por meio da assessoria de imprensa, a companhia disse que só vai se pronunciar quando receber o documento.

Paralisação à vista

Com esse problema resolvido, a população vai ter que enfrentar outro transtorno. Os metrôários decidiram paralisar as atividades na próxima segunda-feira. Antes, eles se reúnem em assembleia no domingo. A categoria quer reajuste salarial de 25%, melhoria das condições de trabalho, realinhamento de conceito e o cumprimento de cláusulas estabelecidas

no acordo coletivo em vigência. Com a possível greve, apenas 30% dos funcionários e dos metrôários circularão. Nos horários de pico, serão sete trens e nos outros, o número reduz para quatro. De acordo com o diretor do Sindicato dos Metroviários, Leandro Santos, a paralisação é certa. "Já foi decretada para a próxima segunda-feira. Não é nenhum acordo com o governo", garantiu. O secretário de Administração, Wilmar Lacerda, reafirmou que o GDF está impedido de conceder reajuste salarial e limitar concurso público, por conta do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal. Ele informou ainda que o Executivo vai pedir o adiamento do acordo coletivo da categoria, por mais 30 dias. "Não vamos aceitar a greve. Utilizar apenas 30% da frota é inviável. Vamos entrar na Justiça, se for preciso, e ser duros, porque as reivindicações não têm sentido", acrescentou. Governos o sistema dos metrôários se reúnem amanhã.



ANEXO H – Nota Fiscal uso de imagens Jornal Correio Braziliense

NOTA FISCAL DE SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO - FATURA - MOD. 21 Subsérie 02 Nº 0148679		IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR DATA DO RECEBIMENTO: / / ASSINATURA:				
S/A Correio Braziliense Sig/ S/A Quadra 02 n° 546 Brasília - DF CEP 70.610-901 Tel.: (61) 3214-1462/63 Fax (61) 3214-1457 CNPJ - (MF) 00.001.172/0001-80 Insc. CF/DF 07.302.271/001-46		NOTA FISCAL DE SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO-FATURA-MOD.21 Subsérie 02 Nº 0148679 <input type="checkbox"/> USUÁRIO FINAL <input type="checkbox"/> REMESSA 4ª VIA <input type="checkbox"/> SUBCONTRATAÇÃO <input type="checkbox"/> ENTRADA NAT. DA OPERAÇÃO: 08/10/2024 DATA LIMITE PARA EMISSÃO: 25/02/2025				
NÃO VALE COMO RECIBO	SACADO: CARLOS HENRIQUE DE FREITAS GOMES ENDEREÇO: RUA 15 QUADRA 18 LOTE 8 N°:S/N CASA 5 - CIDADE: CIDADE OCIDENTAL CNPJ/CPF: 93.532.377/187-		UF: GO CEP: 72.885-770 Praça do Pagamento: INSCRIÇÃO ESTADUAL:			
	A/C de: ENDEREÇO: CIDADE/UF: CEP:		Praça do Pagamento: CNPJ/CPF:			
	END. ENTREGA: RUA 15 QUADRA 18 LOTE 8 CEP.: 72885770					
VALOR POR EXTENSO: CENTO E OITENTA E DOIS REAIS						
ALIQ. %	DESCRIÇÃO	DATA PUBLICAÇÃO	COLOCAÇÃO	CM POR COLUNA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	Correio Braziliense:	07/10/2024		1	182,00	182,00
NÃO SUJEITO A RETENÇÃO DE PIS/COFINS E CSLL, conforme art. 20 Lei 10833 de 29/12/2003 (exceto órgãos públicos); NÃO SUJEITO A RETENÇÃO DE IRRF por não previsto no art. 847/648 a 651 RIR Dec. 3000/99 (exceto órgãos públicos).		NOTA FISCAL DE COMUNICAÇÃO-FATURA N° VENCIMENTO VALOR 01 08/11/24 182,00		TOTAL DA NOTA 182,00		
DUPLICATAS Nº 02 - 67 PUB DIV DA PRESS CONTRATO/AUTORIZAÇÃO: 000DAPRESS0127800014		DUPLICATA N° VALOR 0148679 182,00		BASE DE CÁLCULO ISS VALOR DO ISS		
DEDUÇÕES LEGAIS: AGENTE:		Para uso da Instituição Financeira				
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES Imunidade tributária art. 150, inc. VI, "d", Constituição Federal / 88						
NÃO RETER O ISS, CONFORME DECRETO: 25.508/05 ART. 9º e Incisos I,II,III. Destaque do Imposto - Lei Nº 12.741/2012 COFINS - 3% - 5,46 PIS - 0,65% - 1,18 ISS - 5% - 0,00		PROCON/DF - Fone 151 SCS Ed. Venâncio 2000 - BL B - 60 Sala 240 - CEP 70333-960 - Brasília - DF				


SICOOB 756 75691.43642 01029.465919 00039.450010 2 98940000018200		VENCIMENTO: 08/11/2024	
LOCAL DE PAGAMENTO: PAGÁVEL EM QUALQUER BANCO ATÉ O VENCIMENTO. APÓS O VENCIMENTO EM QUALQUER AGÊNCIA SICOOB		AGÊNCIA/COO.CLIENTE: 4364-8/29465-9	
CEDENTE: S/A CORREIO BRAZILIENSE CNPJ: 00.001.172/0001-80		NOSSO NÚMERO: 1000394-5	
DATA DO DOCUMENTO: 08/10/2024	Nº DO DOCUMENTO: 148679-1	ESPÉCIE DOCUMENTO: DP	DATA PROCESSAMENTO: 08/10/2024
USO DO BANCO: CVT: 5539-5	CARTEIRA: 1	MOEDA: REAL	PARCELA: 1
INSTRUÇÕES: APÓS O VENCIMENTO COBRAR JUROS DE R\$ 0,24 POR DIA DE ATRASO		(+) VALOR DO DOCUMENTO: 182,00	
NÃO RECEBER APÓS 30 DIAS DE VENCIDO.		(-) DESCONTO/ABATIMENTO (-) OUTRAS DEDUÇÕES (+) MORAMULTA (+) OUTROS ACRÉSCIMOS (-) VALOR COBRADO	
SACADO: CARLOS HENRIQUE DE FREITAS GOMES RUA 15 QUADRA 18 LOTE 8 72.885-770 CIDADE OCIDENTAL-GO		INSCRIÇÃO ESTADUAL: CNPJ / CPF: 93.532.377/187-	
SACADOR/AVALISTA		CÓD DE BAIXA CVT: 5539-5	



FICHA DE COMPENSAÇÃO / AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

ANEXO I – Certificado Curso Básico de Formação do SINPRO-DF

 <p>ESCOLA CENTRO-OESTE DE FORMAÇÃO SINDICAL DO CUT APOLÔNIO DE CARVALHO</p>	<h1>Certificado</h1>	 <p>Programa de Formação do Sinpro</p>
<p>Certificamos, para os devidos fins, que</p>		
<p>Carlos Henrique de Freitas Gomes</p>		
<p>participou da Turma 27 do CURSO BÁSICO DE FORMAÇÃO SINDICAL DO SINPRO/DF, realizado pelo Sindicato dos Professores do Distrito Federal - SINPRO/DF, em parceria com a Escola Centro Oeste de Formação Sindical da CUT Apolônio de Carvalho - ECO/CUT, realizado nos meses de abril a maio de 2024, com carga horária total de <u>72</u> horas.</p>		
<p>Goiânia - GO, 26 de maio de 2024.</p>		
		
<p>Roberto Miguel de Oliveira Coordenador Geral da ECO/CUT</p>	<p>Vanilce Diniz Secretaria de Formação Sindical do SINPRO/DF</p>	

CURSO BÁSICO DE FORMAÇÃO SINDICAL DO SINPRO/DF		
Turma 27		
<p>DATA: 05 E 06/04/2024.</p> <p>1ª ETAPA → EIXO: EDUCAÇÃO, REALIDADE BRASILEIRA E SINDICALISMO.</p> <p>CONTEÚDOS</p> <ul style="list-style-type: none"> ☞ Gestão Democrática. ☞ História, Concepção, Estrutura, Políticas e Secretarias do SINPRO/DF. ☞ A História da Escola de Aperfeiçoamento do Profissionais da Educação - EAPE. ☞ Precarização do Trabalho. ☞ A História da Central Única dos Trabalhadores - CUT. ☞ Atividade Intermódulo. 	<p>DATA: 27 E 28/04/2024.</p> <p>2ª ETAPA → EIXO: EDUCAÇÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS, MÍDIA, IDEOLOGIA E PODER.</p> <p>CONTEÚDOS</p> <ul style="list-style-type: none"> ☞ Histórico dos Planos de Carreira. ☞ Análise de Conjuntura - Pauta Nacional da Política Educacional. ☞ Desafios da Educação Superior, Políticas Públicas de Inclusão. ☞ Mídia, Ideologia e Poder. ☞ Atividade Intermódulo. 	<p>DATA: 25 E 26/05/2024.</p> <p>3ª ETAPA → EIXO: POLÍTICA E CONJUNTURA, RAÇA, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL.</p> <p>CONTEÚDOS</p> <ul style="list-style-type: none"> ☞ Histórico dos Planos de Carreira. ☞ Radiografia da Câmara Legislativa do DF e Conjuntura Local. ☞ Cartilha 190 da OIT e o Conceito de Trabalho Decente no ambiente escolar. ☞ O Papel da Escola na desconstrução do Racismo. ☞ Identidades e Diversidade Sexual na Escola.
 <p>ESCOLA CENTRO-OESTE DE FORMAÇÃO SINDICAL DO CUT APOLÔNIO DE CARVALHO</p>	<p>Carga Horária Total: 72 horas.</p> <p>Carga Horária do(a) cursista: <u>72</u> horas.</p> <p>Assinatura: _____</p> <p>Data: 26 de maio de 2024.</p>	 <p>ESCOLA A LUGAR DE SER FEITA</p>

ANEXO J – Informativo Quadro Negro nº 173 Junho de 2012 (Capa)

Quadro Negro



Mala Direta Postal
9912258974/2010-DR/BSB
SINPRO-DF
...CORREIOS...

Informativo do Sindicato dos Professores no Distrito Federal - Ano XXXIII - Nº 173 - Junho/2012 | www.sinprodf.org.br

VALEU, CATEGORIA DE LUTA!


*Há pessoas que lutam
um dia e são boas.
Há outras que lutam
um ano e são melhores.
Mas há as que
lutam toda a vida.
Estas são imprescindíveis!*
Bertold Brecht

ASSEMBLEIA GERAL DAS(OS) PROFESSORAS(ES)

Com compactação de horário

14 Quinta-feira,
junho às 15h30,
na Praça do Buriti

PORQUE A LUTA CONTINUA!



ANEXO K – Informativo Quadro Negro nº 173 Junho de 2012 p. 6

Ensinaamentos da Greve

A UNIDADE DA CATEGORIA GARANTIU O SUCESSO DA NOSSA GREVE

Toda luta traz resultados positivos. E esta não foi diferente. Se de um lado o governo desrespeitou um acordo, endureceu, do outro a categoria respondeu à altura e desafiou todas as tentativas palacianas de desqualificar e desmoralizar a greve e jogar a opinião pública e a sociedade contra a categoria, utilizando fartamente a imprensa para tentar fazer isso.

A decisão da Justiça de considerar a greve legal, mas exigir a permanência de 80% em sala de aula e de estabelecer uma multa diária de 45 mil pelo descumprimento dessa determinação foram rechaçadas pela categoria, como um ataque ao direito constitucional da greve.



Em assembleia, categoria vota pela continuidade da greve.

A GREVE FOI APENAS SUSPensa

Nossa greve resistiu às pressões e intimidações e só foi suspensa quando a categoria entendeu que era o momento certo e que ela já havia conquistado, com muita luta e suor, avanços importantes da reestruturação do Plano de Carreira, além de um auxílio de R\$ 200,00 a partir de junho de 2012.

Dessa forma, na assembleia do dia 2 de maio, acompanhando a decisão do Comando Geral de Greve, por ampla maioria, a categoria votou pela suspensão da greve e manutenção do Estado de Greve, com a próxima assembleia marcada para o dia 14 de junho, às 15h30, na Praça do Buriti.

Temos consciência que merecíamos e temos direito a mais. Mas não temos dúvidas que lutamos com todas as forças que sempre marcaram a nossa história. Suspendemos a greve estrategicamente para retomar o fôlego, porque a luta continua. Fica a lição para toda a categoria: nosso sentimento de

classe deve imperar e superar nossas diferenças e interesses individuais ou particulares. A união e a participação de todas e todos é o único caminho para garantir as vitórias e o respeito que merecemos: valeu, categoria de luta!



Reunião com a Comissão Mediadora formada pela CUT Nacional, CUT-DF, OAB, UnB e parlamentares distritais e federais.

NEGOCIAÇÃO É RETOMADA E EXPECTATIVA É QUE NÃO HAJA MAIS ENROLAÇÃO

Depois de quase um mês da suspensão da nossa greve, no último dia 29 de maio, depois de muita cobrança do Sinpro, o GDF chamou a comissão de negociação para o reinício do processo de negociação da reestruturação do nosso Plano de Carreira e outros pontos da nossa pauta. Neste encontro o Governo apresentou a minuta do texto com as mudanças negociadas anteriormente para alteração do atual Plano de Carreira.

O texto apresentado pelo Governo contempla todos os pontos constantes do acordo feito durante a greve como a integralidade da Tidem para aposenta-

dos, a correção do artigo 15, a utilização de certificados e diplomas para progressão horizontal e vertical entre outros. A discussão prosseguiu no dia 1 de junho. Novo encontro será dia 5 de junho.

Esperamos que desta vez o GDF não aposte na protelação de prazos e no descaso com relação às demandas da categoria. Basta lembrar que foi dessa mesma forma que agiram durante os 113 dias da contagem regressiva que antecedeu a nossa paralisação.

Se isso ocorrer, teremos que alertar para o descumprimento de prazos e intensificar a mo-

bilização. E lembramos mais uma vez: a nossa greve foi suspensa e no dia 14 de junho, às 15h30, realizaremos assembleia para deliberar sobre os rumos do nosso movimento.



Comissão de negociação se reuniu com GDF no dia 29 de maio.

ANEXO L – Informativo Quadro Negro nº 173 Junho de 2012 p. 12

A importância do movimento de acordo com seus protagonistas

APOSENTADOS DÃO EXEMPLO DE PARTICIPAÇÃO NA GREVE

A greve das professoras e dos professores da rede pública de ensino, encerrada no dia 2 de maio, mostrou que os chamados inativos estão mais ativos do que nunca e que não têm o menor receio de arregaçar as mangas e partir para a luta em defesa dos interesses de toda a categoria. Eles marcaram presença em todas as atividades, nas assembleias, nos piquetes, nos bandeirões e até no Acampamento dos Professores. "Percebi nessa greve que a participação dos aposentados foi fundamental para acabar com o mito de que aposentado não precisa mais lutar", disse a diretora da Secretaria de Assuntos dos Aposentados do Sinpro-DF, Isabel Portuguez, ao comentar a participação significativa dos aposentados nas mobilizações. Tão importante quanto isso, segundo a diretora, foi perceber o quanto os professores da ativa valorizaram essa participação. "Muitos comentaram isso conosco", relatou Isabel.

Segundo a diretora, embora ainda não tenhamos conseguido tudo o que reivindicamos, os aposentados tiveram conquista significativa com essa greve que foi a garantia da paridade com os ativos, que é nossa luta histórica. Os que tinham Tidem, ao se aposentarem a partir de 2008, regidos pelo atual Plano de Carreira, recebiam a gratificação proporcional, muitos com grandes perdas financeiras.



Diretora Isabel Portuguez fala da importância da participação dos aposentados na luta.

"Pelo acordo assinado na suspensão da greve, o governo vai encaminhar à Câmara Legislativa um projeto de lei alterando o dispositivo da proporcionalidade e garantindo a integralidade da Tidem aos já aposentados e aos que vierem a se aposentar, até que a Tidem seja incorporada na sua totalidade", explicou Isabel. Ela informou ainda que, as/os aposentadas/os receberão também um auxílio saúde de R\$ 200,00 a mesma forma que os professores da ativa.

PARÓDIAS E POEMAS

Presença constante em todas as mobilizações da categoria, a professora aposentada Maria Holanda Lopes de Carvalho, do primeiro ao último dia da greve, animou a categoria com paródias e poemas, sempre criticando de forma bem humorada a situação de professoras e professores do Distrito Federal. Em todas as assembleias e em todos os atos públicos, a professora Holanda, como é mais conhecida, era figura certa em cima do caminhão de som, sempre apresentando uma composição nova. Músicas como "peleguinho" – uma crítica irônica ao professor que não participa da greve, mas que aguarda ansiosamente seus frutos – foi uma de suas composições que levou milhares de manifestantes a cantarem juntos o refrão.

Veja a opinião dela e de algumas das aposentadas que participaram da luta:



Profª Ana Machado de Freitas
Formosa

"Acho que a gente tem que lutar muito pelos nossos direitos. O governo está bem acomodado, não quer que a gente vá à luta. Infelizmente, temos colegas que não participam das assembleias, nem dos movimentos. Aqui em Formosa, muitos participaram das assembleias, mas não foi o suficiente. Devíamos nos unir mais para conseguir alcançar nossos objetivos".



Profª Maria Holanda
Lopes de Carvalho
Taguatinga

"Como sempre, achei essa greve justa. O descaso do governador foi maior ainda, nunca recebendo a comissão e deixando isso para os outros. Trabalhei do primeiro ao último dia nessa greve. Particpei das assembleias, dos atos, invadi o Buriti. Infelizmente não temos outro meio para brigar pelos nossos direitos. Com relação ao que conseguimos, para quem estava na luta, não foi nada. Mas para quem estava pelegando, foi muito. Pode ser que fique melhor se o governador cumprir o que prometeu, mas é difícil acreditar que ele cumpra essa promessa. Não confio mais nele. O descaso com que foram tratados o Plano de Carreira, o Plano de Saúde... Dar R\$ 200,00 e dizer que é Plano de Saúde? Se ele tivesse ao menos recebido a comissão, talvez a greve fosse menos longa. O governador não tinha inimigo lá. Nós professores o ajudamos a se eleger. E o que ele fez conosco? Como ele nos tratou? Para mim ele jogou a carreira dele no lixo. Mas essa greve teve uma coisa de bom: descobrimos vários professores guerreiros, muitos até que são novos na carreira, o que não era tradição na categoria. Infelizmente vamos ter que fazer outras para garantir nossos direitos, só espero que não seja nesse momento".

ANEXO M – Informativo Quadro Negro nº 173 Junho de 2012 p. 13

A importância do movimento de acordo com seus protagonistas



Profª Nilsa Vieira de Assis
Taguatinga

"Sempre participei das lutas do Sindicato, afinal o Sindicato somos nós. Achei essa greve, em especial, muito organizada. Vi muitos companheiros aposentados juntos na luta. Acampeei, junto com os outros, na Praça do Buriti. Houve momentos em que cheguei a me emocionar. Considero muito importante a participação dos aposentados nos movimentos da nossa categoria. Gostaria que outros aposentados tomassem consciência e viessem também para a luta, que é de todos nós. Tivemos alguns ganhos, não tantos quanto gostaríamos, mas a luta continua e tenho certeza de que juntos vamos conseguir muito mais."



Profª Marly Rodrigues Fontes Fernandes
Cruzeiro

"Essa, como todas as demais greves que nós fizemos, foi de grande valia. Nossa categoria sempre trabalhou coesa, os ativos e aposentados. Nosso objetivo é de luta pelos nossos direitos. Nunca procuramos nada além do que é nosso direito. Nós, aposentados, não somos pessoas a parte, não deixamos de ser professores. Estamos na luta, nossa participação é importante. Quando fui à nossa primeira assembleia para levantar o braço para votar a favor da greve, ali eu assumi um compromisso com o meu sindicato de acompanhar o movimento até o último dia, de estar junto e de dar força até o final. É assim que eu acho que deva ser."



Profª Maria do Socorro Gomes Assunção
Gama

"Achei essa greve muito bem organizada, com participação ativa de todos: ativos, aposentados e, principalmente, dos novatos que não apareciam tanto nas mobilizações. Acho muito importante essa participação de todos, pois tudo que nós professores conseguimos até hoje foi através de greve. Se não lutarmos, não conseguiremos nada. Nós, aposentados, não podemos ficar alheios às greves e às lutas. O que vem para o pessoal que está na ativa, vem para nós também. Portanto, temos que estar unidos. Ainda temos um longo caminho. Quero que o governador cumpra o que ele prometeu!"



Profª Elvira Araújo Lopes de Pinho
Plano Piloto

"Eu achei essa greve desgastante. O governo não precisava ter protelado tanto. Ele poderia ter negociado logo e resolvido mais rápido esse impasse. De um tempo para cá a participação do aposentado está bem mais relevante, não só na greve, mas em todos os movimentos do Sindicato. Eu atribuo isso à Secretaria dos Aposentados, que tem sido muito ativa e faz com que a participação do aposentado venha crescendo. Os cursos oferecidos, como o de formação sindical, tiraram os aposentados de casa, nos chamaram para a luta. Muitos se acomodam na aposentadoria e pensam que sua obrigação com o ensino, com a educação já passou. Eu acho que não é bem assim. Nós temos que continuar a lutar. A participação dos aposentados é muito importante e já está bem maior do que antigamente. Eu, pessoalmente, participei de todas as assembleias. A nossa luta é fundamental. Se queremos ganhar alguma coisa, temos que correr atrás."



Profª Dulcides Carvalho da Mata (Dulce)
Guará

"A greve deste ano foi por mim considerada como uma das mais importantes já realizadas pela nossa categoria. Sentir a garra, a firmeza dos professores mais novos, foi muito gratificante. Eu pensava que o fervor que tínhamos na época em que lecionávamos ia acabar, mas os novatos demonstraram que esse fervor não acabou e nem vai acabar. Apesar de o acordo não ter sido cumprido, fiquei feliz

por nossa categoria, mais uma vez, dar uma demonstração de força e de união. A luta ainda não terminou, continuamos mobilizados. Gostaria de dizer aos meus colegas aposentados que abram o olho. Não estamos mais em sala de aula, mas nem por isso podemos abandonar a luta da nossa categoria. Se não fizermos nada, corremos o risco até de perder o pouco que ainda temos."

ANEXO N – Informativo Quadro Negro nº 173 Junho de 2012 p. 14

A importância do movimento de acordo com seus protagonistas



ESTUDANTES DÃO EXEMPLO DE APOIO AO MOVIMENTO

A participação e o apoio de estudantes e da comunidade em geral tiveram um importante papel na vitória dos(as) professores(as). Durante os 52 dias de greve a categoria contou com a participação do movimento estudantil e de pais de alunos, demonstrando um nítido sinal de força e engajamento político durante a paralisação. Vários alunos e alunas de escolas públicas do Distrito Federal participaram de atividades de convencimento, assembleias e demais programações do Sinpro que reivindicavam o cumprimento das promessas feitas pelo governo para com a categoria, demonstrando comprometimento com a luta dos(as) professores(as).



Matheus Diniz de Souza

Um exemplo de engajamento na luta foi dado pelo estudante Matheus Diniz de Souza. Durante toda a greve o ex-aluno do colégio Elefante Branco participou de várias atividades, dando um exemplo de união e garra. "Nos últimos meses os professores do DF mostraram uma organização que poucas categorias têm. Mostraram a toda população como se luta por um ideal.

Paulo Freire dizia que a educação muda pessoas e pessoas mudam o mundo, então só veremos de fato as mudanças sociais que queremos quando a educação for prioridade de todos os governos. Apoio a luta dos professores, pois entendo que um professor melhor pago, melhor visto e melhor tratado é sinônimo de melhor aula, melhor aprendizado" ressalta.

Já para Amanda Souza Kuniوشي, aluna do Centro

de Ensino Médio 02 de Ceilândia, o maior aprendizado obtido na greve foi em cidadania. "O que aprendemos é que a cidadania não está somente dentro da sala de aula, mas fora dela também. Os professores deram muitos exemplos de como lutar por nossos direitos. Estamos muito felizes por termos conseguido ajudar nestas vitórias e constatarmos que nossos sonhos são conquistados com lutas e na certeza que podemos vencer".



Amanda Souza Kuniوشي

Outra presença constante foi a do aluno do CEM 304 de Samambaia Sul Thiago Estrela Martins, sempre segurando um cartaz e participando da mobilização nos atos e assembleias. "Acho que todos os estudantes deveriam participar e apoiar aqueles que nos ensinam porque essa luta não é só dos educadores, todos querem e necessitam de uma educação pública de qualidade".

O aluno do Centro de Ensino Médio 01 do Gama e um dos diretores do UMES da cidade, Guilherme Shandler Rodrigues, enfatizou a importância que os estudantes deram para a luta e o valor da cidadania. "Durante os piquetes conseguimos mobilizar muitos professores que não haviam aderido à greve e mostramos que todos precisam lutar para se chegar às conquistas. Foi uma boa luta e os estudantes estão sempre aí para apoiar".



Guilherme S. Rodrigues

ANEXO O – Informativo Quadro Negro nº 173 Junho de 2012 p. 15

Artigo

A AÇÃO PEDAGÓGICA DA GREVE

por Vanuza Sales*



Não podemos ter medo de lutar pelo o que acreditamos! Mobilizar significa, convocar vontades para atuar na base de um propósito comum, por em movimento pessoas, agregar, equalizar em favor de um sentido compartilhado. E nessa vigésima experiência de greve vivida pelo coletivo de professoras(es), estudantes e comunidade escolar tivemos um simbolismo diferenciado, marcado por momentos de muita emoção, sentimento de pertencimento e acima de tudo por um enorme aprendizado.

A greve é um conflito, e como toda situação conflituosa é antagonônica. Porém, é espaço de desenvolvimento humano. Devemos aceitar os conflitos como realidades do nosso mundo social. De fato, o conflito enfatiza uma perspectiva negativa, com aspectos perturbadores em relação à organização social. Porém, esta faceta desagradável dos conflitos não pode esconder o papel favorável da sua dinâmica para a mudança e os progressos sociais. É estranho assimilar a ideia de que os conflitos possuem um lado positivo, mas é verdade que esta ideia se constata.

Exige ação, tomada de decisão por parte das pessoas, e é nesse processo que se dão os aprendizados, é dialético. Se o conflito é oposição de interesses, sentimentos, idéias, lutas, discordâncias, disputas e desentendimentos é nesse mesmo conflito que nasce o desejo de querer sair dele, daí o processo de instabilidade, mas também de união, de solidariedade, de cumplicidade e pertencimento.

E tudo isso foi vivenciado nesse processo, desde os piquetes de sensibilização e conscientização pra luta, mobilizações, respeitosos, às assembleias, atos e que marcaram emocionalmente cada uma e cada um de nós. A participação dos es-

tudantes, o acampamento, a ocupação do Buriti, a suspensão do movimento grevista: todo esse processo só nos fortaleceu, permitindo-nos movimentarmos sem a velha sensação de rompimento do construído.

Foram diversos aprendizados e com eles todas as possibilidades, de novas práticas de renovação, de autonomia e independência sindical, como possibilidade do exercício da democracia sindical e da cidadania. Propiciar uma nova prática sindical significa ensinar a construção participativa de um espaço mais democrático, uma maior valorização dessa categoria como instrumento de luta, bem como a necessidade de formação política da categoria. Há um movimento de transição desses atores, uns que estão chegando, outros que estão encerrando um ciclo, mas ambos como construtores. Não há espaço para sectarismo nessa construção coletiva.

Enfrentamos diversos limites: jurídicos, políticos e humanos. Além disso, o movimento paredista que se colocava contra a desvalorização dos profissionais da educação, concretizou ações de compromissos assumidos pelo governo e colocou a educação no centro dos debates da capital federal e do país.

A cada ação uma reação pedagógica. E a criatividade foi um ingrediente que não faltou a esses momentos, os professores indo às ruas para dialogar com a população demonstrou o quanto essa categoria é criativa.

*Vanuza Sales é diretora do Sinpro da Secretaria de Políticas Educacionais e Psicóloga Escolar.



Quadro Negro

SINPRO

Dezembro de 2011

15

ANEXO P – Certificado Curso Avançado de Formação Avançada do SINPRO-DF

	<h1>Certificado</h1>	
	Certificamos, para os devidos fins, que	
	<h2>Carlos Henrique de Freitas Gomes</h2>	
participou da Turma 11 do CURSO AVANÇADO DE FORMAÇÃO SINDICAL DO SINPRO/DF , realizado pelo Sindicato dos Professores do Distrito Federal - SINPRO/DF, em parceria com a Escola Centro Oeste de Formação Sindical da CUT Apolônio de Carvalho - ECO/CUT, realizado em 5 módulos durante os meses de agosto a novembro de 2024, com carga horária total de <u>180</u> horas.		
Goiânia - GO, 10 de novembro de 2024.		
 Roberto Miguel de Oliveira Coordenador Geral da ECO/CUT		 Vanilce Diniz Secretaria de Formação Sindical do SINPRO/DF

CURSO AVANÇADO DE FORMAÇÃO SINDICAL DO SINPRO/DF – Turma 11

I MÓDULO - Dias 02 a 04 de agosto de 2024.

Conteúdos:

- ☞ Introdução à Sociologia – Sociologia Política.
- ☞ Aspectos Sociológicos da Análise de Conjuntura.
- ☞ Sociologia - Construção e Vivência Coletiva.
- ☞ Atividade Intermódulo - Plataforma do SINPRO DF.

III MÓDULO - Dias 20 a 22 de setembro de 2024.

Conteúdos:

- ☞ Análise de Conjuntura Internacional, Nacional e Sindical.
- ☞ Introdução a História do Movimento Sindical no Mundo e no Brasil.
- ☞ Proposta de Emenda à Constituição 66/2023 - PEC 66.
- ☞ Atividade Intermódulo - Plataforma do SINPRO DF.

V MÓDULO - Dias 08 a 10 de novembro de 2024.

Conteúdos:

- ☞ Relações Étnico-Raciais, Povos Originários, Direitos Humanos e Marco Temporal.
- ☞ A Luta Popular como forma de superação do preconceito.

II MÓDULO - Dias 23 a 25 de agosto de 2024.

Conteúdos:

- ☞ História das mulheres brasileiras no Brasil Colônia, Império e República e o feminicídio.
- ☞ Preconceito Racial na formação do Pensamento Brasileiro.
- ☞ Trabalho, Bem Comum e Bem Viver.
- ☞ Atividade Intermódulo - Plataforma do SINPRO DF.

IV MÓDULO - Dias 25 a 27 de outubro de 2024.

Conteúdos:

- ☞ Economia Política - Fascículo 3 da Formação Sindical da CNTE.
- ☞ O neoliberalismo e o Sofrimento Psíquico.
- ☞ Atividade Intermódulo - Plataforma do SINPRO DF.

Carga Horária Total: 180 horas.

Carga Horária sista: 180 horas.

Assinatura: Data: 10 de outubro de 2024.

